

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO  
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

**ENTRE O SOFRIMENTO E O (IN)CANSÁVEL MOVIMENTO:  
AS TENSÕES VIVENCIADAS POR  
CONCURSADOS-CONCURSEIROS À LUZ DA  
CONTEMPORANEIDADE E DA GESTÃO GERENCIALISTA**

BIANCA GOMES LIMA DA ROCHA

CURITIBA

2019

BIANCA GOMES LIMA DA ROCHA

**ENTRE O SOFRIMENTO E O (IN)CANSÁVEL MOVIMENTO:  
AS TENSÕES VIVENCIADAS POR  
CONCURSADOS-CONCURSEIROS À LUZ DA  
CONTEMPORANEIDADE E DA GESTÃO GERENCIALISTA**

Dissertação apresentada como requisito para a aprovação no Curso de Mestrado em Administração, do Programa de Mestrado em Administração, Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Tonon.

CURITIBA

2019

#### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação**

Rocha, Bianca Gomes Lima da

Entre o sofrimento e o (in)cansável movimento [recurso eletrônico] : as tensões vivenciadas por concursados-concurseiros à luz da contemporaneidade e da gestão gerencialista / Bianca Gomes Lima da Rocha.-- 2019.

1 arquivo eletrônico (199 f.) : PDF ; 2,40 MB.

Modo de acesso: World Wide Web.

Texto em português com resumo em inglês.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Administração, Curitiba, 2019.

Bibliografia: f. 190-197.

1. Administração - Dissertações. 2. Serviço público - Concursos. 3. Concursos - Aspectos psicológicos. 4. Estabilidade no emprego. 5. Satisfação no trabalho. 6. Motivação (Psicologia). 7. Stress (Psicologia). 8. Mudança social. 9. Cultura organizacional. 10. Pós-modernismo - Aspectos sociais. 11. Trabalho - Aspectos sociais. 12. Trabalho - Aspectos econômicos. I. Tonon, Leonardo, orient. II. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Administração. III. Título.

CDD: Ed. 23 -- 658

**Biblioteca Central do Câmpus Curitiba - UTFPR**  
**Bibliotecária: Luiza Aquemi Matsumoto CRB-9/794**

**TERMO DE APROVAÇÃO**

**ENTRE O SOFRIMENTO E O (IN)CANSÁVEL MOVIMENTO: AS  
TENSÕES VIVENCIADAS POR CONCURSADOS-CONCURSEIROS À  
LUZ DA CONTEMPORANEIDADE E DA GESTÃO GERENCIALISTA.**

Por

**Bianca Gomes Lima da Rocha**

Esta dissertação foi apresentada às 14h00, dia 23 de agosto de 2019 como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO, na Linha de Pesquisa **Tecnologia de Gestão, Trabalho e Organização**, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após a deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho **APROVADO**.

---

Prof. Dr. Leonardo Tonon  
(PPGA/UTFPR)  
Orientador

---

Profa. Dra. Giovanna Pezarico  
(PPGA/UTFPR)  
Membro Interno

---

Profa. Dra. Josiane Silva de Oliveira  
(PPA/UEM)  
Membro Externo

---

Prof. Dr. Thiago Cavalcante Nascimento  
(PPGA/UTFPR)  
Coordenador do PPGA

*Aos meus familiares e a todos que me apoiam.*

## AGRADECIMENTOS

Diante de mais uma etapa da vida, não poderia deixar de agradecer àqueles que estiveram presentes na minha trajetória até aqui e, principalmente, nesse momento intenso dedicado ao mestrado. Posso afirmar que todo apoio recebi está, de alguma forma, materializado nessas linhas que se seguem.

Assim, agradeço a Deus por todas as bênçãos que me proporciona sempre.

Aos meus pais, pela torcida e pelo amor incondicional. Vocês são meus pilares.

Às minhas avós e minha madrinha, pelas orações e vibrações positivas.

Ao meu irmão, pelo suporte, puxões de orelha e raciocínio sempre antagônico ao meu, contribuindo para minha visão crítica do mundo e compreensão de pontos de vista distintos.

À (minha) família Faria, por todo apoio, amor e suporte. Não existe palavra capaz de expressar meus sentimentos por vocês.

Aos amigos de Brasília que me ajudaram nessa fase. Principalmente aqueles que, por meio de desabafos sinceros, abriram meus olhos para o tema aqui pesquisado.

Aos meus superiores hierárquicos e colegas de trabalho que deram todo apoio para que hoje eu pudesse escrever estas palavras. O caminho até a publicação do afastamento para estudos foi árduo e sem vocês não teria ocorrido.

Aos amigos de Curitiba que me deram apoio e torcem pela minha permanência nessa cidade maravilhosa, que me acolheu muito bem.

Aos professores do PPGA, que foram extremamente perfeitos, do início ao fim – afirmo do fundo do coração: aulas maravilhosas, conhecimento incomensurável.

Ao meu orientador, que foi capaz de me orientar em todas as vírgulas dessa dissertação, além de aspectos gerais da vida, sempre com paciência e confiança.

Por fim, a todos que contribuíram para que essa pesquisa pudesse existir.

*“Em nosso país, o veneno do consumismo e todas as suas sequelas não apenas foi instilado pelas forças do mercado, mas o próprio poder público ajudou na sua difusão. Na medida em que era necessário matar no nascedouro toda veleidade da cidadania – incompatível com os objetivos e a prática de um regime autocrático -, era igualmente imperioso acreditar o consumismo como lei permanente da vida”.*  
(SANTOS, 2007, p. 153).

## A CARTA

(Djavan e Gabriel - O Pensador)

Não vá levar tudo tão a sério  
Sentindo que dá, deixa correr  
Se souber confiar no seu critério  
Nada a temer

Não vá levar tudo tão na boa  
Brigue para obter o melhor  
Se errar por amor Deus abençoa  
Seja você

No que sua crença vacilou  
A flor da dúvida se abriu  
Vou ler a carta que o Biel mandou  
pra você, lá do Brasil:

*Eles me disseram tanta asneira, disseram só besteira feito todo mundo diz.  
Eles me disseram que a coleira e um prato de ração era tudo o que um cão sempre quis.  
Eles me trouxeram a ratoeira com um queijo de primeira que me... que me pegou pelo nariz.  
Me deram uma gaiola como casa, amarraram minhas asas e disseram para eu ser feliz.  
Mas como eu posso ser feliz num poleiro? Como eu posso ser feliz sem pular?  
Mas como eu posso ser feliz num viveiro, se ninguém pode ser feliz sem voar?  
Ah, segurei o meu pranto para transformar em canto  
E para meu espanto minha voz desfez os nós que me apertavam tanto  
E já sem a corda no pescoço, sem as grades na janela e sem o peso das algemas na mão  
Eu encontrei a chave dessa cela devorei o meu problema e engoli a solução.  
Ah, se todo o mundo pudesse saber como é fácil viver fora dessa prisão  
E descobrisse que a tristeza tem fim e a felicidade pode ser simples como um aperto de mão.*

Entendeu?

É esse o vírus que eu sugiro que você contraia  
Na procura pela cura da loucura quem tiver cabeça dura vai morrer na praia.



## PRÓLOGO

*Não vim até aqui pra desistir agora  
Entendo você se você quiser ir embora  
Não vai ser a primeira vez nas últimas 24 horas  
Mas eu não vim até aqui pra desistir agora  
Minhas raízes estão no ar, minha casa é qualquer lugar  
Se depender de mim eu vou até o fim  
Voando sem instrumentos, ao sabor do vento  
Se depender de mim eu vou até o fim*

*(Engenheiros do Hawaii – Até o Fim)*

Nesta dissertação o nobre leitor encontrará uma imersão cartográfica que, além de investigar os motivos que impulsionam os servidores públicos a continuarem estudando para outros concursos públicos, à luz da contemporaneidade e da gestão gerencialista, desenvolve-se em um campo no qual estou inserida desde o ano de 2008. Desde logo esteja ciente que eu, a cartógrafa, sou um concursada-concurseira. Não poderia começar esta pesquisa de melhor forma que a apresentação da minha trajetória até aqui.

Há uma década eu iniciava meus estudos para concurso público, após uma péssima experiência na iniciativa privada, no ano de 2006, e depois de abandonar o curso de graduação em Biologia. Brasiliense, nascida em uma família de classe média e tendo estudado a maior parte da vida em escola particular (com bolsa parcial), eu estava certa de que não merecia ganhar tão pouco, ser tão cooptada e, diariamente, assombrada pelo fantasma da demissão. Aquele sofrimento me impulsionou a buscar algo maior: **mudança** era a palavra de ordem. *Juntei dinheiro para poder viajar*, pedi demissão do emprego, com todo o apoio familiar, *e de escolha própria escolhi a solidão*<sup>1</sup>: intercâmbio nos Estados Unidos, abaixo de zero, sem conhecer ninguém. Nesse período eu estava no segundo ano do curso de Química, na Universidade de Brasília - UnB, curso que eu trancaria um semestre depois de retornar ao Brasil, para me dedicar exclusivamente às aulas do preparatório para concurso público, mas nunca retomaria. A administração, matéria cobrada nos editais para concurso, havia me encantado e optei por iniciar minha terceira tentativa de me graduar, finalmente com êxito.

No ano de 2010, aos 23 anos, tomei posse no meu primeiro concurso público, em um órgão executivo federal. No mesmo mês, recusei a posse em um órgão executivo distrital, apenas por ser distrital. Por ironia, onze meses depois, minha segunda posse (e, até a data que

---

<sup>1</sup> Trecho adaptado da música Faroeste Caboclo, Legião Urbana.

aqui escrevo, a atual) deu-se em um órgão do executivo distrital, com remuneração consideravelmente melhor. Abandonei o status de trabalhar em um órgão federal, com melhor infraestrutura e visibilidade nacional, em troca desse salário melhor. No primeiro mês em exercício recusei mais uma posse: um órgão federal, com plano de carreira e infraestrutura melhor, mas com remuneração duas vezes menor. Mesmo oferecendo uma carga horária de duas horas a menos por dia, optei pelo dinheiro e permaneci no que já estava.

No ano de 2013, três meses antes de adquirir a sonhada estabilidade, fui nomeada em uma Empresa Pública Distrital, com salário melhor, benefícios que eu não possuía, infraestrutura moderna. Preferi não tomar posse. Financeiramente eu sei que não foi a melhor escolha, pois a Empresa possui mais privilégios e reconhecimento político que o órgão que estou. Naquela época, a minha escolha por não assumir baseou-se única e exclusivamente na estabilidade. Sem dúvidas eu assumiria naquela Empresa se fosse estável, pois poderia retornar no período de dois anos se algo de ruim acontecesse nesse período. Mas eu não era estável, e por apenas três meses. Tive medo da mudança, de perder a estabilidade que estava próxima e de assumir um emprego que não me proporcionaria essa garantia.

A estabilidade não me trouxe nenhuma consequência prática direta até hoje, mas a sensação de segurança no emprego sempre foi, e é, inegavelmente irresistível. O Brasil enfrentou altos e baixos nessa última década, principalmente com a crise mundial de 2008, e a taxa de desemprego tem aumentado anualmente. Muitos dos colegas que se formaram comigo em Administração sofreram com essa realidade e eu não conseguia cogitar passar por isso, voltando a ser dependente dos pais. Assim, ser servidor público estável é, para mim, sem dúvidas, muito confortante: salário certo<sup>2</sup> ao fim do mês; distância das pressões do mercado e das ameaças de superiores hierárquicos; salário justo e muitas vezes acima do valor pago pela

---

<sup>2</sup> Cabe informar que alguns estados estão passando por crise e as contas públicas não fecham. O caso mais impactante é o do Rio de Janeiro, em que diversos servidores públicos ficaram meses sem receber salário. A crise nesse estado iniciou-se em 2016 e teve auge no ano de 2017. A reportagem “mapa da crise: RJ tem quase 20 municípios com salário de servidores atrasados” (<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/mapa-da-crise-rj-tem-quase-20-municipios-com-salarios-de-servidores-atrasados.ghtml>), realizada em setembro de 2017 pelo G1, observa que “a estabilidade e a segurança do serviço público deram lugar a incertezas e as pessoas, que começaram a ter o salário atrasado, tiveram que mudar os hábitos para se adaptarem a nova realidade financeira”. Outra observação importante é sobre o contexto da crise de corrupção que o país enfrenta desde a deflagração da operação “Lava Jato”, em 2014, pela Polícia Federal: diversos políticos e empreiteiras foram investigados, acusados, indiciados e julgados pela prática de crimes de lavagem de dinheiro, corrupção ativa e passiva, desvio de verbas dos cofres públicos. Tudo isso provocou grave dano ao erário e consequências financeiras e orçamentárias em todos os estados. O ano de 2019 iniciou-se com diversos estados declarando “calamidade financeira” e o novo Governo realizando cortes em áreas como a educação.

iniciativa privada; livre da ameaça de desemprego arbitrário e emprego precário. Na atual conjuntura nacional, de extrema instabilidade política, econômica e social, ser servidora pública é, sem dúvidas, um privilégio.

Mas nem tudo é alegria (e isso vale para tudo na vida): trabalhei por cinco anos em um setor que recebia muitas demandas internas e externas. Assumi uma chefia em 2012 que, por lidar diretamente com recursos financeiros, exigia muito de mim, tanto técnica quanto emocionalmente. O estresse era diário e eu levantava triste, todos os dias, para trabalhar. Em 2016, não vendo mais sentido no que fazia, sem motivação ou prazer, pedi dispensa da função e reatação em qualquer setor que desenvolvesse tarefas não-administrativas. Recebi diversas propostas dentro do órgão, mas todas eram fielmente administrativas. Nada de novo. Eu estava cansada de papelório, processos, despachos. Queria alguma atividade mais dinâmica, que fugisse do convencional burocrático.

Dois meses depois, eu estava lotada na Gerência de Geoprocessamento e Informações Territoriais e satisfeita com o trabalho, pois me proporcionava novidades diariamente. De certa forma ainda não me sentia completamente realizada. Cada vez mais eu me via presa ao órgão público e à cidade de Brasília. Eu tentava estudar para concursos de órgãos federais, que me proporcionariam mobilidade e jornada de trabalho menor, porém, sempre iniciava os estudos e abandonava precocemente. Eu buscava, entre os vários que me inscrevia, a aprovação no Ministério Público da União (MPU), a “menina dos meus olhos” e de milhares de concurseiros. Participei, sem êxito, dos certames de 2010, 2013, 2013/2 e 2018, sendo que neste último, reprovei por apenas dois<sup>3</sup> pontos.

Ainda em 2016, não conseguindo focar nos estudos para concurso, decidi avançar academicamente. Graduada em Administração e com especialização em Direito Administrativo, interessei-me por ingressar no mestrado. A dedicação exclusiva também era uma boa oportunidade para viver longe de Brasília por algum tempo. Optei em participar das

---

<sup>3</sup> **Nota de campo:**

Hoje, 08 de novembro de 2018, descobro que não fui classificada no concurso do MPU. Mas o que me causou maior desconforto não foi o fato de não ter encontrado o meu nome na lista de aprovados, mas o fato de ter obtido pontuação muito próxima da nota de corte (a nota que permite classificação e inclusão no cadastro reserva, em ordem de colocação, aguardando possível – mas não garantida – nomeação). Por apenas dois pontos meu nome não apareceu na esperada lista de classificados do certame. [...] após certo tempo estudando esses acontecimentos não me abalam tanto quanto no início da minha preparação para concurso. Como dizem os professores, o concurso público é uma fila e uma hora a minha vez chega (mais uma vez).

seleções em Curitiba, cidade que havia conhecido realizando trabalhos pelo primeiro órgão que trabalhei. Aprovada em terceira chamada, consegui afastamento do trabalho para a realização do curso, também de forma sofrida, pois o Secretário quase desistiu da autorização. Como nada na vida é por acaso, iniciei os estudos na linha de pesquisa intitulada de Tecnologia de Gestão, Trabalho e Organizações, que se encaixou perfeitamente com o momento de vida que eu estava. Por mais que para a maioria dos mestrandos o sentimento seja oposto, o aprofundamento teórico me serviu como um momento terapêutico.

Desta forma, o lugar que esta cartógrafa fala tem sido visitado há um década por mim, fato que me possibilita desenvolver um papel consistente como pesquisadora e participante. Inseparável das minhas vivências e angústias, o caminho dessa pesquisa tende a momentos tanto suaves como turbulentos. A proximidade prévia que possuo com o campo impôs árduo exercício de mudança de lentes, mas que, de certo modo, foi minimizado com o apoio metodológico da cartografia, suas especificidades e minha vontade de entender o que está por trás dessa busca (in)cansável.

## RESUMO

A lógica capitalista tem acentuado o consumo e cada vez mais os desejos são majorados e a idealização por melhores posições sociais se evidencia. A gestão gerencialista utiliza-se disso como forma de transformar indivíduos em máquinas capazes de gerar aumento na eficiência e maiores lucros para as empresas. Simultaneamente, aliena, mobiliza e controla o indivíduo. Alguns buscam fugir dessa lógica e encontram certo conforto no serviço público, como concursados, tornando-se estáveis conforme a Lei. Mas a estabilidade, no contexto efêmero e fluido do mundo contemporâneo, é violação ao movimento, à liquidez, à ruptura do *status quo*, acabando por desvelar-se em um imaginário social predestinado à insatisfação. É nesse contexto que muitos funcionários e servidores públicos concursados recomeçam seus estudos para concurso em busca de novas aprovações, que possam satisfazer gradativamente seus desejos. Revela-se aí a instabilidade do estável como um possível fenômeno a ser analisado, ancorado no contexto da sociedade contemporânea - ébria de instabilidade, consumo, liquidez e características ideológicas oriundas dos processos de gestão. Nesse sentido, a presente pesquisa, numa perspectiva rizomática, utiliza a metodologia cartográfica como forma de acompanhar a processualidade do contexto que se insere, visando identificar as tensões capazes de gerar o desejo incansável do concursado-concurseiro por novas aprovações. No período de 2018, segundo semestre, e 2019, primeiro semestre, utilizamos as redes sociais como ferramenta para análise do contexto e alcance dos sujeitos, acompanhando discussões e instigando debates. Em um segundo momento, seguimos as investigações, por meio da divulgação de questionário qualitativo, no *Facebook* e no *Whatsapp*, com perguntas que exploravam os achados colhidos no campo em estudo. Como forma de aprofundar as linhas da cartografia, utilizamos a técnica de nuvem de palavras para auxiliar a análise dos dados obtidos por meio das quarenta e quatro respostas dadas por concursados-concurseiros. Os resultados demonstraram que a estabilidade é o principal motivo para ingresso e permanência no serviço público. Além disso, revelaram que a busca por novas aprovações, coerentes com os elementos ideológicos da gestão gerencialista, está relacionada com a necessidade de satisfação financeira (aumento da remuneração, do consumo e da possibilidade de ajudar a família); profissional (carreira “dos sonhos”, cargo coerente com a formação acadêmica); e pessoal (mais tempo para lazer, família, viagens). A instabilidade dos estáveis é desvelada, dessa forma, no decorrer do percurso cartográfico. Os dados apontaram que os concursados-concurseiros reconhecem as diferenças entre as vantagens existentes na iniciativa pública e privada. Porém, apenas poucos pediriam exoneração caso recebessem o que julgam ser uma boa proposta de emprego privado. Entre as causas apontadas para justificar esse baixo índice, estão a insegurança e instabilidade no cenário político e econômico contemporâneo e os efeitos gerados pela gestão gerencialista.

**Palavras-chave:** Concursado-concurseiro; Contemporaneidade; Gestão Gerencialista; Trabalho; Ideologia da aprovação.

## ABSTRACT

Capitalist logic has accentuated consumption and more and more desires are enhanced and the idealization for better social positions is evident. Management management uses this as a way of transforming individuals into machines capable of generating increased efficiency and greater profits for companies. Simultaneously alienates, mobilizes and controls the individual. Some seek to evade this logic and find some comfort in public service as contractors, becoming stable under the Law. But stability, in the ephemeral and fluid context of the contemporary world, is a violation of movement, liquidity, and the disruption of the status quo. , eventually revealing itself in a social imaginary predestined for dissatisfaction. It is in this context that many tendered civil servants resume their studies to seek new approvals that can gradually satisfy their desires. This reveals the instability of the stable as a possible phenomenon to be analyzed, anchored in the context of contemporary society - drunk on instability, consumption, liquidity and ideological characteristics arising from management processes. In this sense, the present research, in a rhizomatic perspective, uses the cartographic methodology as a way to follow the processuality of the context that is inserted, aiming to identify the tensions capable of generating the tireless desire of the concursado-concurseiro for new approvals. In 2018, second semester, and 2019, first semester, we used social networks as a tool to analyze the context and reach of the subjects, following discussions and instigating debates. Secondly, we followed the investigations, through the disclosure of qualitative questionnaire, on Facebook and Whatsapp, with questions that explored the findings gathered in the field under study. In order to deepen the lines of cartography, we use the word cloud technique to help analyze the data obtained through the forty-four answers given by concursados-concurseiros. The results showed that stability is the main reason for entry and permanence in the public service. Moreover, they revealed that the search for new approvals, consistent with the ideological elements of managerial management, is related to the need for financial satisfaction (increased remuneration, consumption and the possibility of helping the family); professional (“dream” career, position consistent with academic background); and personal (more time for leisure, family, travel). The instability of the stable is thus revealed during the cartographic course. The data indicated that the concursados-concurseiros recognize the differences between the advantages existing in the public and private initiative. However, only a few would ask to be discharged if they received what they think is a good private job offer. Among the causes pointed to justify this low index are the insecurity and instability in the contemporary political and economic scenario and the effects generated by management.

**Keyword:** Stable public server; Contemporaneity; Management; Job; Approval ideology.

## SUMÁRIO

<b>PRÓLOGO</b> .....	<b>17</b>
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>20</b>
<b>2 CONJUNTO TEÓRICO: A TRAMA REFERENCIAL</b> .....	<b>28</b>
2.1 A FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO DO NEOLIBERALISMO .....	28
2.1.1 Apresentação do cenário neoliberal.....	28
2.1.2 Da produção da Subjetividade à Extraterritorialidade.....	33
2.2 O TRABALHO E O MUNDO CONTEMPORÂNEO .....	38
2.2.1 Uma contextualização ampla sobre o tema .....	38
2.2.2 As especificidades encontradas na sociedade brasileira.....	42
2.2.3 A Liquidez.....	47
2.2.4 A Instabilidade.....	50
2.2.5 A Gestão Gerencialista.....	51
2.2.6 O Consumo.....	54
2.3 OS CONCURSADOS-CONCURSEIROS .....	58
2.3.1 A questão da administração pública brasileira .....	58
2.3.2 A aproximação com o sujeito da pesquisa.....	66
<b>3 O PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	<b>76</b>
3.1 A SIGNIFICAÇÃO DO MÉTODO .....	77
3.2 A APLICAÇÃO DA CARTOGRAFIA NOS ESTUDOS DA ADMINISTRAÇÃO 78	
3.3 RELACIONANDO CARTOGRAFIA, CIBERESPAÇO E ESTUDANTES .....	80
3.4 VISITANDO TERRITÓRIOS .....	82
3.4.1 Taxiando.....	82
3.4.2 Decolando.....	85
3.4.3 Altitude de cruzeiro.....	89
3.4.4 Aterrissagem.....	92
3.4.5 Os primeiros passos em terra firme. ....	93
3.5 O DEVIR-ATIVO E AS PREOCUPAÇÕES ÉTICAS .....	95

3.6	A PRODUÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA .....	98
3.6.1	O QUESTIONÁRIO E O PERFIL DOS PARTICIPANTES .....	101
3.6.2	A NUVEM DE PALAVRAS .....	105
<b>4</b>	<b>OS CAMINHOS PARA A NOVA APROVAÇÃO .....</b>	<b>107</b>
4.1	A SEDUÇÃO PELA APROVAÇÃO .....	108
4.1.1	Os impactos da <i>memetização</i> na construção das subjetividades.....	110
4.2	A NARRATIVA NAS REDES SOCIAIS .....	126
4.2.1	Opinião geral sobre motivos para estudar. ....	127
4.2.2	Opinião dos concursados-concurseiros: .....	133
<b>5</b>	<b>OS CONCURSADOS-CONCURSEIROS E AS TENSÕES VIVENCIADAS POR ELES.....</b>	<b>140</b>
5.1	OS PORQUÊS DE SER SERVIDOR PÚBLICO.....	140
5.2	SER, MAS NÃO SE SENTIR COMPLETO .....	144
5.3	NOVA APROVAÇÃO, VIDA NOVA (?) .....	148
5.4	A (NÃO) CONCILIAÇÃO COM OUTROS ASPECTOS DA VIDA .....	152
5.5	QUAL O PREÇO DA DEDICAÇÃO?.....	156
5.6	INICIATIVA PRIVADA: UMA OPÇÃO? .....	159
5.7	ESTÁVEL, DEMASIADAMENTE ESTÁVEL #SÓQUENÃO.....	167
5.8	SE CONCURSADOS, ENTÃO.....	170
5.9	FELIZES PARA SEMPRE (?).....	173
<b>6</b>	<b>A IDEOLOGIA PROBLEMATIZADA NA BUSCA (IN)CANSÁVEL .....</b>	<b>176</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>188</b>
	<b>Referências .....</b>	<b>193</b>



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Solicitação de participação em grupo do Facebook.....	87
Figura 2 - Solicitação para participação de grupo no Facebook.....	87
Figura 3 - Convites, para participação de grupos do Whatsapp, distribuídos em grupo do Facebook.....	88
Figura 4 - Diálogo em grupo do Whatsapp .....	94
Figura 5 - Gênero.....	102
Figura 6 - Estado Civil.....	102
Figura 7 - Renda Familiar.....	103
Figura 8 - Estado da Federação que reside. ....	103
Figura 9 - Idade.....	103
Figura 10 - Formação Acadêmica. ....	103
Figura 11 - Tipo de vaga na qual concorre. ....	104
Figura 12 - Nível escolar do cargo atual.....	104
Figura 13 - Número de carreiras que o candidato disputa. ....	104
Figura 14 - As expectativas com a aprovação em um concurso público.....	111
Figura 15 - As expectativas com a aprovação em um concurso público.....	113
Figura 16 - Publicação realizada por cursinho em perfil do Instagram.....	115
Figura 17 - Publicação realizada por cursinho em perfil do Instagram. ....	116
Figura 18 - Mensagem enviada por Cursinho via Whatsapp.....	118
Figura 19 – Imagens representando grupos de <i>Whatsapp</i> .....	119
Figura 20 - Imagens utilizadas nos Whatsapp. ....	120
Figura 21 - Sátiras e memes no instagramFigura 22 - Sátiras e memes no instagram .....	121
Figura 23 – Sátiras e memes no instagram .....	121
Figura 24 - Sátiras e memes no instagram.....	121
Figura 25 Sátiras e memes no instagram. ....	122
Figura 26 Sátiras e memes no instagram .....	122
Figura 27 - Sátiras e memes no instagram.....	122
Figura 28 - Sátiras e memes no instagram.....	122
Figura 29 - Sátiras e memes no instagram.....	123
Figura 30 - Sátiras e memes no instagram.....	123
Figura 31 - Sátiras e memes no instagram.....	123

Figura 32 - Sátiras e memes no instagram.....	123
Figura 33 - Sátiras e memes no instagram.....	124
Figura 34 - Sátiras e memes no instagram.....	124
Figura 35 - Publicação no Facebook realizada pela cartógrafa.....	127
Figura 36 - Edital 5, MPU, Resultado Final.....	131
Figura 37 - Publicação no Facebook pela cartógrafa.....	134
Figura 38 - Perfil aberto de @C.J. no Facebook.....	138
Figura 39 - A estabilidade como motivo maior de ser servidor público.....	141
Figura 40 - Flutuação do medo do desemprego no Brasil.....	142
Figura 41 - Exposição dos motivos de continuar estudando para concurso.....	144
Figura 42 - O impacto da nova aprovação.....	149
Figura 43 - Discurso de legitimação da busca pela aprovação.....	150
Figura 44 - As caravanas para realização de provas de concurso público.....	151
Figura 45 - A conciliação entre estudos e a vida pessoal.....	152
Figura 46 - A obrigação de estudar sempre.....	153
Figura 47 - Sacrifícios para a aprovação I.....	154
Figura 48 - Coach para concurso público e as estratégias para a aprovação.....	155
Figura 49 - Sacrifício para a aprovação II.....	155
Figura 50 - O preço da dedicação aos estudos.....	156
Figura 51 - A privação em prol da nova aprovação.....	157
Figura 52 - Expectativas: Recompensas pós abdições.....	158
Figura 53 - Preço da abdição III.....	159
Figura 54 - Tensionamento entre o serviço público e a iniciativa privada.....	160
Figura 55 - A remuneração no mercado financeiro.....	161
Figura 56 - A estabilidade como principal motivo de permanência no serviço público.....	164
Figura 57 - Influência de fatores externos.....	168
Figura 58 - O impacto no estilo de vida.....	170
Figura 59 - Expectativas e desejos com a nova aprovação.....	174
Figura 60 - o discurso de legitimação dos cursinhos.....	178
Figura 61 - Compêndio de memes: expectativas, estratégias, obrigações e discursos de legitimação.....	181
Figura 62 - Professor e Discurso de legitimação.....	181
Figura 63 - O cursinho e discurso de legitimação.....	182
Figura 64 - As estratégias para a aprovação.....	182

Figura 65 - Apropriação do discurso pela aprovação .....	183
Figura 66 – Provocação de discussões realizada pela cartógrafa .....	186

## 1 INTRODUÇÃO

Instabilidade, Consumo, Liquidez e Características Ideológicas oriundas dos Processos de Gestão: atributos presentes na sociedade contemporânea - fluida e, muitas vezes, indiferente com relação aos vínculos adotados tradicionalmente nas relações interpessoais. Uma procura incessante por preencher um vazio perenal se torna quase uma utopia. Encontramo-nos fadados a uma busca infundável por mais e mais, acumulando e descartando a mais variada gama de bens, ideias e relações, nos diversos aspectos existenciais. Estamos, portanto, diante de uma sociedade que conceitua cada vez mais seus membros como consumidores para a utilização dos desejos como ativadores da força de trabalho (BAUMAN, 1999, 2007; GAULEJAC, 2007; LIPOVETSKY, 2004).

Em outras palavras, é possível afirmar que o mundo contemporâneo, construído nas bases capitalistas, estimula e intensifica cada vez mais o consumo, mantido em atividade e crescimento constante, instilando variadas formas de desejos para sua sustentação. Felicidade e satisfação atrelados ao trabalho, passam a ser edificadas, construídas e reproduzidas por meio de bordões vendidos como o pleno sucesso na carreira e família, dotados de absoluto reconhecimento social. Resta para o indivíduo, portanto, acreditar que ser feliz é estado que se condiciona a sua capacidade de manter-se nos padrões estabelecidos e no movimento veloz ditado pela sociedade – acompanhando, como exemplo, as rápidas mudanças tecnológicas –, e sempre atento para agir em constante manutenção: imobilidade jamais (BAUMAN, 1999, 2008b).

Nesse contexto de fluidez, as mudanças no consumo acentuam os momentos efêmeros e, cada vez mais, o presente se aproxima de forma acelerada do futuro. As inovações tornam-se triviais em curto espaço de tempo e a ansiedade pelo novo passa a envolver e compor de, modo mais intenso, a dinâmica globalizada da sociedade contemporânea. Nessa nova ordem global, demanda-se que as organizações sejam estruturadas de forma apropriada para a flexibilidade e velocidade, transpondo os limites de tempo e espaço (VERGARA; VIERA, 2005). Nessa sociedade, as organizações têm papel indispensável para a lógica da produtividade do capital, especialmente as empresariais. Essas, por sua vez, se estruturam com o objetivo de conduzir à um processo de acumulação que propicie aumento na produção; desenvolvendo formas de controle e dominação sobre o indivíduo e gerando medo (CASTELHANO, 2005),

por meio de uma violência psíquica baseada em paradoxos (GAULEJAC, 2007). Uma das formas de intensificação desse medo manifesta-se por meio do desemprego estrutural:

O medo e a angústia agravam o sofrimento mental. À medida que diminui a segurança no emprego, o medo abre uma porta para o sofrimento. Quem sofre é o sujeito<sup>4</sup>, e sofre dentro e fora da organização. O desempregado, excluído do mercado de trabalho, tem medo de não encontrar um novo emprego, e o empregado, que está dentro da organização, sofre com o medo e com as pressões que podem virar ameaças, e até mesmo desembocar em novas demissões (CASTELHANO, 2005, p. 15).

O sofrimento pode, deste modo, tanto mobilizar quanto instigar o indivíduo a se dedicar à eliminação de riscos. Todavia, não é só dele que o trabalhador vive. Devemos entender que o trabalho é fonte tanto de emancipação quanto de realizações pessoais, ao passo que se contribui em troca de reconhecimento material (dinheiro ou posses) ou imaterial (status, papel social, sentido do trabalho, etc.), passando pelo julgamento de utilidade e de estética (ANJOS; MENDES, 2015).

Dessa forma, há cada vez menos espaço para a vida social e privada, restando, muitas vezes, apenas uma simbiose com a vida no trabalho, sendo interessante para a organização que não haja distanciamento entre elas. Para tanto, continuamente se controla e ameaça o indivíduo, mantendo-o preso ao viés da lógica capitalista de consumo permanente. Esse fato não é novidade e ganhou maior expressão após a revolução industrial. Henry Ford, por exemplo, era um dos que aumentavam os salários de seus empregados com a ideia de ata-los às suas empresas, tornando-os dependentes dos seus salários e empregos, imobilizando-os para que rendessem o máximo investido pela empresa em seus treinamentos (BAUMAN, 2008a). A lógica atual, de certo modo, é semelhante àquela de vincular o empregado ao seu salário, o que muda são as ferramentas contemporâneas disponíveis para o controle e sedução desse empregados, fazendo com que eles possam produzir e consumir cada vez mais.

É nesse contexto de instabilidade e pressões geradoras de medo que, para muitos, o emprego estatal passa a ser um sonho que conduz à “solução” dessas mazelas mais nítidas que assolam o mercado. De modo geral, muitos candidatos a concursos públicos não buscam apenas por fatores ligados à remuneração, mas se motivam pela segurança, pelos benefícios e, na maioria das vezes, pela estabilidade proporcionada pelos cargos públicos. Mas, nesse aspecto,

---

<sup>4</sup> Não podemos esquecer, como ensina Dufour (2008), que a sujeito deriva do latim *subjectum*, ou seja, submetido, submisso. Portanto, em primeiro lugar, o sujeito é aquele que se sujeita. O autor observa que em uma sociedade pré-moderna o sujeito é submisso a uma única figura; na moderna, várias figuras; e na pós moderna, acredita ser livre.

aparece uma contradição: o medo da instabilidade é superado com a aprovação no concurso público - alcança-se a estabilidade mediante cumprimento dos requisitos legais - mas, com ele, surge a insatisfação com a solidificação no cargo e, por sua vez, a estagnação social impulsiona em muitos o desejo de voltar a estudar e de trocar de emprego, porém, se mantendo em um órgão público. Isso, de certo modo, revela uma efêmera satisfação baseada na crença de que uma nova aprovação permitirá alcançar uma nova fronteira de estabilidade. Podemos perceber, portanto, que num contexto de liquidez, a necessidade de movimento torna-se cada vez mais intensa ao indivíduo, que se depara, diversas vezes, com uma realidade distinta da imaginada quando era estudante concursado. Tendo suas angústias alimentadas pela lógica do capital, este trabalhador vê despertada a aflição e ansiedade em diversos momentos durante sua caminhada pessoal e profissional.

É nesse contexto que chegamos à figura central deste estudo, o(a) concursado(a)-concurseiro(a): indivíduo de qualquer gênero, aprovado em processo seletivo para ingresso em um órgão público e nomeado para exercer as atribuições de um cargo descritas em lei, mas que retoma os estudos almejando aprovação em um novo cargo no serviço público. Este sujeito concursado que se mantém concurseiro, após ingresso no órgão público, torna-se refém de suas vantagens e, dificilmente tal estabilidade por uma proposta melhor na iniciativa privada. Boje (2002, p.15), ao contextualizar a forma como o teatro carnavalesco protesta junto ao poder estatal e corporativo, permite aproximação a reflexão dos concursados-concurseiros ao afirmar que as estruturas rígidas da nossa socialização servem com uma “jaula psíquica do trabalho e da vida consumista”.

Percebemos que o indivíduo que ingressa no serviço público busca, muitas vezes, fugir da realidade instável da iniciativa privada em função do medo do desemprego, da precarização do trabalho, de diversas formas de exploração e da alienação. O poder imbricado nas formas<sup>5</sup> ideológicas manifestadas na gestão, essencialmente na gestão gerencialista<sup>6</sup>, tem grande peso

---

<sup>5</sup> Associação a valores como o gosto de empreender, o desejo de progredir, a celebração do mérito ou o culto da qualidade tornam a ideologia gerencialista atrativa, em um sistema de pensamento racional que ilude e dissimula um projeto de dominação (GAULEJAC, 2007).

<sup>6</sup> **Nota de campo:**

Hoje, 6 de outubro de 2018, véspera das eleições no Brasil, uma discussão no whatsapp, em um grupo para concurso, chamou minha atenção: “precisamos levar em consideração milhões de desempregados pelo Brasil. Hoje em dia, concurso é sangue nos olhos”. Essa passagem me fez pensar tanto no conforto proporcionado pela estabilidade quanto no valor dado a necessidade de ser aprovado, além das mudanças que poderão ocorrer com o novo governo (esquerda ou direita? O novo governo vai privatizar, terceirizar ou fazer concurso?).

nesse processo, pois, de forma sutil, busca cooptar os indivíduos e obter o seu máximo rendimento a benefício da organização. Tal poder aparenta ser mais perverso na área privada: uma vez que o lucro é objetivo primeiro desses negócios, observa-se a demanda por um maior controle sobre os processos e empregados para alcançar eficiência e melhores resultados. Apesar de suas características inerentes ao mercado, não se deve desconsiderar sua presença também na iniciativa pública, visto que cada vez mais tais discursos e práticas ideológicas têm extrapolado as fronteiras empresariais e se espalhado por outros contextos organizacionais (GAULEJAC, 2007; PARKER 2002; TONON; GRISCI, 2014).

Lipovetsky (2015) revela que novas exigências obrigam o capitalismo a incorporar tudo que lhe for alheio. Não seria diferente com o concurso público que, nos últimos anos, tornou-se uma forma de movimentar a lógica do capitalismo, no seguimento da educação, por meio da instrumentalização do Estado brasileiro e pelo crescimento do setor de comércio e serviços (FONTAINHA *et al.*, 2014). De certa forma, o concurso tornou-se uma ferramenta que o capital encontrou para colocar o Estado funcionando a favor dele. Uma possível justificativa para isso é o fato de o capitalismo erguer-se sobre instituições sociais que são “influenciadas e remodeladas por sua integração/articulação com o processo de acumulação de capital” (SORJ, 2006, p. 19). Além disso,

O “tamanho” do Estado, a cada momento histórico e geográfico específico, estaria a refletir uma somatória ampla e provavelmente contraditória de processos sociopolíticos simultâneos, destinados, quase todos, a tentar transformar o Estado – melhor seria dizer seus diferentes e heterogêneos segmentos, aparelhos e instituições – em um agente de indução ou mesmo de transformação das estruturas econômicas e sociais de determinado país ou região. Transformações que, historicamente, assumiram formatos e conteúdos variados, espelhando tanto interesses particulares de determinada classe ou fração de classe no poder quanto, talvez, interesses nacionais a serviço do bem comum. Devemos lembrar, ainda, da possibilidade de que possam espelhar interesses autocentrados no próprio Estado ou exclusivos de parte da burocracia estatal – também geralmente hegemônica – em cada caso (CARDOSO JUNIOR; NOGUEIRA, 2011, p. 240).

Utilizando-se do imaginário social de que as vantagens do serviço público são plenamente encantadoras<sup>7</sup> aos olhos de quem ainda não ingressou (principalmente os bons

---

Hoje, 9 de março de 2019, novamente o grupo discute sobre desemprego: “eu saía de uma empresa e logo fazia várias entrevistas e não ficava muito tempo desempregada. Hoje a maioria só com indicação”. Um outro estudante completa que está assim no Brasil inteiro por causa da crise econômica.

<sup>7</sup> Devemos levar em conta o fato dessa visão ser limitada àqueles que ainda não ingressaram no serviço público e acabam por, de forma ingênua, idealiza-lo. Uma quimera.

salários e a estabilidade), diversas empresas do ramo de ensino, conhecidas como “cursinhos para concurso”, usam propagandas e vídeos que despertam a curiosidade e instigam a vontade dos indivíduos de estudarem para a aprovação em um cargo público, assumindo a condição de concurseiros. Esses contratam os serviços de estudos presenciais ou *online* na esperança de que a aprovação será o caminho para a sua felicidade eterna, muitas vezes sem critério algum de escolha do cargo que irão ocupar ou total desconhecimento das atividades a serem realizadas. Movidos pelo desejo de serem aprovados, incentivados/pressionados por seus próximos e pelos próprios “cursinhos”, bloqueiam suas possíveis vocações em busca apenas da aprovação (FONTAINHA *et al.*, 2014; MACHADO, 2009; MOREIRA, 2016).

Desse modo, a presente pesquisa discute a questão dos servidores públicos concursados que retomam seus estudos para concurso público, os concursados-concurseiros, em um contexto específico: mundo contemporâneo em *hiperligação* com os elementos **Instabilidade, Consumo, Liquidez e Características Ideológicas oriundas dos Processos de Gestão**. Essas categorias são repensadas a partir da observação de um sujeito que é dotado de uma singularidade: o privilégio, dentro do contexto da sociedade brasileira, de possuir a estabilidade no emprego, a renda fixa e certa ao fim do mês, a opção em permanecer onde está ou estudar em busca de uma nova aprovação. Assim, utilizaremos alinhamentos teóricos empíricos que visem entender como esses elementos contribuem para as tensões vivenciadas pelos concursados-concurseiros que transitam entre um paradoxal contexto de estabilidade (no emprego) e de instabilidade (no íntimo), em um (in)cansável movimento de busca por uma nova aprovação em concurso público, ganham significativa importância

Diante dessas considerações, apresentamos aqui um possível fenômeno a ser estudado: a instabilidade do estável. Propomos nesta pesquisa acadêmica, como **objetivo geral**, investigar as tensões vivenciadas por concursados-concurseiros no mundo contemporâneo (consumista, líquido e instável), à luz da gestão gerencialista. De maneira mais **específica**, investigaremos as tensões presentes na vida desses indivíduos, que de forma singular são privilegiados por serem empregados, com atuação profissional definida, e renda certa. Além disso, as possíveis influências do contexto contemporâneo na produção da necessidade criada por eles de buscarem novas aprovações em concurso público, de forma a repensarmos as categorias teóricas propostas neste estudo. Por fim, os elementos da gestão gerencialista capazes de potencializar as tensões dos concursados-concurseiros frente aos seus privilégios e sua busca incansável pela não estagnação em uma carreira. Para tanto, buscamos responder a seguinte pergunta: **Como a dinâmica da sociedade contemporânea tem potencializado as tensões vivenciadas por**



## **indivíduos concursados que continuam em uma busca (in)cansável por novas aprovações em concursos públicos?**

Optou-se por adotar nesta pesquisa qualitativa o **método cartográfico**. Uma vez que este acompanha a processualidade necessária na condução de nossa investigação, acreditamos ser o mais completo na busca por responder a nossa pergunta norteadora. O levantamento de dados primários foi realizado com auxílio de meios tecnológicos de comunicação, com a utilização de aplicativos de redes sociais, *Facebook e Whatsapp*. Tendo um propósito **descritivo exploratório** para essa discussão, analisamos as falas (nem sempre vocalizadas, mas por vezes escritas) dos concursados-concurseiros nos grupos *online*; a forma de comunicação utilizada pelos cursinhos preparatórios para concurso, por meio da *memetização*<sup>8</sup> do processo de preparação para as provas, ou seja, uso de imagens satíricas relacionadas ao tema, neste caso, concurso público. Além disso, aplicamos nas plataformas digitais um questionário qualitativo entre os estudantes, filtrando as respostas entre os nossos sujeitos e aqueles que estudavam para concurso mas ainda não eram servidores.

Basicamente o sujeito da pesquisa foi o concursado-concurseiro que estuda para aprovação em um novo cargo público, sejam eles do poder executivo, legislativo, judiciário ou de funções essenciais à justiça (Ministério Público, Advocacia Geral e Defensoria Pública), de nível médio ou superior. Essa delimitação é importante pois alguns concursados-concurseiros possuem foco em concursos específicos e não participam de certames de outras carreias, como bacharéis de direito que desejam seguir a carreira da magistratura. O perfil dos quarenta e quatro concursados-concurseiros que participaram diretamente desta pesquisa, por meio de questionário divulgado nas redes sociais, *facebook e whatsapp*, é composto **em maioria** por: mulheres; solteiros; detentores de renda familiar entre quatro e sete mil reais; residentes no Paraná; com idade entre trinta e trinta e nove anos; com alguma especialização ou MBA nacional; ocupantes de cargo de nível médio no serviço público; estudando para apenas uma carreira e concorrendo pelo sistema de ampla concorrência.

Com relação a contribuições desta pesquisa, apontamos o aprofundamento de discussões das categorias consumo, liquidez, instabilidade e gestão gerencialista, podendo contribuir como fonte de informação para futuras pesquisas. Este aspecto também justifica a elaboração desta pesquisa, uma vez que pouco se discute sobre o trabalho no serviço público sob as lentes dos

---

<sup>8</sup> Neologismo referente a fazer memes (sátiras com figuras bastante utilizadas na internet). O termo será definido em seção futura, de forma mais clara e detalhada.

servidor público – aspectos de sua subjetividade e seus tensionamentos à luz da contemporaneidade. Os achados empíricos possibilitam compreender como o concursado-concurseiro, em suas singularidades de sujeito privilegiado, experimentam o mundo descrito nas teorias por meio das categorias propostas. Além disso, é um estudo capaz de proporcionar reflexões e questionamentos por aqueles que se encontram em situação igual ou semelhante concursados-concurseiros que participaram da pesquisa. Da mesma forma, também instiga o leitor a refletir sobre as razões de um servidor público estável no trabalho ser instável em outros aspectos de sua vida, ao passo que realizamos uma contextualização histórica das mudanças na sociedade e construímos registro histórico da sociedade brasileira contemporânea.

No que tange à metodologia, esta dissertação pode contribuir com pesquisas em administração e estudos organizacionais por meio da utilização do método cartográfico em ciberespaços, uma novidade ainda pouco debatida pelos pesquisadores na área. Dentre aqueles que fizeram uso do método, citamos os estudos de Prado Filho e Teti (2013); Cavalcanti (2008); Maia (2006); Weber, Grisci e Paulon (2012). É importante salientarmos que a processualidade desta pesquisa se desenvolve em plataformas disponíveis com o uso da internet – as redes sociais *facebook*, *instagram* e *whatsapp* – fato que também contribui para estudos metodológicos. Além disso, este trabalho é capaz de aprofundar o conhecimento da utilização da técnica de nuvem de palavras, como forma de análise do dados obtidos via questionário aplicado na web – ciberespaço.

Após esta abordagem introdutória apresentamos a disposição geral desta dissertação: o segundo capítulo será composto da trama referencial, que revelará o estado da arte desta pesquisa. Abordamos as questões do indivíduo no contexto neoliberal, do trabalho no mundo contemporâneo e dos concursados-concurseiros. É nesse capítulo que as quatro linhas que convergem para o *core* da pesquisa são apresentadas: **instabilidade, consumo, gestão gerencialista e liquidez**. No terceiro capítulo, primeira parte, apresentaremos de forma pormenorizada a metodologia adotada: **cartografia**; e na parte que se segue realizaremos uma análise exploratória, sobrevoando nosso campo, com o objetivo de pré-analisar a viabilidade da pesquisa: 1) observamos se os meios escolhidos para este estudo são capazes de transparecer, tanto de forma espontânea quanto estimulada, as tensões vivenciadas pelos concursados-concurseiros; 2) buscamos obter compreensão inicial de como os grupos para concurso público se constituem nas redes sociais e 3) Apresentamos os achados cartografados e as análises relacionadas com nosso referencial teórico. O quarto capítulo trará a apropriação da trama teórica diretamente aplicada ao contexto do concursado concurseiro. Sugerimos como

pressuposto uma possível ideologia da aprovação - amparada na ideologia dos concursos – e as ferramentas utilizadas para sua reprodução; revelamos os discursos públicos (abertos) de concursados-concurseiros nas redes sociais com estímulos da cartógrafa, traçando paralelo com as teorias referenciadas. No quinto capítulo, apresentaremos a coleta dos dados e análise, com o objetivo de aprofundarmos as ideias trabalhadas nos momentos anteriores. Finalizamos a pesquisa com as considerações finais no capítulo sexto.

## 2 CONJUNTO TEÓRICO: A TRAMA REFERENCIAL

Apresentamos nesse capítulo os três temas que integram o cerne desta pesquisa. No **primeiro**, intitulado de “A formação do indivíduo no contexto contemporâneo do neoliberalismo”, discutimos o cenário neoliberal, a formação da subjetividade e a questão da extraterritorialidade, expondo características e buscando uma contextualização do território que se insere o indivíduo contemporâneo. No **segundo**, “O trabalho e o mundo contemporâneo”, em que debatemos como o cenário contemporâneo influencia o mundo do trabalho. Optamos por subdividir esse capítulo em quatro linhas que compõem nossa trama: instabilidade, consumo, gestão gerencialista e liquidez. O **terceiro** grande tema, “Os concursados-concurseiros”, que desvela nosso objeto de estudos; observando a administração pública brasileira e convergindo para a questão das tensões vivenciadas por esses indivíduos.

### 2.1 A FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO DO NEOLIBERALISMO

*“Controlam, ditam sua rotina e alimentação  
Te ensinam erroneamente como as coisas são  
Cidades parecem palcos, o mundo parece um teatro  
Cada dia é um espetáculo, com novos atores falsos  
Ilusões de plástico, encenação de um mágico  
A mídia ensina meus hábitos, depois me arruma um fim trágico  
Nos limitam a um expediente, contado por ponteiros rápidos”  
(3030 – Encenação)*

#### 2.1.1 Apresentação do cenário neoliberal

Com base na libertação de freios institucionais e paixões/pulsões, o liberalismo esteve presente nos fundamentos de desenvolvimento do capitalismo. Este, revolucionário e anti-conservador, estendeu a zona de aplicação do *laisser-faire*, sem cessá-la, desenvolvendo tanto o liberalismo quanto a si. A ideia era de entrega às atividades econômicas e mercantis, supervisionada pela “mão invisível” do Estado moderno, que transformariam interesses egoístas em riquezas coletivas (DUFOUR, 2008).

A busca pela libertação dessa “mão invisível”, aparentemente se apresentou mais realista e próxima de acontecer com o advento do neoliberalismo<sup>9</sup> (JAPPE, 1999). Isso em virtude da proposta de desvencilhar o capital das restrições decorrentes da regulação<sup>10</sup> do Estado (HARVEY, 2008), ao mesmo tempo que, com a desculpa de restauração da saúde economia, atribuía ao capitalismo poderes sobre os indivíduo (SANTOS, 2007).

Cabe ressaltar que não devemos entender o neoliberalismo como uma mera evolução do liberalismo, visto que o contexto pós 1929, de crise na governabilidade liberal, fez com que as bases intelectuais do liberalismo – limite de governo, *laissez-faire*, cálculo utilitarista – fossem revistas. A necessidade de intervenção governamental, que atendesse ao capitalismo, os conflitos de classe e as novas relações de poder internacionais contribuíram para esta crise e para a ideia de implementação de uma nova racionalidade, que permitisse ao mercado ser tanto o governo de si como dos homens<sup>11</sup> (DARDOT; LAVAL, 2016).

O termo *racionalidade* não é empregado aqui como um eufemismo que nos permite evitar a palavra “capitalismo”. O neoliberalismo é a *razão do capitalismo contemporâneo*, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumindo como construção histórica e geral da vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17).

Desprende-se dos ensinamentos de Dardot e Laval (2016) que o indivíduo contemporâneo (pós-moderno, na visão de alguns autores) é fruto de uma sociedade

<sup>9</sup> Para Bresser-Pereira, “enquanto o liberalismo emergiu no século 18 (SIC) para combater o estado autocrático, desde os anos 1980 o neoliberalismo (uma distorção maior do liberalismo econômico) tornou-se dominante e montou um assalto ao estado em nome do mercado, mas eventualmente também atacou o mercado” (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 2).

<sup>10</sup> Ocorre, como explica Harvey, um “mudança abissal para a desigualdade social cada vez maior e a restauração do poder econômico da classe alta” (HARVEY, 2008, p.35)

<sup>11</sup> Os autores empregam o termo “homem” em sua obra original. Optamos por manter o termo mas com ressalva: pedimos que o leitor entenda que a utilização do gênero masculino genérico-neutro, que especifica tanto mulher quanto homem, deve-se ao contexto em que as obras foram escritas e, de certa forma, desperta discussões importantes a serem abordadas em pesquisas de gênero. Salientamos que nosso concursado-concurseiro pode ser tanto do gênero masculino quanto feminino. Por esta razão, em diversas passagens desta dissertação, o apresentamos como “sujeito” ou “indivíduo”. Mesmo não sendo tema do nosso estudo, diante da relevância contemporânea, destacamos a composição participativa, por gênero, no serviço público brasileiro, presente na pesquisa de Cardoso Junior e Nogueira (2001): na esfera federal a maioria é masculina, enquanto na esfera estadual e municipal a maioria é feminina, isso em virtude da população feminina ocupar predominantemente as funções na área de saúde, assistência social e educação, que são na maior parte assumidas pelos estados e municípios. Mesmo com menor participação na esfera federal, o percentual de mulheres que ocupam cargos superiores e de direção é maior em comparação aos homens; nos estados há uma participação semelhante e nos municípios os homens tem maior participação nessas funções.

fundamentada em uma racionalidade neoliberal que dita a lógica de mercado como normativa, voltada para competição e generalizações, ao passo que transforma a sociedade e seus indivíduos, remodelando as subjetividades. Para eles, “O neoliberalismo é um sistema de normas que hoje estão profundamente inscritas nas práticas governamentais, nas políticas institucionais, nos estilos gerenciais” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.30).

Misoczky e outros revelam que o neoliberalismo, no contexto brasileiro, vem ocorrendo desde a reforma do aparelho de Estado, na década de 1990, coordenada por Bresser-Pereira e materializada no PDRAE – Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado –, que discutiremos na seção 2.3.1 desta pesquisa. Desse modo, os autores compreendem o neoliberalismo como sendo:

Um projeto de classe, um programa político dinâmico e resiliente que organiza a etapa atual do capitalismo, operacionalizado a partir do gerencialismo, uma racionalidade que propõe a reprodução da lógica de mercado em todas as dimensões da vida associada, operando como uma matriz teórico-ideológica subsidiária. A articulação desse conjunto de ideias evidencia que o processo continuado de reformas de matriz neoliberal avança a partir do gerencialismo de maneira inexorável nas últimas décadas, independente dos partidos ou coalizões de governo (MISOCZKY *et al*, 2017, p.184).

Já Harvey (2008), em uma visão global, explica que o neoliberalismo surgiu como política econômica que incentivava a flexibilidade como forma de desenvolvimento do bem-estar dos indivíduos. Esse bem-estar deveria ser garantido pelo Estado por meio da manutenção do direito de propriedade privada, mercado aberto e livre de taxas, mas adotando uma mínima intervenção. Por outro lado, esse processo, que o autor chamou de *neoliberalização*, trouxe uma destruição da criatividade no campo da divisão do trabalho, das relações sociais, das tecnologias e do “*way of life*<sup>12</sup>”.

O contexto pós crise mundial – 1930 – contribuiu para o fortalecimento das ideias neoliberais que, mesmo não tendo sido um processo programado por completo ou resultado de uma doutrina hegemônica, trouxe pouco a pouco planos de austeridade e a lógica da concorrência de mercado financeiro (DARDOT; LAVAL, 2016). Quem apostou no fim do capitalismo errou pois, ao invés disso, ele proletarizou os consumidores, por meio de técnicas

---

<sup>12</sup> O *American Way of Life*, disseminado a partir da década de 1950, serviu como pilar para a reconstrução social e econômica do país no pós-crise de 1929, principalmente por meio do cinema, que relacionava o padrão de vida a bens materiais e modelo de família (CUNHA, 2017; SEABRA, 2004). Assim, formou e consolidou-se um estilo de vida “cotidiano desejado, fulgurante, ambicionado, recompensador e idealizado, tangibilizado pela boa vida”, que era proporcionada pelo poder de compra (CUNHA, 2017, p. 18).

de marketing que captavam seus desejos<sup>13</sup>, para a absorção da superprodução existente e resultando em uma homogeneização comportamental capaz de conquistar mais mercados e maximizar a rentabilidade (DUFOUR, 2008).

Esse cenário pode ser melhor compreendido se observarmos o posicionamento defendido por Bernay<sup>14</sup>, que é descrito por Dufour como cínico mas útil para a compreensão:

A manipulação consciente e inteligente dos hábitos e das opiniões das massas é um elemento importante da sociedade democrática. Aqueles que manobram esse mecanismo oculto da sociedade constituem um governo invisível que é a verdadeira força reinante do país. Somos regidos, nossas mentes são moldadas, nosso gosto formado, nossas idéias sugeridas, em grande parte por homens dos quais nunca ouvimos falar. É um resultado lógico da maneira como nossa sociedade democrática está organizada (BERNAY, 2005 *apud* DUFOUR, 2008, p. 41).

À caminho da “modernidade” e, de certa forma, distanciando-se da essência do liberalismo clássico, novas formas de relações sociais e subjetividades foram construídas, em uma normatização da sociedade contemporânea (DARDOT; LAVAL, 2016). Essa espécie de revolução foi comandada pelo capitalismo, cujo objetivo era introduzir a mercadoria nos costumes e na cultura, espaços que ainda não dominava, causando suas desregulamentações (DUFOUR, 2005). Uma justificativa é o fato de que,

Por se tratar de uma ideologia com função de renovação do poder de classe, o neoliberalismo não poderia ter um caráter estático e, portanto, precisa se renovar para manter sua eficiência. Nesse sentido, é identificável uma primeira versão, que enfatizava a desregulamentação dos mercados (1970-2000), e uma nova síntese, que enfatiza a economia social de mercado (desde o início dos anos 2000) (MISOCZKY *et al*, 2017, p.188).

Dardot e Laval (2016) discorrem que a importância do fator humano na literatura da neogestão mostra o trabalhador como sujeito ativo que deve ter participação e engajamento totais, entregando-se por completo nas suas atividades e não no seu íntimo individual e unitário. Seus desejos passam a ser como alvo do novo poder, que busca um envolvimento pleno entre a subjetividade do indivíduo e as suas atividades. Como bem observam:

O ser desejante é apenas o ponto de aplicação desse poder; ele é o substituto dos dispositivos de direção das condutas. Porque o efeito procurado pelas novas práticas de fabricação e gestão do novo sujeito é fazer com que o

---

<sup>13</sup> Uma incitação ao consumo da “economia libidinal”, descrita por Sigmund Freud (DUFOUR, 2008).

<sup>14</sup> Dufour (2008) revelou que Bernay, sobrinho de Freud e defensor dos meios adotados pelo capitalismo para manipulação e sedução das massas, em suas memórias publicadas, fazia indicações de que Josef Goebbels, o ministro da propaganda de Hitler, apreciaria seu trabalho. Esse fato revela algumas de suas convicções.

indivíduo trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo e, assim, eliminar qualquer sentimento de alienação e até mesmo qualquer distância entre o indivíduo e a empresa que o emprega. Ele deve trabalhar para sua própria eficácia, para a intensificação de seus esforços, como se essa conduta viesse dele próprio, como se esta lhe fosse comandada de dentro por uma ordem imperiosa de seu próprio desejo, à qual ele não pode resistir (DARDOT; LAVAL, 2016. p. 327).

Essa menção de uma gestão do sujeito, que trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si, revela um progresso<sup>15</sup> nos meios utilizados para o alcance dos fins capitalistas: busca-se a adesão do empregado, ao invés do clássico sistema disciplinar opressivo que o obrigava. Nessa perspectiva, os autores observam que a empresa é tanto um lugar de realizações como de valorização ideológica. Com isso, pode-se dar o nome do governo de si como “governo de si empresarial”, que uniria tanto o desejo de realização pessoal como o sucesso comercial e financeiro da comunidade trabalhista. Essa característica seria gênese de uma nova gestão, ambiciosa e sedutora, que se utiliza da tentativa de superar a contradição entre os valores hedonistas do consumo e os valores ascéticos do trabalho (DARDOT; LAVAL, 2016).

O capitalismo tem a gestão como sua ciência, fundamentalmente racional, que visa o domínio amplo da sociedade e o desenvolvimento da empresa como um fim (GAULEJAC, 2007). Dessa maneira, buscam-se formas mais eficazes de sujeição do empregado por meio de implementação de técnicas (DARDOT; LAVAL, 2016), afinal, “o homem, nascido insuficiente e sendo produto da técnica, não teria outra coisa a fazer senão levar a técnica a suas últimas consequências” (DUFOUR *online*, 2005). Nesse contexto, o gerenciamento apresenta-se como uma tecnologia política totalmente capaz de atender aos interesses do capitalismo (GAULEJAC, 2007).

Chiappello (2017) identifica uma sedução elaborada pelo aparelho neoliberal, capaz de inscrever na lógica do novo capitalismo os indivíduos que antes se colocavam em oposição a ele em virtude das suas consequências sociais e ambientais. É importante atentarmos para o fato de que as técnicas de sujeição, “por mais novas que sejam, têm a marca da mais inflexível e mais clássica das violências sociais típicas do capitalismo: a tendência a transformar o

---

<sup>15</sup> Isso porque Gaulejac (2007) caracteriza a gestão gerencialista como um “progresso notável”, se comparada com os meios opressivos e estativos utilizados no sistema disciplinar, por utilizar-se da psique humana para alcance dos seus fins. De acordo com ele, “a gestão gerencialista prefere a adesão voluntária à sanção disciplinar, a mobilização à obrigatoriedade, a incitação à imposição, a gratificação à punição, a responsabilidade à vigilância (GAULEJAC, 2007, p. 119).



trabalhador em uma simples mercadoria” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 329) e seus corpos, em dóceis, úteis e produtivos (GAULEJAC, 2007).

A neogestão tem por alicerce o medo social, explicitado em discursos neoliberais e vivenciado pelo trabalhador nos riscos da permanente flutuação do mercado e na diminuição das proteções e solidariedades coletivas. Essa sensação de medo possibilitou à empresa exigir maior disponibilidade e comprometimento do trabalhador, que se viu obrigado a adaptar sua subjetividade às condições duras impostas. Simultaneamente, as técnicas de gestão permitiram objetivar a adesão do indivíduo ao que se é esperado dele. Este, por força de contrato, sente-se intimado (DARDOT; LAVAL, 2016). É justamente essa implicação subjetiva e afetiva que a gestão gerencialista espera do empregado, posto que seus objetivos são financeiros e visam produzir adesão e mobilização psíquica (GAULEJAC, 2007). Dessa forma, a empresa consegue reunir, nas tramas de um mesmo discurso, todas as relações de poder (DARDOT; LAVAL, 2016) ideais para que o gerencialismo funcione a mando do capital.

É por meio da gestão que esse poder articula seu controle sobre as pessoas e as coisas (PARKER, 2002), em um controle minucioso, que adestra os corpos, mobiliza os indivíduos, suga suas potencialidades (GAULEJAC, 2007), extrai sua máxima utilidade e evita qualquer desordem (DUFOUR, 2008). Firma-se na crença de que, por ser reflexo do progresso, é capaz de resolver todos os problemas como se fosse a solução universal para tudo. Fortalece-se por sua característica democrática e transparente, que permite sua aplicação em qualquer lugar, para qualquer coisa e qualquer um. O que temos, na verdade, é uma ferramenta imperialista de controle de tudo que, nesse último século, tem causado uma larga variedade de problemas políticos, éticos e organizacionais (PARKER, 2002).

### 2.1.2 Da produção da Subjetividade à Extraterritorialidade

A mudança brutal na política de subjetivação, decorrente da difusão do neoliberalismo, deu-se com a sua adaptação aos princípios do capitalismo contemporâneo. Isso ocorreu pois, esta política, para a viabilização do regime instalado, toma sua forma e contribui significativamente para moldar as subjetividades<sup>16</sup> (ROLNIK, 2006). As configurações

---

<sup>16</sup> Para Blanchot (1980) o uso da palavra subjetividade é tão enigmático e questionável quanto o uso da palavra responsabilidade, mas tem sido usado para “descer ao fundo do sujeito”. Tonon e Grisci (2015) alertam que não se trata de algo abstrato mas que, fabricada socialmente por sistemas conexos, é capaz de produzir estilos de vida. Por meio do contexto inserido absorvemos subjetividades, tais como maneiras e sentidos de viver (PELBART,

subjetivas resultam tanto de processo histórico quanto de sua processualidade e potência de movimento (PASSOS *et al.*, 2015). O neoliberalismo encontrou o cenário perfeito para se consolidar, difundindo as ideias de libertação do regime rígido anterior – em grande maioria totalitarista – e de alcance da salvação por meio da flexibilidade do novo regime capitalista (ROLNIK, 2006). Antunes (2006) comenta que:

Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a *classe-que-vive-do-trabalho* sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua *materialidade*, mas teve profundas repercussões na sua *subjetividade* e, no mínimo inter-relacionamentos destes níveis, afetou a sua *forma de ser* (ANTUNES, 2006, p. 23).

Essa intensidade gerou tamanha influência do neoliberalismo na sociedade a ponto de Dardot e Laval (2016) afirmarem jamais terem sido empregadas técnicas de poder, sobre a conduta e a subjetividade, da forma como foram realizadas por essa racionalidade. Por um lado, temos um cenário de aumento de desigualdade, concentração de renda e patrimônio, e polarização da riqueza e da pobreza, sendo definido por eles como uma mercantilização implacável da sociedade e generalizada nas relações sociais. Cabe observarmos que o poder do capital não deixou de ser o grande motor da história, subordinando o Estado e a sociedade, colocando-os a serviço de sua acumulação cega (DARDOT; LAVAL, 2016).

Nesse viés de acumulação, constrói-se uma forma mais elaborada da subjetivação do capital, agora contábil e financeira, que produz uma relação indivíduo com ele mesmo homologa à relação capital com ele mesmo: busca-se um crescimento indefinido e cada vez mais intenso. Nesse ponto surgem novas formas de sujeição do indivíduo assalariado ao endividamento de massa, que caracteriza (e alimenta) o funcionamento do capitalismo contemporâneo (DARDOT; LAVAL, 2016) e, junto com elas, o mecanismo de dominação que se apropria do funcionamento do aparelho do Estado; este que, por vez, incentiva a acumulação de capital (NEVES, 2005). Fica evidente que o capital se apropria da subjetividade, sendo ela mesma o capital que cada um dispõe, o “epicentro de toda poiesis” (PELBART, 2000, p. 41).

A subjetividade contemporânea passa a sofrer cada vez mais intensa influência da publicidade e da cultura de massa, que veiculam mensagens estimulantes de variados tipos de desejos e apresentam um novo conceito de paraíso, agora mundano. “Na visão terrestre do paraíso prometido, o capital substitui Deus na função de fiador da promessa, e a virtude que

---

2008). Isso ocorre devido sua extraordinária plasticidade, o que não assegura a formação das pessoas (DUFOUR, 2008).

nos faz merecê-lo passou a ser o consumo: este constitui o mito fundamental do capitalismo avançado” (ROLNIK, 2006; p. 20). No lugar dos clérigos, assume a ascendente indústria cultural, que ajusta as leis das pessoas às leis do mercado, formando ou instituindo os indivíduos. Já o mercado, deus<sup>17</sup> pós-moderno do presente e do agora, esbanja atributos da divindade capitalista: possui onipotência e apresenta-se como lugar (único) da verdade, forças que lhe garantiu o controle do mundo sob outros deuses, como exemplo, os proletariados (DUFOUR, 2008).

As propagandas tornam-se cada vez mais sedutoras, com o propósito justamente de vender a imagem de que o alcance de desejos é o caminho para a felicidade, que deve ser buscada constantemente, não restando espaço para o ócio. O capital, por sua vez, imbrica uma nova liberdade, por meio do crescente processo globaliza(dor), elevando a mobilidade ao patamar de valor cobiçado por grande parte da população, sendo capaz de diminuir, proporcionalmente e em alta velocidade, as fronteiras geográficas e superar o conceito de distância (BAUMAN, 1999). Essa (falsa) liberdade constrói-se juntamente com a crença alienada do cidadão livre, conquanto está livre apenas para ir em direção à mercadoria, compondo um grande rebanho<sup>18</sup> de consumidores (DUFOUR, 2008). Este autor revela que

Os indivíduos hoje vivem separados uns dos outros, o que lhes afaga o egoísmo, mas estão ligados uns aos outros de um modo virtual para serem conduzidos a fontes de abundância, notadamente graças às indústrias culturais – penso evidentemente, na televisão, na internet, em boa parte do cinema de grande público, nas redes de telefonia portátil saturadas de ofertas “pessoais” (DUFOUR, 2008).

É por meio de modo virtual que os espaços se tornam livres das restrições do corpo, formando-se espaços até mesmo desprovidos de concreto, como o espaço cibernético. Movimenta-se cada vez mais, sendo a mobilidade e a falta dela a dicotomia pós-moderna (BAUMAN, 1999). Esses aspectos não podem ser generalizados. Alertamos que uma minoria

---

<sup>17</sup> Dufour (2008, p. 87) chega a defender, ciente de possíveis censuras, que a invenção do mercado por Adam Smith tinha ligação com a teologia: “o mercado corresponde assim a uma tentativa de produzir um novo grande Sujeito suscetível de ultrapassar em potência todos os antigos, graças a essa Providência enfim decifrada, aceita e sobre tudo posta em prática”. O autor faz questão de lembrar que Smith era teólogo e que a “mão invisível” possui clara conotação religiosa.

<sup>18</sup> Dufour (2008) utiliza esta expressão com base na sociedade-rebanho de Nietzsche, exportada por Bernard Stiegler (“*Aimer, s'aimer, nous aimer: du 11 septembre au 21 avril*” de 2003, p.30.) que faça uma ponte entre o “arrebanhamento” e o crescimento do capitalismo.

se mantém resistente, incluindo ativistas que problematizam, como em um “carnaval<sup>19</sup> de resistência”, a globalização e o livre comércio como sendo as ideologias colonizadoras e racistas do século XXI, que são encenadas em espetáculos corporativos pela mídia (BOJE, 2002, p. 16). Na visão de Dufour (2008), essa minoria sai da lógica do rebanho por ser composta de sujeitos que pensam, ouvem e falam por si.

A emancipação dos territórios é criada, ao mesmo tempo que alguns significados formadores de comunidades tornam-se extraterritoriais. O resultando disso é uma separação social em que as elites, de forma material, alcançam locais inalcançáveis pelo resto da população. Essa se vê em uma territorialidade forçada, assistindo de forma imobilizada a liberdade com que se movem aqueles, aprofundando cada vez mais o fosso que a separa dos seus locais de desejos (BAUMAN, 1999).

Já no contexto da subjetividade, compreendemos, da leitura de *mil platôs*, que esse processo de desterritorialização não necessariamente emancipa, mas pode criar uma nova territorialidade, em uma espécie de “reterritorialização”, formada de várias maneiras: vertical, horizontal, lenta, veloz, absoluta, relativa (DELEUZE; GUATTARI, 1996). Inclusive a desterritorialização é frequentemente entendida como sinônimo de alienação porém, as mudanças adquiridas com esse novo território permitem a vivência de um processo de integração e entendimento, em que “o indivíduo recupera a parte do seu ser que parecia perdida” (SANTOS, 2007, p.83). Além disso, o próprio mercado muitas vezes operacionaliza a desterritorialização, proporcionando, de forma auto reguladora, um isolamento diante da mercadoria e reprimindo qualquer tentativa de autonomia (DUFOUR, 2008). Assim, observamos que os processos de desterritorialização e territorialização “se desdobram em novas linhas de fuga, mas que são, concomitantemente, reterritorializadas pelo capital por meio de uma pluralidade e plasticidade de captura e re-inserção nos modos de produção” (LUZ; SILVA, 2008, p.267).

Dessa forma, cabe refletirmos sobre a colocação de Bauman (1999; 2007) relacionada à instabilidade do mundo contemporâneo. O autor expõe que diante das inseguranças e incertezas do contexto líquido-moderno, a territorialidade seria um porto seguro, uma tentação para se afastar das ameaças contemporâneas. E de fato nos parece razoável, porquanto tal

---

<sup>19</sup> Boje utiliza a expressão carnaval de resistência como sendo uma “resposta estratégica a sentimentos atuais de alienação ao poder corporativo, mas também é parte daquele poder – trabalhamos para ele e compramos dele” (BOJE, 2002, p. 22). O autor explica que há presença também no mundo virtual: o *e-carnaval*.

instabilidade pode gerar um medo capaz de imobilizar os sujeitos que encontram um mínimo conforto e segurança em sua posição estática<sup>20</sup>. Por outro lado, essa necessidade de mudança, de se desterritorializar, poderia evidenciar um devir animal, tomado por um espírito-pássaro, que buscaria linhas de fuga que o afastasse das subjetivações de seu território presente (DELEUZE; GUATTARI, 1996). Como explica Leite,

De um lado, verificamos que muitos animais –pássaros, mamíferos e peixes – costumam marcar o “seu” território e depois defende-lo da invasão estranha. De outro, notamos que o animal, embora precise vencer ou superar temores, gosta de aventurar-se por territórios desconhecidos, investigar um ambiente novo ou estranho (LEITE, 2007, p.19).

Estes aspectos, na explicação de Benites (2004), também são reflexo do trabalho enquanto agenciamento, que não apenas produz a objetivação do trabalhador, mas molda e modula formas de subjetivação, implicando em um modo de sujeição deles. O autor acredita que a subjetivação se aproxima da sujeição e que, no caso do servidor público,

Há um nexos entre o controle e regulação da vida dos indivíduos (o “governo dos outros”) na atividade dos trabalhadores no serviço público e as práticas exercidas por esses mesmos trabalhadores sobre si (o “governo de si”) como forma de prender o trabalhador à sua própria identidade (BENITES, 2004, p.290).

Essa sujeição à normas e aos elementos heterogêneos faz do trabalho burocrático um dispositivo tanto de segurança quanto de subjetivação, aspecto que produz o sujeito moralmente “apegado<sup>21</sup>” à essa identidade de servidor público (BENITES, 2004). Dessa forma, quando em momentos de crise pessoal, por estar envolvido por um sentimento de pertencimento, pensa apenas em novas aprovações, raras as vezes em regresso ou fuga, pois os considera como fracassos. Como afirma Pereira (2004), de alguma forma esses cenários, em que o indivíduo encontra essa sensação de pertinência, entram e crise, tornando-se fragmentados e descentrados. Deduzimos que este seria o momento de desterritorialização, mas não de forma completa, tampouco fora do serviço público. Esse, provavelmente, é o resultado da modelagem de vontade do sujeito, para que permaneça no trabalho público, provedor de sua identidade maior: servidor público.

---

<sup>20</sup> Como encontrada na estabilidade dos servidores públicos.

<sup>21</sup> Aspecto que também contribui para a permanência no serviço público: caso insatisfeito, estuda para uma nova aprovação em concurso público.

## 2.2 O TRABALHO E O MUNDO CONTEMPORÂNEO

*Você deve notar que não tem mais tutu e dizer que não está preocupado  
 Você deve lutar pela xepa da feira e dizer que está recompensado  
 Você deve estampar sempre um ar de alegria e dizer: tudo tem melhorado  
 Você deve rezar pelo bem do patrão e esquecer que está desempregado  
 Você merece, você merece, tudo vai bem, tudo legal, cerveja, samba  
 E amanhã, seu zé? Se acabarem seu carnaval?  
 (Gonzaguinha – Comportamento geral)*

### 2.2.1 Uma contextualização ampla sobre o tema

A consciência humana é força que direciona o trabalho e o diferencia do trabalho animal. Permite a realização das atividades laborais de forma consciente e proposital, orientadas pela inteligência. Sob o aspecto da produção capitalista, o trabalho assume a forma de mercadoria, com compra e venda de sua força, formalizada por um contrato. Este é firmado entre o trabalhador, que o vê como única alternativa a sua situação social, e pelo empregador, que deseja expandir a parcela do capital que detém. Porém, mesmo diante de uma relação de troca, o capitalista tem como desafio e problema a sua incapaz de comprar o trabalho, propriedade inalienável do trabalhador (BRAVERMAN, 1987).

Com o advento do capitalismo industrial, o trabalho passa a ser moldado conforme a produção capitalística da época. Inicia-se a expansão para o capital e para o lucro, em que a acumulação de capital domina e molda o processo de trabalho, ao passo que o capitalista passa a assumir uma forma primitiva<sup>22</sup> de gerência. O objetivo é coercivo, de habituar o trabalhador às suas tarefas (BRAVERMAN, 1987). Dessa forma,

Como o capitalismo cria uma sociedade na qual ninguém por hipótese consulta qualquer coisa senão o interesse próprio, e como prevalece o contrato de trabalho entre as partes nada mais prevendo senão evitar que uns prevaleçam sobre os de outros, a gerência torna-se um instrumento mais perfeito e sutil. Tradição, sentido e orgulho no trabalho desempenham papel cada vez menor e mais esporádico, e são considerados por ambas as partes

---

<sup>22</sup> A formulação completa da teoria da gerência ocorre no final do século XIX e começo do século XX, impulsionando os trabalhos de cadeia de desenvolvimento dos métodos e organização do trabalho de Frederick Taylor. A gerência científica possibilitava a investigação da adaptação do trabalho às necessidades do capital e elevava o controle ao patamar de necessidade absoluta para a execução adequada do trabalho sem qualquer interferência de vontade do trabalhador. É esse fato que norteia a gerência moderna: o controle das decisões durante a execução do trabalho (BRAVERMAN, 1987). E tal controle, servindo ao capital e em um contexto neoliberal, encontrou na gestão gerencialistas as ferramentas necessárias para o adestramento de seu maquinário humano, o trabalhador.

como manifestações de uma natureza melhor que seria tolo favorecer (BRAVERMAN, 1987, p. 68).

A passagem da sociedade moderna, baseada nos modelos Taylorista-Fordista, para o contexto da sociedade contemporânea (entendida ainda como pós-moderna, ou da hipermodernidade, ou da modernidade-líquida), demandou organizações mais flexíveis e complexas, capazes de acompanhar a heterogeneidade das mudanças sociais e culturais, sustentadas pela expansão do consumo e da comunicação em massa, pelo enfraquecimento das normas disciplinares e pelo hedonismo. Tais organizações passam a interferir tanto nos estilos de vida quanto na produção do trabalho e do trabalhador, intensificando o caráter ideológico do controle e moldando o indivíduo ao seu dever de consumo (TONON, 2010).

No Brasil do século XX, essas mudanças proporcionaram altos índices de crescimento econômico e mobilidade social, resultando em mudanças profundas que acentuaram desigualdade e estratificação social, e fortaleceram sua permanência, enraizando seu passado histórico de exploração do trabalho por meio da mão-de-obra escrava. Isso pois quando o país era colônia de Portugal se colonizava para o capitalismo, e o trabalho escravista promovia uma espécie de “acumulação primitiva nas economias centrais europeias” (NOVAIS, 1986, p. 106). Mesmo com esse histórico servil, Sorj chegou a afirmar que o país não apresentou sinais de rigidez social, e sim, um grande dinamismo na recomposição de suas classes, principalmente na década de 1970, com a expansão acelerada do capitalismo (SORJ, 2000).

Na década de 1980, foi a vez do trabalho sofrer transformações profundas e intensas, repercutindo na materialidade e subjetividade da classe trabalhadora, que afetaram a sua forma de ser. Surgiram novos processos de trabalho, firmados na flexibilização e na desregulamentação, em busca de produtividade e adequação da produção à lógica de mercado, ao passo que se perseguiam novos padrões de gestão da força de trabalho (ANTUNES, 2006). A globalização transformou a relação entre trabalho e capital, ao passo que a desterritorialização deste correspondeu a uma reterritorialização daquele, acentuando suas desigualdades, tais como as relacionadas à circulação de pessoas, dotada de restrições, e de mercadorias, quase total (GAULEJAC, 2007).

Temos então uma mudança não só nos meios de produção e na sociedade, mas também no trabalhador, que passa por uma profunda transformação, em um processo de autoformação do sujeito econômico: abandona a figura do sujeito de trocas e calculador para assumir o papel de sujeito de empresa, que foca em um objetivo a realizar (DARDOT; LAVAL, 2016). Dessa forma,

Alcançar o objetivo de reorganizar completamente a sociedade, as empresas e as instituições pela multiplicação e pela intensificação dos mecanismos, das relações e dos comportamentos de mercado implica necessariamente um devir-outro dos sujeitos. O homem benthamiano era o homem *calculador* do mercado e o homem *produtivo*, inteiramente imerso na competição mundial. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 322).

Fica cada vez mais nítida a caracterização da sociedade contemporânea como sociedade de serviço, principalmente em virtude do setor terciário ter se desenvolvido mesmo que dependente da relação de acumulação industrial. Uma outra característica é o seu trabalho de forma produtiva, movido por seus agentes, trabalhadores produtivos, e seus subordinados, agente reais do processo do trabalho total. Ambos fazem parte de um processo de desqualificação em busca da polivalência, mas de nítida contradição: superqualificam-se alguns ramos produtivos e desqualificam-se outros (ANTUNES, 2006). Destaca-se, então, o caráter inteligente e proposital da força de trabalho, qualidade distintiva que possibilita empreender meios para aumento de sua produção, de forma a render maior excedente e lucro (BRAVERMAN, 1987).

Cabe apontarmos, que na adoção do viés do capital, da produtividade e da empresa, a lógica de mercado não leva em conta consequências naturais, tais como o desemprego estrutural, resultantes desse processo de transformação. O capital passa a fornecer um ideal para a formulação de uma política concorrencial e de competitividade incorporada e aceita pelos trabalhadores. Estes distanciam-se de qualquer alternativa além do capital (ANTUNES, 2006), à medida que o capitalista se torna responsável pelo processo de trabalho, alienando o interesse dos trabalhadores e, progressivamente, seus processos de produção (BRAVERMAN, 1987). Com isso,

Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de uma lado reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora (ANTUNES, 2006, pp. 49,50).

Essa contradição entre o capital e o trabalho é fortemente interiorizada pela figura do gerente, o *manager*, que ocupa posição intermediadora entre o capital e o trabalhador (GAULEJAC, 2007), diferentemente do que ocorria no capitalismo industrial, em que a gerência era primitiva e desenvolvida pelo próprio capitalista, por ser proprietário do capital



(BRAVERMAN, 1987). É por meio do gerenciamento – o *management*<sup>23</sup> – que a organização buscava conciliar as diferenças e garantir a sua sobrevivência. Mas no momento que se coloca a serviço do poder financeiro perverte-se, favorecendo a visão de o homem como recurso da empresa (GAULEJAC, 2007). Como um cavaleiro que utiliza rédeas, bridão, esporas, cenoura, chicote e adestramento desde o nascimento para impor sua vontade ao animal, o capitalista empenha-se, através da gerência (*management*), em controlar (BRAVERMAN, 1987). A interiorização da necessidade de adestramento é condição que permite ocupar os corpos e distribuí-los no espaço social, de maneira que o indivíduo responda com comportamentos desejados (DUFOR, 2008).

Assim, a gestão se configura, a partir do desenvolvimento do sistema capitalista, como uma sofisticação do capital, que refina seus mecanismos de manutenção e auxilia as novas formas de controle do trabalho (VIZEU, 2010). As ciências da gestão e a ideologia gerencialista mostram-se ambíguas, sendo essa ideologia um sistema de pensamento racional que ilude e dissimula, ao passo que domina e molda a conduta humana, legitimando o lucro como finalidade. Dessa forma, a gestão transformasse em ciência do capitalismo, dominando racionalmente tanto a economia quanto a sociedade, que se torna máquina de produção, utilizando o humano como recurso produtivo (GAULEJAC, 2007).

É diante desta contextualização que apresentamos como pilares da contemporaneidade a Instabilidade, Consumo, Gestão Gerencialista e Liquidez. Podemos inferir que o moderno se revela em estágio de liquidez e a instabilidade, como reflexo dessa mutabilidade. Nada é perpétuo, pelo contrário, é efêmero, volúvel e flexível. A gestão gerencialista, ideologicamente, dedica-se em envolver o trabalhador nos objetivos organizacionais, estimulando desejos e necessidades, contudo, acentuando a insegurança. O trabalho ganha novo significado, ali(nh)ando-se ao capital e sua lógica de mercado. Ao mesmo tempo que o cenário é de instabilidade, o setor público oferece a estabilidade na carreira como atrativo, juntamente com salários que propiciam razoável poder de compra a seus servidores concursados. Mas essa

---

<sup>23</sup> Para Gaulejac, o termo evoca a ideia de arranjar, instalar e providenciar. Ele explica que hoje significaria “arrumação” e que, etimologicamente, o termo vem do *manège* (= equitação), local de criação de cavalos e onde se aprende a montá-los (GAULEJAC, 2007, pp. 51, 52). Parker (2002) apresenta três definições para o termo: como substantivo, *management* é o plural de *manager* e se refere a um grupo de executivos que utilizam estratégias gerenciais; como verbo, *management* é o ato de praticar o gerenciamento, ou seja, ordenar e controlar pessoas e coisas; e como disciplina acadêmica, o departamento ou disciplina que estuda o significado e a prática do *management*. Braverman (1987) acrescenta que o verbo *to manage* é derivado do latim, *manus*, que significa mão, o que antigamente se referia à adestrar um cavalo, para que se praticasse o *manège*.

estabilidade passa a ser questionada. O próprio contexto pós-moderno desestrutura identidades estáveis do passado, questiona e proporciona novas identidades e rompe com as “estruturas estruturantes” que centravam o indivíduo (PEREIRA, 2004, p. 90).

### 2.2.2 As especificidades encontradas na sociedade brasileira

As obras desenvolvidas por Bauman, Gaulejac e Lipovetsky formam a base teórica desta pesquisa. Por este motivo, acreditamos ser necessária, e importante, a discussão e compreensão das especificidades embrionárias da nossa sociedade brasileira, não perdendo de vista as diferenças existentes entre o contexto de desenvolvimento daquelas teorias, mas evitando uma apropriação equivocada ou simplista delas. Para tanto, utilizaremos como eixo direcionador desta argumentação a obra “a nova sociedade brasileira”, do sociólogo brasileiro Bernardo Sorj (2006) e outros teóricos capazes de clarificar o exercício aqui proposto.

Segundo o autor, o Brasil passou por mudanças sociais profundas ao longo de sua história, uma vez que permaneceu colônia de Portugal por trezentos e quinze anos e o trabalho humano foi objetificado por meio do sistema escravocrata. Essas mudanças são marcantes para entendermos a relação contemporânea, e complexa, entre Estado e sociedade: essa demandando uma participação ativa daquele. Com elas, a sociedade apresentou grande dinamismo na recomposição das classes sociais, que possibilitou a formação particular e específica que a define hoje. Sua organização como sociedade é fruto da junção de sete faces: patrimonialismo; Estado racionalizador voltado para o crescimento econômico; capitalismo; desigualdades e heterogeneidade social; padrões culturais de sociabilidade; lógica institucional e cidadania (SORJ, 2006). Para ele:

Nem o patrimonialismo nem o nível de desigualdade social, nem o Estado racionalizador nem a sociabilidade ou as formas de cidadania podem ser deduzidos do caráter capitalista da sociedade brasileira, embora todas essas instituições tenham sido influenciadas e remodeladas por sua integração/articulação com o processo de acumulação de capital (SORJ, 2006, p. 19).

Sorj (2002, p. 28) ensina que na década de 1950 “o Brasil entrou num processo acelerado de urbanização, mercantilização das relações sociais, mobilidade social e integração do mundo do consumo, com o conseqüente desaparecimento dos sistemas tradicionais de autoridade e poder”. Sobre essas mudanças da sociedade brasileiras, que convergiram para o consumo, Santos observa que:

Em nenhum outro país foram assim contemporâneos e concomitantes processos como a desruralização, as migrações brutais desenraizadoras, a urbanização galopante e concentradora, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante, a concentração da mídia escrita, falada e televisionada, a degradação das escolas, a instalação de um regime repressivo com a supressão das escolas, a instalação de um regime repressivo com a supressão dos direitos elementares dos indivíduos, a substituição rápida e brutal, o triunfo, ainda que superficial, de uma filosofia de vida que privilegia os meios materiais e se despreocupa com os aspectos finalistas da existência e entroniza o egoísmo como lei superior, porque é o instrumento da busca da ascensão social. Em lugar do *cidadão* formou-se um *consumidor*, que aceita ser chamado de *usuário* (SANTOS, 2007, p. 25).

Valores e aspirações individualistas se consolidaram, segundo Sorj (2006), apresentando como traços gerais a incerteza e novas identidades coletivas, mas não abandonando as redes e os laços sociais como elementos centrais na inserção no mercado e na sociedade. Essas incertezas nasceram de uma cultura política latino-americana de desconfiança, que conviveu e foi obrigada a se adaptar à desordem social nos longos períodos de alta inflação (SORJ, 2006). Por analogia, portanto, é possível perceber que, conseqüentemente, que a contemporânea liquidez da sociedade brasileira é fruto desse contexto de mudanças já vivenciado no século passado.

A instabilidade da sociedade brasileira tem como raiz uma cultura produzida pela inflação, que consolidou incertezas sobre o valor futuro do dinheiro guardado, desacreditou as pessoas de poupa-lo e estimulou, portanto, o consumo (SORJ, 2006). Dessa forma:

A tendência crescente da sociedade brasileira de importar padrões de qualidade do exterior produziu, a partir do efeito convergente de uma série de fatores de ordem institucional, econômica, social e ideológica, a criação de um novo sujeito social, o consumidor, e de um campo político-cultural que afeta os comportamentos e sentimentos coletivos (SORJ, 2006, p. 53).

A sociedade brasileira é inegavelmente capitalista e, com isso, “ergue-se sobre um conjunto de instituições sociais que não se reduzem nem se explicam por sua associação, utilização ou inserção na dinâmica capitalista” (SORJ, 2006, p. 19). Além disso, mesmo o consumo diminuindo com a mesma proporção da renda, todos os brasileiros são consumidores e negar esse aspecto é colocar certos grupos a uma margem fantasiosa, na qual ninguém gostaria de participar. Esse consumismo faz com que a renda de grupos menos favorecidos seja gasta com supérfluos, além de aumentar a sensação de privação capaz, até mesmo, de estimular práticas delituosas (SORJ, 2006).

Segundo o estudo de Sorj (2002), as transformações na sociedade brasileira tiveram influência tanto dos Estados Unidos quanto de organismos internacionais de financiamento. Três fatos da década de 1970, apresentados na obra, revelam como se deu o processo de aproximação da nossa população com outras culturas: 1) o financiamento governamental para a especialização de estudantes brasileiros no exterior; 2) a diáspora da classe média baixa brasileira para, principalmente, Estados Unidos e Japão, com o objetivo de juntar dinheiro e retornar, ou não, para o Brasil; 3) as viagens da classe média brasileira, principalmente (e compulsivamente), para comprar em Miami e Nova York, uma vez que os produtos nacionais eram considerados ou de péssima qualidade ou caros.

Deduzimos que, além da aproximação com uma variedade de culturas, a expansão do consumo ocorreu progressivamente. Inclusive Sorj cita que os jovens de bairros pobres imitavam modelos do esporte e da música (rap, funk, hip-hop), na esperança de atingirem o sucesso capaz de proporcionar-lhes poder de consumo, que não alcançariam de outras formas dadas suas condições (SORJ, 2006). Segundo expôs,

A cultura de consumo é responsável pela orientação de boa parte da sociabilidade, dos desejos e expectativas em áreas em torno das quais se organizam as diversas tribos de consumidores. [...] O consumo é um dos componentes centrais na construção de identidades, a partir de afinidades de ordem subjetiva e não mais de questões públicas (SORJ, 2006, p. 91).

Além dessa aproximação física com o exterior, outro fato que pode justificar a facilidade que a sociedade brasileira possui em absorver multiculturas é identificado na sua formação como nação. A ausência de experiências conflituosas capazes de gerar sentimentos nacionalistas, similares aos vividos por países hispano-americanos, afastou de sua base discursos e ideias regados por sentimentos nacionalistas, típicos de uma cultura cívica patriótica (SORJ, 2006). Tanto é verdade que o filósofo brasileiro Leite (2007, p.44) afirmou não se surpreender que “os temas de nossa independência e de nosso nacionalismo sejam uma transposição, mais ou menos adequada e feliz, dos encontrados no nacionalismo europeu” pois, segundo ele, esse nacionalismo coincide com a independência das colônias sul-americanas.

Para este autor, a sociedade brasileira não desenvolveu forte sentimentos nacionalistas, xenofóbico em algumas nações, pelo contrário, apresentou-se xenofílico (LEITE, 2007), vendo com bons olhos a aproximação com o cenário externo. A internacionalização da classe média possibilitou o intercâmbio social, econômico e cultural e integrou o país ao processo de globalização, mas de forma dependente dos países mais desenvolvidos, pois pouco se buscou

essa internacionalização junto aos países em situação econômica semelhante ao Brasil. Além disso, a expansão do capital estrangeiro na indústria renovou e modernizou as relações de trabalho (SORJ, 2006). Até mesmo “a cozinha brasileira apresenta exemplos magníficos de aceitação de padrões estranhos, pois são cada vez mais populares alguns pratos aqui introduzidos por italianos, sírios, alemães e norte-americanos” (LEITE, 2007, p.20), ou adaptações abasileiradas da culinária desses países. Respeitamos o posicionamento dos autores mas devemos salientar que o Brasil é, de fato, um país xenofóbico, porquanto descriminaliza migrantes e refugiados. Podemos observar essa característica por meio de manchetes de notícias como: “Haitianos enfrentam preconceito e abusos no Brasil” (EXAME, 2016); “‘sai do meu país!’: agressão a refugiado expõe a xenofobia no Brasil” (CARTACAPITAL, 2017); “Brasil busca combater xenofobia contra imigrantes venezuelanos” (ESTADODEMINAS, 2018); ‘O “monstro da xenofobia” ronda a porta de entrada de venezuelanos no Brasil’ (ELPAIS, 2019).

As privatizações são outro ponto que possibilitou à economia brasileira um grande aumento da presença do capital estrangeiro. Os setores de telefonia e de sistema energético foram os mais influenciados, modificando o perfil dos grupos dominantes nacionais e proporcionando aumento do nível de emprego nesses setores. Contudo, cortes e terceirizações dentro das privatizadas, além de práticas de distribuição de empregos como forma de cooptar elites, tornaram-se comuns (SORJ, 2006), em uma espécie de *neopatrimonialismo* estatal.

Diante de um processo de formação social nitidamente peculiar resta a dúvida: podemos aplicar as teorias do velho mundo<sup>25</sup> nos estudos brasileiros? Entendemos que a aplicação é viável, mas deve ser acompanhada do exercício de repensá-las à luz das exposições levantadas nessa seção. Deve-se evitar o erro de enxergar o povo brasileiro como parte do mesmo processo de formação vivenciado pelo povo europeu, incorrendo em uma “ilusão de mundo sem fronteiras”. Isso porque, na análise de Sorj (2006), mesmo o mundo sendo tão interdependente hoje, tudo se dá em contextos de diversidades.

Um fato que possibilitaria a utilização dos conceitos são justamente as mudanças sociais do mundo. Estas, também em Sorj (2006, p. 122), “permitiram uma mudança de perspectiva com consequências para os estudos sociais tanto nos países em desenvolvimento quanto dos países avançados”. O resultando é uma crise da modernidade nos países centrais, que passaram

---

<sup>25</sup> Especificamente, no nosso caso, as teorias europeias.

a enfrentar fenômenos sociais e partilhar, mesmo com diferenças e disparidades de recursos, as mesmas incertezas em relação ao futuro típicos dos países em desenvolvimento (SORJ, 2006).

Outro fato relevante para esta argumentação é o posicionamento adotado por alguns autores franceses contemporâneos, com relação as especificidades brasileiras, dentre eles Lipovetsky e Mafessoli. Este, entrevistado em 2007 no Brasil, afirmou que a importância do corpo, mestiçagem e imaginação são características pós-modernas centrais que estão fortemente presentes no Brasil, tornando-o um “laboratório vivo da pós-modernidade” formador de criatividade social (MAFESSOLI *online*, 2007). Lipovetsky, em entrevista a um jornal brasileiro, posicionou-se favorável a tal pensamento:

Quando eu abordei essa noção de pós-moderno, o fiz numa tentativa de explicar fatos novos e uma nova realidade. Os fatos que eu estava assinalando, assim como os demais teóricos, são bem pontuais: o fim das ideologias, o surgimento de uma nova cultura hedonista, o destino da comunicação e do consumo de massa, o psicologismo, o culto do corpo (LIPOVETSKY *online*, 2018).

Em outra entrevista para o Brasil, ao ser questionado sobre “a dinâmica do efêmero na sociedade de consumo”, o filósofo Lipovetsky (2013, *online*) afirmou que isso ocorria desde a década de 1950 e não teria ligação nenhuma com as crises econômicas recentes, até porque, para ele, elas se aplicariam apenas à Europa, que estaria doente. O repórter deduziu que a América Latina não estaria doente, mas reproduzindo os modelos que levam a essa doença. O francês concordo com cautela, alertando que nesse caso a doença seria exclusivamente econômica (LIPOVETSKY *online*, 2013). Restou claro que ele não faz distinções relevantes entre a efemeridade latina e europeia, sendo as características econômicas o diferencial marcante. Isso pode ser comprovado em sua ideia de aproximação das cidades de São Paulo e Los Angeles, afirmando não haver limites na hipermodernidade:

Hoje, não há outro modelo que não a democracia ou o mercado globalizado. Há críticas, é claro, mas são críticas dentro desse sistema e não são radicais. Essa é a razão pela qual eu proponho hoje conceituar o período em que vivemos de uma maneira que me parece mais correta, ou seja: a modernidade passou para uma velocidade superior em que tudo hoje parece ser levado ao excesso: são os hipermercados, o hiperterrorismo, as hiperpotências, o hipertexto, hiperclasses, enfim, o hipercapitalismo. O que isso significa? Que a modernidade não tem mais limites, não tem mais críticas fundamentais em relação a si mesma. Daí a percepção que temos hoje de que a aventura da modernidade, no fundo, está apenas começando, e temos um sentimento, que vem de toda parte, de que as coisas estão chegando ao extremo. Quando vamos às grandes metrópoles como São Paulo ou Los Angeles, qualquer uma delas, temos essa sensação de ausência de limite, de uma cidade asfíxiada por si mesma (LIPOVETSKY *online*, 2013).

Diante do exposto, concordamos com Sorj: “a análise do caso brasileiro exige cautela ao aplicar categorias e valores calcados em outras realidades” (SORJ, 2006, p. 125). Percebemos que a compreensão das bases de formação do Brasil nos permite enxergar as marcas da hipermodernidade, liquidez, instabilidade e das ideologias gerencialistas presentes na nossa sociedade. Não existem motivos, no atual contexto histórico, que afastem a legitimidade da aplicação dessas teorias ao povo brasileiro: hiperconsumista, instável e líquido.

### 2.2.3 A Liquidez...

As promessas em busca da satisfação são, muitas vezes, capazes de capturar o indivíduo e mantê-lo extasiado, docilizado. Essas formas de sedução, no entanto, não são permanentes: a contemporaneidade é líquida e, por sê-la, a esperança permanecerá sedutora enquanto o desejo for irrealizado ou restar a sensação de que não foi plena e totalmente satisfeito (BAUMAN, 2007, p. 106), cabendo aos mecanismos de poder, portanto, apropriarem-se da novidade (o novo) para que possam manter seu controle. “O que é muito útil ao capitalismo, pois este tem sempre que encontrar o novo (novas terras, novas técnicas, novas saídas, novos produtos, novos medicamentos, novos mercados, novas fronteiras, etc)”, uma vez que o mercado sempre recodifica o capital, produzindo novidades que o nutrem (DUFOUR, 2008, p. 143).

Nesse ponto, deduzimos que o gerencialismo só encontraria as limitações do seu poder de apropriação do alheio dentro de si mesmo. Ou seja, seu limite está apenas na sua própria capacidade de condução dos indivíduos a sua adesão e ao seu reconhecimento de mobilizar a psique e o pessoal, e de seduzir e exaltar os desejos (GAULEJAC, 2007). Entretanto, considerar a fluidez, que pressupõe a liquefação dos valores e estruturas sociais, passa pela compreensão dessa interferência na própria Gestão Gerencialista, também sujeita a sucumbir às pressões contemporâneas. Como clarifica Bauman (2007):

Nessa sociedade nada pode reivindicar isenção à regra universal do descarte, e nada pode ter permissão de se tornar indesejável. A constância, a aderência e a viscosidade das coisas, tanto animadas quanto inanimadas, são os perigos mais sinistros e terminais, as fontes dos temores mais assustadores e os alvos dos ataques mais violentos. A vida numa sociedade líquido-moderna não pode ficar parada. Deve modernizar-se [...] ou perecer (BAUMAN, 2007, p. 9).

Cabe esclarecer que a característica basilar de uma sociedade líquida é a negação de um estado de rigidez: a não-solidificação em posses permanentes, porquanto as ações e reações envelhecem rapidamente e tornam-se obsoletas, não havendo razão em permanecer estático, ao passo que o cenário é constante e velozmente modificado (BAUMAN, 2007). Guerreiro Ramos,

em uma releitura sobre a “individualidade fluida”, de Arnold Hauser, revela que os valores não são estáticos, uma vez que são criados pelo homem: “a natureza humana é fraca e inconstante, num estado de eterno fluxo, suspensa entre diferentes estados, inclinações, disposições, porque está em contínua transição ... e sua verdadeira natureza não está na permanência, mas na mudança” (HAUSER, 1965, p.49 *apud* RAMOS, 1989, p.53). Assim, “as experiências que contribuem para a (re)produção dos modos de existência são cada vez mais influenciadas pelas sensações de intensificação dos fluxos ou mesmo pela constância do movimento de pessoas, ideias, informações e dinheiro” (TONON, 2014, p. 16).

Essa intensificação pode ser assim descrita: Gradualmente a sociedade de consumo torna a insatisfação permanente, desvalorizando e depreciando o que já se tem, alcançando a satisfação para que se provoque novas necessidades/desejos/vontades, resultando em compulsão, vícios e uma busca continua por promessas muitas vezes enganosas ou exageradas (BAUMAN, 2007). O concursado-concurseiro, por exemplo, acredita que é por meio da aprovação e troca de órgão público que irá conquistar sua satisfação plena, criando em sua vida uma *hipernecessidade* de conseguir o feito novamente.

Ramos (1989) observa que não há como explicar a fluidez individualista e peculiar da sociedade moderna sem vincular à forma pela qual a sociedade capitalista legitima a si mesma. Sendo o homem moderno calculista e fluido, e sua conduta conformada com os critérios utilitaristas e regras objetivas de conveniência, estimula-se esta fluidez individualista. (RAMOS, 1989). Esse homem é o sujeito produtivo oriundo da sociedade industrial. Não sendo apenas produtor material, mas um sujeito que produz nos domínios de sua vida o bem-estar, prazer e felicidade, age movido por seus próprios interesses sendo capaz de se sujeitar a vigilância e maximização do poder superior (DARDOT; LAVAL, 2016).

Não há dúvidas de que o trabalho é meio para o consumo, em uma relação indissociavelmente sustentada pelos interesses das organizações e dos próprios ideais da sociedade de consumo. Tendo essas características, Moreira (2016) indaga que o “hiperconsumo” faria com que a ideia de vocação para o trabalho se perdesse no contexto pós-moderno. Como consequência, o sentido do trabalho seria visualizado pelos indivíduos que trabalham apenas com uma contingência determinada por outros fatores, tais como renda, benefícios e estabilidade, o que nos faz crer que o trabalho é colocado na condição de meio para atingir algo maior: o consumo. O autor faz uma importante análise:



Aponta-se uma suposta perda da centralidade do trabalho no que tange à realização da subjetividade. As inúmeras possibilidades de experiência proporcionadas pelo consumo hedonista desloca o eixo da premência das ações teleológicas para as vivências afetivas. [...] Entretanto, não se pode desconsiderar a contradição fundamental presente na realização da subjetividade calcada no consumo, qual seja, a transformação das próprias atividades laborais em mercadoria (MOREIRA, 2016, p. 45).

Com a ideia de trabalho como mercadoria, evidencia-se uma busca contínua por um emprego que possa suprir as necessidades momentâneas e uma conseqüente perda de interesse nas atividades realizadas e necessidade contínua de descartar tal trabalho em busca de outro que possa saciar, mesmo que em um curto espaço temporal, a necessidade vivida naquele instante fragilmente estável.

Em meio a essa instabilidade, o concursado-concurseiro ambiciona novas aprovações e nega, ao mesmo tempo, qualquer possibilidade de abandonar o setor público. O que vale é a peregrinação entre estabilidades, capaz de ampliar seu poder de consumo e de distanciá-lo de carreiras públicas cristalizadas. “A exigência de mobilidade é um dogma das sociedades liberais” (GAULEJAC, 2007, p.245), mas o concursado-concurseiro a cumpre mantendo a garantia quase<sup>26</sup> absoluta, adquirida com sua estabilidade, de emprego livre das incertezas político-econômicas ou arbitrariedades.

Assim, “a mobilidade das pessoas é, afinal, um direito ou um prêmio, uma prerrogativa permanente ou uma benesse ocasional?” (SANTOS, 2007, p. 63). O que se apresenta como fato é o concursado-concurseiro, sujeito que alcançou a estabilidade no emprego ou com potencial para tanto, quando imerso no líquido contexto contemporâneo, mostrar-se tão instável quanto qualquer um e desejar consumir e se movimentar da mesma forma que todos desejam. Mas essa imersão ocorre justamente pelo privilégio de ter sido aprovado em um concurso público, com garantia de estabilidade após três anos de exercício, com renda fixa e com remuneração acima da média nacional. Ou seja, diante de uma parcela significativa da sociedade, os servidores públicos são privilegiados, o que lhes permite vivenciar o cenário líquido, podendo escolher – por exemplo – o que consumir.

Nesse contexto de movimento, potencializado após a aprovação, o nosso sujeito busca nomeações em outros órgãos, acreditando ser a solução para minimizar suas insatisfações, mesmo sem garantia nenhuma disso. Como conseqüência, essa busca (in)cansável é capaz de

---

<sup>26</sup> Ver seção 2.3.2

gerar dores, tensões, sofrimentos, em virtude da *hipernecessidade* gerada de que a aprovação venha, custe o que custar: sacrificam tempo dedicado à família, aos amigos, seus *hobbies*, as atividades físicas ou não fazer nada. Para eles não estudar é estagnar, é se entregar, é fracassar é permanecer distante da felicidade plena idealizada e, diante desses sentimentos, vivem os sabores contemporâneos da instabilidade.

#### 2.2.4 A Instabilidade...

A instabilidade do indivíduo contemporâneo reflete diretamente num estilo de vida pautado na flexibilidade que, para Lipovetsky (2004), converge em uma sociedade marcada pelas intensidades do ritmo hipermoderno; e que, para Bauman (1999), encontra sua base na globalização, voltando os processos de produção para um contexto efêmero, volátil e precário. Gradativamente afasta-se de um estilo de vida sólido, imutável e estável, considerando o movimento como vital nessa conjuntura. Sendo inadmissível paralisar, submete-se a uma busca (in)cansável pela felicidade que, conseqüentemente, é tão fugaz quanto o contexto contemporâneo que se estabelece.

Contesta-se o *status quo*, conferindo uma diminuição significativa do espaço temporal entre a satisfação e a não-satisfação. Pode-se observar mais ciclos de mudanças em períodos mais breves, independente do cenário (produtivo, político, econômico, social e individual). A relação tradicional entre necessidades e sua satisfação é revertida: a promessa e a esperança de satisfação precedem a necessidade que se promete satisfazer de forma sempre mais intensas e atraentes que as necessidades efetivas (BAUMAN, 1999).

Esse contexto mutável pode ser evidenciado na vida do indivíduo da sociedade hipermoderna, onde há a construção de um novo mundo em que cada um pode ser ao mesmo tempo produtor e produto do sistema fazendo-o funcionar e também suportando-o (GAULEJAC, 2007). Este sujeito caracteriza-se pelo “provisório, variável e problemático, alguém como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente”, mas que busca uma ruptura com o tradicional por meio de uma “cultura do instável”, avessa ao passado que petrificava as ações e os pensamentos, revelando uma crise desse sujeito pós-moderno (PEREIRA, 2004, p.89). Dessa forma,

No chamado mundo pós-moderno, não há mais um ponto referencial em torno do qual o sujeito gravita e se constitui firme, mas vários pontos referenciais

que não trazem segurança, pelo menos não do ponto de vista anterior, cuja significação era justamente a de uma firmeza estática (PEREIRA, 2004, p. 97).

A instabilidade dessa sociedade hipermoderna estimula e consolida seu estilo cada vez mais flexível, efêmero, volátil e precário que, por vez, incentiva mais mobilidade, consumo e descarte, em um processo de transição entre uma sociedade produtora para uma sociedade de consumo. Essa sociedade torna-se cada vez mais dependente do novo e mais individualista, fragilizando-se frente a força da alienação (SANTOS, 2007, p. 30), aspecto presente nas características ideológicas oriundas dos processos de gestão.

#### 2.2.5 A Gestão Gerencialista...

A gestão enquanto processo organizativo calcado em bases de eficiência e eficácia não é novidade. A gestão gerencialista, todavia, surge como forma de superar as disfunções da burocracia já observadas em meados do Século XX. Newman e Clarke (2012) Compara o burocrata e o gestor: aquele estaria voltado para dentro e submetido às regras, enquanto este é inovador, dinâmico e voltado para fora. Nesse novo contexto, adota-se o controle de resultados em detrimento do controle de processo e, para sua maior eficiência, o trabalhador como responsável por atingir metas e resultados (NEVES, 2015). Isso porque o gerencialismo é uma ideologia que legitima tanto o poder e seu direito de gerir, como uma estrutura de gestão calculista de metas, eficiência e posicionamento competitivo no mercado (NEWMAN; CLARKE, 2012).

Misoczky e outros citam que

O gerencialismo se constitui em uma racionalidade que justifica e propõe a reprodução da lógica de mercado em todas as dimensões da vida associada, operando como uma matriz teórico-ideológica subsidiária do neoliberalismo, com uma função organizadora das práticas sob a égide do mercado. No entanto, há uma tendência, no campo da Administração Pública (AP), de tratá-lo como um fenômeno circunscrito à contaminação do público pelo privado, ainda que essa contaminação seja uma das dimensões deste fenômeno (MISOCZKY, 2016, *apud* MISOCZKY *et al*, 2017, p. 188).

A análise da sedução em torno do mercado de consumo, com as lentes de uma gestão gerencialista, pode revelar ainda aspectos ideológicos pautados na mobilização da sociedade em favor da economia produtiva, eficiente e globalizada. Baseada em um paradigma utilitarista, a gestão gerencialista transforma a sociedade em máquina de produção com indivíduos-agentes

a serviço dela e a economia como finalidade exclusiva dessa sociedade, intensificando a visão do ser humano como mero recurso (GAULEJAC, 2007). Com relação a esse aspecto, nota-se que:

As sociedades hipermodernas não são economicamente frágeis. Em contrapartida elas parecem perder o sentido delas próprias. A mobilização sobre o trabalho leva a inverter a ordem das prioridades, como se a sociedade inteira tivesse de se colocar a serviço da economia. As necessidades de gestão se impõem às opções políticas e sociais. Os homens procuram na gestão um sentido para a ação e até, por vezes, para sua vida e para seu futuro. A economia política se torna uma economia gestonária, na qual as considerações contábeis e financeiras importam mais que as considerações humanas e sociais (GAULEJAC, 2007, p.31).

Nessa dinâmica, o poder imbricado nesse estilo de gestão é capaz de alienar o indivíduo de forma violenta, utilizando-se de um conjunto de técnicas que captam suas ambições, alimentam seus desejos e gerenciam suas angústias, com o objetivo de conduzir esforços à serviço da economia, da produção e da empresa, mobilizando a psique sobre os objetivos de produção (GAULEJAC, 2007). Essa psicomanipulação extrai do trabalho, além da mais-valia, o próprio **ser** em detrimento do bom desempenho gerador de rentabilidade. Desse modo,

Sob uma aparência objetiva, operatória e pragmática, a gestão gerencialista é uma ideologia que traduz as atividades humanas em indicadores de desempenhos, e esses desempenhos em custos ou em benefícios. Indo buscar do lado das ciências exatas uma cientificidade que elas não puderam conquistar por si mesmas, as ciências da gestão servem, definitivamente, de suporte para o poder gerencialista. Elas legitimam um pensamento objetivista, utilitarista, funcionalista e positivista. Constroem uma representação do humano como um recurso a serviço da empresa, contribuindo assim, para sua instrumentalização (GAULEJAC, 2007, pp. 40-41).

O contexto em que a gestão gerencialista se consolida, na visão de Gaulejac (2007), é marcado por um estilo de controle exacerbado, vigilância contínua, instabilidade, autonomia controlada, violência banalizada, degradação e precarização<sup>27</sup> do trabalho, irracionalidade, submissão, patologias, alienação, contradição e incoerência. Uma série de novos métodos, frutos da introdução de novas tecnologias, buscam controlar e cobrar os resultados dos trabalhadores, ampliando suas responsabilidades e oferecendo autonomia, mas, sutilmente, controlada (NEVES, 2005).

---

<sup>27</sup> Kallenberg (2009) revela que a precarização do trabalho, nas últimas décadas, é resultado do crescimento da globalização e da expansão do neoliberalismo, juntamente com o avanço tecnológico.

Como por exemplo dessas tecnologias, o celular corporativo permite conexão 24 horas com o trabalhador, garantindo a ele os “benefícios” de conta paga pela empresa e de serviços ilimitados. Essa forma de controle resume bem a colocação de Parker (2002) em que o gerencialismo é o caminho para se controlar os seres humanos.

Cabe observar que, para Gaulejac (2007), a gestão não seria um mal em si, sendo legítima a organização do mundo, a racionalização da produção e a preocupação com a rentabilidade. A condição para sua validade seria a de que esse conjunto melhorasse as relações humanas e a vida social. Em contrapartida, observa que a gestão gerencialista, apesar de sua aparente base racional, possui um arcabouço de irracionalidades manifestas em regras, prescrições, ou mesmo em julgamentos arbitrários, que provocam reações contrárias: “essa ideologia suscita muitas resistências e desilusões” (GAULEJAC, 2007, p. 41). Os indivíduos buscam mobilidade, porém, o poder gerencialista capta seus desejos mais profundos, cooptando-os com promessas de satisfação que mascaram o fim de obter uma devoção completa deles. Neste cenário, o controle desloca-se do corpo à psique, e espera-se que o indivíduo consagre-se inteiramente ao trabalho, sacrificando tudo pela carreira, uma vez que satisfações profundas geram esforços também profundos.

Essa contradição entre a busca pela liberdade e controle, resultante da ideologia gerencialista, cria um universo de racionalidade que segue uma lógica instrumental, alimentando o paradoxo da tentativa de escapar dela sem deixar de a ela aderir (GAULEJAC, 2007). Em um contexto líquido-moderno, em que a vida torna-se cada vez mais precária, maturada em contradições e incertezas constantes, tal paradoxo poderia nutrir o estímulo de fuga dessa realidade, uma vez que a vida líquida é uma sucessão de reinícios e livrar-se das coisas é prioridade sobre adquiri-las (BAUMAN, 2007, p. 8), uma vez que o descarte é impulsionado pelo desejo de consumo.

Os setores produtivos passam a demandar mais inovações que garantam sua sobrevivência. Reciclam permanentemente o passado, não deixando escapar nada do seu domínio, mantendo-se no movimento ditado pelo mercado. Esse movimento segue o ritmo da hipermodernidade, refletindo diretamente no estilo da sociedade contemporânea, que abandona as características de sociedade produtora para tornar-se uma sociedade cada vez mais consumista (BAUMAN, 1999; LIPOVETSKY, 2004), veloz e efêmera, podendo consumir “toda a eternidade do presente contínuo da vida terrena” (BAUMAN, 2007, p. 15), inclusive

em redes de sites que podem controlar e persuadir tanto consumidores quanto inventores (BOJE, 2002). Assim,

A nossa é uma “sociedade de consumo” no sentido, similarmente profundo e fundamental, de que a sociedade dos nossos predecessores, a sociedade moderna na suas camadas fundadoras, a sua fase industrial, era uma “sociedade de produtores” (BAUMAN, 1999, p. 77).

O que temos é a transformação de uma sociedade industrial, que buscava adaptar-se a uma ordem social estável, em uma sociedade de consumo, que busca libertar-se de qualquer possível amarra (GAULEJAC, 2007) que a impeça de alcançar seus desejos, de mover-se, de consumir. Dessa forma, a figura do cidadão dá espaço para a do consumidor insatisfeito, que, por sê-lo, está fadado a permanecer consumidor, capturado nas armadilhas dos bens e serviços de mercado, alienado na busca por coisas e submisso à elas (SANTOS, 2007).

#### 2.2.6 O Consumo...

A Revolução Capitalista, iniciada no século XIV no norte da Itália e completando-se no final do século XVIII na Inglaterra, originou o capital e suas instituições econômicas; transformou a agricultura em uma máquina produtora de excedentes; instituiu uma sociedade politicamente orientada; e instaurou a busca de lucro além da acumulação de capital. Essa revolução transformou o mundo de forma definitiva e por completo: generaliza-se o trabalho assalariado, o lucro torna-se objetivo econômico e acumula-se capital com a incorporação de um “progresso técnico” (BRESSER-PEREIRA, 2011). Porém, cabe observarmos que a industrialização por si só não foi a causa dos sistemas capitalistas modernos, visto que se constituíram de forma recorrente, mas de fato o cenário proporcionado pela Revolução Industrial deu condições para a expansão da economia capitalista (VIZEU, 2010).

Em um processo iniciado com a Revolução Industrial, o setor produtivo passa a alimentar a ideia do consumo desregrado e ordenar regras ao convívio social: busca-se satisfação, prazer, estética, mobilidade, status, aceitação social, estilo de vida, alto desempenho, rapidez, novos artefatos, tecnologia avançada - e tudo que for hodierno e inédito, seguindo a tendência do momento, “hiperconsumista” - ; mas descarta-se como se pudesse deglutir toda a acumulação, de forma descuidada e inconsequente, não considerando possíveis consequências para as futuras gerações (LIPOVETSKY; SERROY, 2015; VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012; LATOUCHE, 2009).

Dessa forma, o sistema de produção para o mercado cria armadilhas, em formatos de bens e serviço, capazes de aprisionar e alienar o indivíduo (SANTOS, 2007). Consequentemente o capital e o consumidor tornam-se mutuamente dependentes; sendo este impar para a competitividade, efetividade e rentabilidade daquele (BAUMAN, 2008a) que, dotado de crenças, substitui perversamente o papel de “ópio do povo” que antes era ocupado pela religião (SANTOS, 2007, p. 48). “É dessa forma que o consumo prossegue o seu trabalho ideológico, uma mitologia estranhada nas coisas, um ópio social mais eficaz que as religiões o foram no passado” (SANTOS, 2007, 53). Portanto,

[...] o consumo instala sua fé por meio de objetos. Aqueles que em osso cotidiano nos cercam na rua, no lugar de trabalho, no lar e na escola, quer pela sua presença imediata, quer pela promessa ou esperança de obtê-los. Numa sociedade ornada competitiva pelos valores que erigiu como dogmas, o consumo é verdadeiro ópio, cujos templos modernos são os *shopping centers* e os supermercados, aliás construídos à feição das catedrais (SANTOS, 2017, p. 48).

No Brasil, o acesso diferenciado aos bens de consumo coletivo acentua as desigualdade, em virtude da diferença de renda entre as famílias, marcando a estratificação social (SORJ, 2006), uma vez que a configuração do desenvolvimento econômico autossustentado em elevação de padrões de vida ou aumento de bem-estar material não é, necessariamente, acompanhado da diminuição da desigualdade, nem mesmo é ambientalmente autossustentável. De qualquer forma, esse desenvolvimento não deixa de ocorrer pois as empresas enxergam a acumulação de capital e incorporação de tecnologia como forma de sobrevivência (BRESSER-PEREIRA, 2011). O resultado é a acumulação sem limites e a produção de novas tecnologias com descarte cada vez maior e impulsionado naquilo que se pode chamar de obsolescência programada. Para Santos (2007),

Vivemos dominados pelo consumo selvagem, indefesos quanto às manipulações de indústrias e de intermediários, inermes diante das práticas de “obsolescência original”, que enganam fraudulentamente o comprador com a apresentação de produtos deliberadamente destinados a durar muito pouco (SANTOS, 2007, p. 55).

Podemos chamar essa acumulação sem limites de *hiperacumulação* e entende-la como sendo típica de um contexto de *hiperconsumo*. Isso porque, como observa Lipovetsky (2004):

Hipercapitalismo, hiperclasse, hiperpotência, hiperterrorismo, hiperindivisualismo, hipermercado, hipertexto – que mais não é hiper? O que mais não expõe uma modernidade elevada à potência superlativa? Ao clima de epílogo segue-se uma sensação de fuga para adiante, de modernização desenfreada, feita de mercantilização proliferativa, de desregulamentação

econômica, de ímpeto técnico-científico, cujos efeitos são tão carregados de perigo quanto de promessas (LIPOVETSKY, 2004, p. 53).

A “hipermodernidade” vai ao encontro da concepção de Bauman sobre a vida líquida que, em muitos casos, se manifesta como uma vida de consumo que projeta o mundo e seus fragmentos como objetos que perdem a utilidade quando ainda em uso. Coloca-se, por outro lado, diante de autoexame, autocrítica e autocensura, motores da insatisfação do eu consigo mesmo que, por conseguinte, dota o mundo exterior de valor instrumental (BAUMAN, 2007). Ele observa ainda que:

A pilha de expectativas malogradas tem um paralelo nas crescentes montanhas de ofertas descartadas [...]. A taxa de mortalidade das expectativas é elevada, e, numa sociedade de consumo funcionando adequadamente, espera-se que cresça continuamente. A expectativa de vida das esperanças é minúscula, e só uma taxa de fecundidade extraordinariamente elevada pode salvá-las da diluição e da extinção (BAUMAN, 2007, p. 108).

A ideia do consumo, de forma genérica e em razão de sua abrangência, vem se fortalecendo em um discurso próprio da construção social, que estabelece necessidades nem sempre verdadeiras mas capazes de seduzir o indivíduo à acreditar em sua indispensabilidade. Essa percepção é sinalizada por Lipovetsky (2004):

A consagração social do presente consumista se fez acompanhar de uma plethora de acusações lançadas contra a atomização social e a despolitização: contra a fabricação de falsas necessidades; contra o conformismo e a passividade consumistas; contra a adoção de engenhocas em todas as esferas da vida, num processo sem propósitos e sem sentido (LIPOVETSKY, 2004, p. 61).

Como observa Sorj (2002), o grande número de horas diante da televisão<sup>28</sup> expõem diretamente os indivíduos à publicidade. No Brasil, onde a cultura oral reforçada pelo analfabetismo predomina, esse tempo é um dos mais altos do mundo, sendo decisivo para uma formação de opinião enviesada e uma “catarse e identificação coletiva em que os pobres podem entrar no mundo de consumo dos ricos” (SORJ, 2006, p.52). Outra característica analisada pelo autor é a expansão do consumo pelos brasileiros ter a particularidade de acontecer por meio de

---

<sup>28</sup> Dufour revela papeis desempenhados pela televisão: como “terceiro pai”, infiltrando-se na subjetividade das famílias; como “nova família”, estando presente em todos os cômodos da casa, como um “agregado” personagem virtual da família; e permitindo que o telespectador componha essa família, como no Big Brother Brasil. Segundo ele, essa produção da indústria cultural visaria antes de tudo o lucro por meio do consumo, em que as famílias passam a ser estruturadas por relações mercantis. Além disso, estão dentro das casas, o adestramento ao consumo começaria mais cedo, tendo melhores resultados (DUFOUR, 2008).



produtos que não exigiam mínimo grau de instrução dos usuários, nem mesmo alfabetização, o que certamente facilitava sua difusão e contribuía para o consumo desenfreado.

Tonon (2014, p. 18) revela que “a intensificação do consumo atinge outras esferas, para além dos produtos físicos, ganhando dimensões que criam, reproduzem e sustentam mercados de ideias, prescrições, ou mesmo estilos de vida”. Tal circunstância poderia retratar a maneira na qual a lógica capitalista influencia os diversos aspectos cotidianos do indivíduo. Nesse sentido, é importante evidenciar que, para muitos, o trabalho passa a ser reduzido meramente à condição de emprego, visto que seu fundamento pode estar representado apenas na possibilidade de ampliar o acesso aos bens de consumo. O consumo, desse modo, geraria uma satisfação reduzida a uma manifestação parcial e efêmera da individualidade (MOREIRA, 2016), sendo um dos “componentes centrais na construção de identidades, a partir de afinidades de ordem subjetiva e não mais de questões públicas” (SORJ, 2006, p. 91).

O que vemos é um capitalismo produzindo subjetividade não apenas de forma ideológica ou de transmissão de significações, mas definindo a maneira do indivíduo perceber o mundo. Por meio de um sistema maquínico que age por conexões entre produção, controle social e instâncias psíquicas é capaz de apropriar-se da subjetividade tornando-a parte do próprio capital. Com essa produção de subjetividade capitalística os detentores do poder são capazes de controlar cada vez mais a produção e a vida social, sendo justamente nesse contexto de consumo atrelado a padrões, indicadores ou prescrições, que a gestão gerencialista encontra espaço para sua consolidação (GUATTARI; ROLNIK, 1996; TONON; GRISCI, 2014), até porque, com a consolidação dos direitos do consumidor, a própria sociedade brasileira acredita possuir ferramentas para combater de vez o patrimonialismo e a colonização do Estado por interesses privados, exercendo sua cidadania (SORJ, 2006).

## 2.3 OS CONCURSADOS-CONCURSEIROS

“No fim das contas estamos dando voltas  
Num círculo vicioso perigoso para o sistema nervoso  
Abalado, sempre disfarçado  
Atrás de um sorriso de Narciso afogado”  
(Rita Lee – Círculo vicioso)

### 2.3.1 A questão da administração pública brasileira

As práticas patrimonialistas vigoraram de forma hegemônica por longo período na administração pública brasileira, mais intensamente durante o Império e a Primeira República, resultando na acumulação de riquezas pelas elites e o predomínio de suas vontades e relações pessoais. Até meados do século XIX, a coisa pública era gerida anexa à coisa privada, de forma clientelista e inseparável da corrupção e do nepotismo, em um Estado oligárquico que reproduzia o caráter aristocrático do sistema português (BRASIL, 1995; BRESSER-PEREIRA, 2001; NEVES, 2005). O resultado foi uma espécie de *colonização do Estado* associada a desigualdades sociais, impunidade e descaso com os mais pobres que, contrapondo-se aos ideais liberais da época, passava a ser diagnosticada como primeira fonte dos problemas sociais (SORJ, 2006). Ao passo que o capitalismo e a democracia vão se tornando dominantes, esse modelo passa a se tornar inaceitável (BRASIL, 1995; BRESSER-PEREIRA, 2001; NEVES, 2005).

Foi no cenário liberal da segunda metade do século XIX que surgiu a administração burocrática, implementada tardiamente no Brasil com a Reforma Burocrática do governo autoritário de Vargas, na década de 1930 (BRESSER-PEREIRA, 2001). Para o Presidente, “o aparelho administrativo, que padecia de todos os vícios da rotina burocrática e produzia rendimentos incompatíveis com as necessidades públicas e os gastos feitos para conservá-lo, foi totalmente remodelado” (VARGAS, 1938, v. III, p. 25). Se o Brasil continua-se no modelo patrimonialista estaria condenado ao atraso mas, pelo contrário, apresentou as maiores taxas de crescimento do mundo entre 1930 e 1980 (SORJ, 2006).

Segundo Vargas (1938, v. III) em 1930 o país estava à mercê dos grupos oligárquicos, a nação dividida em duas - de um lado o poder executivo absoluto e do outro, raras resistências oposicionistas – e a população à margem dos acontecimentos caóticos que refletiam na

economia, nas finanças e na administração. Ele acreditava que a reforma só poderia ocorrer com a Revolução: “se a Revolução falhasse, tal regeneração de costumes políticos seria impossível” (VARGAS, 1938, v. III, p. 23).

Vargas apostava que seu governo iria voltar-se ao regime constitucional, em uma construção moral e material da Pátria, servindo ao povo, ao invés da vontade exclusiva dos políticos que “sob a aparência de apelo à Constituinte e defesa duma autonomia que sempre violaram, procuram, apenas, voltar ao antigo mandonismo e pleiteara a posse dos cargos para a montagem da máquina eleitoral, veículo indispensável à sua ascensão” (VARGAS, 1938, v. I).

Sorj explica que

Essa perspectiva nacional, ainda que permeada de interesses patrimonialistas, permitiu uma política externa de manutenção e expansão das fronteiras nacional e, internamente, o desenvolvimento de uma ampla infraestrutura nacional, a formação de núcleos burocráticos modernos ligados ao esforço de industrialização e a institucionalização de um sistema de estatísticas e de investigação científica e tecnológica (SORJ, 2006, p.17).

Benites (2004, p. 286) revela que o Brasil e outros países da América Latina, que ele denomina “periféricos”, possuem especificidades no campo estatal que afastam suas burocracias de o “tipo ideal” weberiano, em virtude de “uma tensão entre distintas lógicas que permeiam os discursos e práticas no espaço estatal”. O motivo dado pelo autor é o fato do aparelho administrativo estatal desses países serem uma simples importação de modelos de “países centrais”, o que justifica práticas transgressoras típicas do patrimonialismo no seio de suas burocracias. Dessa forma, as características patrimonialistas não deixaram de estar presentes no novo modelo (BRESSER-PEREIRA, 2001).

Mesmo distanciando-se de uma elite que vivia das rendas do Estado, a essência do primeiro governo de Vargas era marcada por três contradições frutos da Revolução de 1930: o componente liberal, o conservadorismo e os aspectos tenentista, militar, burocrático, autoritário e centralizador do poder nacional. Este último foi predominante (BRESSER-PEREIRA, 2001). Por outro lado, Vargas (1938, v. III) procurava mostrar os feitos do seu governo com viés no crescimento e desenvolvimento do país:

Em trabalho silencioso, seguro e metódico, tudo se vem realizando. As despesas públicas sofreram cortes até limites jamais atingidos. Num ano, do exercício de 1930 para o de 1931, reduzimo-las de quasi (sic) um milhão de contos de réis. Os orçamentos estão equilibrados; os serviços públicos, remodelados, com redução de despesa e maior eficiência; as explorações

industriais por conta do Estado aumentaram de renda, algumas já tendo seus *deficits* reduzidos e outras apresentando saldos (VARGAS, 1938, v. II, p. 37).

O Presidente Vargas chegou a citar o que ainda restava ser feito em seu governo. Com relação ao serviço público demonstrou preocupação com a reorganização racional da administração pública e com os atingimento de maiores resultados:

Na parte referente à administração pública, tão intimamente ligada à restauração financeira do país, devemos completar a reorganização administrativa iniciada, ultimando a revisão dos quadros do funcionalismo e assegurando-lhe, ao mesmo tempo, plena garantia de seus direitos. A par disso, ordenar e coordenar os múltiplos serviços públicos, racionalizando-lhes a administração, tendo-se em vista a afinidade das funções e mais perfeita conjugação de esforços, de modo a obter-se maior resultado, em trabalho proveitoso (VARGAS, 1938, v. II, p. 43).

Em seu segundo governo, identificado como populista, consolida-se o poder da União sobre os estados e as oligarquias, a função econômica passa a ser essencial e o processo de industrialização é impulsionado, mas também de forma atrasada (BRESSER-PEREIRA, 2001). Em 1936, no Estado Novo, a criação do DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público) contribuiu para o processo de modernização do país. Com a esperança de combater as práticas oligárquicas, o novo modelo adotou a desconfiança como fundamento, tornando a máquina estatal rígida, formal, detalhada; com servidores públicos estáveis; e equipada com instrumentos de controle político e social sobre os gestores. Com o decorrer do tempo, percebe-se que os custos do controle poderiam ser elevados: tais características da burocracia transformam-se na própria razão de ser de um Estado que voltava-se cada vez mais para si em um controle meramente voltado aos processos (BRASIL, 1995; BRESSER-PEREIRA, 2001; NEVES, 2005).

Mesmo adotando o formalismo burocrático, o Estado **continuava** realizando práticas patrimonialistas, de forma clientelista. Diferente do modelo anterior, o burocrático não durou por muito tempo. Em virtude da sua implementação tardia e com a chegada da era pós-industrial do conhecimento, acabou sendo “atropelado”, pelo modelo gerencial. Em 1938, a criação da primeira autarquia representou o primeiro sinal de que não se manteria, porquanto a rigidez desse modelo era empecilho para o desenvolvimento do país (BRESSER-PEREIRA, 2001).

Os anos que se sucederam, nas décadas de 1940 e 1950, foram marcados internamente por disputas políticas, destituições de poder, golpes e atentados; enquanto o cenário internacional despendia esforços com a Segunda Guerra Mundial. Nesses conturbados anos o

posicionamento do Brasil na Segunda Guerra Mundial, enviando os pracinhas treinados nos Estados Unidos para lutarem na Europa, aproximou os dois países e permitiu um processo de americanização brasileira e consumo de sua produção artística pelos norte-americanos. Um momento de destaque foi o retorno das tropas ao país que acabou gerando um sentimento popular contraditório de ter lutado na guerra pela democracia mas viver uma ditadura. O resultado disso foi a queda de Vargas, a volta da democracia com Dutra, o retorno de Vargas e seu fim trágico, que inviabilizou o golpe iminente e garantiu a permanência do getulismo, com Juscelino Kubitschek, até meados da década de 1960 (PILAGALLO, 2008).

O presidente Juscelino Kubitschek, em um ambicioso programa de metas de desenvolvimento, tinha como objetivo romper com a tradição econômica rural e industrializar o país. Seu slogan de campanha, 50 anos em 5, era baseado em um programa de 30 metas que abrangiam, principalmente, os setores de energia, transporte, alimentação, educação e indústria de base. Com viés nacional-desenvolvimentista, aceitava a participação do capital estrangeiro e atraía as multinacionais, possibilitando a formação do parque automobilístico brasileiro. Com o objetivo de interiorizar o desenvolvimento transferiu a capital do país para sua região central, construindo a cidade de Brasília. A opção pelo progresso resultou em aumento descontrolado da inflação, déficits orçamentários e crise cambial (PILAGALLO, 2008).

Na década de 1960, o Brasil passou por uma desigual transformação social que resultou em um sociedade predominantemente urbana. O processo de transição demográfica, consolidado na década de 1980, contribuiu para avanços sociais em diversos indicadores, tais como o da educação<sup>29</sup>, e elevação da taxa de crescimento populacional aos índices de países avançados (BRESSER-PEREIRA, 2001; SORJ, 2006). Foi neste período que o Presidente João Goulart propôs, por meio de estudos<sup>30</sup> técnicos, tornar a administração pública mais eficiente. No período militar, a reforma desenvolvimentista de Castelo Branco já apresentava traços gerenciais e renunciava as mudanças que ocorreriam na metade da década de 1990 no Brasil (BRESSER-PEREIRA, 2001).

---

<sup>29</sup> Lima & Silva Junior (2006) expõem que entre as década de 1950 e 1960 o país contou com as maiores taxas de alfabetização em virtude da expansão geral do ensino e da aprovação, em 1961, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4. 024/61). Além disso o ensino passou a ser direcionado para o mercado de trabalho, como forma de desenvolvimento econômico para o país.

<sup>30</sup> João Goulart nomeou o Deputado Amaral Peixoto como Ministro Extraordinário para a Reforma Administrativa e sua Comissão apresentou quatro projetos de reorganização de estrutura e atividades do governo (BRESSER-PEREIRA, 2001).

A partir da década de 1970<sup>31</sup> duas questões chamam a atenção para Sorj. A primeira diz respeito à entrada maciça de mulheres no mercado de trabalho que, ainda hoje, apresenta um setor discriminado tanto em relação ao acesso quanto na remuneração<sup>32</sup> (SORJ, 2006). Chamamos atenção para o fato de que as mulheres em questão eram brancas, uma vez que a mulher negra e a mulher indígena já trabalhavam desde o século XXVI. A segunda refere-se ao processo de mobilidade social, em larga escala pela classe média, que fortaleceu o consumo por meio de uma cultura capitalista rodeada por incertezas com relação ao futuro, dada a presença inevitável da inflação (SORJ, 2006). O autor também identifica três fenômenos importantes nessa década: ascensão de uma nova elite financeira; perda de posição de poder relativo dos grupos industriais e comerciais nacionais e recomposição de alianças com o capital internacional (SORJ, 2006).

Cabe observarmos que o Brasil, no período de 1969 e 1973, viveu seu “milagre” econômico. Sobre este período Santos (2007) explica que todas as classes sociais estavam contaminadas por uma *ideologia da prosperidade*, em que independentemente do tamanho da pobreza existente, novas necessidades eram fabricadas renovando esperanças que agravavam a vocação para o consumo. Dessa forma, cabe observarmos que o crescimento econômico obtido

Veio a agravar a concentração da riqueza e as injustiças, já grandes, de sua distribuição. Entre as pessoas e entre os lugares. Como tal crescimento se fazia paralelamente ao apelo a um consumo impossível de ser generalizar, as linhas de crédito abertas para fortalecer os produtores ajudaram a agravar as desigualdades e santificar as distorções (SANTOS, 2007, p. 26)

---

<sup>31</sup> Dufour revela papeis desempenhados pela televisão: como “terceiro pai”, infiltrando-se na subjetividade das famílias; como “nova família”, estando presente em todos os cômodos da casa, como um “agregado” personagem virtual da família; e permitindo que o telespectador componha essa família, como no Big Brother Brasil. Segundo ele, essa produção da indústria cultural visaria antes de tudo o lucro por meio do consumo, em que as famílias passam a ser estruturadas por relações mercantis. Além disso, estão dentro das casas, o adestramento ao consumo começaria mais cedo, tendo melhores resultados (DUFOUR, 2008).

<sup>32</sup> **Nota de campo:**

Hoje, dia 08 de março de 2019, os principais jornais divulgaram que a diferença salarial entre homens e mulheres no Brasil é de 20,5%, segundo dados do IBGE. O jornal G1 (globo.com) traz manchete informando que o “Dia da Mulher é marcado por greve na Espanha e protestos em vários países”. Já a Folha alertou que “Mulher em cargo de chefia chega a ganhar um terço do salário de um homem”. O Presidente da República, Jair Bolsonaro, rebateu críticas com relação a composição de seus vinte e dois ministérios, dos quais apenas dois são comandados por mulheres. Segundo ele, cada ministra valeria por “dez homens”. O Superior Tribunal de Justiça publicou regra interna que sugere proporcionalidade entre os gêneros quando nomeação de cargos de confiança; possibilidade de emendar licença maternidade com as férias e prioridade de convocação de estagiárias que engravidarem durante o estágio, evitando tramites burocráticos.

Na década de 1980, a transição de um regime ditatorial para uma democracia tornou a sociedade mais complexa e desigual em suas relações com o Estado, acompanhada de uma base ideológica nacional-desenvolvimentista, protecionista e estatista com pretensões *keynesianas*<sup>33</sup>. Em um retrocesso à reforma que se ensaiou nos governos de João Goulart e sucessores, a nova Constituição Federal tinha bases fortemente burocráticas, em reação ao clientelismo: retomava a hierarquia e rigidez na Administração Pública, e ignorava as mudanças que, desde a década de 1960, pretendiam desconcentrar e flexibilizar a máquina pública (BRESSER-PEREIRA, 2001; NEVES, 2005).

Já da década de 1990, o presidente Fernando Collor promove a abertura da economia, com a justificativa sempre aceita pela sociedade de que os produtos nacionais eram de baixa qualidade, fato que também seria usado no governo de seu sucessor, Fernando Henrique Cardoso – FHC, para justificar as privatizações<sup>34</sup> que, alternativa face à inflação e estagnação econômica, implicava no aumento do capital estrangeiro na economia nacional (SORJ, 2006). Resumindo,

Podemos dizer que predominou na América Latina dos anos 60 a problemática da dependência e da revolução social, nos anos 70 a de interpretação de regimes autoritários e resistência da sociedade civil, dos novos movimentos sociais e sindicais, nos anos 80 a dos processos de redemocratização e nos anos 90 a da privatização, globalização e debate sobre o modelo neoliberal (SORJ, 2006, p. 112).

O movimento pela Reforma da Administração, na década de 1990, apresentou em seu Plano de governo o modelo gerencial como ferramenta capaz de superar a crise que se instalava: a crise fiscal, o esgotamento da estratégia estatizante do Estado e a superação da forma de administração burocrática. Paralelo a tais mudanças, o perfil do servidor público também se transformou em predominantemente urbano e com alto grau de escolaridade (BRESSER-PEREIRA, 2001; NEVES, 2005).

Esse movimento de reforma em direção à forma gerencial ocorreu efetivamente em 1995, com o governo FHC, por meio do “Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado” –

---

<sup>33</sup> O governo visava combinar déficit público com o desenvolvimento e a distribuição de renda, mas tal aspecto mostrou-se uma mera ilusão que resultou na hiperinflação do início da década de 1990 (BRESSER-PEREIRA, 2001).

<sup>34</sup> Segundo Sorj (2002) o “modelo” brasileiro de serviço público contribuía para o clientelismo e para o patrimonialismo, não assegurando a universalidade do serviço, situação que, em princípio poderia ser corrigida com as privatizações. Porém, a privatização exigia regulamentação estatal, o que o autor chamou de paradoxal: ao passo que as empresas públicas mantinham as práticas monopolistas e pouco transparentes, as empresas privatizadas herdavam um mercado monopolizado e oligopolizado.

PDRAE (NEVES, 2005). Sendo o novo modelo de bases consideradas como modernas e racionais, o plano foi apresentado como instrumento indispensável para a estabilidade e o crescimento sustentável da economia, de forma a promover correções nas desigualdades sociais e regionais e fortalecer o Estado de forma eficiente e democrática, em um contexto de economia globalizada (BRASIL, 1995).

Neves (2005) entende que a tal reforma, na verdade, serviu como meio de redistribuir os recursos públicos geridos pelo Estado entre seus favorecidos, definidos por ele como “moradores do andar de cima”; reduzir a capacidade do Estado de prestar serviços e assegurar direitos sociais; e atualizar o Estado em relação as novas forças globais, de forma a redistribuir os fundos públicos à favor do capital. Para o autor não faz diferença em que país se dão as “Reformas do Estado” pois as estratégias são iguais: mesmo com discursos de modernização visam a adequação do Estado às novas relações de força.

Bresser-Pereira (2011) afirma que a reforma foi bem sucedida <sup>35</sup>e alcançou a administração gerencial em substituição à burocrática e que, passando por avanços e retrocessos, acredita ser capaz de manter-se por muitos anos. Por outro lado, o próprio autor explica que o modelo gerencial não superou o modelo anterior tampouco o capitalismo, como alguns gerencialistas americanos de linha socialista chegaram a defender. Pelo contrário, desde meados do século XX, o gerencialismo já mostrava-se como uma ideologia do capitalismo e contribuía para que ele transformasse a sociedade produzindo uma imensa classe média e, posteriormente, uma classe profissional impulsionada pela expansão dos serviços, da globalização e da hegemonia neoliberal.

De certa forma, a expansão de serviços abrange a própria administração público. Sorj (2002) esclarece que por serem funções e base da legitimação do estado, os serviços públicos são objeto constante de debates, nos países capitalistas, sobre a regulamentação adequada e as áreas de atuação do setor. Cardoso Junior e Nogueira (2011) observam que, ao longo das décadas de 1990 e 2010, o setor passou por diversas mudanças no seu quadro de servidores: por ação da não admissão de pessoal por via de concurso público e dos pedidos anuais de aposentadorias, que diminuía o quantitativo de servidores ativos no serviço público, ouve enxugamento durante os governos Collor e Itamar. O Governo FHC implementou, junto com a

---

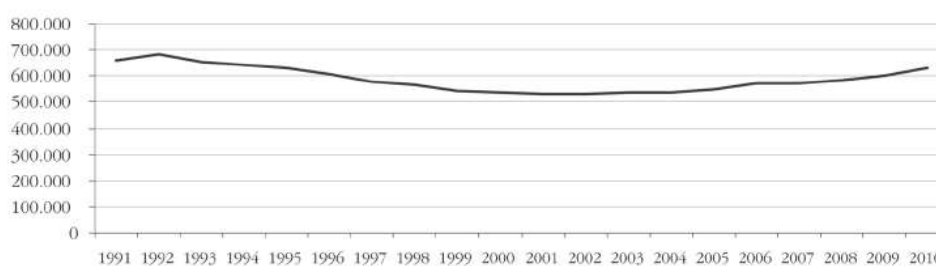
<sup>35</sup> Misoczky *et al* (2017) tecem largas críticas à visão de Bresser-Pereira, acusando-o de discorrer de forma falaciosa sobre neutralidades da Reforma, dando a entender, em alguns momentos, que ela poderia se constituir fora do contexto de acumulação do capitalismo.



Reforma discutida anteriormente, os planos de demissão voluntária – PDV, redução de ingressados por concurso público e aumento<sup>36</sup> do número de aposentadorias, com o objetivo de contenção de gastos. Em seu segundo mandato, diante da crise cambial, editou a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF – visando a contenção fiscal das despesas públicas. Nesse período os autores identificaram que quase não houve contratações por meio de concurso público.

Com o Governo<sup>37</sup> de Luís Inácio Lula da Silva, o Lula, ocorreu um movimento de reposição de pessoal no setor público brasileiro e substituição dos contratos informais chamados de “terceirizados<sup>38</sup>”. Mesmo que diversos críticos tenham avaliado essas medidas como explosivas e causadoras de um inchaço na máquina pública, Cardoso Junior e Nogueira (2011) afirmam que a retomada dos concursos foi fundamental para o crescimento e fortalecimento da capacidade do Estado. Segundo eles, as novas contratações não chegaram a alcançar o pico de servidores ativos que existiam na década de 1990 (Tabela 1), tampouco os gastos saíram do controle do governo federal, pelo contrário, permaneceram praticamente constantes em um contexto de crescimento econômico e arrecadação tributária. A reposição de pessoal realizada no Governo Lula recebeu diversas críticas<sup>39</sup>, tanto de pesquisadores quanto da mídia. Mesmo assim, Cardoso Junior e Nogueira (2011) a consideraram como discreta.

Tabela 1 - Servidores Civis Ativos da Administração Federal, 1991-2010



Fonte: Cardoso Junior & Nogueira (2011, p. 238).

<sup>36</sup> Este aumento deu-se pelo medo de perdas salariais por parte dos servidores, gerando uma “corrida pela aposentadoria” (CARDOSO JUNIOR; NOGUEIRA, 2011).

<sup>37</sup> Cardoso Junior e Nogueira (2011) revelam que o Governo Lula gerou escassos documentos, mesmo gerando diversas medidas de modernização e trazendo elementos novos, provavelmente, segundo os autores, por uma ausência de consenso. Esse Governo, inclusive, evitava utilizar a expressão “Reforma de Estado”, mesmo formulando bases para autonomia gerencial da administração pública indireta

<sup>38</sup> “Nesse caso, a categoria de informalidade ou precariedade do trabalho não implica necessariamente a não observância de direitos do trabalhador, mas, sim, condição que contraria o princípio da legalidade da ação do Estado” (CARDOSO JUNIOR; NOGUEIRA, p. 247, 2011).

<sup>39</sup> Segundo afirmam os próprios autores Cardoso Junior e Nogueira (2011).

Um fato que não pode ser ignorado é o impacto que a expansão do serviço público proporcionou – e proporciona – ao longo dos anos nas camadas sociais e suas formas de mobilização. Na abordagem de Sorj,

O funcionalismo público serviu como mecanismo fundamental de integração das classes médias emergentes e para a estabilização de suas condições de vida. Junto com os sindicatos militantes, esse setor possuía uma estabilidade social e econômica, ao passo que as novas camadas médias da população não possuem – nem suas condições de existência favorecem a formação de – mecanismos de representação política ou ideológica (SORJ, 2006, p. 86).

Por fim, o período de recomposição da força de trabalho no serviço público, de 2003 a 2014, que acompanhava a expansão do Estado brasileiro, avançou para uma mudança no perfil dos seus servidores, em meados da década de 2000: a crescente demanda por indivíduos qualificados provocou um aumento<sup>40</sup> na quantidade de analistas nomeadas para cargos públicos, em contrapartida, diminuição de técnicos e auxiliares (FREIRE; PALLOTI, 2015). A justificativa para essa crescente demanda qualificada, para Fontainha e outros (2014, p.14), seria a hipótese da existência de uma *ideologia concursista*, “baseada na tautologia segundo a qual os certames recrutam os mais habilidosos, competentes e aptos a fazê-los”, que abordaremos posteriormente.

### 2.3.2 A aproximação com o sujeito da pesquisa

Cabe explicarmos que o servidor público estatutário, conhecido como “concurado”, é aquele que, no posicionamento de Carvalho Filho (2008), exerce função pública em decorrência de efetiva relação de trabalho vinculada ao Estado. O vínculo estatutário é alcançado com a aprovação em processo seletivo de provas ou provas e títulos que testam conhecimentos prévios relacionados à área de atuação do órgão e/ou as atividades a serem desenvolvidas no trabalho. Após três anos de vínculo trabalhista e com a aprovação em estágio probatório de avaliações semestrais, o servidor público torna-se estável no serviço público. Quando estável, só perderá o cargo em três situações descritas em lei: por decisão própria (exoneração); em virtude de sentença judicial transitada em julgado (definitiva, que esgotou todas as possibilidades recursais), assegurada a ampla defesa e o contraditório; ou no caso de endividamento do Estado, nos termos da LRF. A estabilidade proporciona tanto uma segurança para o desempenho das

---

<sup>40</sup> Segundo os autores, o salto foi de 34% (182.303) para 48% (296.552) no período de 1997 a 2014 (FREIRE, PALLOTI, 2015, p. 37).

funções públicas, livre de intervenções políticas, quanto uma tranquilidade com o futuro do servidor (ABRANCHES, 2011; CARVALHO FILHO; 2008), contando com a vantagem de não ser arbitrariamente “demitido” (exonerado de ofício) e seguro de que não sofrerá reduções em sua remuneração.

Já a expressão “concurseiro” refere-se à pessoa que estuda para concurso público, inscrevendo-se nos processos seletivos para concorrer a uma vaga em um órgão público. Na visão de Nogueira (2015), tal denominação poderia assumir significado pejorativo visto que o indivíduo estuda para vários processos seletivos e não “se importando” com o cargo que irá ocupar, orientando os estudos concomitantemente para vários certames, apenas focado na sua aprovação. Isso transmite certa despreocupação com relação às futuras atividades que desenvolverá no órgão e uma exclusiva necessidade de ingresso no serviço público, independente do trabalho em si. Alguns indivíduos procuram cargos que dizem respeito à sua formação; outros ignoram a sua área de graduação e prestam concurso para cargos que não são relacionados com suas habilidades adquiridas previamente (MACHADO, 2009).

São diversos os motivos para estudar para concurso. Anjos e Mendes (2015) identificam aspectos da subjetividade do concurseiro que incentivam tais ações: objetivos profissionais, sonhos de vida, dinâmica familiar e sentido do trabalho. O fato é que ao alcançar o cargo público novas tensões começam a surgir. Em muitos casos, após a aprovação no cargo público a pouca afinidade com as tarefas desempenhadas pelo servidor fazem com que suas inclinações (vocações) se manifestem apenas nas horas livres (MOREIRA, 2016). Isso pode gerar um descontentamento com relação as atividades que realiza no órgão e contribuir para o florescimento de uma vontade de mudança, uma busca por algo que possa suprir a falta de realizar uma atividade por afinidade e prazer.

Poderíamos até pensar que os “concursados-concurseiros”, aqueles que já foram aprovados mas continuaram ou voltaram a estudar, escolheriam de forma ponderada o órgão que almejam ingressar em substituição do atual. Justamente por já estarem empregados, direcionariam seus estudos para cargos e carreiras específicos que imagine, ao menos, aproximar-se do que acreditam ser imprescindível para seu bem-estar e felicidade, ou mesmo que desempenham tarefas que acredite serem prazerosas. Mas as vezes a vontade de mudar é mais forte e o crivo na hora da escolha não é tão cuidadoso. Nesse sentido Machado (2009) chama a atenção para a questão de escolhas que não levam em conta fatores intrínsecos ou relacionados a carreira interna, pois estas gerariam uma diminuição do comprometimento do

servidor e um distanciamento dele com as suas essência e identidade, por colocá-lo em posição de desenvolver tarefas que não “o preencha”. Tal insatisfação no trabalho pode resultar em consequência até mesmo psíquicas.

No estudo de Nogueira (2015), o campo de concurso fornece como trocas socialmente valorizadas: o dinheiro; a estabilidade; o prestígio intelectual ou até a satisfação em fazer algo intrinsecamente prazeroso. Essa característica da iniciativa pública contrasta com o trabalho precarizado da iniciativa privada, uma vez que a presença do desemprego estrutural permite às empresas oferecerem menos e cobrarem mais dos seus trabalhadores (ANJOS; MENDES, 2015). Estes acabam se sujeitando as condições impostas uma vez que o cenário não permite que tenham escolhas e contribui para a disseminação de fatores que geram a insegurança, tais como as elevadas taxas de desemprego.

Por outro lado, Neves (2005) alerta que o desemprego estrutural seria uma espécie de construção social que se amplificada pelo alarde dos meios de comunicação, justificando-o como consequência natural dos processos de mudança na produção decorrente dos avanços tecnológicos. A falha dessa crença é não levar em conta que a revolução tecnológica anterior – século XIX – não culminou no desemprego. Na verdade ela acoberta a verdadeira causa do desemprego: as novas relações de força firmadas na acumulação de riqueza e apropriação desigual dos ganhos produtivos com o avanço tecnológico.

Com isso, buscamos um debate sobre as complexidades que sustentam a busca (in)cansável por uma carreira no serviço público capaz de satisfazer um estilo de vida por muitos idealizado. Observamos uma instabilidade daqueles que são estáveis no serviço público, caracterizando-se uma espécie de paradoxo. O fato é que “os indivíduos têm visualizado grandes oportunidades nos empregos públicos e evitam enfrentar as dificuldades de se conseguir um bom emprego nas organizações privadas, assim como os desafios do empreendedorismo, do auto-emprego e da carreira auto-dirigida” (MACHADO, 2009, p. 16).

Por outro lado, a insatisfação com o cargo no serviço público e com sua vida pessoal (distante de suas projeções), juntamente com a angústia pela estagnação (o não-movimento; a estabilidade que engessa), mostram-se presentes na vida de muitos desses indivíduos. Para eles o emprego público torna-se mais do que um emprego, torna-se uma proteção duradoura que proporciona a estabilidade profissional (MACHADO, 2009) e também, uma sensação de capacidade de controlar o presente que fornecer subsídios para a projeção do seu futuro

(BAUMAN, 2008a), tais como a noção prévia de sua tabela remuneratória e valores a serem recebidos no fim de carreira.

No quadro contemporâneo de discussão da valorização dos ativos humanos, sem devida aplicação real e prática muitas vezes, a modernização desloca o mundo de regras já conhecidas e previsíveis para um mundo instável, imprevisível, flexível e incerto (GAULEJAC, 2007). “É preciso estar pronto para se comprometer e se descomprometer a qualquer momento. Os empregados devem implicar-se totalmente e, brutalmente, serem capazes de ir embora, para outro lugar” (GAULEJAC, 2007, p. 206). Como consequência, é natural que essa flexibilidade cause ansiedade, pois não se sabe quais os riscos serão compensados ou o caminho a seguir (SENNETT, 2015).

Nesse cenário de incerteza, muitos optam em abandonar o emprego na área privada em busca de um cargo no serviço público, certos de que a estabilidade é a solução para todos os seus problemas. Há aqueles que, até mesmo, formam-se no ensino médio ou graduam-se em nível superior já com o foco nos estudos para concurso público, na esperança de conquistar a estabilidade, os benefícios e salário razoavelmente atraentes no início (e fim) da carreira e, também, distanciar-se do medo do desemprego (MACHADO, 2009; KLEIN; MASCARENHAS, 2016) ou do não-emprego, no caso daqueles que buscam o primeiro vínculo trabalhista.

A partir dos estudos de Maria Jandira Oliveira (1997 *apud* COSTA; MAZZILLI, 2001), é possível aprofundar-se na compreensão dos motivos de estudar para concurso público. Os autores demonstram não apenas as razões para o ingresso (estabilidade no emprego e benefícios; influência familiar; e meio de ‘ganhar a vida’), mas também os fatores de sofrimento daqueles que ingressam (a monotonia da atividade; sentimento de clausura; pertencer à área meio; salário; desvincular-se de sua formação acadêmica; falta de perspectiva de ascensão; imagem de desprestígio do serviço público; autoimagem; e subutilização de potencial), e os motivos de prazer que encontram no seu trabalho (o cliente e o reconhecimento do trabalho).

Côrtes e Silva (2006) enriquecem a explicação com um conjunto variado de razões, tais como: elevação na taxa de desemprego; menor discriminação no processo seletivo; não exigência de experiência prévia ou critérios estereotipados; reduzida defasagem salarial no serviço público e maiores investimentos em capacitação dos recursos humanos. Machado (2009) observa que são diversas as exigências contemporâneas para se conseguir entrar no

mercado de trabalho e vários profissionais não se encontram preparados para disputar uma vaga de emprego, principalmente quando trata-se do primeiro emprego. Esses fatores contribuiriam para que os jovens<sup>41</sup> recém formados já buscassem aprovação nos concursos.

Costa e Mazzilli (2001) alertam que o modelo da administração pública brasileira é razão para a insatisfação do concursado e o descontentamento com a lógica burocrática e suas mazelas (disfunções) impulsionam o desejo de mudança. Por outro lado, o desejo de permanência mantém-se intacto com relação ao serviços público (e não ao órgão empossado), em virtude da estabilidade e dos benefícios, impulsionando o concursado-concurseiro à buscar uma nova aprovação nos processos seletivos ao invés de uma nova profissão na área privada. De fato, como levantado por Bauman (2008a, p. 30), “nenhuma pessoa racional esperaria passar toda sua vida, ou mesmo grande parte dela, em uma única empresa”. A determinação em mudar seria, assim, naturalizada.

Paradoxalmente, depreende-se que a tão sonhada estabilidade na carreira pública pode se contrapor à uma instabilidade na vida íntima. Moreira (2016, p. 14) afirma que “o que para muitos é a realização de um sonho, para outros pode ser o prenúncio de uma verdadeira tragédia”, uma vez que, após alcançada a aprovação o servidor se depara com o seu contexto de trabalho: uma realidade pouco conhecida e ignorada. O autor pondera que:

O servidor público pode agora exercer uma postura de engajamento/estranhamento ou de acomodação/inquietação diante da realidade que se lhe apresenta. Pode desabrochar o seu saber-fazer e realizar-se no trabalho. Mas também, caso aí não se realize, pode desenvolver mecanismos para atenuar a força de uma rotina e de uma organização que visam a capturar a subjetividade do trabalhador. Nesse sentido, o trabalho pode ser resignificado pelas ações do sujeito e perder a centralidade no contexto de suas vivências (MOREIRA, 2016, p. 13).

O concursado não se vê inserido no *modus operandi* da iniciativa privada, tem medo do trabalho precarizado e sem garantias, do desemprego e da exclusão social (MOREIRA, 2016). Não quer ser o sujeito gerencial que, por mero narcisismo, submetesse a uma adesão total e

---

<sup>41</sup> **Nota de campo:**

Hoje, 13 de maio de 2019, li um comentário “pesado” em uma publicação no *Instagram* de um cursinho para concursos, que perguntou qual era o sonho de seus seguidores. @P. respondeu que seria: “conseguir um emprego antes q eu me mate”. Paralelo a isso, o jornal O Globo divulgou, também hoje, matéria intitulada “Brasileiro só consegue o primeiro emprego com carteira assinada, em média, após os 28 anos” (Globo.com/economia). A taxa de desemprego no Brasil continua alta, como mais de 13 milhões de desempregados, e os resultados econômicos não são bons, mantendo-se no baixo ritmo dos anos anteriores...

uma intensa mobilização de sua psique que o mantém cada vez mais dependente e menos autônomo (GAULEJAC, 2007).

Por outro lado, o concursado não se sente satisfeito com as condições que a carreira pública lhe proporciona: “é o tédio, o ócio, a impossibilidade de trabalhar, de se mobilizar e transformar a si e ao ambiente” (ANJOS; MENDES; 2015, p. 44). Ele sabe que não gostaria de passar pelos problemas que enxerga da iniciativa privada mas, muitas vezes, não se contenta com sua posição profissional frente às dinâmicas relativas às necessidades que se alteram no decorrer do tempo. Dessa forma, esse sujeito retorna aos estudos na condição de concursado-concurseiro, carregando a crença de que atingir a completa satisfação pessoal ocorrerá por meio do intercâmbio entre órgãos públicos. Nessa seara, é pertinente trazer as ideias de Ivan Illich (1976) ao apresentar a seguinte crítica à essa concepção:

Uma sociedade empenhada na corrida em direção ao maior bem-estar sente como uma ameaça a simples ideia de qualquer limitação ao progresso. Então o indivíduo que não muda de objetivos conhece o rancor do fracasso e aquele que muda descobre a vertigem da carência. Aquilo que tem repugna-lhe, aquilo que deseja ter deixa-o doente (ILLICH, 1976, p. 99).

Na visão Moreira (2016, pp. 60-61) “não se pode reconhecer na estabilidade apenas um dado objetivo, um simples elemento de troca. Há uma lógica perversa que subjaz o discurso da estabilidade. Esta, enquanto valor, é reforçada não só pelo prestígio, mas também pelo medo”. Nota-se que realmente a conquista da estabilidade no emprego dá espaço para uma instabilidade emocional e social marcada por sentimentos conflitantes e incertezas.

O paradoxo de ser estável no emprego mas instável no âmbito pessoal revela um ciclo próprio da contradição contemporaneidade. O trabalho pode se tornar fonte de prazer e autorrealização, mas também pode engendrar estranhamento e angústia, se o seu sentido for dotado de elementos apenas relacionados à gratificação (estabilidade, por exemplo) (MOREIRA, 2016). Frente a esse estranhamento, o concursado-concurseiro “pode sucumbir à realidade e não enxergar sentido no trabalho, mas pode também ressignificar a importância do trabalho em sua vida” (MOREIRA, 2016, p. 12). Dessa forma, é possível pensar que o movimento do concursado-concurseiro pode estar relacionado, entre outros fatores, à falta de sentido no trabalho realizado no serviço público.

Em geral, o concursado-concurseiro não renuncia à estabilidade do setor público apenas em decorrência do medo das demissões da iniciativa privada, mas também como movimento de fuga contra o poder gerencialista. Encontram-se sempre em busca de melhorias: o aumento

dos salários e benefícios; a diminuição da carga horária semanal; valorização de seus diplomas; aumento do seu poder de compra e das práticas consumistas; status perante a sociedade; e condições sociais familiares. Moreira (2016, p. 46) alerta que “independente das vantagens do cargo e do status que ele confere, o estranhamento diante do trabalho pode se tornar um elemento desmobilizador da realização da subjetividade.” Há, também, para Abranches (2011) fatores associados diretamente à imagem e ao trabalho realizados pelo órgão, evidenciando a importância do status social para a sociedade contemporânea, já alertada por Ivan Illich (1976) na década de 1970, ao afirmar que o nível de usura no consumo indicava o local exato que se ocupava na escala social.

O fato é que não se pode desconsiderar o *hiperconsumo* na sociedade contemporânea. E é justamente nesse último sentido que Moreira (2016), no que tange a realização da subjetividade, percebe uma suposta perda na centralidade do trabalho em virtude do deslocamento das inúmeras possibilidades proporcionadas pelo consumo hedonista. O autor alerta para uma contradição na subjetividade calcada no consumo: a transformação do trabalho em mercadoria. Nesse sentido, cabe especular dois aspectos do cenário de consumo: o primeiro relaciona-se com a interferência na psique do concursado, impulsionando-o à busca por mudanças que lhe proporcione maior poder de compra. O segundo, uma metáfora, poderia ser a comparação do cargo público como uma mercadoria que geraria uma satisfação momentânea, enquanto ainda inédita, mas que se tornaria obsoleta e descartável.

Considerar o trabalho como mercadoria facilita a percepção das mudanças de concursos realizadas nessas circunstâncias, induzidas muitas vezes pelo desejo de escapar da realidade, sofrida ou imaginada, do vigente emprego. Ainda metaforicamente, podemos pensar na colocação de Illich (1976) a respeito das inovações, que alimentam a crença da sociedade moderna de que o novo é o melhor, sendo nada mais do que uma ilusão que estimula mais necessidades além daquelas essenciais. Nas palavras do autor:

O consumidor, o usuário, ressent-se duramente da distância que existe entre o que tem e o que seria melhor ter. Mede o valor de um produto pela sua novidade e presta-se a uma educação permanente com vista ao consumo e ao uso da inovação. Nada escapa à usura, nem se quer os conceitos. A lógica do sempre melhor toma o lugar da do bem como elemento estruturante da ação (ILLICH, 1976, p. 99).

Destarte, essa lógica de valorização e comparação em busca do melhor, caminharia ao lado da necessidade de mudança nas condições atuais, de forma a inquietar e motivar o



concurso, impulsionando à alcançar a realização de suas vontades. Desse modo, Moreira (2016) acrescenta que,

Por não ser meros produtos de forças sociais ocultas, os indivíduos procuram sempre tomar as rédeas da própria existência. Quando introduzidos no ambiente de trabalho, eles mobilizam a subjetividade, o que faz emergir mecanismos de realização e também, ainda que de forma inconsciente, estratégias de defesas capazes de manter a saúde física e mental do trabalhador (MOREIRA, 2016, 13).

Permanecer onde estão é um sofrimento que só seria amenizado com as horas de estudo e um objetivo bem traçado, o que poderia ser considerado, na visão de Moreira (2016), como estratégia defensiva para lidar com o sofrimento, podendo resultar em sucesso ou em um quadro de doença mental. Como ensina Bauman (2007), a liberdade das pessoas em busca de sua identidade é parecida com a de um ciclista: a penalidade por parar de pedalar é cair, e deve-se continuar pedalando apenas para manter a postura ereta. Dessa forma, a necessidade de continuar na labuta é um destino sem escolha, já que a alternativa é apavorante demais para ser considerada.

Essa “liberdade”, no contexto do concursado-concurseiro, poderia ser entendida como a capacidade de suprir suas necessidades, alcançar uma satisfação idealizada e possibilidade de aprovação em diversos certames. A necessidade de continuar estudando – “pedalando” – é a alternativa que possui frente a continuar parado onde está ou arriscar-se em uma carreira no meio privado – ambas apavorantes para ele. Essa “liberdade” poderia ser associada ao comportamento livre que, para Dejour (1992, p. 26), seria um padrão comportamental “que contém uma tentativa de transformar a realidade circundante conforme os desejos próprios do sujeito. Livre, mais que um estado, qualifica uma orientação na direção do prazer”. Para o concursado-concurseiro, o prazer de alcançar a satisfação plena é posto como meta, mascarando a incerteza de que o próximo cargo público será a definitiva salvação para os seus problemas. Para Moreira (2016, p. 13), “há mais conflitos nessas vivências do que se possam supor”. Sendo assim, ele explica:

Eis a virada hermenêutica que deve ser considerada. O trabalho em si é fonte de prazer e sofrimento na perspectiva da escola dejouriana. Nesse sentido, o ingresso nas carreiras estatais pode ser apenas o início do sofrimento e não o resultado do sucesso. Faz-se necessário analisar se os mecanismos de recompensa fornecidos ao servidor público, quais sejam, estabilidade do vínculo empregatício, boas remunerações e licenças remuneradas, constituem-se, na verdade, em estratégias de defesa coletivamente construídas e reforçadas para que os indivíduos possam compensar as suas possíveis frustrações com a realidade laboral por eles vivenciada. Em outros termos,

convém perscrutar o peso do fator alienante do trabalho na medida em que ele pode se configurar como mero dispêndio de energia física e psíquica e não como fonte de realização pessoal (MOREIRA, 2016, p. 15).

Nesse sentido, ressaltando a visão de Bauman (2007), somos levados a crer que no contexto atual de transição constantes da sociedade, o concursado-concurseiro sempre estará em busca de aprovação em mais concursos, experimentando mais carreiras, desejando mais benefícios e visando mais consumo; não se apegando e sim, desapegando: “Não se fazem juras de lealdade a coisas cujo único propósito é satisfazer uma necessidade, um desejo, um impulso” (BAUMAN, 2007, p. 140). O cargo é meio para que se atinjam fins, e os fins são diversos e individualizados, havendo semelhanças entre um indivíduo e outro, mas sempre carregado de peculiaridades.

Machado (2009) defende a importância de não permanecer estagnado. O autor acredita que dar movimento à carreira é importante para exercitar o conhecimento e as habilidades adquiridas. Na visão dele, a carreira estaria ligada à trajetória trabalhista do indivíduo ao longo da vida, alcançando até mesmo a aposentadoria, cabendo a ele ser empreendedor de si, de certo que as mudanças em sua trajetória aproveitam ou agregam experiências adquiridas. O trabalhador não deveria esperar que a organização lhe proporcionasse estabilidade, e sim, mudar com o surgimento de novas oportunidades ou mesmo cria-las, de forma a ter empregabilidade, que “é justamente o indivíduo dar emprego às suas habilidades e aos seus conhecimentos” (MACHADO, 2009, p. 26).

De maneira geral, esse pensamento vem ao encontro da dinâmica do mundo contemporâneo, que afeta significativamente os comportamentos dos indivíduos e os lança em uma instabilidade que flutua nos diversos campos de suas vidas. Nesse cenário de liquidez, ditam-se tendências e estimulam-se desejos, que se refazem em curto espaço de tempo, restando à existência uma sensação de insignificância das realizações pessoais, por vez, imersas na insaciável necessidade de satisfação (BOJE, 2002). Nesse sentido, apesar de uma origem diferenciada em termos teóricos, é possível considerar as afirmações de Ramos (1989) ao advertir que:

O sentimento de transitoriedade das coisas, permanente e sem propósito, é uma consequência da interiorização acrítica, pelo indivíduo, da auto-representação da sociedade moderna, que se define como um precário contrato entre indivíduos que maximizam a utilidade, na busca da felicidade pessoal, entendida como uma busca de satisfação de uma interminável sucessão de desejos. Para além das fronteiras sociais, não há significação para esse esforço. Uma vez que, em consequência de seu caráter competitivo, o mundo social

como um todo se torna estranho ao homem, este tenta superar sua alienação, seja anulando-se através da passiva conformidade de papéis que prevalecem aqui e ali, ou recolhendo-se dentro de si mesmo, afirmando assim uma identidade demasiadamente consciente de si mesma. Mas já que o centro ordenador de sua vida não está em parte alguma, sua identidade é de sua própria criação (RAMOS, 1989, p. 56)

Nessa anulação e aceitação de papéis, poucos trabalham por vocação, posto que nem sempre as inclinações profissionais favorecem suas ambições e sustentam sua ânsia por consumir. Nesse aspecto, a mídia, em um trabalho de sedução, impõe preços e gostos, contribuindo para que o consumidor se identifique e se defina por intermédios de marcas empresariais e seus slogans, sendo reduzidos, cada vez mais, a tipos de identidade de consumo (BOJE, 2002; SANTOS, 2007). Por meio da mídia, o capital é capaz de atingir o inconsciente do indivíduo, mobilizando, colonizando, explorando e ampliando, “produzindo uma plasticidade subjetiva sem precedentes, que ao mesmo tempo lhe escapa por todos os lados” (PELBART, 2008, p.35).

Em suma, ao compreender estes aspectos, as organizações assentadas na ideologia da gestão gerencialista utilizam-se de mecanismos que incitam os interesses particulares dos trabalhadores para retirar deles máxima eficiência e lucros. Sincronicamente engaiolam as subjetividades, moldando cada indivíduo à lógica do capital e, também, gerando medo, crises e patologias. Mesmo analisando as organizações públicas, detentoras de uma estabilidade que poderia gerar conforto e satisfação fundamentados em sua segurança, chega-se à conclusão de que por mais que se alcance estabilidade na carreira, a instabilidade está no cerne da sociedade contemporânea, movida freneticamente pela angustiante busca pelo prazer, pela satisfação, pelo *hiper*. E é nesse contexto que os concursados-concurseiros são capazes de contribuir com essas reflexões, para tanto, o olhar científico encaminhado metodologicamente passa a se mostrar necessário para a tessitura desta pesquisa.

### 3 O PERCURSO METODOLÓGICO

É na metodologia que se encontra o percurso direcionador e instrumental das pesquisas acadêmicas. Uma prévia configuração dos passos a serem seguidos pelos pesquisadores. É por meio de um conjunto de ferramentas, procedimentos e caminhos que a metodologia se preocupa em permitir que se chegue onde foi proposto, captando a realidade e fazendo ciência (DEMO, 1985). A própria etimologia da palavra (*metá-hódos*) já estabelece que as metas irão definir o caminho a ser seguido. Também existe a possibilidade de pensar de forma inversa, do hódos à metá, partindo-se de uma experimentação mais livre, que fuja de qualquer olhar limitado apenas à retina ou fixado apenas no horizonte (ROLNIK, 2006; PASSOS *et al.*, 2009).

Adotando uma posição intermediária em relação aos estudos quantitativos e qualitativos, Demo (1985) explica que as polêmicas e divergências entre os dois talvez possam ser explicadas pela crença de que todos os métodos valeriam para qualquer objeto de estudos. Ele chama atenção para o fato de que, dentro das ciências humanas e sociais, é justificável o uso de uma metodologia específica para estudo de fenômenos humanos. Por serem tais estudos irreduzíveis às condições das ciências exatas, tonando-se incompreensíveis nesse contexto. Passos *et al.* (2009) observam que tais impasses metodológicos também se justificam por conta das investigações em estudos da subjetividade presentes na natureza da pesquisa qualitativa.

Neste ponto, constata-se que a Cartografia apresenta características que atendem a especificidade dos estudos qualitativos em suas peculiaridades dos fenômenos humanos. Ela acompanha e se faz neste mesmo tempo, com um olhar “vibrátil” movido por diversas intensidades (ROLNIK, 2006). É por esse motivo que se mostra apta para o estudo de processos que tenham como propósito acompanhar movimentos, seja ele quantitativo ou qualitativo, mas indispensável que sua proposta seja de acompanhar os processos (PASSOS *et al.*, 2009). Cabe observar que os movimentos são típicos da processualidade dos estudos das ciências sociais, sendo o objeto dessas histórico e não cronológico, como acontece nas ciências exatas (DEMO, 1985).

A cartografia é método que tem como sentido o “acompanhamento de percursos, implicação em processos de produção, conexão de redes ou rizomas” (PASSOS *et al.*, 2009; p. 10). A aplicação da cartográfica proporcionará a sensibilidade pretendida nessa pesquisa acadêmica, convergindo para o alcance dos objetivos propostos e para a resposta da pergunta norteadora: **Como a dinâmica da sociedade contemporânea potencializa as tensões**

**vivenciadas por indivíduos concursados na busca (in)cansável por novas aprovações em concursos públicos?** Sendo assim, adotamos a cartografia como método para esta pesquisa acadêmica.

### 3.1 A SIGNIFICAÇÃO DO MÉTODO

A cartografia mergulha nas intensidades contemporâneas e devora os elementos que encontra em seu caminho. De forma atenciosa, se compõe, inventa e reinventa ao longo do tempo. Analisa territórios e processos de desterritorialização, não se prendendo a uma paisagem fixa, como fazem os mapas. Ao captar o estado das coisas e o seu clima, o cartógrafo cria os sentidos ao invés de apenas revelá-los (ROLNIK, 2006). Não há um decalque, como nos mapas, e sim múltiplos sentidos de múltiplas entradas com múltiplas saídas; sendo sua elaboração contrária à formulação de regras ou protocolos (PASSOS *et al.*, 2009). Observamos uma maior flexibilidade em sua aplicação justamente por sua essência ser a de autoformação perante o movimento analisado.

A cartografia não é feita de modo a seguir uma prescrição ou definições prévias. Mas nem por isso deixa de adotar um direcionamento: mesmo invertendo o sentido tradicional do método seu percurso é orientado à acompanhar os efeitos da investigação, de modo inevitavelmente intervencionista. Temos a intervenção ocorrendo em várias direções, não apenas uma, e a experiência do pesquisador, ponto de apoio, direcionada à experiência do saber, um fazer-saber (PASSOS *et al.*, 2009).

Para melhor compreensão do papel do cartógrafo, apresentamos os ensinamentos de Suely Rolnik (2006) em sua *Cartografia Sentimental*. Para a autora, somos indivíduos dotados de duas capacidades derivadas dos nossos sentidos, a cortical e a subcortical. A primeira, e mais familiar, se refere ao modo de compreender o mundo sob suas formas e projetar sobre elas representações que lhes deem sentido. Já a segunda, presente na forma de sensações, desvincula-se da história do sujeito e da linguagem e torna-se parte de nós mesmos. Essas capacidades definem com quais lentes observamos o mundo.

A autora apresenta o conceito de “corpo vibrante” e afirma que a relação entre corpo e capacidade de percepção (vibratibilidade) é paradoxo responsável para a geração de crises que impõe a necessidade de expressar sensações, forçando o pensamento e a ação de transformar a

paisagem subjetiva e objetiva (ROLNIK, 2006). É no interior desse paradoxo e na vibração do corpo que surge, por exemplo, a energia para a construção dessa dissertação.

A cartografia permite acompanhar os movimentos e explorar os territórios em busca de suas intensidades, ao invés de apenas decalca-los como se fossem paisagens à virarem mapas. Pode-se até pensar em mapa, mas com a ideia de mapa-móvel apresentada na obra de Escóssia, Kastrup e Passos (2009). Para Rolnik (2006), estando na posição de cartógrafos, não nos dissociamos do “corpo vibrátil” e também não nos contagiamos por completo, nem por admiração nem por horror, quando visitamos os territórios. Isso, de certa forma, vai ao encontro da base de qualquer cartografia: o movimento. A cartografia consegue atender a necessidade de aproximação diferenciadas nos territórios justamente por estar aberta aos movimentos, desvios, desconstruções, diversidades e demais percepções encontradas no decorrer do processo (MARGARETIS; SPEROTTO, 2011), sendo, dessa maneira, capaz de acompanhar os movimentos líquidos da sociedade contemporâneas e a busca (in)cansável dos concursados-concurseiros.

### 3.2 A APLICAÇÃO DA CARTOGRAFIA NOS ESTUDOS DA ADMINISTRAÇÃO

Michel Foucault inspirou diversos estudos na área organizacional, principalmente voltados para a forma como as novas tecnologias gerenciais (de poder) influenciam a subjetividade dos indivíduos dentro da organização (VILLADSEN, 2014). A partir do seu legado teórico e epistemológico, pautado no saber como possibilidade arqueológica e o poder amparado na genealogia, seria possível gerar reflexões capazes expandir as possibilidades de investigação na análise dos mais diversos contextos organizacionais (COSTA; GUERRA; LEÃO, 2011).

Cabe observar que a arqueologia já se diferenciava dos métodos convencionais por não seguir interpretações documentais ou esquematizações. Com foco nas condições internas de ordem e modo de ser, buscou uma análise dos efeitos do discurso na construção dos saberes em um contexto sócio-histórico. Dessa forma reconhece que o conhecimento e seu modo de compreensão estão articulados em tempo, espaço e instituição. Por outro lado, a genealogia não se prende ao estudo desse discurso, passando a considerar que o saber possui relação direta com o exercício do poder proferido pelo discurso político (COSTA; GUERRA; LEÃO, 2011).

Foi a partir da análise desses estudos *foucaultianos* que Deleuze propôs a cartografia. Tendo sido desenvolvida no campo das ciências sociais e humanas, é dotada de um olhar crítico que acompanha e descreve topologias dinâmicas, desvelando relações de força (PRADO FILHO; TETI, 2013). Cabe destacar que essas características não afastam a possibilidade de utilização deste método na construção do conhecimento em administração, pelo contrário, contribui para uma análise em diferentes perspectivas e leituras diversificadas sobre fenômenos da atualidades (WEBER; GRISCI; PAULON, 2012).

Como afirmam Prado Filho e Teti (2013, p. 46) "existem tantas cartografias possíveis quanto campos a serem cartografados", até porque a cartografia não é um método duro em si, sendo cabível, portanto, a experimentação nos estudos de administração. Com o objetivo de verificar a aplicação da cartografia nos estudos de administração, apresentamos alguns autores que utilizaram o método em suas explorações acadêmicas ou defendem a sua utilização.

Por meio de levantamento bibliográfico dos autores de estudos clássicos e de estudos organizacionais contemporâneos, Cavalcanti (2008) apresenta pesquisa sobre a relação entre história e devir no campo dos estudos organizacionais. Segundo a autora, a cartografia possibilita a exploração ampla de diversos temas, podendo ser utilizada como meio de superar impasses históricos firmados em posições ortodoxias ou não. Com isso recomenda a adoção da cartografia nos estudos organizacionais, justamente por se firmarem em uma abordagem histórica. Tal aplicação seria alternativa para superar impasses e contestações tradicionais, uma vez que a união entre história e cartografia resulta em potência criadora relevante para a criação teórica.

Maia (2006) aplica o método em sua dissertação sobre o trabalho em instituições públicas de saúde. Na posição de cartógrafo, o autor movimenta-se por linhas que desenham seu mapa, em uma "bricolagem teórico-prática", revelando a dinâmica de forças presentes nos processos de trabalho em saúde. Buscando amplificar seu acompanhamento de modo a realizar uma "ampla cartografia", entende que seu campo não possui um território bem demarcado e sim, linhas múltiplas em territorializações sempre abertas. O estudo foi plenamente capaz transmitir a experiência do autor e atingir seu esforço na procura por novos sentidos para a compreensão do processo de trabalho em saúde.

Weber, Grisci e Paulon (2012) fazem uso da cartografia em seu estudo de gestão de pessoas como forma de demonstrar a aplicabilidade do método na construção de conhecimento

em administração. A pesquisa é desenvolvido no contexto da internet (um blog coletivo na área da saúde) e confronta o trabalho em um contexto de trabalho imaterial. Para as autoras, a cartografia apresentou-se ideal no exercício de afastamento e aproximação do território. Para elas a cartografia “rompe com a lógica cartesiano-positivista e reaproxima o pesquisador de seu objeto, sem pretensa neutralidade ou imparcialidade. Ao contrário, assume a necessária implicação e a inevitável intervenção” (WEBER; GRISCI; PAULON, 2012, p. 855). As autoras concluem pela validade da cartografia e afirmam ser esse método capaz tanto de compreender como interferir na realidade.

### 3.3 RELACIONANDO CARTOGRAFIA, CIBERESPAÇO E ESTUDANTES

Margarites e Sperotto (2011) demonstram, por meio dos estudos de subjetividade nas redes sociais, que a adoção do método cartográfico atende à proposta de acompanhar as interações entre os sujeitos, com possibilidades de aproximação com outros “achados” durante o estudo. Para as autoras, as subjetividades são construídas e vão se constituindo de forma intercambiável, mutante e múltipla. Por modificar-se através da história, a cartografia é utilizada como prática para conhecimento do campo em estudo; não como um conjunto de procedimentos, mas como modo de abordar os “achados” da pesquisa.

As autoras perceberam que os encontros nos *ciberespaços*<sup>42</sup> proporcionam mudanças na forma como os estudantes universitários<sup>43</sup> se relacionam com o tempo e o espaço. O tempo torna-se quase que instantâneos, impondo-se o presente e a aceleração, sobrando ao espaço reduzir-se e ressignificar-se (MARGARITES; SPEROTTO, 2011). Cria-se um novo espaço sem delimitações por onde a informação flui sem depender de agentes que a conduza. Os encontros ocorrem em temporalidade instantânea que não separa as pessoas por qualquer tipo de obstáculo; mas quando o fazem age impiedosamente, gerando efeitos psicológicos. Cabe relembrar o que já fora discutido: o processo é tanto territorial quanto extraterritorial

---

<sup>42</sup> Levy (1999) explica que o termo foi usado pela primeira vez em 1984 por William Gibson em um romance de ficção científica (Neuromante) tornando sensível a geografia móvel da informação e o define, em sua obra, com “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias de computador. Ele observa que o conceito inclui a o conjunto de sistemas de comunicação eletrônicos, pois transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização, característica essa que “condiciona o caráter plástico, fluido, calculável com precisão e tratável em tempo real, *hipertextual*, interativo e, resumindo, virtual da informação que é, parece-me, a marca distintiva do ciberespaço” (LEVY, pp 92-93, 1999).

<sup>43</sup> A pesquisa foi realizada com professores e estudantes dos cursos de bacharel em designer gráfico e digital, da Universidade de Pelotas, no ano de 2010.



(BAUMAN, 1999). Tais aspectos possibilitam variadas experimentações problematizáveis no campo, um vez que permitem o surgimento de diferentes hábitos, linguagem, espaços e interações (MARGARITES; SPEROTTO, 2011).

Avançando na discussão de ciberespaço, Yeboah e Ewur (2014) analisaram a relação entre estudantes e as mídias sócias em um estudo sobre o impacto do *whatsapp* na performance acadêmica. Para eles mídias sociais são uma forma de comunicação por meios eletrônicos cada vez mais fácil, rápida e barata, que acompanha o crescimento contínuo e veloz da internet. Aprimoram-se as discussões e as trocas de informação em grupos de estudos, construindo uma relação de aprendizagem colaborativa e efetiva. Os autores ainda observam que o *whatsapp* facilita a troca de mensagens, uma vez que possui tamanho textual ilimitado, contribuindo para que se ultrapassem barreiras físicas sem pagamento de taxas para isso (devemos lembrar que a plataforma funciona por meio de conexão com a *internet*, serviço contratado com provedores). Há, também, possibilidade de colocar em contato pessoas com os mesmos objetivos e interesses, possibilitando até mesmo a criação de parcerias em negócios. Por outro lado, observaram alguns impactos negativos como a procrastinação, o mau uso da gramática, falhas na concentração e dificuldades de balancear as atividades *online* com as preparações acadêmicas (o momento *off-line*).

Miller *at al* (2016) revelam que alguns indivíduos encontram mais constância em suas vidas sociais quando estão conectados, de forma que as mídias sociais passam a constituir um outro lugar onde as pessoas vivem, em um paralelo com seus escritórios, vida doméstica e em comunidade. Os autores alertam que nesse tipo de interação elementos essenciais da autêntica humanidade são perdidos, como a própria comunicação “cara a cara”. Esse aspecto chama a atenção pois muitos indivíduos realmente encontram conforto em suas vidas utilizando-se dessas formas de interação.

Desse modo, buscamos, por meio da exploração de uma processualidade observada nas redes sociais, identificar as tensões existentes entre os estudantes para concurso público, sejam concurseiros ou concursados-concurseiros, imersos nos *ciberespaços*, nosso lugar de pesquisa, para que possamos compreender de que modo os concursados-concurseiro são impulsionados para voltarem a estudar para concurso (ou não pararem). O uso da tecnologia em si não é nosso foco nesse estudo, apenas um meio que acreditamos ser capaz de contribuir para alcançarmos nosso objetivos na pesquisa. Ademais, salientamos que o fato desta pesquisa acadêmica cartografar territórios em *ciberespaços* e expor a forma como a tecnologia é utilizada por

estudantes não caracteriza a adoção de um viés positivista, tampouco voltado para crenças deterministas. Em momento algum nos propomos a defender ou criticar tais recursos pois não se trata do objetivo deste estudo.

### 3.4 VISITANDO TERRITÓRIOS

Como em uma expedição, inicialmente sobrevoamos nosso campo com o objetivo de pré-analisar a viabilidade da pesquisa e aproximar-se da temática, uma vez que a cartografia “trata-se sempre de investigar um processo de produção” (PASSO *at al*, 2009, p. 32). Buscamos obter compreensão inicial do cenário de preparação para concurso público; como os grupos para concurso público se constituem nas redes sociais; a forma como se organizam as discussões e quem são os personagens envolvidos nesse terreno. Ou seja, como explica Passos e outros (2009), buscamos uma concentração, sem focalização, com atenção para detectar signos e forças circulantes que envolvem nosso objeto de estudos.

Sendo assim, apresentamos as impressões obtidas desta análise exploratória. Neste processo inicial, o contato com o campo foi estabelecido por meio das redes sociais. As interações nos grupos virtuais foram devidamente registradas, assim como as primeiras impressões, que foram devidamente anotadas e farão parte desta viagem inicial pela produção dos dados da pesquisa. Para esse pré-campo, utilizaremos como metáfora a movimentação realizada por aeronaves em procedimento de rota aérea, porquanto Passos e outros (2009) abordam o movimento de atenção do cartógrafo, que não se confunde com a coleta de informações e sim com a detecção de signos, sendo abordada por eles através de analogia com o voo e o pouso. Dessa forma, dividimos nossa visita nos cinco momentos seguintes.

#### 3.4.1 Taxiando...

O cenário de estudos preparatórios para concurso público mudou significativamente nos últimos dez anos. Com o aperfeiçoamento da tecnologia, os estudos avançaram por meio do uso de plataformas eletrônicas, tanto na preparação com a utilização de aulas e materiais disponíveis na internet, como na forma de comunicação entre os concurseiros<sup>44</sup>. Antes as empresas que ofereciam cursos preparatórios voltados para concurso público (Os Cursinhos) se

---

<sup>44</sup> Deve-se salientar que o concursado-concurseiro é tanto concursado - servidor público - como concurseiro - estudante, englobando todos os gêneros.

restringiam a espaços físicos com professores ministrando aulas presenciais. O contato entre os concurreiros ocorria nesses ambientes e em bibliotecas, sendo que muitos cursinhos possuíam suas próprias salas de estudo. Ao longo desses últimos anos, percebemos que diversos cursinhos diminuíram suas estruturas físicas ou migraram por completo para a rede de computadores ou não acompanharam o processo e acabaram fechando as portas. Os que se mantiveram no mercado passaram a oferecer os mesmos serviços presenciais de forma *online*, expandindo seus serviços além das fronteiras geográficas.

Fernando Mesquita<sup>45</sup>, em seu *blog* sobre concurso público, explica que nos últimos vinte anos a demanda por uma vaga no serviço público cresceu, em virtude dos bons salários e das boas condições de trabalho, e junto com ela “o mercado acompanhou a evolução”. De acordo com ele:

Uma vez que se tornou nítido que havia um filão por ser explorado, as editoras começaram a lançar livros específicos para concursos (um ramo antes relegado a segundo plano). Em seguida, os cursos preparatórios começaram a se aparelhar de boa (leia-se “grande”) estrutura e bons professores para atender à expectativa dos alunos. Mas o maior problema disso tudo é que nosso psicológico age sobre nós (MESQUITA, 2014).

Diversas novidades surgiram nesse período: mentorias *online*; ciclos de estudos elaborados por especialistas; equipes de *coaching* para concurso público; métodos de estudo por meio de arquivos digitais no formato *.pdf*; blogs, vlogs e seus influenciadores; excursões para realização de provas pelo Brasil; sessões de cinema com filmes direcionados para o aprendizado das matérias dos concursos; páginas especializadas em resolução de questões das organizadoras dos certames; páginas nas redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter...) e grupos no aplicativo de troca de mensagens *whatsapp*. A explicação para as mudanças no cenário de estudo para concurso pode ser encontrada em Fontainha e outros (2014, p. 123). Para o autor “a ideologia concurreira serve a fins de mercado”, isto é, os candidatos “alimentam” tanto as organizadoras quanto os “cursinhos”, que concorrem livremente de forma desregulamentada.

Um renomado cursinho para concurso, antes apenas detentor de unidades físicas em Brasília, apresenta em sua página *online* a informação de que: “*O Gran Cursos Online traz mais comodidade, economia e ganho de tempo aos/às concurreiros/as que não podem*

---

<sup>45</sup> Fernando Mesquita é escritor, palestrante, servidor público e professor. Como influenciador digital, auxilia os candidatos à cargos públicos divulgando novidades, promovendo debates, contando sobre a sua história e divulgando seu próprio método de estudos. Fernando já foi um concursado-concurreiro.

*frequentar as aulas presenciais e não têm acesso a escolas preparatórias nas localidades onde residem.*” Tal afirmação demonstra a capacidade de expansão da empresa por meio das facilidades proporcionadas com o avanço tecnológico. Ainda em sua página afirmam que a qualidade dos cursos *online* é a mesma do curso presencial:

Em sua trajetória, o Gran Cursos Online já demonstrou que é possível se preparar com a mesma qualidade dos cursos presenciais, após muitos/as de seus alunos/as terem obtido, consecutivamente, excepcionais resultados de aprovações nos mais disputados certames públicos do país (GRANCURSOSONLINE, 2018).

Alguns cursos já nasceram na modalidade *online* disponibilizando pacotes para concursos contendo vídeo aulas, materiais em formato digital (.pdf; .ppt; .avi) e fóruns voltados para o esclarecimento de dúvidas diretamente com os professores das matérias. Um destes cursinhos, o Estratégia Concursos, afirma, em seu endereço eletrônico, que possui como diferencial o fato dos seus coordenadores serem ex-concurseiros aprovados nos maiores concursos do país, possuindo então uma experiência singular que os aproxima dos concurseiro:

Com isso, os coordenadores (além dos professores) conhecem bem todos os momentos de descanso perdidos, as noites mal dormidas, a abdicação do convívio familiar, as centenas de horas de leitura, a conciliação do trabalho com os estudos... Sabemos também que, quando você conseguir a aprovação, verá que tudo valeu muito a pena! Nosso objetivo é, portanto, ajudá-lo a chegar lá! (ESTRATÉGIA CONCURSOS, 2018).

Outro cursinho *online* afirma que, por meio de serviço prestado à distância, visa “*auxílio àqueles que se preparam para o ingresso no serviço público, em todas as regiões do país, especialmente naquelas carentes de estrutura de ensino presencial voltado para esse segmento*” (PONTO DOS CONCURSOS, 2018).

Como dito, não só os cursinhos mudaram sua forma de ser. A comunicação pôde se expandir juntamente com esse processo, permitindo uma ampliação no relacionamento entre os concurseiros, que passaram a se conectar com outros concurseiros e professores por todo o país. A internet possibilita discussões e trocas de informação tais como: as particularidades das cidades onde desejam participar de certames; indicação de locais para hospedagem em dias de prova; dúvidas relacionadas aos concursos, matérias em edital, organizadoras e professores; dicas de métodos de estudo, materiais específicos; polêmicas relacionadas aos certames e questões políticas variadas; entre outras. Essa interação entre os concurseiros pode ser percebida se analisarmos algumas redes sociais, uma vez que hoje se criam diariamente diversos grupos de discussão voltados para o assunto “concurso público”.

Para que a exposição seguinte ocorra mais próxima do leitor, e também flua de maneira mais natural, optamos nesse momento por dar voz à nossa cartógrafa. De posse do manche, ela descreverá suas primeiras impressões obtidas com o campo a ser explorado em momento vindouro, utilizando-se dos conceitos de on-line e off-line na identificação de suas falas, dado que:

Hoje, vivemos simultaneamente em dois mundos paralelos e diferentes. Um, criado pela tecnologia *on-line*, nos permite passar horas em frente a uma tela. Por outro lado, temos uma vida normal. A outra metade do dia passamos no mundo que, em oposição ao mundo *on-line*, chamo *off-line* (BAUMAN *online*, 2016).

Por conseguinte, sendo a utilização desses termos comum no ciberespaço – território frequentado nesta pesquisa –, o termo “@cartógrafa: *online*” identificará o momento que a narrativa se constrói diretamente na pessoa da cartógrafa – em primeira pessoa –, e “@cartógrafa: *off-line*”, quando a cartógrafa termina sua análise e a narrativa retornar à terceira pessoa.

### 3.4.2 Decolando...

#### @Cartógrafa: *online*

Inicialmente optei por visitar duas redes sociais – Facebook e Whatsapp – em um espaço temporal que vai de 15 de junho até 16 de agosto de 2018. A escolha justifica-se em virtude de um movimento observado entre seus usuários e que poderia contribuir com nosso estudo. Constatei que os concurseiros criam grupos no Facebook com temas relacionados à concurso público e, posteriormente, dentro desses grupos, criam e divulgam *links* de grupos de discussão no *Whatsapp*, para que os interessados tenham acesso irrestrito. Inferimos que tendo essa última ferramenta a possibilidade de disponibilizar comunicação em tempo real (instantânea) torna-se atrativa a participação também nessa plataforma, ao passo que aquela se mantém estática.

Sendo o Facebook um rede social em evidência e que, além de ser a mais popular e contar com crescimento anual, possibilita “a emergência de comunidades e grupos que manifestam suas posições a respeito de um assunto, permitindo interações entre usuários” (ALCADIPANI; MEDEIROS, 2016, p. 540), fato que tem despertado a atenção não só de pesquisadores mas também dos governantes. Tanto é que essa rede, principalmente, tem sido utilizada para discussões político-eleitorais, não só no Brasil mas por todo o mundo, justamente

por constituir um espaço que permite discussões *onlines* e expressão de pontos de vista. (ALCADIPANI; MENDES, 2016).

Iniciei uma pesquisa em sua ferramenta de busca com as palavras “concurso público”. Obtive diversos resultados, em cinco categorias distintas: páginas, grupos, publicação de amigos, pessoas e artigos. Além dessas categorias, algumas pesquisas relacionadas foram apresentadas: “concurso público 2018”; “edital de concurso público 2018”; “concurso público mg 2018; “concurso público Detran 2018” e “concurso ebserh nacional 2018”. Dentre as páginas, chama a atenção o fato de inúmeras pertencerem às empresas que oferecem cursos voltados especificamente para concurso público, os “cursinhos para concurso”.

Com relação aos grupos do Facebook, percebi que são diversas as razões de criação sendo em sua maioria: grupos que reúnem concurseiros de forma geral; os que visam um concurso específico ou uma carreira específica; os destinados aos concursos de determinado estado da federação; aprovados em concurso que aguardam ser nomeados e outros em menos evidência tais como grupos de estudo de matérias específicas; resolução de questões; troca de materiais e rateios. Alcadipani e Mendes (2016, p. 555) confirmam que são diversos os motivos de criação dos grupos, mas que, “fundamentalmente, produzem e reproduzem práticas discursivas” para seu objeto de estudos. Analisando suas formações, o autor considera serem uma possível maneira de protestar contra discursos padrões, em uma tentativa de inserir novas formas discursivas, produzindo sentidos e se relacionando.

Por meio do mecanismo de busca do Facebook, escolhi alguns grupos, inicialmente apenas por critérios de afinidade, e solicitei a participação. Em primeira análise, a maioria possuía *status*<sup>46</sup> de “grupo fechado”, sendo necessário solicitar ao administrador do grupo a permissão para participação e justificar o interesse (motivo) em ter acesso ao grupo (Figura 1). Algumas dessas solicitações de participação apresentavam nitidamente as políticas do grupo, como se fossem os termos de uso e regras adotados (Figura 2).

---

<sup>46</sup> *Status* aqui é entendido como estado, situação ou condição. Para o Facebook, é a condição de privacidade dos grupos, sendo eles abertos (públicos) ou fechados (privados).

Figura 1 - Solicitação de participação em grupo do Facebook

Fonte: Autoria própria (2018)

Figura 2 - Solicitação para participação de grupo no Facebook

Fonte: Autoria própria (2018)

Na qualidade de participante dos grupos, alguns aspectos chamaram a minha atenção: os grupos são formados em sua maioria por concurseiros, professores de matérias específicas para concurso e monitores/promotores de cursinhos para concurso; diversas publicações fugiam dos propósitos contidos na descrição do grupo, tais como propagandas de cursos preparatório e venda de materiais; em alguns, “administradores” ameaçavam a exclusão do participante que violasse as regras do grupo; algumas discussões eram acaloradas e muitos participantes não respondiam os demais com educação; muito conteúdo se repete entre os grupos e vários pedidos

de *links* para participação em grupos na plataforma de mensagem instantânea *WhatsApp* foram encontrados.

Fiz uma segunda busca, agora com as palavras “*whatsapp link concurso*”, e diversos *links* foram encontrados, mas em comentários daqueles grupos que estou como participante (Figura 3). A maioria dos grupos do *Whatsapp* tem o foco em um concurso específico, o que demonstra que o campo possui especificidades em que alguns estudantes dedicam-se apenas a carreira ou órgão predileto. Mas essa característica não impede que ele, em algum momento, resolva mudar de ideia e transitar entre outros editais, buscando por outras oportunidades, afinal, a liquidez sempre se faz presente e com ela, as certezas não são absolutas, mas instáveis e mutáveis.

Figura 3 - Convites, para participação de grupos do Whatsapp, distribuídos em grupo do Facebook



Fonte: Autoria própria (2018)

Fica nítido que, por meio de uma rede social, o concurseiro pode acessar a outra rede de forma pré-aprovada. Há um dinamismo entre os usuários dessas redes, uma processualidade em que os usuários movem-se sem a necessidade de abandonar nenhuma delas, e com certa liberdade para entrar, permanecer e sair quando acharem necessário. O intrigante é que na primeira plataforma analisada (*Facebook*) os grupos - em sua maioria - eram fechados e selecionavam seus membros por meio de uma solicitações de participação; enquanto na segunda (*Whatsapp*) a regra era distribuir convites para o máximo de indivíduos participarem do grupo.

Os membros das redes sociais são identificados com o símbolo de arroba (@) seguido de seu nome ou apelido - @nomeouapelido. Optamos por manter tal nomenclatura também como identificadora dos nossos sujeitos analisados nessa pesquisa e, também, utilizando-se de abreviação para preservarmos as identidades dos participantes. Cabe informar que as



transcrições foram realizadas de forma íntegra, preservando a forma original de escrita dos participantes (gírias, erros e outros).

### 3.4.3 Altitude de cruzeiro....

Avançamos mais um pouco. Em um grupo de estudos no *whatsapp*, formado por concursados-concurseiros colegas de trabalho, me deparei com uma discussão voluntária entre os seus membros. Um dos @'s mostrava-se inquieto com seu rendimento em concursos que havia prestado recentemente. Expos que estava angustiado com a dúvida de participar ou não de processos seletivos fora de sua cidade. A inquietude nitidamente percebida (e exposta por ele) tinha fundamento no fato de possuir um filho pequeno: este @, que iremos identificar aqui como @C.V., não gostaria de ficar distante da criança, mas, por outro lado, gostaria de prover-lhe melhores condições financeiras. Em arquivo de áudio ele explicou como estava se sentindo:

*Nossa, eu fiquei imaginando mil coisas. Se eu seria um pai ruim... então não sei o quê. A (nome da namorada) estava falando também de pais que têm oportunidades de trabalho fora do país... o máximo que vai acontecer é eu ter que vir pra (nome da sua cidade), viajar mais vezes... ter que fazer algumas coisas assim. Eu tava com muito medo de tipo acharem que eu tô... acharem não, né? Foda-se o que tão achado. Mas tipo, de eu estar efetivamente abandonando meu filho. Mas é que nem a (nome da namorada) tinha falado, não é isso. É oportunidade de trabalho melhor. Paga tipo mais que o dobro do que eu ganho aqui... é...não sei. E ainda existe a possibilidade de eu conseguir voltar para (nome da sua cidade), né? Ainda tem isso... Não sei. Eu... eu fiz a inscrição. Não paguei ainda. Mas fiz a inscrição. Vamos ver (@C.V.).*

Com a atenção devida de um cartógrafo, pude observar os sentimentos, angústias e inquietações expostas, em uma posição tanto como observadora quanto no papel de participante. Era nítido o sofrimento de @C.V. com relação à dúvida entre escolher estar perto do filho ou dar-lhe melhores condições por meio de um melhor emprego (na visão dele). Este @ solicitou a opinião dos participantes. Eu indaguei se era uma opinião com relação ao que as pessoas próximas à ele iriam pensar caso ele se mudasse. Ele reafirmou que não “ligava para a dos outros” e pediu “fatos para ponderar” e poder tomar uma decisão. Sugeri que ele analisasse as duas questões como se estivessem em um balanço, com os prós e contras, de forma a tentar perceber o que ele considerava mais importante naquele momento: estar próximo ou prover melhores condições, mas distante. Meses depois @C.V. nos contou que não havia realizado a prova em outro estado e que não estava arrependido. Questionei por qual motivo não estava arrependido. Ele contou que leu comentários nas redes sociais dizendo que a prova havia sido “muito nada a ver” com o cargo que ele iria concorrer. Mesmo não tendo comentado sobre sua

dúvida, uma vez que havia feito a inscrição para o certame, deduzi que a sua escolha era a de ficar na mesma cidade com o filho.

Em um momento posterior, uma @ se manifestou por meio de mensagem de voz, em um áudio carregado de significados e sentimentos, indo ao encontro dos objetivos dessa pesquisa. Segue a transcrição completa desse áudio:

*Então, aí eu fui conversar com a minha psicóloga sobre isso tudo que eu tô falando com vocês. Aí ela falou pra mim pra eu pensar se é... eu quero ou não estudar. Pra eu tentar descobrir se eu quero ou não estudar, se EU quero (Ênfase feita pela @). Ela falou assim: tá, você falou do (nome do cônjuge) ... porque eu falei assim, que quando o (nome do cônjuge) falou isso, que o nosso salário dá pra fazer uma família e viver bem, eu tirei um peso das costas. Aí ela falou: por que o seu peso tava no (nome do cônjuge)? Por que você se preocupa com o que o (nome do cônjuge) falou? E o que você quer? Né? Aí ela disse pra eu ficar pensando nisso, no que eu quero... e aí tá pra sair o concurso da Câmara<sup>47</sup> e **eu não sei direito o que eu quero ainda não**, eu ainda tô pensando, sabe? Hoje eu até vou voltar nela, faz uma semana isso. Mas eu ainda não sei o que eu... tipo assim, as vezes eu penso “e aí, é uma oportunidade maravilhosa, né? O concurso da Câmara”. Mas e aí? Eu quero estudar mesmo? Eu ainda não cheguei a nenhuma conclusão sobre isso. A conclusão que eu tô chegando é que eu quero fazer outras coisas. Por exemplo, eu tenho feito umas comidas aqui em casa que antes eu nunca fazia. Não sei se vocês têm visto no ‘stories’<sup>48</sup> que as vezes eu posto alguma coisa que eu fiz. E antes eu ficava assim: “não, eu tenho que ter empregada, não posso cozinhar, não posso fazer nada porque se eu fizer eu tô **perdendo tempo de estudo**”. E hoje não. Hoje eu quero curtir o meu final de semana com o meu marido, quero cozinhar alguma coisa. Entendeu? E eu gasto tempo com isso, por que eu sou meio novata, eu sou meio lerdinha e tudo, mas eu gosto. E é isso. Eu fico pensando: “eu quero, de repente, estudar outra língua ano que vem”. Eu tô tentando ter filho, então vai mudar todas as minhas prioridades... e aí? **Eu preciso mesmo de outro concurso?** Só pra eu dizer pros outro que eu “ok, passeio em outro concurso”? Será que é pra isso? Que eu tô... será que a minha preocupação é essa? Tipo, eu tenho que ser analista pra quê? Pra que eu tenho que ser analista? Pra falar pros outros que eu tenho analista... que eu sou analista? Entendeu? É esse tipo de coisa que eu tô pensando... E aí não sei. Tipo, com relação à Câmara eu vou fazer para revisor, com certeza, porque é a minha área. Então eu pretendo fazer. Não sei também como que vai ser meu estudo, tô pensando em fazer uma provinha de português da FCC<sup>49</sup> por dia, tipo dez questõezinhas, e dar umas revisadinhas naquele material que eu já fiz de processo legislativo e tal. Mas não sei ainda se eu vou morrer de estudar, me acabar de estudar para a Câmara. Eu vou pensar melhor. Eu tô pensando em reservar uns momentos para isso; mas não todo dia, e pequenos, e ver no que vai dar. E se não der em nada aí eu não sei se mais pra frente eu vou estudar para outros concursos, porque eu fico pensando: “gente, não é nem a minha área.” Tipo a (nome da cartógrafa) é formada em ADM, ADM tem tudo a ver. Tá fazendo mestrado nisso.... Mas e eu? Tipo, é a minha área? Não é a minha área! Eu vou ficar*

<sup>47</sup> Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF

<sup>48</sup> Recurso de vídeo contido na rede social Instagram.

<sup>49</sup> Banca preparatória de certames para o setor público.

*estudando um monte de coisa que eu não sei direito? Que eu sei por materiais picados por ai? Mas que eu nunca frequentei aula de faculdade? Eu fico pensando nisso sabe? E... ai eu não sei. Tô divagando já mas é bem por ai... ai eu fico pensando: “pô, eu tenho saudade de dar aula. Por que eu não, ao invés de estudar pra concurso, não vou aqui no (nome de cursinho de inglês) que é na frente do meu condomínio e entrego meu currículo e falo: “olha, eu sou concursada e queria no meu tempo livre, sábado de manhã, ter uma turma”. Uma coisa assim, entendeu? É isso que eu... um lugar pertinho da minha casa... Não sei, eu fico pensando nisso: “mas por que só outro concurso? Por que não outras coisas?”. Às vezes eu acho que estou deixando de fazer... Gente! É muito claro isso pra mim. Por exemplo, surgiu aquela moda de colorir livro. Eu amo colorir, vocês não têm ideia. Ninguém sabe isso de mim, mas uma das coisas que eu mais gosto nessa vida é colorir. Eu passei a minha infância e adolescência colorindo livro de colorir, eu amo. E eu nunca comprei nenhum livro daqueles por que ficava: “nossa, se eu comprar isso eu vou fazer isso, só isso, e não vou estudar”. Ai, ai hoje eu penso: “por que que eu não posso fazer uma aula de pintura? Alguma coisa assim?” É meio de família, sabe? Eu tenho pintores na minha família e tudo. E eu gosto e as vezes é uma coisa que de repente existe em mim mas eu não sei se existe por que eu tô me privando disso pra estudar para concurso. Em fim! Acho que eu tô ficando... deixando vocês mais confusos, né? Mas é... eu tô refletindo muito sobre isso e vendo o quê que eu quero. Mas eu tô cansada dessa **busca incansável de outro concurso, que nunca se acaba**. E eu fico pensando: “até onde? Será que daqui a dez anos eu vou estar estudando para um concurso também? Mediana e tudo mais, né?” (@N.A.G.– Grifo meu).*

Esta fala revelou o quanto @N.A.G. está em conflito com ela mesma por meio de cobranças que faz e desejos que reprime. Logo no início ela conta que seu cônjuge demonstrasse despreocupado com a questão financeira da família, deixando-a mais aliviada. Por outro lado, mesmo ciente disso, ainda sofre quando dedica seu tempo para outras atividades que não sejam relacionadas aos estudos para concurso. A @ não se permite conhecer novos caminhos com possibilidades de proporcionar-lhe aconchego mas tem ciência disso e põe-se a refletir sobre o que realmente seria importante para ela nesse momento de sua vida.

Cabe aqui uma ressalva. Após receber estes áudios no grupo, expus meu tema de estudo e pedi autorização para a reprodução dos diálogos nesta dissertação. Os @’s se interessaram pelo estudo e autorizaram o uso das informações. Após essa revelação, percebi que os diálogos no grupo, quando relacionados a esse tipo de tema, tornaram-se mais comedidos e minhas indagações passaram a ser respondidas de forma mais direta e formal, mesmo que eu tenha mantido a informalidade típica da internet. Uma vez que nosso campo é “atravessado por correntes coletivas de sensibilidade, mundos em transformação” (ROLNIK, 2006; p. 76), era possível de se imaginar que coloca-los na posição ciente de investigados traria algum prejuízo para a sensível na fluidez de suas emoções.

### 3.4.4 Aterrissagem...

Nesse sobrevoo, busquei verificar se as redes sociais escolhidas teriam condições de fornecer o suporte necessário para o desenvolvimento dessa pesquisa. Analisando alguns traços delineados no mapa que aqui começou a se constituir, pude identificar que de fato essas ferramentas poderão contribuir para o estudo.

**1º Traço:** o discurso dos @'s apresentam fatores de conflito interno, angústia, dúvidas, insegurança, medo, e outros sentimentos. Selecionei algumas passagens que evidenciam essas características e expõe o íntimo sentimento por eles vivenciado:

*“Se eu seria um pai ruim...” (@C.V.)*

*“... tipo, de eu estar efetivamente abandonando meu filho.” (@C.V.)*

*“...não posso fazer nada porque se eu fizer eu tô perdendo tempo de estudo.”  
(@N.A.G.)*

*“Eu preciso mesmo de outro concurso? Só pra eu dizer pros outro que eu “ok, passeio em outro concurso”? Será que é pra isso?” (@N.A.G.)*

**2º Traço:** Também pude observar algumas contradições, na fala da @N.A.G, relacionadas a estudar ou não para o concurso da Câmara:

*“...áí tá pra sair o concurso da Câmara e eu **não sei direito** o que eu quero ainda não, eu ainda tô pensando, sabe?” (Grifo meu).*

*“Eu ainda **não** cheguei a nenhuma conclusão sobre isso” (Grifo meu).*

*“Tipo, com relação à Câmara eu vou fazer para revisor **com certeza** porque é a minha área. Então eu **pretendo fazer**” (Grifo meu).*

Com esse breve levantamento e produção de dados, percebi que existiam sim tensões na vida dos concursados-concurseiro. Para Passos *et al* (2015, pp. 34-35) “o pouso não deve ser entendido como uma parada do movimento, mas como uma parada no movimento. Voos e pousos conferem um ritmo ao pensamento, e a atenção desempenha aí um papel essencial”. Dessa forma, os aspectos apresentados justificam a proposta deste estudo acadêmico, requerendo maior aproximação e acompanhamento direcionados às (in)tensões deste estudo.

@Cartógrafa: off-line.

### 3.4.5 Os primeiros passos em terra firme.

Com o propósito de avançar na investigação, em um primeiro passo, visamos compreender a forma como se relacionam os concursados-concurseiros nas redes sociais e suas particularidades, buscando *links* entre suas falas no ciberespaço e as tensões vivenciadas no contexto contemporâneo. Acreditamos ser importante, inicialmente, examinar qual o significado que estes sujeitos dão ao território (ciberespaço) onde a pesquisa será desenvolvida. Estaria a sua participação nessas grupos relacionada à oportunidade de aproximação com indivíduos que enfrentam angústias semelhantes as suas? Ou que compartilham dos mesmos desejos e aspirações? Ou seria apenas um meio de comunicação que os mantém informados das novidades no universo do concurso público? Ou nem mesmo sofrem influência desse território? Por meio do estudo de Musso (2010) podemos observar que tais motivos podem não ser excludentes, uma vez que a rede teria se tornado operadora de ação, funcionaria como utilidade pública e garantidora da felicidade material.

Utilizando-se dos conceitos elaborados por Deleuze e Guattari (1995) em *Mil Platôs*, podemos deduzir que a rede é rizomática, não possuindo início e fim, em uma interligação múltipla entre todos os pontos. Por respeitar os princípios de conexão, heterogeneidade e multiplicidade, aproxima-se das características do rizoma, em um tipo de agenciamento maquínico virtual, onde pode-se identificar que qualquer ruptura é a-significante por reestratificar-se em novas conexões.

Coletadas as pistas do contexto do concursado-concurseiro inserido nas mídias sociais escolhidas, demos um segundo passo, dessa vez mais direcionado ao nosso objeto de estudos. Observamos nos grupos de *whatsapp* aqueles concurseiros que se apresentavam como concursados para que as discussões relacionadas aos motivos de terem voltado a estudar para concurso pudesse ser estimuladas (*F*). Coletamos pistas sobre qualquer tipo de tensão vivenciada por eles, contradições em suas falas (no caso, escrita) e os possíveis estímulos que contribuíam para continuarem em movimento (seção 4.2). Caminhamos provocando reflexões relacionadas às nossas linhas mestras (instabilidade, consumo, gestão gerencialista e liquidez) maximizando a compreensão dessa processualidade do ser profissionalmente instável que alcança a estabilidade, mas tornar-se emocionalmente instável movendo-se em busca da estabilidade nos demais aspectos de sua vida.

Em um exercício de interação com o campo, realizado em um grupos de *whatsapp* com aproximadamente 250 membros, direcionado ao concurso do Ministério Público da União – MPU, nossa cartógrafa se apresentou como servidora pública e lançou dois questionamentos: se existiriam outros servidores públicos e se caso fossem aprovados no concurso tema do grupo parariam de estudar. Apresentamos o diálogo completo (Figura 4), esclarecendo que o balão de conversa à direita, na cor verde, dá voz à nossa cartografia:

Figura 4 - Diálogo em grupo do Whatsapp



Fonte: Autoria própria (2018)

Algumas reflexões foram obtidas com esse exercício com vistas a continuidade da pesquisa: 1) Os concursados-concurseiros participam dos grupos de discussão para concurso público tanto quanto os concurseiros; 2) Temas podem ser lançados nos grupos com chances tangíveis de desenvolvimento de discussão; 3) Existem uma variedade de motivos para os concursados-concurseiros continuarem estudando; 4) Alguns mostraram-se decididos com relação ao momento de parar de estudar: ingresso na esfera federal, remuneração, trabalho não “muito chato”.

### 3.5 O DEVIR-ATIVO E AS PREOCUPAÇÕES ÉTICAS

Diante da elaboração de uma pesquisa cartográfica, não podemos desconsiderar a ética em Deleuze que, juntamente com Guattari, criaram esta metodologia. Para ele, a ética se apresenta por meio da noção de um corpo que experimenta e avalia. Esse **corpo** é modo finito do atributo denominado de extensão, que age simultaneamente à **mente**, que seria o modo finito do atributo pensar. Dessa forma, um modo não existe sem o outro e suas existências nascem da relação movimento e repouso: o corpo é a potência de agir, ou afetar e ser afetado como afeições e afetos, enquanto a mente é a potência de compreender, conhecer ou pensar, preenchida com ideias (BARBOSA, 2018). Assim,

É em função dessa correspondência, ou simultaneidade, entre as variações das capacidades de agir do corpo e de conhecer da mente, que se compreende a prevalência do corpo na conquista da ética: sendo a mente a ideia do corpo, o salto ético dado pelo corpo ocorre paralelamente com a mente (BARBOSA, 2018, p. 872).

Ou seja, é esse paralelismo que conduz à visão ética do mundo, em que o corpo se engaja na busca de sua conquista, de forma ativa, juntamente com a mente, por sê-la a própria ideia do corpo. Este corpo é uma relação de forças qualificadas, sendo ativas quando comandam e reativas quando obedecem: de um lado o devir-ativo, como afirmação, e do outro, devir-reativo, de negação (BARBOSA, 2018). Por essa razão,

Submetido ao ponto de vista reativo, negativo, o corpo deve conquistar o seu devir-ativo, a sua afirmação, tarefa propriamente ética, que depende de uma formação que nunca se esgota. Esta mesma tarefa diz respeito à consciência, que é aqui, por definição, reativa. Se o corpo é uma relação de forças qualificadas, ativas e reativas, em que uma qualidade predomina sobre a outra, a consciência é descrita por Deleuze como um conjunto de forças reativas, cuja nobreza relativa consiste em submeter suas forças reativas às forças ativas do exterior (BARBOSA, 2018, pp. 875-876).

Dessa forma, ao revelarmos o conceito de ética de Deleuze, compreendemos as forças existentes no dinamismo da cartografia, uma vez que “avaliar como tarefa ética é não só avaliar os valores, como também, e principalmente, avaliar a própria vontade de potência, o ponto de vista avaliador e criador dos próprios valores”. Caberia então ao cartógrafo, no seu exercício de movimento e repouso, desenvolver seu devir-ativo, como vontade de prevalência da ética. “Qual vontade?” – eis a pergunta avaliadora por excelência” (BARBOSA, 2018, p. 879).

Uma vez que um dos aspectos relevantes da cartografia é seu foco na dimensão processual, somos capazes de acompanhar as realidades subjetivas e suas transformações. Na medida que esta não é estática, por compor-se de processos de subjetivação e desubjetivação, aquela tem a possibilidade de intervir neste dinamismo próprio das redes que compõem a subjetividade. E é isto que está em jogo no ineditismo presente em uma pesquisa cartográfica: sua potência de intervenção e competência de propor novas realidades. Além disso, o próprio sujeito funciona como ator: colaborando e interferindo no processo de investigação, não sabendo, nem ele nem o cartógrafo, a trajetória completa da pesquisa (TEDESCO, 2015).

Por esse motivo, esta pesquisa teve momentos de movimento e repouso ao longo do processo. Exploramos as interações direta com os sujeitos, por meio de abordagens nas redes sociais, *Facebook* e *Whatsapp*; as observações de comportamentos e pensamentos, no *Instagram* dos cursinhos para concursos; e a coleta de evidências com a aplicação de um questionário semiestruturado, divulgado nas redes sociais. Apesar da nomenclatura de questionário ser mais comumente aplicada às pesquisas quantitativas, aqui, apesar de terem sido mapeados dados quantitativos, o maior foco foi relacionado às questões abertas, de modo que as análises privilegiassem os dados qualitativos. Para a formação deste questionário, exploramos as pistas comuns coletadas durante o processo cartográfico, de forma compromissada com nossa vontade de alcance do salto ético do nosso devir-ativo, impedindo que a maximização no esforço de compreender as tensões dos concursados-concurseiros não nos afasta do princípios éticos.

Isso porque, mesmo sendo o método da cartografia livre de formalismo, rigidez e prescrição, há de se adotar um posicionamento que mantenha a pesquisa íntegra, tanto para seu cartógrafo, quanto para seu objeto de estudo. Da leitura de *cartografia sentimental*, de Suely Rolnik (2006), fica nítida a importância de tal preocupação. A autora acredita que impor uma “regra de prudência” é fundamental para que se tenha limite na potência, para que a vibratibilidade do corpo não cause autodestruição nem destruição do outro. Para tanto, devemos



estar sempre em alerta para que os limites desejáveis sejam mantidos para uma pesquisa saudável seja realizada.

Por fim, ressaltamos que essa pesquisa teve o cuidado de preservar o nome de todos os participantes, utilizando, no primeiro momento, seus nomes abreviados, como garantia de sigilo, e de acordo com o padrão utilizado na internet: o nome abreviado precedido do símbolo de arroba, ou seja, @nomeabreviado. No segundo momento, elaboramos o questionário atentos em informar os participantes sobre os objetivos da pesquisa, a forma de utilização das respostas, seu sigilo, contato direto conosco. Assim, disponibilizamos o seguinte texto (Tabela 2):

Tabela 2 - Texto de apresentação do questionário

<p>A presente pesquisa insere-se nas discussões sobre trabalho e subjetividade na contemporaneidade. Seu objetivo consiste em compreender alguns elementos que envolvam o contexto daqueles que optaram por estudar e prestar concursos públicos ou seleções públicas (os chamados concurseiros).</p> <p>Os dados servirão de base para a conclusão da dissertação de mestrado da aluna Bianca G. L. Rocha, sob orientação do professor dr. Leonardo Tonon, no Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Salienta-se que os dados são sigilos e serão utilizados única e exclusivamente com finalidade acadêmica.</p> <p>Caso haja dúvidas, comentários ou sugestões, favor entrar em contato pelos e-mails <a href="mailto:biancarocha@alunos.utfpr.edu.br">biancarocha@alunos.utfpr.edu.br</a> ou <a href="mailto:leonardotonon@utfpr.edu.br">leonardotonon@utfpr.edu.br</a>.</p> <p>Estando ciente e havendo interesse em contribuir com a pesquisa, clique em prosseguir.</p>
---

Fonte: Autoria própria (2019)

Por fim, entendemos que o comprometimento ético na cartografia, seguindo a ideia de seu criador, é papel ativo do cartógrafo, que deve busca-la durante o dinamismo da pesquisa, com a ciência de que “ter um mundo às mãos é comprometer-se ética e politicamente no ato do conhecimento. É intervir sobre a realidade. É transformá-la para conhecê-la” (KASTRUP; PASSOS, 2013, p. 264).

### 3.6 A PRODUÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA

Uma vez que a cartografia se constrói no decorrer do seu percurso, nosso método não permite estruturação ou rigidez e, mesmo diante da exposição teórica já realizada, entendemos fundamental não nos prendermos sob risco de se estabelecer um decalque e não uma cartografia. Porém, Rolnik (2006) afirma que critérios são necessários para que o cartógrafo saiba o que procura. Assim sendo, apresentamos as pistas, que nos serviram como guia, e os caminhos necessários ao desenvolvimento do nosso tema. Tais caminhos levaram em conta as *Pistas do Método da Cartografia* desenvolvidas pelo grupo de pesquisa de Passos e outros (2015), que tem como base o pensamento de Gilles Deleuze e Félix Guattari, justamente pela característica rizomática da cartografia. Dessa forma, a partir de Passos *et al* (2015) apresentamos as oito pistas da cartografia juntamente com o delineamento desta pesquisa.

**Pista 1:** Tal pista aponta para a indissociabilidade entre o conhecimento e a transformação da realidade e do cartógrafo, apresentando a cartografia como método de pesquisa-intervenção. É por meio desta pista que se evidencia a realização da pesquisa liberta dos modos prescritivos e dos objetivos previamente delimitados, sendo esse o motivo de acreditarmos na tendência de incorrer no risco de se decalcar ao invés de cartografar, caso se delimite e estruture esta pesquisa. Dessa forma, nossa imersão e contato com o objeto de estudo visou identificar os aspectos capazes de demonstrar as possíveis tensões vivenciadas pelos concursados-concurseiros, por meio de impressões da subjetividade dos concurseiros, principalmente aquelas reveladas pelos sinais de angústia, insatisfação, fadiga e descontentamentos.

**Pista 2:** A importância da utilização de gestos de atenção pelo cartógrafo: o rastreio, o toque, o pouso e o reconhecimento atento. Essa pista está ligada ao momento de coleta de dados. Cabe observarmos que para os autores, não haveria coleta de dados e sim, desde o início, uma produção dos dados da pesquisa. Por essa razão optamos em já apresentarmos, na seção 3.4, algumas impressões percebidas em nosso território, na forma de uma “visita” a esse local de pesquisa, atentos à observação dos autores da importância de detecção de signos e forças circulantes do processo. Para estes, a atenção é tanto flutuante, concentrada e aberta, quanto inibida pela atenção seletiva, sendo necessário pousar a atenção em alguns momentos para que se preste a atenção. Dessa forma, a seção 3.4 pode contribuir, em sua “altitude de cruzeiro” e

“aterrisagem”, com o pouso de nossa atenção capaz de desenvolver as prévias reflexões necessárias ao desenvolvimento da pesquisa. O objetivo, desde o início, é compreender os motivos para os servidores públicos estáveis continuarem estudando em busca de mudanças.

**Pista 3:** Devemos acompanhar os processos pois o movimento de transformação é constante. Sendo esse o desafio, há uma reinvenção metodológica, por meio da inversão do *metá-hódos* em *hódo-metá*, e uma aproximação com a etnografia e a observação participante. Entende-se que a simpatia é fundamental para que se firme um relacionamento entre cartógrafo e a heterogeneidade que o cerca, sendo adequado, em certos níveis, “se deixar levar” por esse campo. Assim sendo, nossa cartografa não hesitou, em um primeiro momento, expondo aos @’s de um dos grupos de *Whatsapp* sua condição de concursada-concurseira (Figura 5). Porém, observou que o fato de se posicionar como pesquisadora afetava o relacionamento com eles e suas respostas, que se tornavam mais cautelosas e rígidas quando comparadas às anteriores à revelação.

**Pista 4:** Propõe, com base nas ideias de Foucault e Deleuze, três movimentos-funções do dispositivo no método da cartografia: de referência, de explicitação e de produção e transformação da realidade. Isso porque a subjetividade requer uma metodologia que possa acompanhar a sua processualidade, característica inata da cartografia e que se constrói caso a caso. Evidenciamos, mais uma vez, a necessidade de mantermos atenção para não nos prendermos a fórmulas e regras, pois o método se constrói com o movimento da subjetividade e dos territórios, sendo dispensada a rigidez e as prescrições metodológicas.

**Pista 5:** Esta pista demonstra os planos de forças que coexistem na experiência bem como suas construções pela cartografia. O plano é a nomenclatura adotada pelos autores em preferência ao campo. Segundo os autores “ao lado dos contornos estáveis do que denominamos formas, objetos ou sujeitos, coexiste o plano das forças que os produzem” (PASSOS *et al.*, 2015, p. 92). Buscamos investigar as formas mas indissociadas do plano coletivo, para nos afastarmos de um olhar míope e que nos impeça de atingir a dimensão da processualidade. Conseqüentemente essa pesquisa além de se manter atenta ao indivíduo concursado-concurseiro tem o desafio de focar na processualidade. Para tanto acompanharemos grupos de *Whatsapp* que reúnem indivíduos que se encaixem no perfil objeto deste estudo, além de acompanharmos a dinâmica dos grupos de *facebook* e *whatsapp*, nos quais já estamos inseridos como participantes.

**Pista 6:** Devemos buscar uma dissolução do ponto de vista do observador, de forma a considerar o objetivismo e o subjetivismo como faces de uma mesma moeda, e entender que ao mesmo tempo que a cartógrafa está no campo de observação também provoca intervenção e modificação do objeto. Dessa forma, resta-nos clara a possibilidade de estimularmos os concursados-concurseiro inseridos nos grupos das mídias sócias, e incentivarmos discussões geradoras de conteúdos que contribuam para nosso objetivo.

**Pista 7:** Cabe à cartógrafa uma imersão no território e nos seus signos, isto é, habitar um território existencial. É com essa pista que encontramos a segurança de realizarmos um mergulho livre pelas duas redes sociais escolhidas (*Facebook e Whatsapp*) que possibilitam o desenvolvimento do estudo proposto nesta pesquisa. Os grupos aos quais já adquirimos acesso serão os primeiros a serem acompanhados e, caso necessário, verificaremos outros grupos que possam atender nossa missão de responder a pergunta desta pesquisa.

**Pista 8:** A política de narrativa deve trazer a ideia de que a proposta metodológica exigirá uma mudança na narração, na sua prática, evidenciando os motivos pelos quais defendemos a possibilidade de mudanças no decorrer da pesquisa, visto que por mais que se defina algo previamente é da natureza desta metodologia se constituir durante o processo a ser estudado.

Cabe destacarmos que a “aproximação” dos dados foram delineadas, inicialmente pelos traços iniciados com os objetivos (geral e específicos), levando em conta os traços temporais, estéticos e o próprio conteúdo que se mostraram no desvelar do relevo cartográfico. Dessa forma, pudemos definir os quatro caminhos perseguidos durante o processo de movimento e repouso realizados nesta pesquisa:

- a) A **análise** de comentários, discussões e imagens (*memes*), nas plataformas escolhidas: *Facebook* e *Whatsapp*, no caso dos concurseiros, e *Instagram*, no caso dos cursinhos. Para uma compreensão dos traços de subjetividade, territorialização e desterritorialização, bem como o impacto que os cursinho poderiam ter durante a preparação dos estudantes. Buscamos, além de observar a dinâmica do campo, participar das discussões, sejam elas provocadas pela cartógrafa ou por terceiros, como forma de atingirmos os posicionamentos que nos levassem a entender nosso propósito;

- b) A **compreensão** do valor atribuído pelos concursados-concurseiros ao serviço público. Inicialmente analisamos os comentários realizado nas redes sociais, citadas anteriormente, observando traços que aproximavam nossos sujeitos às pistas que materializariam o core da pesquisa: liquidez, instabilidade, gestão gerencialista e consumo. Em um segundo momento, utilizamos questionário, com base nas análises realizadas e a compreensão adquirida durante o campo;
- c) A **provocação** de discussões, nos grupos de *Whatsapp/Facebook*, e de reflexões, como o objetivo de entender de que forma os concursados-concurseiros eram impactados pelas características norteadoras da pesquisa. Abordamos os motivos deles terem iniciado os estudo para concurso; os motivos de continuarem estudando; o impacto da nova aprovação; formas de conciliar estudo com outros aspectos da vida; possíveis abdições; se a iniciativa privada poderia ser uma opção e a forma como eles a consideram; o impacto do trabalho atual no estilo de vida que possuem e quais mudanças espera com a nova aprovação;
- d) O **questionamento**, por meio da aplicação de questionário semiaberto, disponibilizados nas redes sociais, abordando os pontos levantados em campo, no processo de análise, compreensão e provocação realizados tanto no pré quanto no próprio campo. Esse caminho buscou agregar as discussões realizadas nos três anteriores, de modo que pudesse completar o raciocínio que já desenvolvíamos anteriormente. Dessa forma, contamos com duzentas e dezesseis respostas, sendo que quarenta e quatro respondentes era concursados-concurseiros. O questionário encontra-se disponível no apêndice desta pesquisa.

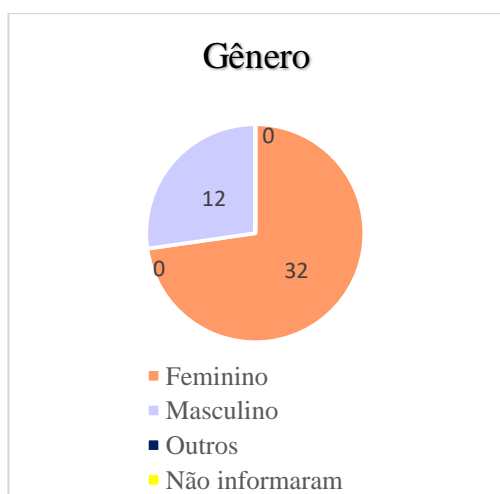
### 3.6.1 O QUESTIONÁRIO E O PERFIL DOS PARTICIPANTES

Cabe salientarmos que após o contato com os *memes*, no primeiro caminho (da análise), surgiu a necessidade de buscarmos outras maneiras, ainda nas redes sociais, de compreendermos melhor as tensões existentes na vida do concursado-concurseiro, durante seu processo de preparação para um novo concurso. Dessa forma, a partir dos dados iniciais elaboramos o questionário, em que as categorias vieram tanto do referencial teórico, quanto da primeira fase, em que os primeiros contatos com o campo foram realizados e foram produzindo linhas capazes de melhor conduzir as temáticas de análise. A aplicação ocorreu por meio da ferramenta *on-line Google Forms*, e foi divulgada nas plataformas que já havíamos

proporcionado discussões. O fato da pesquisadora ser concursada-concursadeira permitiu esse acesso aos grupos e, conseqüentemente, aproximação às possibilidades analíticas. A divulgação ocorreu nas redes sociais *Facebook* e *Whatsapp*, entre os dias 27 de maio de 2019 e 05 de junho de 2019. Obtivemos a ajuda da professora e jornalista Thais Nunes, do jornal Gazeta do Povo, que divulgou a pesquisa em seus grupos de estudo no *Facebook*; e de participantes que se interessaram pelo tema e divulgaram entre seus contatos do *Whatsapp*. Alcançamos duzentas e dezessete respostas, sendo quarenta e quatro de concursados-concursadores. Os demais eram concursadores ainda não servidores e pessoas que não estudavam para concurso público mas tiveram acesso à pesquisa.

O perfil dos participantes, isso é, dos quarenta e quatro concursados-concursadores, foi levantado: A maioria era composta por mulheres (Figura 5); solteiros (Figura 6); com renda familiar entre quatro e sete mil reais (Figura 7); residentes no Paraná (Figura 8); com idade entre trinta e trinta e nove anos (Figura 9); com alguma especialização ou MBA nacional (Figura 10); concorrendo pelo sistema de ampla concorrência (Figura 11); estudando para apenas uma carreira pública (Figura 13) e ocupantes de cargo de nível médio (Figura 12). Por fim, apresentamos o perfil completo dos quarenta e quatro participantes nos gráficos seguintes:

Figura 5 - Gênero



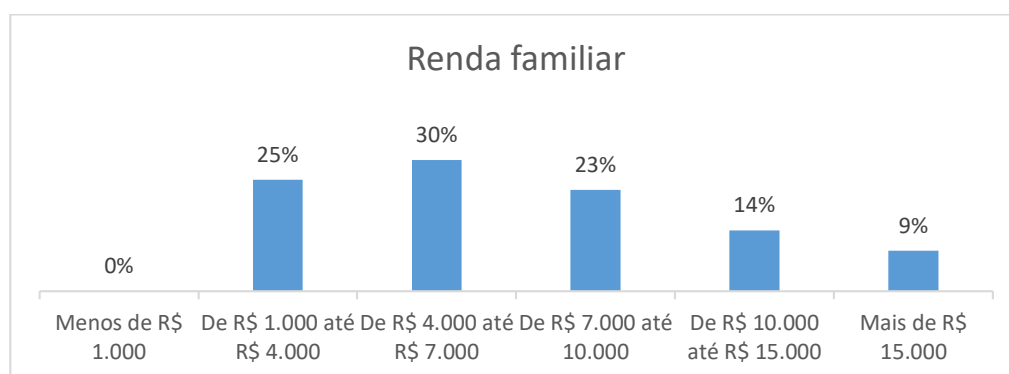
Fonte: Autoria própria (2019)

Figura 6 - Estado Civil.



Fonte: Elaborado pela cartógrafa

Figura 7 - Renda Familiar



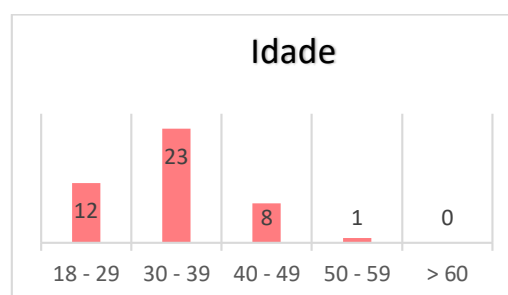
Fonte: Autoria própria (2019)

Figura 8 - Estado da Federação que reside.



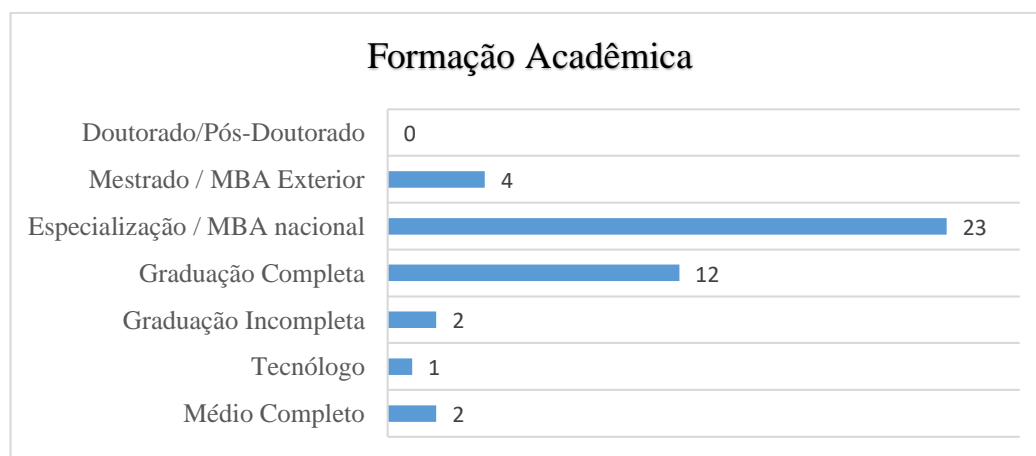
Fonte: Autoria própria (2019)

Figura 9 - Idade



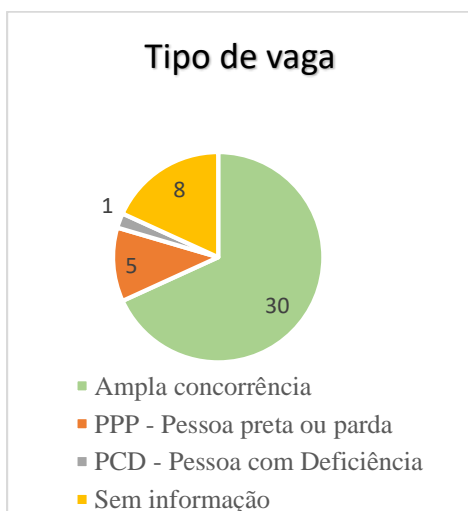
Fonte: Autoria própria (2019)

Figura 10 - Formação Acadêmica.



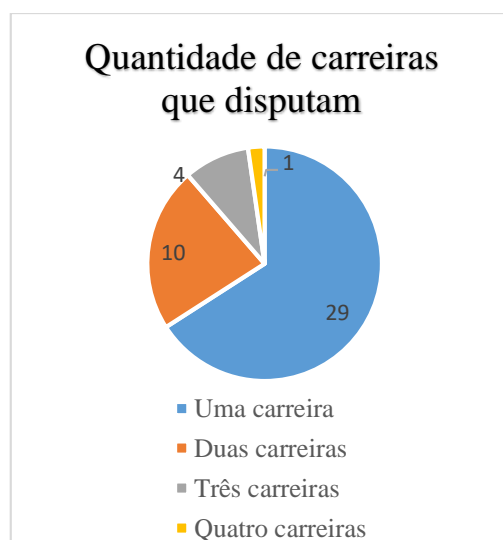
Fonte: Autoria própria (2019)

Figura 11 - Tipo de vaga na qual concorre.



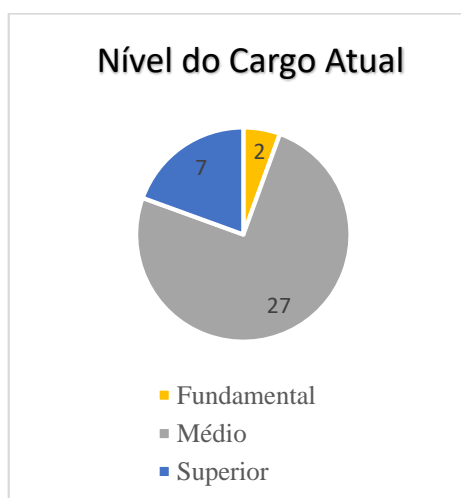
Fonte: Autoria própria (2019)

Figura 13 - Número de carreiras que o candidato disputa.



Fonte: Autoria própria (2019)

Figura 12 - Nível escolar do cargo atual.



Fonte: Autoria própria (2019)



### 3.6.2 A NUVEM DE PALAVRAS

Para a melhor demonstração dos dados obtidos por meio do questionário, optamos pela utilização da técnica de nuvem de palavras, também chamada de nuvem de texto e *tag clouds* – em inglês –, apropriada para representar dados por meio da exploração de palavras-chave e sua frequência de ocorrência dentro de uma amostra. Ou seja, “é uma forma de visualização de dados linguísticos que mostra a frequência com que as palavras aparecem em determinado texto” conforme mencionado por Lunardi, de Castro e Monat (2008, p. 22). Segundo esses autores, a visualização padrão apresenta as palavras sequencialmente em ordem alfabética, da esquerda para a direita, com mesma fonte e tamanho variando de acordo com o número de vezes que elas aparecem entre os dados, ou seja as taxonomias criadas e coletados.

O objetivo da utilização de uma nuvem de palavras é “proporcionar uma compreensão rápida, um resumo do conteúdo de determinado texto ou conjunto de textos, a partir de suas palavras mais frequentes” (LUNARDI; DE CASTRO & MONAT, 2008, p. 23). No caso desta pesquisa, pudemos garantir uma melhor visualização das palavras mais utilizadas pelos concursados-concurseiros, quando impelidos pelos questionamentos por nós realizados. Ou seja, por meio da nuvem trouxemos um resumo das respostas dos nossos sujeitos, com a visualização das palavras mais utilizadas por eles, demonstrando o grau de importância dessas em virtude da frequência que se fizeram presentes nas respostas fornecidas. Isso porque:

Quando esses dados são apresentados em forma de nuvem, é possível perceber a importância de determinada palavra e comparação ao todo, no caso, o número total de palavras. Essa informação adicional comunica a importância semântica, ou o contexto das palavras mostradas. Uma nuvem de texto é uma proposta visual para comunicar relações importantes e dimensões adicionais de significados dentro das limitações de uma espaço plano (LUNARDI; DE CASTRO & MONAT, 2008, p. 23).

E como a cartografia não se prende, não se limita, vimos a representação em nuvem como um meio de tirar as palavras da gaiola do banco de dados que lhes aprisionavam. Porém, mesmo que livres, o formato condensado da nuvem releva a tensão entre as palavras, por meio da frequência com que foram citadas pelos concursados-concurseiros. Sendo que entre as perguntas há uma variação da frequência de certas palavras, ora se apresentando com maior destaque ora com menos, tal dinamismo justifica sua utilização nesta cartografia:

É intervir sobre a realidade. É transformá-la para conhecê-la. Há uma dimensão da realidade em que ela se apresenta como processo de criação, como *poiesis*, o que faz com que, em um mesmo movimento, conhecê-la seja

participar de seu processo de construção. O acesso à dimensão processual dos fenômenos que investigamos indica, ao mesmo tempo, o acesso a um plano comum entre sujeito e objeto, entre nós e eles, assim como entre nós mesmos e eles mesmos. O acessar esse plano comum é o movimento que sustenta a construção de um mundo comum e heterogêneo (KASTRUP & PASSOS, 2013, p. 264).

Ou seja, a nuvem além de nos apresentar um resumo das respostas dos nossos investigados, em cada pergunta, nos possibilitou observar a dinâmica de relevância, ou grau de importância, das palavras-chave ao longo do questionário, pergunta por pergunta. Assim, por exemplo, em alguns momentos a palavra “estabilidade” se mostrou mais importante e em outros, menos, dando lugar à outras palavras mais relevantes na visão do concursado-concurseiro. Para tanto, utilizamos o programa gerador de nuvem de palavras Wordle™, em sua versão gratuita para *Windows* – v 0.2. Como configuração, optamos manter as palavras como são soletradas, remover palavras comuns em português, utilizar arredondamento das bordas, fonte *expressway free*, paleta de cores *milk paints* e exibição de até cem palavras por nuvem.

Dessa forma, passamos a analisar os achados identificados ao longo do processo cartográfico, desvelando o *core* da pesquisa, no sentido de proporcionar a compreensão dos mecanismos internos e externos que agem sobre os servidores públicos e estimulam sua volta ou permanência como estudantes concurseiros. Para tanto, Iniciamos a discussão sobre os sentidos e sentimentos ligados à busca pela aprovação, cuja trama revelou a hipótese da existência de uma ideologia, mais à frente intitulada e definida por nós como ideologia da aprovação. Após este momento, analisamos diretamente os concursados-concurseiros, por meio de seus discursos públicos realizados nas redes sociais, sem revelarmos a existência da pesquisa, mas buscando estimular as discussões. Por último, desenvolvemos um questionário com perguntas abertas, elaboradas em formulário da *Google*, e convidamos os membros dos grupos de *Whatsapp*, que a cartógrafa já convivia há pelo menos seis meses, a participarem voluntariamente da pesquisa, além de divulgação nos grupos de *Facebook*.

CAMINHO 3:

## 4 OS CAMINHOS PARA A NOVA APROVAÇÃO

No decorrer de nossa cartografia, iniciada efetivamente em meados de 2018, estivemos em contato com o universo dos estudantes de concurso público, concursados ou não, de diversas partes do país e com diversas formações acadêmicas. Vimos a importância de não distinguir, inicialmente, o concurseiro do concursado-concurseiro, pois ambos interagem no mesmo ambiente, possuem o mesmo objetivo – aprovação – e sofrem de angústias semelhantes durante o processo de preparação para o certame. Por esta razão, em diversos momentos apresentamos o concurseiro, na figura de estudante que se prepara para prestar provas para o ingresso no serviço público, seja ele com vínculo prévio ou não com a administração pública.

O convívio, por meio das redes sociais, nos possibilitou presenciar discussões, desabafos, trocas de experiências, comemorações, desistências, (des)motivações, empenhos, esperanças, histórias variadas. Nossa imersão também nos permitiu agir ativamente, instigando os estudantes a falarem e, em alguns casos, se posicionarem. Como já mencionado, em alguns momentos a cartógrafa se apresentou como pesquisadora, o que gerou baixa ou nenhuma participação dos indivíduos, em outros, adotando uma postura de participante, obteve boas interações e respostas, por ser considerada como uma colega que compartilhava as mesmas dores e angústias vividas pelos pesquisados. Essa interação positiva, que foi recebida na condição de participante, já havia sido observada no pré-campo e, servindo como alerta, contribuiu para a definição da maneira como nossa cartógrafa se apresentaria aos participantes dos grupos pesquisados.

Um caso emblemático ocorreu em um grupo de *Whatsapp* formado exclusivamente por concursados-concurseiros, que sempre nos entregavam discussões com desfechos pertinentes à pesquisa. Após a cartógrafa se apresentar como pesquisadora do tema, os membros passaram a agir de forma mais mecânica, deixando de transparecer naturalidade em suas respostas, como se não quisessem se expor, medindo palavras. Isto não aconteceu apenas em um grupo. Testamos em mais dois e o resultado foi o mesmo, os membros não reagiam naturalmente aos estímulos quando cientes de que estavam participando de uma pesquisa: ou deixavam de responder a cartógrafa ou mudavam de assunto. Esse fato nos fez repensar a forma de abordagem e perceber que, inicialmente, a melhor forma de sobreviver ao campo seria como a cartógrafa adotando uma posição de pesquisadora-participante (e ao mesmo tempo,

participante-pesquisadora), que se posicionasse passiva e ativamente, porém, sem qualquer sinalização dos objetivos como pesquisadora.

Aqueles que aceitaram o convite foram informados de que a pesquisa se inseria nas discussões sobre trabalho e subjetividade na contemporaneidade, com o objetivo de compreender alguns elementos que envolvam o contexto daqueles que optaram por estudar e prestar concursos públicos ou seleções públicas (os chamados concurseiros). Além disso, comunicamos que os dados, sob sigilo, serviriam de base para a conclusão da dissertação de mestrado da cartógrafa, e seriam utilizados única e exclusivamente com finalidade acadêmica. A exposição detalhada do tema não foi realizada para que não imprimíssemos vieses ou decalques, relacionados ao nosso *quad-core*, às respostas dos participantes, mirando obter as respostas mais sinceras possíveis que nos permitissem avançar no delineamento cartográfico.

Em síntese, ao passo que investigamos a relação do *core* dessa pesquisa – liquidez, consumo, instabilidade e gestão gerencialista – com nosso *cybercampo*, os dados foram se aproximando das seguintes categorias: estabilidade, dinheiro, status de ser servidor público, bem como expectativas, estratégias, obrigações e discurso de legitimação relacionados à aprovação. No caso das três primeiras, aprofundamos suas análises por meio da aplicação do questionário junto aos concursados-concurseiros. Nas quatro últimas, aproximamos os dados obtidos ao longo da cartografia e aproximamos aos conceitos da ideologia do concurso, de Fontainha e Outros (2014). Por fim, sugerimos a possibilidade de existência de uma ideologia da aprovação, que motiva a busca (in)cansável pela aprovação em concursos públicos.

#### 4.1 A SEDUÇÃO PELA APROVAÇÃO

No contexto da busca por uma nova aprovação, a *ambição empresarial e a dimensão mercantil*<sup>50</sup> estão presentes: a sedução pela aprovação é nutrida pelos profissionais de diversos ramos que atuam no nicho concurso público. Dentre eles podemos citar: cursinhos; professores; editoras; escritores; *coaching*; influenciadores digitais (blogueiros, youtubers); psicoterapeutas (PNL, hipnoterapia) e nutricionistas. Atualmente grande parte do conteúdo gerado por estes profissionais é veiculado nas redes sociais e mostraram-se reveladores para nossa pesquisa, uma

---

<sup>50</sup> Em referência à Lipovetsky (2015), quando revela que a ambição empresarial e a dimensão mercantil não estariam ausentes na cultura artística. É perceptível que há espaço para elas em qualquer cenários, portanto, então presentes também na ideologia proposta.

vez que “os sistemas de publicação na Internet tornam-se não apenas indexadores de informação, mas passam a adquirir novas formas de uso e novas culturas, transformando-se em fortes ferramentas de interação social” (BARRETO, 2015, p. 14).

Os estudantes recebem diariamente alta carga de informações relacionadas a concurso público, podendo gerar sentimentos ambíguos ao mesmo tempo que concorre para uma espécie de ideologização, a ser abordada posteriormente. Cabe explicarmos que o *meme* é um tipo de publicação muito utilizado nas redes sociais, e os cursinhos também aderiram ao fenômeno como meio de disseminar suas ideias e conteúdos dentro do contexto de busca pela aprovação.

Em geral, trata de assuntos muito recentes e específicos, estando diretamente relacionado ao contexto situacional em que é produzido. Ou seja, para compreendê-lo, na maior parte das vezes, é necessário estar inserido na mesma cultura, no mesmo meio social e conhecer o assunto tratado (SILVA, 2019, p. 93).

De origem grega, o termo nasceu de um conceito da biologia, cunhando na década de 1970 por Dawkins, e significa imitação: “com o avanço da internet, surgiram novas formas de comunicação e, conseqüentemente, de textos. Um deles é conhecido por *meme*, retomando o conceito de multiplicação de informações de Dawkins” (SILVA, 2019, p. 92). Hoje o termo *meme* faz alusão a um tipo textual - semelhante à charge, ao cartum - vastamente utilizado na internet, em forma de ideais, brincadeiras, comportamentos, que exploram situações cotidianas, com viés cômico, satírico ou crítico (SILVA, 2019; BARRETO, 2015).

Os memes normalmente estão associados a uma comunidade específica e podem ser propagados através de e-mails, weblogs, fóruns de discussão, redes sociais e outros websites. O acesso aberto de grande parte dos ambientes online, ao permitir visualizações e comentários de qualquer pessoa que tenha acesso à Internet, faz com que os memes se propaguem de forma cada vez mais eficaz pela rede (BARRETO, 2015, p 33).

Com o objetivo de entender o processo de sedução existente no campo de preparação para as provas de concurso, selecionamos algumas publicações *memetizadas*<sup>51</sup>, e abertas ao público, realizadas no *Instagram* dos cursinhos<sup>52</sup> para concursos. Com isso, percebemos que

---

<sup>51</sup> Neologismo para o ato de fazer *memes*.

<sup>52</sup> **Nota de campo:**

Enquanto selecionava as imagens (memes) comecei a pensar no tamanho do impacto gerado pelas publicações dos cursinhos: os mais renomados possuem uma média de 700 mil seguidores. Ou seja, 700 mil pessoas, em média, recebem diariamente conteúdos relacionados com concurso público. São propagandas, informações, piadas, dicas, todos com o viés ditado pelo cursinho, em uma média de quatro publicações por dia. Entre as hashtags encontrei: #estudesempre, #motivaçãoosstudados, #vidaeestudante, #vaidarcerto.

esses mecanismos utilizados pelos profissionais agem como uma espécie de cooptação: expõem uma verdadeira produção simbólica do concurso público e legitimam sua ideologia. Como afirma Barreto (2015, p. 57): “os memes, portanto, são os meios através dos quais os rituais emergem e eles representam a (re-)encenação que transmite ideologias culturais/sociais”. Além disso,

Como produção de certas vinculações (expansão dos cursinhos x modos de Estudar), há a produção de uma forma-subjetiva pautada e atravessada pelos modelos homogêneos de pensar o Estudar (p.ex.: totalização de horas de estudo) e os padrões pedagógico e cognitivista tradicionais, os quais são, ainda, mutuamente reforçados com o poder/saber nutridos nestes espaços intermediários (LUZ; SILVA, 2008, p. 288).

Sendo assim, a partir deste momento nossa cartógrafa revela o teor dos conteúdos que são abordados nas redes sociais aqui estudadas, sobre o tema concurso público, e as diversas formas com que os indivíduos interagem nelas, reagindo às discussões lançadas pelos cursinhos, em suas páginas especializadas em conteúdos para concurso público, e diante do “pensar o Estudar”, de Luz e Silva (2008). Porquanto existe uma relação de poder entre professor e aluno, por aquele ser detentor de uma verdade – em sua fala, atitude, dica, macete, brincadeira – perante este, produzindo “efeitos práticos e políticos na fabricação de exemplos perfeitos e caminhos certos e seguros de alçar a ‘vitória’ da aprovação em concursos e esta, por sua vez, é naturalizada, serializada e produtora de instituições” (LUZ; SILVA, 2008, p. 291), como os cursinhos para concursos.

#### 4.1.1 Os impactos da *memetização* na construção das subjetividades

@*cartógrafa on-line*.<sup>53</sup>

Uma vez que a produção da subjetividade ocorre de forma permanente, o ambiente de preparação para as provas de concurso é um lugar que contribui para a constituição da subjetividade (LUZ; SILVA, 2008), isso porque se configura nas bases das transformações sociais pautadas pelo neoliberalismo – como educação e trabalho - e se forma pelo desdobramento da questão da empregabilidade, “questão esta que produz, dentro desses

---

<sup>53</sup> On-line é o termo utilizado na internet para designar a pessoa que está conectada, ou seja, que acessou uma rede. De forma contrária, a pessoas que se desconecta está off-line.

ambientes, uma forma-sujeito balizada e garantida por preceitos universais de gestão e de funcionamento da vida” (LUZ; SILVA, 2008, p.289).

Pousando minha atenção na figura 14, percebo que a ideia da imagem é instigar a crença de que a nomeação em um cargo público é capaz de proporcionar algo muito maior aos estudantes, um salto do pouco ao muito, do nada ao tudo. O globo terrestre nas mãos passa a ideia de grande conquista: prosperidade, sucesso, poder, consumo, acumulação e qualquer outra coisa desejada. Se no presente o concursado apenas tem algumas moedas, a nomeação proporcionará **tudo**. Logo abaixo da imagem, o cursinho pergunta se a meta seria essa e pede aos concursados que comentem. “*Não é sobre dinheiro, é também sobre a vida que eu quero ter*”, diz uma das seguidoras que logo é questionada por um @, o qual afirma que 90% dessa vida que ela deseja depende de dinheiro. Há quem tenha discordado deste: “*tem ainda muito que aprender*”. A maioria dos concursados concordaram com a publicação, “o poder do consumo é contagiante, e sua capacidade de alienação é tão forte que a sua exclusão atribui às pessoas a condição de alienadas” (SANTOS, 2007, p. 48). Essa ideia fica clara em alguns comentários, que enaltecem a possibilidade de alcançarem uma espécie de poder-de-poder-ter: “*Enchi os olhos d’água!!!*”; “*É sonho que fala, né?*”; “*Do lixo ao luxo*”.

Figura 14 - As expectativas com a aprovação em um concurso público



Fonte: @direçãoconcursos (2018)

Nesse contágio alienante, o poder do consumo encontra “sua força e o seu papel perversamente motor da sociedade atual” (SANTOS, 2007, p. 48). Esse desejo de ter o poder de possuir cada vez mais e de conquistar o mundo, é reflexo do viés de consumo permanente, que nos remete ao alerta, feito por Bauman, em uma entrevista, de que é difícil encontrar entre os ricos uma pessoa que seja feliz. Por aproximação, o rico aqui descrito pode ser visto como sendo o concursado-concurseiro: escravo da busca obsessiva de ser aprovado em um novo concurso. Como afirma Bauman,

Uma pessoa pobre que consegue tomar café da manhã, almoçar e, com sorte, jantar... é automaticamente feliz. Nesse dia conseguiu seu objetivo. O rico – cuja tendência obsessiva é enriquecer mais – costuma meter-se numa espiral de infelicidade enorme. A grande perversão do sistema dos ricos é que acabam sendo escravos. Nada os sacia, entram em colapso, uma catástrofe! (BAUMAN *online*, 2014).

Mas nem todos os comentários são dóceis ou aceitam a publicação como verdade. Alguns @’s demonstraram uma carga forte de descrença: “*Mundo? acho difícil, nunca vi concurseiro rico (Risos)*”. Um colega responde que realmente não deixa rico, mas dá possibilidade de conhecer um pouco do mundo. Outro questionou: “*Quem postou isso é concursado?*”; “*Vai nessa*”; “*Meio equivocado isso...*”. O fato é que os cursinhos, por meio dessas imagens, buscam enviar o raciocínio de seus seguidores. Uma (grande?) parte realmente acaba enraizando incondicionalmente essas ideias e tornando-as como crença. Todavia, outra (pequena?) parte não é (tão) capturada quanto aquela, mantendo posicionamento crítico mais livre dos estímulos recebidos por meio das imagens.

Ao associar a imagem glamurosa de um cão de raça com a forma de pagamento à vista (débito), a publicação (Figura 15), com mais de 2.603 mil curtidas<sup>54</sup>, fez uso do apelo financeiro. O objetivo era instigar o estudante a crer que a nomeação proporcionará melhores condições e ainda afirmar que acontecerá em 2019, ano da publicação. Cabe o alerta de que “foi o capitalismo que possibilitou difundir em todas as camadas sociais as normas hedonistas da realização pessoal” (LIPOVETSKY, 2015, p. 88). Muitos encararam a publicação como brincadeira, respondendo de forma descontraída: “*Sonho com esse momento (risos)*”; “*Eu gro isso para minha vida!*”; “*(Risos) mal posso esperar pra falar isso (Risos)*”; “*Eu creio*”. Outros

---

<sup>54</sup> Curtida (ou *Like*, em inglês) é o termo utilizado, nas redes sociais, para designar a quantidade de pessoas que, ao clicar no “botão de curtida”, informam que gostaram daquela publicação *online*. De acordo com o *Facebook* “é um modo de dizer às pessoas que você curtiu a publicação, sem deixar comentários” (FACEBOOK, 2019). Dessa forma, “as pessoas medem a própria autoestima, e a amizade dos amigos, pelos likes que recebem deles” (GARATTONI *online*, 2015).



afirmaram que passar no crédito também é vantajoso, pois possibilita acumular milhas em companhias aéreas e poder “viajar de graça”.

Figura 15 - As expectativas com a aprovação em um concurso público



Fonte: @direçãoconcursos (2018)

A utilização publicitária de luxo, riqueza e consumo sem dúvidas desperta desejos que não apenas estimulam a estudar - e a procurar um cursinho para isso - , mas reforçam a crença de que a aprovação é o caminho para a conquista da felicidade. Lipovetsky alerta que a nossa sociedade (brasileira) é muito ligada ao luxo e ao consumo. Segundo ele,

Vocês se mostram mais e têm paixão por tudo o que é aparência: o corpo, a riqueza, o prazer. Acredito que nos próximos cinco ou dez anos veremos uma ascensão das marcas brasileiras de luxo, tanto na moda quanto no mercado de cosméticos. O Brasil também apresenta um potencial muito grande para o turismo nesse segmento, que ainda deve ser explorado. E o número de consumidores de luxo no País vai aumentar. É um mercado em plena ascensão (LIPOVETSKY *online*, 2012).

Essa imagem também recebeu comentários mais críticos que chamaram nossa atenção. Um @ afirmou que “*Não é bem assim...*”. Outro acredita que essa conquista só acontecerá para aqueles que forem nomeados em concursos de alto grau de dificuldade de ingresso: “*só se for auditor, delegado, procurador, de resto vai comprar no crédito e ainda parcelar (Risos)*”. Alguns concursados-concurseiros revelam que a realidade não é bem a que esta apresentada: “*Não quando tá no concurso ponte ainda (Risos) mas chego lá*”; “*Bom, já sou servidora*

*pública (graças a Deus), mas **almejo cargos mais bem remunerados**”; “Olha vou te falar que já sou funcionária pública e isso **não eh bem assim não (Risos)**”.*

A tensão entre a busca a pela estabilidade frente a um contexto de instabilidade fica nítida quando uma internalta conta que estuda em busca da estabilidade, mesmo já possuindo o próprio negócio. Ela não acredita que exista relação entre o poder de compra e a nomeação e afirma: “*Não sou servidora pública. Sou empreendedora. Estudo por conta da **estabilidade**. Não pago nada no débito. Muito menos parcelado. Só compro o que eu preciso. E é à vista. Isso se chama organização/educação financeira. E não tem necessariamente há necessidade de ser servidor público para se pagar no débito, mas entendi o post<sup>55</sup>*”(Grifos meus).

Além da utilização desse forte apelo financeiro presente entre os estudantes, que desejam “pagar no débito”, os cursinho depositam no indivíduo uma espécie de obrigação de estudar, independente de qualquer coisas (Figura 7), até ser aprovado. Consequentemente, exploram o sentimento de culpa (Figura 8) daqueles que não se dedicam por completo. A ideia de afastar-se de tudo que possa desviar o foco na preparação é imbricada na alma do estudante, que passam a se sentir desconfortável nos momentos de lazer. Ele coloca em si a obrigação de estudar e, como explica Gaulejac (2007, p. 240) “a busca do ‘sempre mais’ leva-o a renunciar à alegria dos momentos presentes”. Segundo Luz e Silva,

Tais estratégias “vitoriosas e perfeitas” instauradas neste espaço nos falam de determinados procedimentos insitucionalizados que devem necessariamente ser seguidos e ritualizados. Por exemplo: possuir um número x de horas de estudos diárias, mensais e anuas (p. ex.: duas mil horas de estudo/ano) (LUZ; SILVA, 2008, p. 293).

Esse aspecto revela o lado perverso de um modelo em que o concurseiro faz a “gestão de si”, controlando seu tempo e seu desempenho. Torna-se empreendedor de sua vida e “o que resta de ‘tempo livre’ é progressivamente dominado por preocupações de rentabilidade e de intensidade” (GAULEJAC, 2007, p. 184). A má utilização desse tempo gera culpa, principalmente se for ocupado com algo que não seja relacionado aos estudos, pois acredita, entre outras coisas, no #estudesempre e #estudeenquantoelesdormem (Figura 16). Isso pois há uma prescrição, a ser seguida em busca da aprovação, disseminada pelos próprios cursinhos. Estes prescrevem as horas mínimas de estudo; os prazos para aprovação; procedimentos

---

<sup>55</sup> Termo inglês que faz referência a postagem ou publicação.

comportamentais e forma de atenção no estudo; rituais organizacionais; locais ideais de estudo; modo de ser disciplinado; abstinências e renúncias (LUZ; SILVA, 2008).

Figura 16 - Publicação realizada por cursinho em perfil do Instagram



Fonte: @direçãoconcursos (2018)

Um exemplo disso é a postagem da Figura 16, que obteve 2.167 curtidas. O cursinho trouxe a ideia de que o sacrifício do presente será recompensado no futuro, o que justificaria abrir mão de momentos no presente (como o carnaval) para desfrutá-los quando alcançada a nomeação. A hashtag **#estudeenquantoelesdormem** fortalece a ideia de que em caso de desperdício do tempo, seja da forma que for, os concorrentes estudarão mais e serão aprovados primeiro. A maioria dos comentários concordou e muitos expuseram que estudam a mais tempo que um carnaval (ou seja, mais de um ano) e, mesmo assim, não desistiriam<sup>56</sup> antes de serem nomeados: “*eu falei isso ano passado, mas ok (risos)*”; “*To no Carnaval de 2019 desde 2016 (risos)*”; “*Igualzinho ao ano passado! (Risos) Mas desistir, jamais!*”; “*(Risos) esse é meu 4º carnaval assim*”; “*Eu falei isso desde 2017, mas vamos lá*”; “*Todo ano é a mesma coisa ah !!*”.

---

<sup>56</sup> **Nota de campo:**

Hoje, 06 de maio de 2019, li um comentário em postagem no *Instagram* de um cursinho para concurso. A postagem convidava os seguidores para assistirem um vídeo, “veja como passar em concursos é mais fácil do que você imagina”, e o @e\_c comentou: “11 anos tentando passar e nada ainda... é difícil não querer desistir”. Não me interessei pelo conteúdo do vídeo pois diariamente me deparo com promessas e “fórmulas mágicas” para a aprovação em concurso público.

Constatei, observando os comentários realizados na imagem, que muitos estudantes que abdicam tempo de estudo em favor do lazer sentem forte culpa. Como apresentado por Luz e Silva (2008, p.289) “a própria ideia de ‘fracasso escolar’ está sendo reconfigurada e expandida para um alto grau de individualização e culpabilidade”. Como resultado, alguns concurreiros relatam vivenciarem sofrimento por essa culpa, como o caso de @N.G.A, que na seção 3.4.3 revelou já ter tido o seguinte pensamento: “tenho que ter empregada, não posso cozinhar, não posso fazer nada porque se eu fizer eu tô perdendo tempo de estudo”. Esse aspecto de culpa evidencia-se também com a próxima imagem (Figura 17):

Figura 17 - Publicação realizada por cursinho em perfil do Instagram.

**Quando você tá no rolé e percebe  
que era melhor ter ficado em casa  
estudando.**



Salvar na coleção



950 curtidas

Ficar em casa vai ser sempre a  
melhor opção 😊👍 #motivacaonosstudios  
#concursospublicos  
#concursos  
#estudesempre  
#direçãoconcursos

Fonte: @direçãoconcursos (2018)

O sentimento de culpa gerado reflete em uma lógica de abdicção, como se o concurreiro não pudesse viver momentos de descanso durante a preparação e o foco tenha que ser absoluto. @M.M revela<sup>57</sup>: “tem dias que é sofrido”. A ideia imposta é a de que “não se trata somente de ganhar bem a vida” mas saber gerenciar, igualmente, seus demais aspectos, como o intelectual (GAULEJAC, 2007, p. 185). Nessa lógica, manter o foco apenas nos estudos seria um aspecto chave do concurreiro nessa “gestão de si”. Isso porque a ideia defendida no

<sup>57</sup> Comentário realizado na postagem do *Instagram* de um cursinho: “E ai, querido alunos! Estão conseguindo fixar o conteúdo hoje?”

ambiente de preparação para o concurso é a de que as renúncias são imprescindíveis para a aprovação e “caso não realizadas, o fracasso é iminente e inevitável” (LUZ; SILVA, 2008, p. 293).

O cursinho, ainda na Figura 17, afirma que **Ficar em casa vai ser sempre a melhor opção** e utiliza a hashtag #estudesempre. Nenhum comentário foi de encontro a ideia proposta: “*eu na vida!*”; “*quando você sai e lembra que seus concorrentes estão estudando*”; “*nossa isso acontece sempre comigo*”; “*dá vontade de voltar para casa no mesmo instante*”; “*minha vida resumida em um meme*”; “*sempre...*”; “*bem minha cara!!!*”. Há, portanto, uma perversa criação de um estilo de vida, que captura a subjetividade desses sujeitos direcionando para o fato de que a vida não é simplesmente vida, mas delinea-se como “vida-para-concurso”, em que as distrações devem ser eliminadas para que se atinja o sucesso da aprovação e, conseqüentemente, todo seu idealizado bônus. Isso porque, em meio às regras para a aprovação,

Certo esquadramento capilar da vida se homogeneizou e, assim, maneiras de ser, de sentir, de perceber se instituíram nos poros da vida, fato que, concomitantemente, homogeneiza um rol de práticas cotidianas num processo de equalização das multiplicidades e singularidades (LUZ; SILVA, 2008, p. 293)

Avançando para uma próxima publicação (Figura 18), o cursinho pediu que seus seguidores resumissem seus concursos com apenas uma palavra. Observei os sentimentos paradoxais por trás dessa busca incessante pela aprovação. As palavras positivas mais citadas, em ordem, foram: realização; sonho; conquista; liberdade; foda; meta; determinação; milagre; mudança; família<sup>58</sup>; felicidade; futuro; foco. Enquanto as negativas foram: ansiedade; dor; socorro; difícil; medo; pressão; osso e diversos sinônimos para diabo. Fiquei curiosa pois ninguém se lembrou de citar palavras como **estabilidade**, **dinheiro** ou **segurança** e lancei a pergunta “como ninguém lembrou de falar estabilidade?”. Não obtive respostas pois outras<sup>59</sup>

---

<sup>58</sup> **Nota de campo:**

Hoje, dia das mães - 2019, um cursinho postou um meme que dizia: “deixe sua mãe orgulhosa, passe em um concurso público!”. Entre as 12.427 curtidas e os 189 comentários, um chamou minha atenção:

*“Minha mãe faleceu sem me ver c um registro em carteira, eu já c 28 anos época...trabalhando sempre cm doméstica, baba ou diarista...4 anos se passaram, consegui aprovação em 2 concursos, deixei o primeiro e estou em estágio probatório no segundo, estudando p um terceiro, onde tbm serei aprovada. Ela está extremamente orgulhosa sim, c certeza”* (SIC) @J.P.

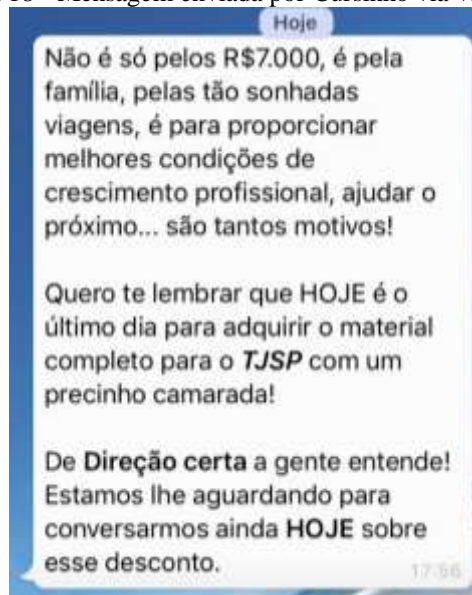
É esse tipo de comentário que me instiga, cada vez mais, a entender esses sujeitos e tudo aquilo que os envolve.

<sup>59</sup> **Nota de campo:**

publicações já haviam sido realizadas e, nas redes sociais, dificilmente um assunto volta a ser comentado (o novo é sempre mais interessante).

Curiosamente um dia após a conclusão dos parágrafos anteriores recebi, em meu *Whatsapp*, a seguinte mensagem de um cursinho de renome:

Figura 18 - Mensagem enviada por Cursinho via Whatsapp



Fonte: Autoria própria (2018)

A dinâmica de uma metodologia cartográfica realmente nos permite ir coletando impressões ao longo da caminhada o que proporciona maior riqueza para a pesquisa. Essa mensagem foi capaz de sintetizar isso, além de demonstrar como o concurseiro é sugestionado, por meio das mídias, e seduzido pelo imaginário da posse em um grande concurso com “tantos motivos” para se desejar/dedicar. A mensagem, com claro intuito de sedução, usa recursos que vibram contentamento e desejo: dinheiro, família, viagens, profissão e os tais *tantos motivos*; mas só hoje com “precinho camarada” e para um concurso de Tribunal, tão disputado e almejado pelos concurseiros. Certamente é o tipo de interação que causa efeitos, aparentemente

---

A quantidade de conteúdo gerado diariamente é tão grande que as vezes me sinto “atrasada” nas discussões. Pequenos lapsos de tempo, como de um dia para o outro ou até mesmo de alguns horas, geram um abismo enorme e irreparável nas minhas possibilidades de abordar o tema. Caso eu não esteja atenta às postagens, perderei diversas oportunidades de tocar os sujeitos. Se eles precisam estudar até a aprovação, preciso acompanhar os diálogos até finalizar a dissertação.

mínimos, capazes de contribuir com a sedução daqueles que estão envolvidos no território dos concursos.

Esses sentimentos, em maior ou menor intensidade, reforçam, portanto, o ideal de aprovação. Não há dissociação entre o estudo objetivo para a aprovação e as crenças com ele erguidas, ambos caminham juntos, como será abordado posteriormente com a apresentação de falas como: “*you cannot study to pass, you must study UNTIL you pass*” @C.L.. Outra evidência é a escolha das imagens para a representação dos grupos de *Whatsapp*: grupos específicos de um concurso geralmente utilizam fotografia ou símbolo da instituição almejada (Figura 19), por outro lado, os grupos genéricos trazem representações e imagens dedicadas ao reforço do esforço na busca pela aprovação (Figura 20).

Figura 19 – Imagens representando grupos de *Whatsapp*



Fonte: Autoria própria (2018).

Figura 20 - Imagens utilizadas nos Whatsapp.



Fonte: Autoria própria (2018).

Os momentos de descontração também são capazes de demonstrar traços da busca incessante pela aprovação. As piadas e brincadeiras entre os concurseiros revelam os sentimentos presentes na trajetória de preparação. Por meio de sátiras e memes os participantes dos grupos vão revelando o perfil do estudante para concurso (Figura 21); angustias (Figura 22); medos (Figura 23); frustrações (Figura 24); cobranças (Figura 25); desejos (Figura 26); indignações (Figura 27); ansiedade (Figura 28); incertezas (Figura 29); pressão (Figura 30); privação (Figura 31); persistência (Figura 32); resiliência (Figura 33) e crença (Figura 34).



Figura 21 - Sátiras e memes no instagram



Figura 22 - Sátiras e memes no instagram

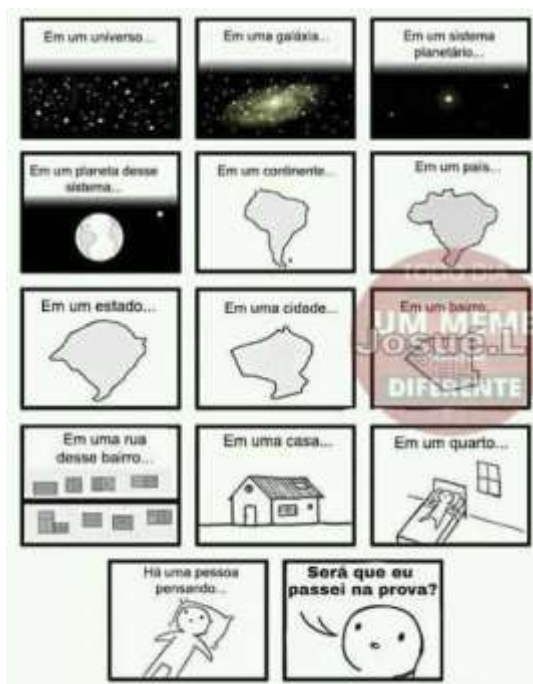


Figura 23 - Sátiras e memes no instagram



Fonte: @estrategiaconcursos (2018).

Figura 24 - Sátiras e memes no instagram



Fonte: @bitolei (2018).

Figura 25 Sátiras e memes no instagram.



Fonte: @sofridaconcurseira (2018).

Figura 27 - Sátiras e memes no instagram



Fonte: @estrategiaconcursos (2018)

Figura 26 Sátiras e memes no instagram



Fonte: @estrategiaconcursos (2018).

Figura 28 - Sátiras e memes no instagram



Fonte: @grancursosonline (2018)

Figura 29 - Sátiras e memes no instagram



Fonte: @fdirigida (2018)

Figura 30 - Sátiras e memes no instagram



Fonte: @ grancursosonline (2018)

Figura 31 - Sátiras e memes no instagram.



Fonte: @proftorques (2018)

Figura 32 - Sátiras e memes no instagram.

Quando me perguntam quanto tempo eu já estou estudando para concurso



Fonte: @exponencialconcursos (2018)

Figura 33 - Sátiras e memes no instagram.



Fonte: @estrategiaconcursos (2018)

Figura 34 - Sátiras e memes no instagram.



Fonte: @estrategiaconcursos (2018)

Muitos estudantes buscam aliviar essas angústias por meio de leituras e vídeos motivacionais, além da trocas de experiências com os colegas das redes sociais. Após observarmos atentamente essas imagens, mais uma vez nos deparamos com uma pista, em um grupo do *Whatsapp* criado e administrado por uma concurseira blogueira do *Instagram*, que escolhe minuciosamente os participantes que serão adicionados ao grupo. @F.M. desabafou, nesse grupo privado, que não estava conseguindo estudar, como se o cérebro dela dissesse “sai fora, sai fora”. Desconfiada de ser algo psicológico, uma vez que as leituras de distração (*hobbie*) fluem bem, perguntou os colegas do grupo, se sentiam e como lidavam com isso. Ela contou que foi acompanhar o filho na natação e levou um livro para concurso, que havia comprado a muito tempo, para tentar ler enquanto aguardava:

*@F.M.: “Gente, me deu uma ansiedade que estou até agora. Assim, a perna fica impaciente, eu não sei o que fazer com o braço, com a mão... é como se eu estivesse precisando de fuga, sabe? Li umas dez páginas e não consegui sair disso, pois isso me incomodou”.*

Alguns colegas se manifestaram:

*@L.: “Somos iguais. Você conhece o canal do @direitocomcarlos no youtube? Ele tem vídeo que fala sobre ansiedade. Nossa como me ajudou”.*

*@B.M.: “Você não está com o mental cansado? Porque essa saga de concurso não é fácil... as vezes a gente precisa tirar uns dias de folga para voltar mais motivada”*

*@C.: “Já senti isso tbm. É foda. Mas trabalhei a mente a me focar e fui indo aos poucos”.*

Na tentativa de ajudar @F.M., alguns integrantes do grupo compartilharam vídeos motivacionais e relacionados à ansiedade, aplicativos para meditação no celular e livros de autoajuda. Um e-book chamou minha atenção em função do nome: *Aprovação Ágil – um guia prático para aprovação em concurso*, de Gustavo Nogueira de Sá (2018). A curiosidade não me segurou e resolvi ler o livro *online*. Encontrei traços que reforçam imagens fixas que contribuem com a ideia de auto responsabilização e com a busca incessante pela aprovação. Sá (2018) é apenas um dos vários autores que abordam as formas de alcançar a aprovação, herança do pioneirismo de Willian Douglas, professor e juiz federal brasileiro conhecido como “O guru dos concursos” e autor de diversas obras de autoajuda relacionadas ao tema.

Sá (2018) defende que o sucesso no mundo dos concursos só depende do concurseiro, que deve acreditar que o sonho é possível. Essa frase sempre incomodou nossa cartógrafa, que entra em ação perguntando ao grupo o que as pessoas achavam de tal comentário:

*@D.L.K “as vezes penso se tenho capacidade de vencer todas as disciplinas que tenho de estudar pra fazer uma prova de concurso... Pq só depende de mim. Isso pesa demais! Chego a duvidar que sou capaz”.*

*@L. “Eu sou muito assim :/”*

Avançando pela obra, o autor ousa indicar uma espécie de receita simplista de sucesso para quem deseja alcançar a aprovação:

Você deve sentir-se praticamente como um concursado, que só precisa de uma formalidade, passar por uma prova, para conseguir seu próprio contracheque. Esse sentimento amenizará muito qualquer sentimento de desgaste ou cansaço, e tornará seu sonho muito mais próximo da realidade (SÁ, 2019, p.24).

E afirma:

Em geral, essas grandes inspirações que movem os concurseiros de sucesso sempre gravitam em torno de 4 fatores: 1º Dinheiro, 2º Estabilidade, 3º Status e 4º Aptidão para determinado serviço público. Todos estes elementos causam grande satisfação ao servidor público, e normalmente quem busca um cargo concursado tem em mente que se beneficiará de todas estas características das carreiras públicas. Porém cada pessoa tem sua própria individualidade e suas prioridades, e pode ter a tendência a priorizar um ou alguns desses fatores (SÁ, 2018, p.25)

Esses fatores são apenas alguns dos revelados nesta pesquisa por meio dos estudos de Costa e Mazzilli (2001); Côrtes e Silva (2006); Machado (2009); Anjos e Mendes (2015); Klein e Mascarenhas (2016) e Moreira (2016). Inevitavelmente, caso mantenham-se presentes após a

aprovação, esses fatores são chave para impulsionar o concursado-concurseiro a perseguir novas aprovações.

@Cartógrafa: *off-line*.

## 4.2 A NARRATIVA NAS REDES SOCIAIS

Sendo as redes sociais compostas de ferramentas que permitem a interação dos nossos sujeitos, a clareza de entendimento dos sentidos que envolvem a ideologia da aprovação pode ser alcançada por meio da observação dos diálogos dos concursados-concurseiros nessas plataformas. Isso é possível pois “a língua é o lugar material onde se realizam os ‘efeitos de sentido’” (GREGOLIN, 1995, p. 19). Com a ressalva de não adentrarmos em uma análise de discurso propriamente dita que nos conduza a uma mudança epistemológica radical, é valoroso percebermos que as ideologias são indissociáveis das narrativas e estas, dos contextos que se produzem. Isso porque:

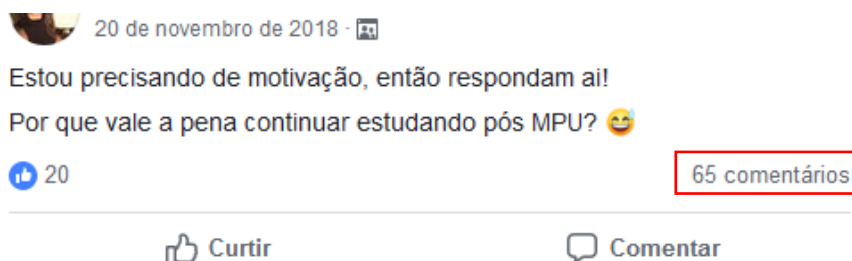
A reprodução da ideologia é assegurada por "aparelhos ideológicos" (religioso, político, escolar etc.) em cujo interior as classes sociais se organizam em formações ideológicas ("conjunto complexo de atitudes e representações"). O discurso é um dos aspectos da materialidade ideológica, por isso, ele só tem sentido para um sujeito quando este o reconhece como pertencente a determinada formação discursiva (GREGOLIN, 1995, p.18).

Visando o alcance desta percepção, nossa cartógrafa lançou indagações no grupo de discussões do concurso mais aguardado e concorrido do ano de 2018, o Ministério Público da União, para provimento dos cargos de Analista Judiciários, especialidade em direito e exclusiva de bacharéis da área, e Técnico Administrativo, especialidade administrativa de nível médio. O grupo contava com 33.955 membros no mês de fevereiro de 2019, sendo 8 administradores. A regra do grupo é “harmonia, união e informação”. Iniciamos esta fase da cartografia com uma pergunta abrangente, tanto para concurseiros quanto concursados-concurseiros e, posteriormente, direcionada a estes. No primeiro caso, mesmo o respondente não se identificando como servidor público, a simples consulta na página pessoal do *Facebook* da pessoa era capaz de revelar se o emprego atual era em um órgão público ou não, pois a maioria possuía informações de acesso público. Passamos a observar o momento sob o olhar de nossa cartógrafa:

#### 4.2.1 Opinião geral sobre motivos para estudar.

Com o propósito de colher evidências que contribuam para a compreensão de como se constrói a busca pela nova aprovação, e para a percepção dos motivos de estudar e continuar estudando para concurso, lancei o seguinte tópico para discussão (Figura 35):

Figura 35 - Publicação no Facebook realizada pela cartógrafa



Fonte: Autoria própria (2018)

Tal postagem (Figura 26) ocorreu exatamente no dia de divulgação do resultado final das provas discursivas para o cargo de Técnico do MPU, especialidade administração (nível médio). Muitos membros estavam chateados, desde o dia 7 de novembro de 2018, quando a banca CESPE divulgou o resultado final das provas objetivas e provisório das provas discursivas, inclusive eu, cartógrafa, pois não me classifiquei por apenas dois pontos. Visando entender a motivação e os porquês de continuar estudando para concurso público, mesmo após a reprovação, a postagem obteve 65 comentários, entre concursados e concurseiros. Identifiquei quatro servidores públicos entre os respondentes (os demais eram advogados, empregados privados ou não-identificados).

Apresento as respostas dos membros do grupo e reforço que o contexto era de pós resultado final do maior certame realizado no ano de 2018 (MPU):

@L.V., servidor do Ministério Público de Minas Gerais, respondeu utilizando como recurso de convencimento motivacional, prováveis cenários em que eu poderia estar inserida e, para reforçar a sua fala, pontuou a questão financeira. O concursado-concurseiro revela que utiliza das seguintes ideias para motiva-lo nos estudos:

*@L.V: Talvez você esteja "quebrada financeiramente" e não vê outra alternativa de conseguir estabilidade; não tem grana pra pagar o cartão de crédito, pra viajar, pra ajudar a sua família ou aqueles que precisam; seu emprego não te dá resultados e não vê perspectiva de melhora; toma o calote*

*(se empreendedor) e não sabe como vai fazer pra pagar suas contas. (Uso basicamente isso pra me motivar).*

Observei, no comentário do @L.V., quatro evidências do que ele considera como relevante e capaz de motivá-lo a continuar estudando: a segurança, presente em “conseguir estabilidade” e “pagar suas contas”; a questão financeira, em “não tem grana” e “toma o calote”; e o afeto, na preocupação de “ajudar a família ou aqueles que precisam”.

Minutos depois iniciei diálogo com @B.C.A, do Ministério Público Federal, ramo do MPU, visto que sua afirmação aguçou minha curiosidade, pela ênfase dada no seu comentário inicial. No diálogo, ele revela que é concursado-concurseiro: servidor técnico do MPU, formou-se em direito e agora busca aprovação para cargos de nível superior, no judiciário. Não indicou almejar a carreira da magistratura, apenas o cargo de analista. Identifiquei, como evidência para a continuação dos estudos deste @, a questão do status: agora como bacharel em direito busca aprovações que condigam com sua capacitação intelectual. Por outro lado, a questão financeira também não deixa de ser uma evidência. Ao demonstrar satisfação plena com o órgão que está, por ter prestado concurso novamente para ele, revela que um ganho salarial considerável o motivaria a sair de onde está. Observem a transcrição:

@B.C.A: *Pq MP eh o melhor órgão pra se trabalhar com toda certeza*

@R.R: *Isso. Me encantei, se eu tivesse o pouco conhecimento do órgão que tenho hoje, tinha estudado ao menos 6 meses e teria passado no ultimo@!*

Cartógrafa: *@B.C.A como tem tanta certeza? 😊*

@B.C.A: *experiência própria, trabalho lá há 7 anos. Claro que tem exceções de um ou outro lugar lá que é fria e que não vou ficar falando aqui no Facebook, mas numa soma de aspectos que demoraria um bom tempo aqui listando, tenho certeza absoluta que MPU é um baita de um lugar bom pra trabalhar.*

Cartógrafa: *Obrigada, @B.C.A! Você faria outro concurso, já sendo MP? Pois fico com a sensação de que é um ciclo! Você passa em um e já quer outros (pelo menos aconteceu comigo).*

@B.C.A: *Prestaria sim, mas só por uma boa diferença salarial. Eu passei pra técnico. Fiz direito e agora prestei pra analista (fui mal). Vou prestar TRF3 pra analista sim, assim como os outros que valem a pena. E é assim como você disse mesmo vamos sempre prestando. Na pior das hipóteses seremos melhores seres humanos, bem estudados :) não não desista não, há não ser que realmente tenha uma boa oferta no setor privado. Vai na fé ok! Força (grifo meu).*



Ainda com relação à questão financeira, @W.S considera que este seja um motivo “suficiente” para a busca pela aprovação. Por outro lado, a servidora @V.S.P, gestora de transporte e obras públicas, em Minas Gerais, observa que a aprovação pode até melhorar a vida, mas não enriquece. Porém, a fala de @W.S, na verdade, revelou aspectos relacionados ao seu sustento, quando afirmou que a mudança da situação atual já ajudaria. Ele usou de metáfora comparando a aprovação em um concurso público com a marcação de um “gol” no futebol, e afirmou que hoje estaria “batendo na trave”. No seu perfil no *Facebook* não há informação de sua situação empregatícia e o campo trabalho informa “nenhum local de trabalho”. No caso de @V.S.P, a questão financeira está mais ligada a melhora de vida e mas não ao enriquecimento, provavelmente por já ser servidora pública e tem a percepção de que o concurso, por si só, não seria capaz de proporcionar um estado de riqueza e acreditar nisso seria uma ilusão. Vejamos o diálogo:

*@W.S.: No meu caso eu lembro q sou pobre. Já o seu eu não sei, mas se for a mesma situação acredito q isso já é o suficiente. Kkkkkk.*

*@V.S.P.: Adorei!! Mas não se iluda concurso melhora a vida mas enriquece ninguém...kkkk.*

*@W.S.: mas diante da situação atual já estaria de bom tamanho. O MPU bateu na trave, espero acertar logo esse gol. Kkkkkk.*

Outro concursado-concursado que se manifestou, @G.S., foi mais objetivo em sua sugestão de eu continuar estudando ou não: “Até a posse. O concurso só acaba após a tríade: nomeação + posse + exercício. Ou seja, hoje em dia expectativa de direito não diz grande coisa”. De acordo com seu perfil, já trabalhou no DETRAN/RO e hoje, no TJ/RO, ambos órgãos estaduais. Visto que ele prestou concurso para o MPU, poderíamos especular que evidências como a questão financeira e a esfera federal possam estar presentes em sua busca por uma nova aprovação, visto que o MPU é um órgão federal com ótimo salário para o cargo de nível médio, acima da média nacional, além de diversos benefícios (plano de saúde com abrangência nacional; creches próprias; auxílio alimentação a cima da média; e outros), motivo de ser um dos órgão mais desejados para se trabalhar, como demonstrado no comentário anterior de @B.C.A., concursado-concursado do MPU que afirma ser este o melhor órgão para se trabalhar.

O comentário de @M.S., 22 anos de idade e sem informação de emprego no seu perfil, revelou alguns pontos delicados que valem a transcrição e discussão mais aprofundada:

*@M.S.: No meu caso, duas coisas me "motivam". A primeira é que eu não ganho dinheiro por conta própria e eu preciso de um estágio pra acabar a*

*faculdade, o que me leva pra segunda coisa. A crise acabou com as minhas esperanças na iniciativa privada, e juntando com o fato de que é praticamente impossível contratarem deficientes por "merecimento", a segunda coisa é que o concurso é bem mais objetivo que uma entrevista de emprego. Se a pessoa ficar numa posição boa, a chance de entrar é quase 100%, e não tem que depender de "truques" e fingir respostas prontas pra passar em entrevistas.*

O jovem aponta a questão do ingresso no mercado de trabalho de pessoas com deficiência<sup>60</sup>: imposição de barreiras pelo fato de possuir alguma deficiência. Ele cita que as empresas não contratam deficientes “por merecimento”, o que me fez pensar que possivelmente estaria se referindo à aplicação da lei de cotas<sup>61</sup> nas empresas e que talvez a contratação das PCD ocorra para cumprimento da legislação apenas. Infelizmente essa hipótese se confirmou com uma simples pesquisa pela internet. Em entrevista ao jornal Correio Braziliense a procuradora do trabalho (MPT), Ludmila Reis Brito Lopes, afirma que:

A gente não quer ter que acionar ninguém judicialmente. O que a gente quer é que as empresas entendam a importância da inclusão, mas inclusão verdadeira e não apenas contratar para cumprir cota, até mandando a pessoa ficar em casa. Se não, não se cumpre o objetivo de inserção no mercado de trabalho para garantir cidadania. Cumprir a cota é pouco, no máximo 5%, algo irrisório. Mas nem elas estão sendo cumpridas. Para cada vaga em potencial, tem 10 pessoas com deficiência desempregadas. Dizem que estão tentando contratar, mas não conseguem porque não aparece ninguém ou porque não acharam gente qualificada. É um faz de conta (LOPES *online*, 2018).

Mesmo o @M.S. não sendo servidor público a princípio, essa discussão revelou mais um sinal que motiva a busca por novos concursos: o cenário pouco inclusivo em que é “impossível contratarem deficientes por ‘merecimento’ ” (@M.S.). Resolvi observar a lista final de aprovados com deficiência no concurso do MPU/2018 (Figura 36), buscando identificar se alguns já eram servidores públicos. Ao buscar o nome destes candidatos na *internet* constatei que a maioria era de servidores públicos ou foram aprovados em certames anteriores a este e estavam aguardando a nomeação: o primeiro, TJ/RR; a segunda, Ministério da Cultura; a terceira e a quarta estavam aguardando nomeação; a quinta, TRT/PE; o sexto, também estava aguardando (três aprovações); o sétimo, DEPEN/DF; e assim por diante.

---

<sup>60</sup> Antes da edição da Portaria 2.344/2010, da Secretaria de Direitos Humanos, a nomenclatura utilizada era “portador de necessidade especial” – PNE. Sendo considerado inadequado, pois objetos é que são portados, termo “pessoas com deficiência” é utilizado mundialmente e foi ratificado na Lei Federal brasileira nº 13.146 de 2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência.

<sup>61</sup> O artigo 93 da Lei 8213 garante que “a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está **obrigada** a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas”

Figura 36 - Edital 5, MPU, Resultado Final.

**2.1.3.1 Resultado final nas provas objetivas dos candidatos que se declararam pessoas com deficiência, na seguinte ordem: número de inscrição, nome do candidato em ordem alfabética, nota final na prova objetiva de conhecimentos básicos, número de acertos na prova objetiva de conhecimentos básicos, nota final na prova objetiva de conhecimentos específicos, número de acertos na prova objetiva de conhecimentos específicos e nota final nas provas objetivas.**

10233968, Adauto Severo de Oliveira, 22.00, 36, 40.00, 55, 62.00 / 10302436, Adoraci Almeida de Mendonca, 22.00, 36, 28.00, 49, 50.00 / 10323622, Adriana da Silva Macedo, 25.00, 37, 26.00, 44, 51.00 / 10128874, Adriana Garcia Leme, 23.00, 36, 33.00, 50, 56.00 / 10152163, Adriana Pereira da Costa, 27.00, 36, 36.00, 39, 63.00 / 10071506, Adriano de Arago Massa, 19.00, 24, 30.00, 38, 49.00 / 10297324, Agenor Vieira dos Santos Junior, 16.00, 33, 32.00, 51, 48.00 / 10354729, Agni Lima Batista, 24.00, 33, 24.00, 37, 48.00 / 10081948, Alberio Jakson de Oliveira Galvao, 26.00, 33, 40.00, 49, 66.00 / 10101510, Alberto Thiago dos Santos, 24.00, 37, 24.00, 46, 48.00 / 10142919, Alcimar Patriarca Goveia Junior, 22.00, 34, 40.00, 49, 62.00 / 10281749, Alcione Venancio dos Santos, 17.00, 32, 41.00, 55, 58.00 / 10098120, Alderione da Silva Camelo, 16.00, 32, 37.00, 48, 53.00 / 10030623, Aldo Pascoal de Oliveira Neto, 27.00, 36, 44.00, 53, 71.00 / 10168607, Alessandra Andrade de Jesus, 27.00, 37, 31.00, 50, 58.00 / 10259415, Alessandro Lima da Silva, 19.00, 31, 35.00, 50, 54.00 / 10199430, Alex Rodrigues Ramos, 36.00, 42, 39.00, 49, 75.00 / 10088838, Alex Sandro Ribeiro, 25.00, 28, 31.00, 48, 56.00 / 10000162, Alex Souza Raposo Correa, 26.00, 35, 32.00, 46, 58.00 / 10244632, Alexandre Alves Braga, 25.00, 31, 32.00, 42, 57.00 / 10232597, Alexandre Guimaraes Santana, 23.00, 36, 36.00, 53, 59.00 / 10101701, Alexandre Oliveira Silva, 18.00, 34, 32.00, 51, 50.00 / 10186053, Alexandre Rola Teles, 22.00, 36, 34.00, 52, 56.00 / 10071147, Alexandre de Araujo Pereira, 25.00, 35, 28.00, 45, 53.00 / 10096957, Aline Affonso Simonaci, 21.00, 35, 37.00, 47, 58.00 / 10172670, Aline Duarte Norberto, 28.00, 39, 30.00, 50, 58.00 /

106

Fonte: CESPE/UNB, 2018

O serviço público oferece a oportunidade de igualdade e justiça, por meio da reserva de 20% de vagas para PCD e da meritocracia, o que pode contribuir para que os servidores com deficiência se tornem, também, concursados-concurseiros, tendo como justificativa para sua busca (in)cansável por outras aprovações, além dos pontos comuns como os demais concursados-concurseiros, a superação das dificuldades de ingresso e permanência na iniciativa privada reveladas por Lopes (2008).

Outros respondentes, a princípio não-concursados, também trouxeram para a discussão aspectos externos ao serviço público. A professora da iniciativa privada, @F.Z., responde que “a não ser q vc tenha chance de crescimento na iniciativa privada, com boas condições de trabalho, lembre-se que vc sempre sofrerá”. Ela ri e completa: “não q no setor público vc não venha a sofrer, mas, vai poder sofrer com um bom salário”. Pergunto quais os sofrimentos do setor público e ela rebate que “todo trabalho tem sua parte estressante”. Já o @R.T. tenta me mostrar que o setor privado também é uma opção, visão rara entre os estudantes:

*@R.T.: Tudo depende do quanto vc quer esse objetivo. Não é só concurso publico que vai te trazer satisfacao, dinheiro e felicidade. Setor privado tambem é otimo.*

*Cartógrafa: pois é... mas e o medo do desemprego? Estabilidade é tão confortante.*

*@R.T.: claro... com certeza é um dos prós. Acho que ambos tem prós e contras e cabe a cada um analisar o que mais convem a si. No meu caso eu coloquei como meta o serviço publico e só vou parar quando alcançar.*

*Cartógrafa: obrigada... e você acha que mais atrai no setor privado?*

*@R.T.: imagina... te desejo toda a sorte do mundo e que a tua escolha te faça feliz. No setor privado o que mais atrai ao meu ver são oportunidades, as vezes os salarios e as participacoes nos lucros, tambem a questao da possibilidade de crescimento dentro da empresa. No setor privado surgem otimas oportunidades de negócio.*

@H.L. rebate minha postagem: “*não vale*”. Pergunto o porquê e ele responde que se eu tenho dúvidas que sete mil reais por mês mais benefícios é algo bom “*é pq seu esforço não vale a pena*”. Ele sugere que eu tente empreender enquanto estudo para concurso. Segundo ele, “*agora com Bolsonaro<sup>62</sup> na presidência, espero que o governo pare de morder um pouco o nosso pescoço e nos deixe crescer sem depender de um cargo público*”. @F.R.L. também contesta minha motivação: “*se vc precisar de motivação externa pra perseguir seu sonho, então você não tem um sonho, tem uma vontade*”. @R.F. completa esta ideia: “*na minha opinião a motivação vem de dentro, só voce sabe suas necessidades e sua capacidade*”.

Outros membros, não identificados como concursados-concurseiros, demonstram uma visão mais simplista: “*não tenho outra opção...*” (@M.A.L.); para alcançar seu objetivo (@R.L.); porque vc não passou (@C.F.C.). Outros optaram por uma discussão descontraída sobre a questão financeira:

*@P.Q.: pq vc é pobre!*

*@APN: eu não penso que sou pobre, pois até pra estudar tem de ter grana, eu penso em ter uma **estabilidade** financeira, pra realizar o maior sonho da minha vida, adotar umas 5 crianças.*

*@LMSL: tire um extrato da conta*

*@P.R.: Olhe sua conta bancária kkkkkk*

---

<sup>62</sup> O 38º Presidente da República, empossado em primeiro de janeiro de 2019. Militar da reserva e com convicções de extrema-direita, é filiado ao Partido Social Liberal. A pesquisa de Ciocarri e Persichetti (2018) revelam que desde 2014 uma onda conservadora cresce no Brasil, com ascensão dos partidos de direita. O presidente, na época da pesquisa ainda pré-candidato, é apontado pelos autores como agente que corrobora com discursos negativos da sociedade contemporânea, sendo representante da Bancada da Bala – defensora do armamentismo e redução da maior idade penal -, dos conservadores e dos chamados valores de família. Criticando abertamente e em tom pejorativo o homossexualismo e inferioriza as mulheres e os afrodescendentes. Parcela da sociedade o vê como alternativa repressiva frente aos problemas de segurança crescentes no país.

*@C.O.: Como diz prof Aragone: pra sair da pobreza que te abate.*

*@R.E.: também lembrei do professor Aragonê: "Ah, mas estudar é chato. E o massa é ser pobre?" Rsr*

*@W.M.: Pense no 1 salário que você recebe do INSS que está a ponto de nem existir daqui a algum tempo.*

*@MDS Vale a pena continuar pq pobre só melhora de vida estudando (meu caso). A menos que vc ganhe na loteria ou receba alguma herança.*

*@N.F.: Bem isso. Pobre inteligente ou passa em concurso top ou serve de trampolim para rico (que pode ser bem mais burro mas tem os contatos).*

*@J.R.: Ou então tenha algum talento (musica ou futebol)*

*@N.F.: Ainda sim precisa de muita sorte, maioria dos jogadores que atuam nas divisões principais nasceram em SP ou em regiões metropolitanas.*

Com um viés motivacional temos:

*@C.L.: Você não pode estudar para passar, deve estudar ATÉ passar! Sua vez vai chegar.*

*@C.M.S.: Porque não é o único concurso que vale a pena passar 😊😊*

*@C.P.: Estudar até passar. Não existe estudar pra passar!!!!*

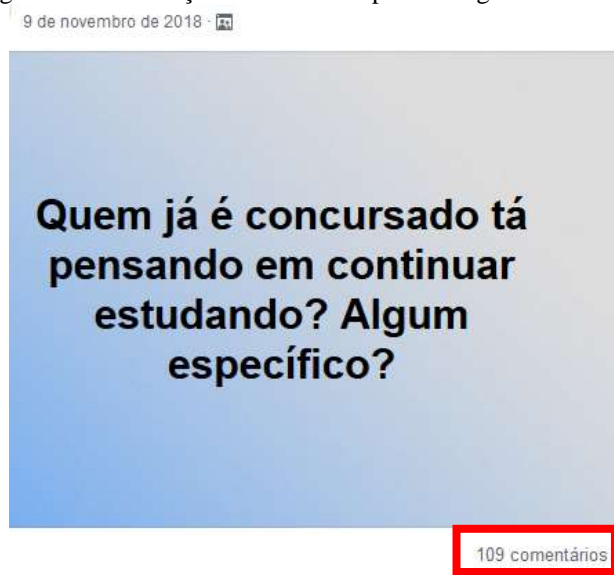
*@L.F.F.: pq se não estudar a sua chance de passar eh quase zero*

*@A.B.S.: Sim. Continuemos. Haverão outros concursos atraentes. Não podemos perder o que já aprendemos.*

*@C.B.: Nunca ouvi alguém falando que se arrependeu de estudar, mas sim lamentando de ter desistido*

#### 4.2.2 Opinião dos concursados-concurseiros:

Em 9 de novembro de 2018 lancei, no grupo do MPU, pergunta direcionada para os concursados-concurseiros, com o objetivo de identificar se existiria continuidade do estudo, mesmo após a realização de um grande certame, traços que motivaram a escolha de persistir e o novo foco. Postagem rendeu 109 comentários (Figura 37).

Figura 37 - Publicação no *Facebook* pela cartógrafa

Fonte: Autoria própria (2018)

Entre os concursados-concurseiros que informaram o órgão atual, a maioria pertencente aos quadros do poder executivo estadual, segmento que enfrenta mais severamente os efeitos da crise econômica, política e financeira iniciada em 2014, causada pela desaceleração da economia e os escândalos revelados pela Operação Lava Jato, da Polícia Federal. Outra parcela revela que ou está decidido com a carreira que pretende seguir; ou insatisfeito com o salário atual; ou desejam carreira relacionada com a formação acadêmica. Seguem as transcrições que melhor evidenciam a dinâmica dos concursados-concurseiros, com grifo meu:

i. O desejo de abandonar o Poder Executivo:

@B.S.: *Sou do executivo estadual da Ba. Irei focar no TRT-BA.*

@A.L.: @B.S. *sou técnica no TRT BA e o concurso está enganchado.*

@C.B.: *Quero muito sair do **Executivo** e ir pro **Judiciário**.*

@A.O.: ***Tb** tô com esse pensamento.*

Cartógrafa: @A.O. *eu não vejo a hora de sair... já tenho 8 anos de executivo.*

@C.B.: *Pior que eu também kkk 8 anos! Executivo do RJ.*

@A.O.: *tenho 9 anos no executivo federal. Meu órgão é bom, mas **o judiciário é melhor.***

@M.L.: *Tenho vontade de **ir pra algum TC** da vida...*

*Cartógrafa: E você é de qual órgão, @? Executivo também?*

*@M.L.: sim... sou do IF*

*@L.S.: Trabalho na companhia de saneamento daqui do estado, pretendo focar no INSS.*

*@Y.S.: Pra analista, mas eu por exemplo, tô querendo sair do executivo.*

*@C.W.: Com certeza... sou do tjrs....mas quero federal. **Estado muito falido o RS.***

*Cartógrafa: pior que a maioria dos estados né... você iria para algum que pagasse igual o que recebe hoje?*

*@C.W.: dependendo da distância até iria viu... Se fosse **federal** iria mesmo...✓*

- ii. A carreira dos sonhos? Dois @'s demonstraram decisão quanto ao caminho que irão seguir e qual o objetivo estudam para alcançar:

*@W.B.: Sou concursado da DPE-RS, mas continuo estudando, até conseguir chegar ao cargo de **Auditor fiscal**, seja da **RFB ou Estadual!***

*@R.S.: Trabalho no TJ-SP e continuo estudando pra AJAJ de TRT, até a **Magistratura do Trabalho.***

- iii. Com relação a insatisfação com salário, apresentamos dois @'s, um auxiliar e um analista. Ambos alegam ganhar pouco e buscam a aprovação em concursos com maior nível salarial.

*@FM: Sou do MPSP e vou focar agora no TJSP. Vou deixar os concursos federais de lado por enquanto, cansei de me decepcionar. Kkkkkkkkkk. Meu cargo é pior do que o que almejo, um nível abaixo.*

*Cartógrafa: Nossa, sério? Você diz financeiramente?*

*@FM: Sim, financeiramente tbm. É que sou auxiliar de promotoria (fundamental), não oficial de promotoria (médio). Então se eu passar em escrevente no tj aumenta uns R\$ 1200,00~R\$1300,00 o salário. Já ajuda*

*Cartógrafa: entendi! Nossa melhora bastante mesmo! Mas por que não quer mais os federais?*

*@FM: Querer eu quero. Problema é que eu só apanho da cespe e do FCC, preciso me preparar melhor se quiser ter chance. Já a vunesp eu conheço de longa data. Hahahah*

*@VSP: Sou do executivo estadual em MG sou engenheira civil, queria muito ficar na minha área mais está difícil comecei estudar para analista do TCE de MG cujo a prova e dia 17/11/18.*

*Cartógrafa: Não sai muito concurso na área?*

*@VSP: sai mais os salários estão muito baixos, para vc ter ideia aqui no executivo o salário está na casa dos 2000,00 por isso tô querendo partir para tribunais .... Estou numa angústia.*

Ambos revelaram que sentem necessidade de melhorar seu ganho salarial. No primeiro caso, @F.M., cargo de nível fundamental, busca a aprovação em um concurso de nível médio, pois este proporcionaria um aumento salarial que, de acordo com ele, “já ajuda”. Na próxima discussão, relacionada a formação acadêmica, ele revela ter como “sonho de consumo” a aprovação em um Tribunal de contas, “seja nível médio ou superior”.

No segundo caso, @V.S.P, cargo de nível superior, busca continuar como analista mas em outra especialidade e em outro Poder com melhores vencimentos. Ela afirma que o salário de engenheiro do Poder Executivo de sua cidade é muito baixo. Temos a questão financeira se sobrepondo à acadêmica: a concursada-concurseira está disposta a trabalhar como analista de especialidade genérica (TCE/MG) e ganhar mais dinheiro ao invés de permanecer na sua área de formação, que gostaria de atuar. Isso, segundo ela, causa angústia.

As contradições e dúvidas são comuns entre os concursados-concurseiros. Pude perceber isso, principalmente, quando observei os comentários relacionados com as escolhas dos certames que os concursados-concurseiros escolhera para se dedicarem e as formações acadêmicas que possuíam. Como acontecia com a @V.S.P., outros respondentes também prestavam concursos para áreas diversas. Tendo a mobilidade como norma, é comum desta sociedade que os indivíduos não sigam seus ofícios como profissão. Dessa forma, alguns concursados-concurseiros escolhem prestar provas para cargos de áreas diferentes de sua formação.

iv. A escolha baseada (ou não) na formação acadêmica:

*@F.R.: Sou do BB. Fiz MPU e agora tô na dúvida se migro pra área de controle (que tem mais a ver com minha formação em contabilidade) ou se vou para tribunais uahah, mas o que abri eu tô fazendo... pretendo fazer TCDF, TJDF e CGE CE.*



*@F.M...: Tribunal de Contas é meu sonho de consumo, mas parece tão difícil (seja nível médio ou superior). Tribunais jurídicos são mais de boa de passar hahah.*

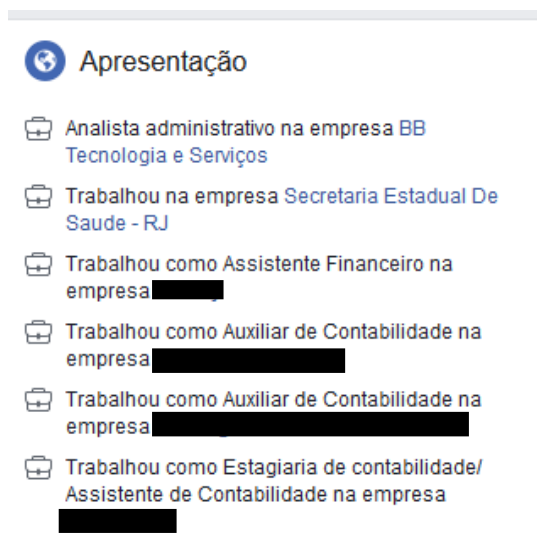
*@FR: eu estudava para Tribunais 5 anos atrás, acabei parando e tô querendo voltar somente agora... não faço nem ideia da previsão de abertura dos próximos*

O @F.R. expõe que é empregado público do Banco do Brasil e prestou concurso para técnico do MPU. Ambos são concursos de nível médio, sendo que o primeiro, por seguir os preceitos da CLT – consolidação das leis do trabalho – não garante a estabilidade do empregado e o segundo, amparado no estatuto dos servidores públicos federais – Lei nº 8.112 – prevê a estabilidade. Além deste ponto, o @F.R. demonstra dúvida como relação à área que gostaria de atuar: jurídica ou controle, sendo que esta última está relacionada à sua formação acadêmica em contabilidade. A dúvida como relação à área de atuação é comum entre os estudantes e muitos acabam prestando vários concursos de áreas totalmente distintas umas das outras. Migram de edital para edital de forma efêmera, em uma espécie de “promiscuidade editalícia” (MESQUITA, 2014, p.26).

*@C.J.:(Eu) foco no INSS, TCM RJ e DPE RJ.*

Essa @ é empregada do BBTS – BB Tecnologia e Serviços S/A – e afirma ter “foco” em três concursos que, em geral, possuem pouca semelhança. Consultando seu nome no *Google*, encontrei publicações que revelaram sua formação acadêmica em contabilidade e suas aprovações e nomeações em alguns concursos públicos. No *Facebook*, sua apresentação pessoal pública revelou que sua busca por aprovações realmente não se vincula a sua área de formação (Figura 38):

Figura 38 - Perfil aberto de @C.J. no Facebook



Fonte: Autoria própria (2018)

Antes do ingresso no serviço público, trabalhou e estagiou na iniciativa privada ocupando cargos relacionados a sua formação em contábeis. Hoje ela ocupa cargo de analista administrativo, especialização administrativa, porém, anteriormente, ocupava cargo de *Agente de Saúde*, na Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro. Nenhum desses cargos exige formação específica em contabilidade. Assim, ao afirmar que possui “foco” em três concursos, tão distintos, revela que sua busca é tão líquida quanto sua preparação para os certames: amparada apenas em escolhas distintas.

*@A.C.: Estudarei para INSS e para TRF3 considerando como futuras bancas o Cespe e a FCC. E só!! Rsr.*

@A.C. também apresentou “foco” em concursos distintos: INSS e TR3, ou seja, áreas e Poderes distintos. @L.M.S.L. alertou para o fato de que não seria “efetivo” o estudo para um único concurso, mas sim, a estratégia de focar em uma carreira ou área específica para obtenção de melhores resultados. Segundo suas crenças, faz prescrição do que seria mais “efetivo”, nos moldes da ideologia gerencialista:

*@L.M.S.L: Na minha humilde opinião ficar em um único concurso talvez n seja efetivo. Vc tem q focar numa carreira e escolher um grupo de matérias p estudar. Qdo sair concurso p área q escolheu, vc insere as matérias remanescentes.*

Essas narrativas retomam a discussão da seção 2.3.2 desta pesquisa, em que os sujeitos, imersos na dinâmica do mundo fluido, colocam-se em posição de anulação da vocação, já que

não juraram lealdade a ela, e de aceitação de papéis capazes de favorecer suas ambições por felicidade e satisfação pessoais. Como explica Gaulejac (2007), essa mobilidade é um dogma das sociedades liberais e exige dos indivíduos capacidade de mudança e adaptabilidade em diversos aspectos de suas vidas, tornando-se uma norma que deve ser seguida sob pena de imobilização. Segundo ele, a profissão já teve papel de identidade, que ancorava o indivíduo, e hoje se comporta de forma “flexível, polivalente, que varia em função das imprevisibilidades da carreira” (GAULEJAC, 2007, p. 248). Ou seja, o contexto em que se insere o concursado-concurseiro possibilita seus movimentos por cargos e carreiras diversos e distintos de suas qualificações técnicas/profissionais.

## 5 OS CONCURSADOS-CONCURSEIROS E AS TENSÕES VIVENCIADAS POR ELES

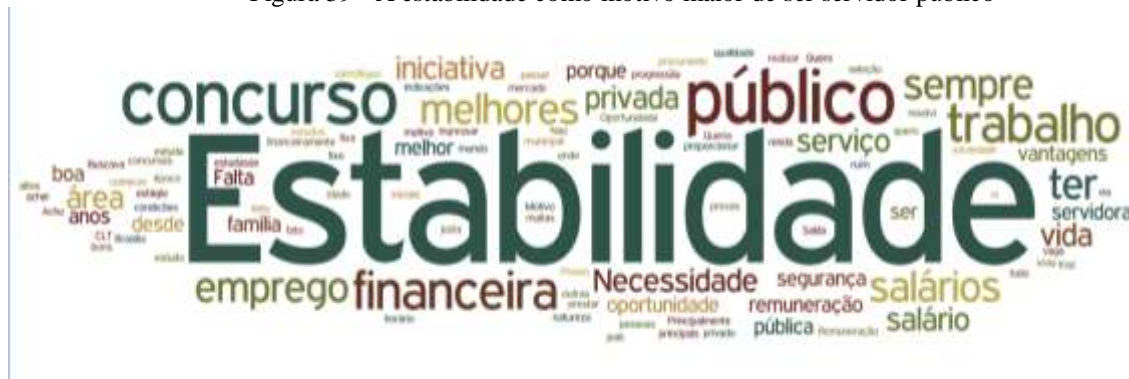
Apresentamos, nesta seção, os dados obtidos a partir das respostas de quarenta e quatro concursados-concurseiros participantes desta pesquisa. Dessa forma, os subtítulos seguintes abordam nove das vinte e quatro questões elaboradas, sendo elas as de número dezesseis até vinte e quatro. Como já mencionado, a nuvem de palavras foi utilizada como forma de melhor visualização das frequências e aproximações entre as palavras que se repetem ao longo de cada resposta dos participantes, limitadas em um número máximo de cem palavras por nuvem para uma melhor visualização. As respostas obtidas foram apresentadas entre aspas e em itálico, sendo copiadas exatamente da forma como apareceram no questionário, sendo uma reprodução fiel das respostas fornecidas pelos concursados-concurseiros. Dessa forma, seguimos para a análise dos achados da pesquisa.

### 5.1 OS PORQUÊS DE SER SERVIDOR PÚBLICO

Em nosso conjunto teórico, de acordo com os estudos de Moreira (2016), Anjos e Mendes (2015), Nogueira (2015), Abranches (2011), Machado (2009), Côrtes e Silva (2006), Neves (2005), Costa e Mazzilli (2001) e Oliveira (1997), percebemos que o leque de motivos que levam à opção pela busca de uma vaga no serviço público era de larga amplitude. Estabilidade, remuneração e benefícios foram algumas justificativas apresentadas nas abordagens citadas. Com o objetivo de confrontá-las com a realidade dos concursados-concurseiros iniciamos nossa apresentação dos dados com a questão de número 15 (quinze): **Conte um pouco sobre os motivos que contribuíram para você iniciar seus estudos e hoje estar servidor público concursado.**

O objetivo inicial foi levantar os motivos que contribuíram para o início dos estudos dos nossos participantes (decisão de iniciarem os estudos para concurso) e hoje estarem servidores públicos concursados, bem se convergiam como nosso referencial teórico, o que se confirmou: *“motivo = estabilidade”*. Também pudemos ampliar nossa percepção, sensorialmente, com a técnica de nuvem, que pôs em evidência palavras como “estabilidade”, “financeira”, “salários”, “emprego”, “necessidade”, “oportunidade” “segurança” (Figura 39).

Figura 39 - A estabilidade como motivo maior de ser servidor público



Fonte: Autoria própria (2019).

Como revelado, o “*principal motivo é a segurança, a famosa estabilidade*”. Os respondentes a relacionaram com segurança e empregabilidade, porquanto “*falta mercado de trabalho na iniciativa privada*” – hoje com mais de 13 (treze) milhões de desempregados. Com essa “*falta de oportunidade na iniciativa privada, concurso é uma forma mais justa de seleção*”, além de “*não precisar de indicações de outras pessoas para ingressar no órgão, bons salários iniciais (apesar de progressão, em geral, ruim), estabilidade financeira e de emprego*”. Cabe lembrarmos que essa necessidade de indicação na iniciativa privada já havia aparecido na fala de @M.S., na seção 4.2 item A, que, inclusive, revelou ter que “*fingir respostas prontas para passar em entrevistas*”.

Assim, para alguns respondentes, o concurso público se mostrou como uma opção de “*saída da iniciativa privada*”, ou seja, do seu *modus operandi*, que foi relacionado ao medo do desemprego, à precarização do trabalho, à falta de garantias, à exclusão social, aspectos vistos em Moreira (2016), na seção 2.3.2. Alguns comentários explicitaram vigorosas diferenças entre os setores público e privado, como o caso da longeva concursada-concurseira, de cinquenta e três anos de idade, nível médio, casada e estável no serviço público. Segundo ela, “*devido à idade, não conseguia trabalho sem ser via concurso público*”. De fato a idade tem sido uma barreira na contratação pela iniciativa privada, principalmente após os cinquenta anos, como reconheceu o presidente da central sindical UGT, Patah <sup>63</sup>(*Online*, 2019), à BBC News Brasil.

Com relação ao desemprego, a figura 40 mostra que a partir de 2015 houve um aumento expressivo do medo de ficar desempregado, sendo maior entre as mulheres – relembrando que nossa pesquisa conta com 73% (setenta e três por cento) de mulheres. Além desse sentimento,

<sup>63</sup> PATAH, Ricardo. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47675098>

por ser um fato presente em larga escala na nossa sociedade, o próprio desemprego também é motivo para o ingresso no serviço público: “*eu estava desempregado e resolvi prestar o concurso do metrô, como é sociedade de economia mista sou CLT*”. Esse concursado-concurseiro, mesmo já possuindo certa segurança<sup>64</sup> em seu regime trabalhista, se comparado com um celetista de empresa privada, prefere alcançar a estabilidade prevista no Estatuto do servidores públicos. A consequência dessa busca, e posterior manutenção do vínculo estatutário, se desvela no ânimo de “*ter salário fixo, poder realizar sonhos pessoais, emprego bom*”. Trata-se da manutenção do desejo de querer e poder **mais**, porém, por meio de novas aprovações, para que se esteja livre das incertezas externas.

Figura 40 - Flutuação do medo do desemprego no Brasil.



Fonte: Nexo jornal (2019)

Garantindo o emprego público e superando o fantasma do desemprego, o aspecto da segurança financeira foi outro motivo bastante apresentado pelos concursados-concurseiros, tanto associado com a “*estabilidade financeira*” quanto com a chance de receberem “*melhores salários*”. Além disso, as possibilidades de ingresso no serviço com “*bons salários iniciais*” e “*sem necessidade de experiência*” funcionam como propulsores para o início dos estudos, visto que muitos jovens encontram dificuldades na busca do primeiro emprego. Como visto anteriormente<sup>65</sup> em Machado (2009), vários profissionais, principalmente os que buscam o primeiro emprego, não se encontram preparados para as diversas exigências contemporâneas impostas para o ingresso no mercado de trabalho. Esse é um dos motivos que levam alguns

<sup>64</sup> O empregado público é vinculado às regras da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT - mas seu regime é do tipo híbrido, uma vez que só poderá ser mandado embora mediante instauração de processo e amparado pelas demais garantias constitucionais.

<sup>65</sup> Sugerimos que o leitor revise a nota de rodapé nº 41.

jovens à preferirem sair do ensino médio e já se dedicarem às provas: *“queria estabilidade, então iniciei meus estudos ainda na graduação, vindo a passar no concurso público antes de me formar”*.

Ainda em relação ao aspecto financeiro, algumas questões familiares foram trazidas para a discussão, na fala de três concursadas-concurseiras. A primeira, por ser filha de servidores públicos, afirmou: *“sempre vi as vantagens dos salários relativamente altos e da estabilidade”* e, com tal influência, acrescenta: *“presto concurso público desde os 18 anos”*. Hoje, com 27 anos de idade, é mestra, casada, ocupante de cargo de nível médio, e estável no serviço público, porém, continua estudando para concursos das áreas de gestão, administrativa ou fiscal. A história da segunda tem início bem diferente da anterior, pois o motivo de ter começado os estudos foi o fato de ter vindo *“de família pobre, sempre procurando melhores condições de vida”*. Hoje as duas possuem mais semelhanças: 29 anos de idade, é tecnóloga, casada, ocupante de cargo de nível médio e estável no serviço público, mas ainda buscando aprovação em áreas de gestão, administrativa ou jurídica. A terceira, além de desejar estabilidade no emprego, enfatizou de forma mais direta seu desejo: *“quero ajudar financeiramente a minha família”*.

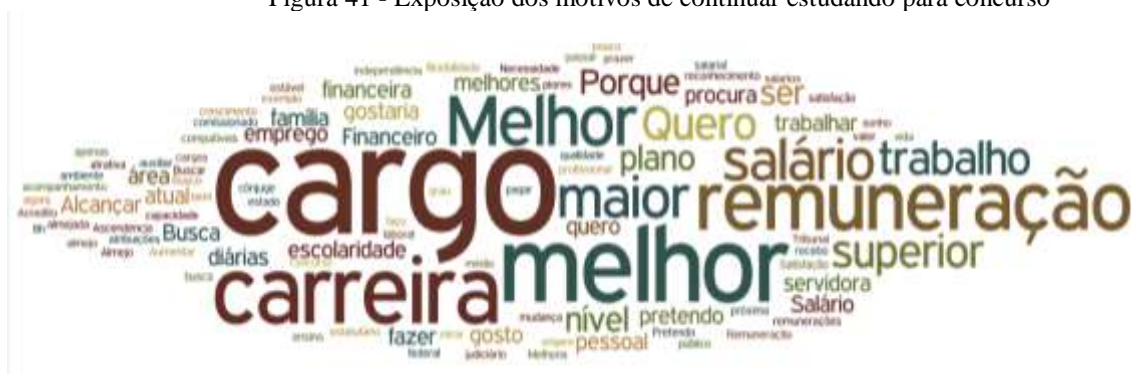
Apenas três respondentes revelaram interesses relacionados com o trabalho público em si, mostrando certa vocação, e fugindo das ideias exploradas anteriormente. Essas concursadas-concurseiras, com diplomas de especialização, graduação e mestrado, e ocupantes de cargos de nível fundamental, médio e, também, médio – respectivamente –, apontaram: *“quero ser servidora na área jurídica”*, *“não me identifiquei com minha área de formação; já tinha feito estágio em serviço público”* e *“pela Estabilidade e por gostar da natureza das atividades”*. Assim, em um universo de quarenta e quatro sujeitos, três revelaram que não seria apenas *“a necessidade financeira”* ou *“benefícios e estabilidade”*, demonstrados na nuvem (figura 39), que podem atrair o interesse pelo serviço público.

Também foram apresentadas ainda outras evidências, mais abstratas e com significações menos genéricas, como o desejo de *“realizar sonhos pessoais”*; *“oportunidade de ter uma vida melhor”*; *“melhores condições de vida”*; *“qualidade de vida”*. Contudo, essas questões serão discutidas mais adiante, ao indagarmos os motivos para continuarem estudando, bem como o valor que os concursados-concurseiros dão a uma nova aprovação e o possível impacto em suas vidas.

## 5.2 SER, MAS NÃO SE SENTIR COMPLETO

Nosso segundo ponto a ser discutido (questão número dezesseis) buscou compreender o que leva o servidor público, após a aprovação e nomeação, a continuar estudando para novos concursos públicos. A nuvem seguinte (figura 41) realçou palavras como “melhor”, “cargo”, “carreira”, “salário”, “trabalho” e “remuneração”, indo ao encontro das discussões desenvolvidas ao longo dessa dissertação. Esses achados também revelou possíveis motivos para a insatisfação com o exercício do cargo público após a aprovação: solidificação na carreira; estagnação social; angústias por não realizar desejos; dores interiores; necessidade de movimento; insatisfações com trabalho, cargo, remuneração.

Figura 41 - Exposição dos motivos de continuar estudando para concurso



Fonte: Autoria própria (2019).

A palavra “cargo”, indicada com mais intensidade nessa nuvem, desdobra-se nos aspectos relacionados à carreira, seja pelo desejo de alcançar um sonho ou pela insatisfação que se vive; à remuneração, pela necessidade de ganhar mais e a preocupação com a aposentadoria; ao nível de escolaridade exigido. Quando analisamos “a narrativa nas redes sociais<sup>66</sup>”, no tópico “opinião dos concursados-concurseiros”, separamos os achados em quatro grupos: “i - o desejo de abandonar o Poder Executivo”; “ii - a carreira dos sonhos?”; “iii - insatisfação com o salário”; e “iv - a escolha baseada (ou não) na formação acadêmica”. Dessa forma, resgatando esse debate, indagamos neste momento da pesquisa: **“por quais motivos você continua estudando para outros concursos mesmo já sendo servidor público?”**.

Explicitamente, não identificamos concursados-concurseiros que atendessem a discussão proposta no grupo i, de querer abandonar o Poder Executivo pela ideia abordada

<sup>66</sup> Seção 4.2



naquele momento de que *“o judiciário é melhor”* (@A.O.). O caso mais próxima narrado por meio do questionário foi de um fiscal de município que desejava uma mudança entre esferas: da municipal para a federal, mesmo revelando que seu cargo *“já pagar bem”*. Segundo ele, *“as condições de trabalho são muito piores do que se fosse um cargo federal”*. Indo ao encontro desse argumento, à época da discussão (i), um dos @’s havia afirmado que trabalhava em um órgão estadual e gostaria de ser aprovado em um federal, pois o Estado estava *“muito falido”* (@C.W.).

Diversas foram as manifestações relacionadas com o desejo de *“alcançar um melhor cargo”* ou querer *“mudar de carreira”*. Houve quem afirmasse que o motivo seria o fato de não estar ainda *“na área que gostaria”* de estar trabalhando. Esses achados nos conduziram para as discussões desenvolvidas no grupo ii, em que *“a busca pela carreira almejada”* é um sonho para muitos: *“sonho de trabalhar em Tribunal”*; *“busca de crescimento profissional”*; *“futuramente fazer faculdade de Direito e mirar em um cargo de analista área judiciária”*. Essa carreira dos sonhos, ou a *“carreira mais atrativa”*, pode ser resumida como *“uma carreira melhor, com melhor plano de cargos e salários, e mais independência funcional”*.

Por consequência, há uma incansável *“procura por satisfação pessoal”*, também relacionada com a importância atribuída ao status social - *“maior reconhecimento”* -, visto em Moreira (2016). *“Aumentar o salário e almejo um cargo superior com mais atribuições de direção”*, sintetiza as discussões iii e iv. Essa frase atribui à busca por satisfação financeira e pessoal os motivos de continuar como concursado. É a expressão do desejo de ganhar mais, em um cargo de nível superior e, não suficiente, desenvolvendo atribuições de direção. Isso se deve ao fato dessas funções gratificadas majorarem consideravelmente o salário daqueles que a exercem, além de aumentarem suas competências, isto é, o poder perante outros servidores e a complexidade das tarefas diárias.

Essa aspiração por *“ascendência financeira”*, na busca por *“melhores salários”*, nos mostrou a insatisfação com o salário atual como motivador para a busca por novos concursos (iii). Muitos expuseram a vontade de *“alcançar um cargo com melhor remuneração”* ou seja, com *“aumento de salário”*. Como justificativa para essa busca, alguns indicaram: *“meu salário apenas me sustenta”*; *“pretendo me aposentar com um valor um pouco maior do que recebo atualmente”*; *“procura de melhores remunerações compatíveis com o meu grau de escolaridade”*. Sobre o grau de escolaridade, já havíamos observado essa questão quando nos

aproximamos do sujeito da pesquisa. Oliveira (1997) atribuiu essa desvinculação do cargo com a formação acadêmica a um fator de sofrimento que motivaria a estudar.

Cabe lembrarmos que, dentre os nossos respondentes, 75% (setenta e cinco por cento) ocupam cargo de nível médio e 89% (oitenta e nove por cento) destes possuem formação pelo menos de nível superior. Essa alta especialização, frente aos requisitos exigidos para ocupar o cargo público, converge para o viés ideológico apresentado por Fontainha e outros (2012), segundo o qual os concursos se baseiam nas ideologias acadêmica e profissional, aquela recrutando os melhores egressos do ensino e esta, melhores profissionais. Além disso, sendo a forma de melhor recrutar, reter, desenvolver e manter pessoas altamente capacitadas é uma das principais questões da gestão gerencialista (PEARSON; PARKER, 2008), o concurso público funciona adequadamente para atender essa demanda, recrutando os melhores.

Porém, essa alta especialização desvela-se em uma insatisfação que motiva muitos concursados-concurseiros a continuarem estudando, visto que muitos são aprovados em cargos técnicos mas possuindo outros diplomas. Dessa maneira, a proposta do grupo iv, que investigava o grau de escolaridade e a necessidade de continuar estudando para “*conseguir um cargo de nível superior*”, isto é, para a “*mudança de cargo e escolaridade*”, foi observada nos três momentos que tivemos contato com nosso sujeito: no pré-campo, com o desabafo de @N.G.A, sobre seu desejo de ser analista; no grupo iv, em que levantamos evidências no *facebook* e obtivemos respostas que confirmavam o desejo de aprovação em cargos mais especializados; e no questionário, o momento atual de discussão.

O cargo de nível superior, comparado ao médio, na maioria das vezes, proporciona melhores remunerações, status social e poder. Isso porque os salários são melhores, há maior reconhecimento em razão da maior especialização e dificuldade do certame e o ocupante do cargo detém mais atribuições e posição hierárquica elevada, quando comparado com o de nível médio. Pudemos observar melhor essa questão com depoimento de @K.R., realizado em uma conversa informal com a nossa cartógrafa. O diálogo foi gravado com uma aplicativo de celular, e a cartógrafa explicou à @K.R. que o “desabafo” ia ao encontro da pesquisa que estava desenvolvendo no mestrado e, por essa razão, gostaria do consentido para utilização nesta dissertação. Com o aval daquela, desvelamos o sentimento de quem ocupa um cargo médio e se sente inferior a um analista (ou similar):

*“Poxa, eu passei num concurso, sabe, assim? Enfim, Eu comecei a pensar: cara não adianta eu ser só técnica, não. Sou técnica há 10 anos, né? acabei*

*de fazer 10 anos agora em janeiro. Já percebi que a gente consegue sim galgar, mas porque a gente batalha muito, né? Tem...sabe... estuda muito... pra conseguir galgar. Mas não é tão fácil como uma pessoa que às vezes é... Só porque é nível superior. Ai eu falei: não, acho que eu vou voltar a estudar para concurso...” (@K.R).*

Esse diálogo iniciou-se com @K.R. afirmando que se sentia inferior aos analistas e que deixava de ser convidada para exercer algumas posições de destaque no seu órgão pelo fato de ocupar um cargo de nível médio. Segundo ela, o fato de ser graduada e mestre na sua área ajudava bastante em alguns momentos, mas o peso de ocupar um cargo de nível médio era insuperável e só poderia ser sanado com uma nova aprovação. Mesmo sentindo afinidade com suas atribuições e órgão atuais e interessada com suas tarefas, a insatisfação de não ser analista fazia com que ela pensasse em voltar a estudar para um cargo de nível superior. Aqui cabem duas observações importantes. A primeira diz respeito ao perfil dos respondentes deste questionário: um tecnólogo; dois graduandos; dez graduandos; treze especialistas e três mestras. Esses vinte e nove participantes ocupam cargo de nível médio, isto é, prestaram prova de concurso público que exigia apenas o certificado de conclusão do segundo grau. A segunda diz respeito à ideologia gerencialista, pois há uma responsabilização do sujeito e um luta pela competitividade em busca de uma posição hierarquizada de poder: o desejo de ser analista, de “fazer jus” ao diploma acadêmico, de ser reconhecido e valorizado por ocupar um cargo de nível superior.

Outro ponto observado, a insatisfação com a situação atual, apresentou-se de maneiras diversas nesse momento do questionário, mas sempre relacionada ao trabalho: *“apesar de meu cargo já pagar bem, não gosto do meu atual trabalho”*; *“insatisfação com ambiente de trabalho e por trabalhar em órgão público sem plano de carreira”*; *“não é o emprego que eu quero”* e *“não estou na área que gostaria”*. Esse primeiro revelou, em pergunta posterior, como se sentia no trabalho: *“eu vejo o meu atual trabalho como uma obrigação que traz uma recompensa (salário) todo mês. Não me sinto realizada, mas agradeço por ter um bom salário que me traz conforto na vida pessoal”*. De fato, salário não é tudo, mas tem seu peso nos estudos do concursado-concurseiro e na sua permanência no cargo público. Inclusive poderíamos associá-lo aos tipos de benefícios capazes de controlar e docilizar o servidor público porquanto, mesmo não satisfeito, permanece onde está ou buscar por mais como concursado. Isso se justifica pelo fato do gerencialismo ser o caminho para se controlar os seres humanos (PARKER, 2002), como vimos na seção 2.2.5.

Além dessas evidências apresentadas no questionário, que corroboraram com as discussões i, ii, iii e iv, da seção 4.2, foram observados aspectos mais voltados para sentimentos e emoções dos nossos sujeitos. *“Pretendo uma vaga no meu estado de origem, para ficar mais próxima da família”*, disse um deles que, constantemente, comentou algo relacionado à família em suas respostas: *“qualidade de vida em um cidade maior e junto aos meus familiares”* e *“acredito que se conseguir ficar próxima dos meus familiares poderei ter momentos de diversão com eles”* foram respostas dadas em discussões vindouras sobre o que uma nova aprovação poderia lhe proporcionar. Porém, esse tipo de desejo profundo é facilmente captado pelo poder gerencialista, que oferece promessas de satisfação e conquista como meio de cooptação. Um exemplo disso foi demonstrado com a figura 60 (Discurso de legitimação dos cursinhos), sobre os tantos motivos de se buscar a aprovação que justificariam a aquisição de um cursos, “ainda hoje”, com “um precinho camarada”: família, viagens, crescimento profissional, ajudar o próximo e outros “tantos motivos”.

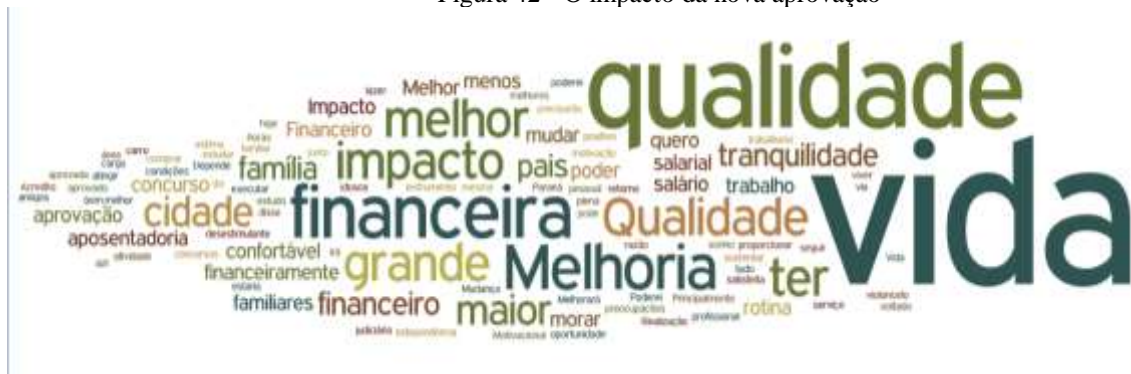
Ainda em relação a esses aspectos de sentimentos e emoções, outra participante respondeu: *“atualmente estou em licença não remunerada para acompanhamento de cônjuge. Acredito que tenho capacidade de passar em um concurso mais elevado do que aquele que **estou** estável”*. Esse grifo nosso deve ser observado, pois não é comum o concursado-concurseiro utilizar o pronome “estou”, no lugar de “sou”. Em nossa primeira pergunta (anterior), propositalmente optamos por utilizar o verbo “estar” e, dentre os quarenta e quatro respondentes, apenas um concursado-concurseiro fez o mesmo uso. Não é que tenhamos provocado algum tipo de desconforto, mas se provocamos, esse foi o objetivo, uma vez que imersos nesse ambiente de preparação, embebido pela ideologia gerencialista, sofrem influências nos seus desejos e nas suas angústias, respectivamente alimentados e gerenciados, bem como a legitimação de pensamentos (GAULEJAC, 2007), o que facilita a adesão aos discursos de legitimação de, por exemplo, professores, cursinhos, coaches.

### 5.3 NOVA APROVAÇÃO, VIDA NOVA (?)

Adentramos um pouco mais no íntimo dos concursados-concurseiros, visando compreender como eles enxergam suas vidas após uma nova aprovação no serviço público: **qual o impacto acredita que uma nova aprovação terá em sua vida?** O apanhado de palavras

apresentadas na nuvem (Figura 42) mostrou, com alto destaque, que a nova aprovação é vista como uma promessa de “qualidade”, “vida”, “melhoria”, financeira”, “grande”. Outras palavras como “ter”, “mudar”, “impacto” e “tranquilidade” também estiveram presentes.

Figura 42 - O impacto da nova aprovação



Fonte: Autoria própria (2019).

Essa visão de ter uma melhoria na qualidade de vida presente nos comentários nos fez refletir sobre qual o significado dado pelos concursados-concurseiros a isso. As respostas caminharam para a noção de que a nova aprovação seria capaz de proporcionar melhoria salarial/financeira, tranquilidade pessoal e familiar, aumento do poder de compra. Como síntese, esta fala ratificou nossas especulações iniciais: *“poderei ter uma saúde financeira mais confortável, ajudar os meus pais e amigos, comprar um carro melhor e ter uma qualidade de vida melhor”*.

Conquistar *“mais tranquilidade financeira”* (grifo nosso) apareceu como forma de se viver *“com menos preocupações”*, inclusive com o futuro, por permitir *“uma aposentadoria mais gorda”* e a *“realização de mais sonhos”*. Uma das explicações clarifica essa ideia: *“com a aprovação, terei tranquilidade para planejar meu futuro e poderei viver de maneira mais plena”*. Um dos participantes afirmou que a mudança será *“principalmente na área financeira”*. Ele externaliza preocupações com as condições de sua família, o que justifica sua busca por melhoria financeira: *“minha família é pobre, meus pais estão ficando idosos e precisarão de cuidados”*. Há quem deseje ajudar seus descendentes de forma independente: *“ter meu próprio apt [apartamento], poder sustentar financeiramente a minha família (filhos) e não depender financeiramente dos pais”*. Ou seja, como *memetiza* um cursinho (Figura 43):

Figura 43 - Discurso de legitimação da busca pela aprovação



Fonte: Instagram/grancursosonline

De fato, mais uma vez, alguns aspectos relacionados à família foram trazidos para a discussão ao tencionar o distanciamento e a (re)aproximação familiar. No primeiro caso, há *“impacto grande em razão da possibilidade de mudar para longe dos familiares”*. Isso porque muitos estudantes participam das “caravanas para concurso” (Figura 44) e realizam provas de concurso público por todo o país. No segundo caso, há possibilidade de morar junto ou próximo da família: *“qualidade de vida em um cidade maior e junto aos meus familiares”*, como já evidenciado nas perguntas anteriores. Basicamente, como explicou um dos concursados-concurseiros, *“um cargo na mesma cidade não teria um impacto muito grande, seria mais na rotina. Já uma aprovação em outra cidade poderia ter um impacto maior”*, provavelmente porque essa dupla mudança, territorial e trabalhista, normalmente atinge também as pessoas mais próximas (família, amigos).

Figura 44 - As caravanas para realização de provas de concurso público.



Fonte: site Litur Turismo

A nova aprovação traz, de certa forma, a promessa de *“realização de mais sonhos”*, como *“o sonho de tocar um instrumento musical (violoncelo)”*; *“entrar no judiciário”*; *“atuação em uma atividade jurídica”*; *“morar na cidade que gostaria”*. Essa busca tem o peso de ser *“uma grande realização. E também um grande desafio”*, inclusive com a possibilidade de mudança no status de concursado-concursado para apenas concursado: *“se for aprovada em um bom concurso federal, pararia de estudar e estaria satisfeita até a aposentadoria”*; *“grande impacto, desde a melhora financeira à tranquilidade de atingir um cargo-fim e não seguir com o estudo voltado para concursos”*.

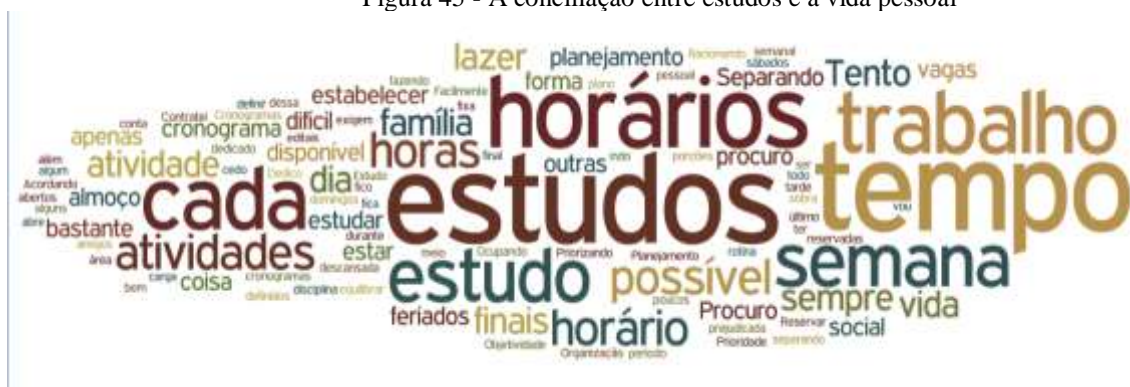
Tem aqueles que desejam uma transformação na *“vida profissional e pessoal”*, com *“melhores condições de trabalho”*. Essa melhora poderia ser, como revelado, na redução da carga horária diária: *“qualidade de vida, pois trabalharei menos horas por dia do que trabalho hoje”*; ou até mudança de tarefas: *“mudança de rotina que pode proporcionar mais motivação. O serviço público, via de regra, não oferece muita oportunidade de executar trabalhos diferentes, o que acaba sendo mentalmente desestimulante”*. Esse aspecto também <sup>67</sup>foi apontado como fator de sofrimento que, para Oliveira (1997), está relacionado à monotonia da atividade e à subutilização de potencial.

<sup>67</sup> Vide seção 2.3.2 – Aproximação com o sujeito da pesquisa.

#### 5.4 A (NÃO) CONCILIAÇÃO COM OUTROS ASPECTOS DA VIDA

Nesse momento podemos considerar que temos formada a figura de um servidor público que busca ser aprovado em um novo concurso público com o objetivos de sanar suas angústias, derivadas de motivos de cunho financeiro, familiar, social, pessoal. **Qual seria o modo utilizado (ou não) pelo concursado-concurseiro para conciliar (ou também não) o trabalho, os estudos e outros pontos da vida pessoal?** Com esta pergunta obtivemos, com maior destaque nesta nuvem (Figura 47), as palavras “estudos”, “horários”, “tempo” e “trabalho”. Não menos importante, as palavras “planejamento”, “atividades”, “lazer”, “família” também apareceram nas respostas dos nossos sujeitos.

Figura 45 - A conciliação entre estudos e a vida pessoal



Fonte: Autoria própria (2019).

A importância da pergunta nasce com a informação de que a carga horária laboral, em órgão público ou empresas públicas, varia entre seis e oito horas diárias. Se incluirmos o tempo de deslocamento entre trabalho e casa, dependendo da cidade e da distância do percurso, podemos acrescentar pelo menos mais uma hora no tempo dedicado ao labor e, também, o horário de almoço médio de uma hora diária. Como os cursinhos defendem que a aprovação está condicionada às horas-cadeiras (tempo que o estudante passaria sentado estudando), como o concursado-concurseiro lida com isso? “*Priorizando e sacrificando alguns*” desses aspectos, como defendido na figura 46:



Figura 46 - A obrigação de estudar sempre



Fonte: Instagram/grancursosonline

A maioria dos respondentes aposta na “organização” “por meio de cronograma de estudo”, “dividindo o tempo em porções que são reservadas para cada atividade”. “Com horários bem definidos para cada atividade” e “racionando o tempo dedicado para cada área”, o concursado-concurseiro vai buscando a eficiência na gestão de si. “Aproveitando ao máximo o tempo”, ele planeja seus “horários de forma minuciosa”, tentando “estabelecer uma faixa de horário fixa para os estudos”. Um deles explica como funciona sua organização semanal: “Procuro realizar cronogramas, horários de estudos, estudo também quando tenho horário disponível [horas vagas durante os feriados, vésperas de feriados, sábados e domingos]”. Essa realidade vai ao encontro com a sátira apresentada no meme sobre o carnaval (Figura 16): estudar sempre, independentemente de ser sábado, domingo...Carnaval! Ano após ano, de carnaval em carnaval.

As estratégias para conciliação apontam para um gerenciamento do tempo. Alguns optam por definir momentos fixos para os estudos: “reservar 2 horas pra estudo por dia”; “estabelecer uma faixa de horário fixa para os estudos”; reservar o tempo livre “antes do trabalho e no intervalo do almoço” e, se for o jeito, “na hora do almoço e à noite, além dos finais de semana”. “Com planejamento, definir qual é o dia e horário para cada coisa” é a ideia da maioria que busca aproveitar o tempo livre estudando.

Contudo a preocupação com as outras atividades foi destacada: “*tento não abrir mão de lazer, de estar com a família. E manter uma rotina de estudos*”; “*tento me programar para ser possível estar com a família e com amigos sempre que possível*; “*fazendo cronograma de estudos e separando algumas horas no final de semana para o lazer*. Mas os sacrifícios também são trazidos para discussão: “*acordando cedo e indo dormir tarde, em razão dos estudos e trabalho. Infelizmente a vida social fica bastante prejudicada*”. O meme da Figura 47 resume bem esse processo de tentativa de conciliação:

Figura 47 - Sacrifícios para a aprovação I



Fonte: instagram/grancursosonline

Para alguns concursados-concurseiros essa conciliação é possível e “*facilmente, só ter horários*”, com “*objetividade*”, “*planejamento e disciplina*”. Para outros é uma tarefa “*bastante difícil, acaba que os estudos ficam por último*”. Este ainda afirma que a prioridade é a família e o trabalho, mas este “*toma muito tempo do dia*”, como deduzimos com relação às horas diárias e ao tempo de deslocamento. Às vezes o tempo disponível pode não ser um problema: “*trabalho só 6h então sobra tempo*”. Mas quando é, pode até despertar a necessidade de contratação de um profissional para sua gestão (Figura 48), uma vez que a gestão gerencialista cria essa necessidade de a organização ser realizada por um terceiro (PERSON; PARKER, 2008): “*contratei uma Coach para organizar meus estudos, meu horário*”.

Figura 48 - Coach para concurso público e as estratégias para a aprovação



**Táticas que vão fazer você ficar mais focado nos seus estudos!**  
Por Rodrigo Lima | Coach COO

**Como estudar em casa**

- Crie metas diárias de estudos.
- Tenha um local fixo para estudar.
- Mantenha o seu material organizado.
- Fique longe de distrações.
- Faça pausas no estudo para descansar.
- Respeite os seus limites.
- Recompense as suas conquistas.
- Tenha disciplina e não desanime.
- Faça exercícios físicos.
- Saia para se distrair um pouco.
- Mantenha uma rotina de estudos.

**Como lembrar o que estudou?**

**Revisões Programadas!**

**1º revisão:** 1 hora após o estudo  
**2º revisão:** 24 horas após o estudo  
**3º revisão:** 1 semana após o estudo  
**4º revisão:** 1 mês após o estudo

- Use os resumos para fazer as revisões.
- Ao estudar, sempre agende as revisões para não esquecer.

Fonte:instagram/ grancursosonline

A conciliação as vezes não é aceita como uma opção para concursado-concurseiro, que prefere uma imersão profunda nos estudos quando não está trabalhando, deixando de lado as outras questões que o contorna: *“atualmente estou focada exclusivamente no trabalho e nos estudos. Não realizo outras atividades no cotidiano”*; *“dedico pouco tempo, neste período, para a vida pessoal. O trabalho e os estudos exigem muito de minha dedicação”*. Às vezes é o tempo, com disposição física e mental, que sobra na agenda da semana que define se nosso sujeito optará por abdicação ou conciliação: *“tenho muitas dificuldades de conciliar tudo por conta do cansaço. Acabo estudando apenas aos fins de semana que é quando tenho tempo e a cabeça descansada”*. Além disso, os próprios cursinhos legitimam esses sacrifícios (Figura 49), com discursos que banalizam os sacrifícios por trás da busca pela aprovação:

Figura 49 - Sacrifício para a aprovação II



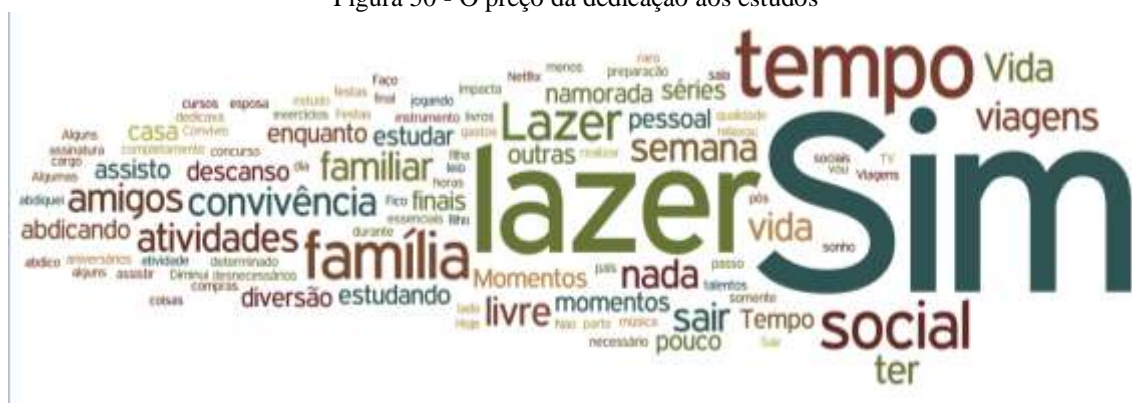
Fonte: instagram/grancursosonline

## 5.5 QUAL O PREÇO DA DEDICAÇÃO?

É em meio a estas possíveis dificuldade de conciliar os estudos com outros aspectos - trabalho, lazer, família - que surgem alguns sinais de abdicação que podem evoluir para alguns tipos de privação completa do ser. Isso porque não estudar pode provocar um sentimento desconfortante de culpa, como retratado na Figura 17 (afirma que ficar em casa é sempre a melhor opção), na qual se afirmava que “ficar em casa vai ser sempre a melhor opção”. Assim, com o intuito de levantarmos a percepção do concursado-concurseiro com relação ao que ele deixa de priorizar em sua vida e a importância dada a isso, perguntamos de forma direta: **você está abdicando de alguma coisa hoje nesta busca por uma nova aprovação? Se sim, qual(is)?**

Já esperávamos que a maioria das respostas fossem positivas, pelas características que já havíamos observado até aqui (desejos, prioridades, culpa por não estudar; além da exploração do sentimento de culpa pelos cursinhos, como visto na Figura 8, que transmite a ideia de que sair não é uma opção, mas ficar em casa estudando, sim). Dessa forma, a palavra “sim” ficou em evidência na nossa nuvem, sendo que trinta e oito concursados-concurseiros à responderam, ou seja, aproximadamente 86% (oitenta e seis por cento) dos respondentes. A meia dúzia que respondeu “não estarem abdicando de nada”, não fizeram comentários com profundidade: “*não estou abdicando de nada*” e “*não abdiqueei de nada, por enquanto*”. As demais palavras em destaque (Figura 50) foram “lazer”, “tempo”, “família”, “viagens”, “vida”, “social”.

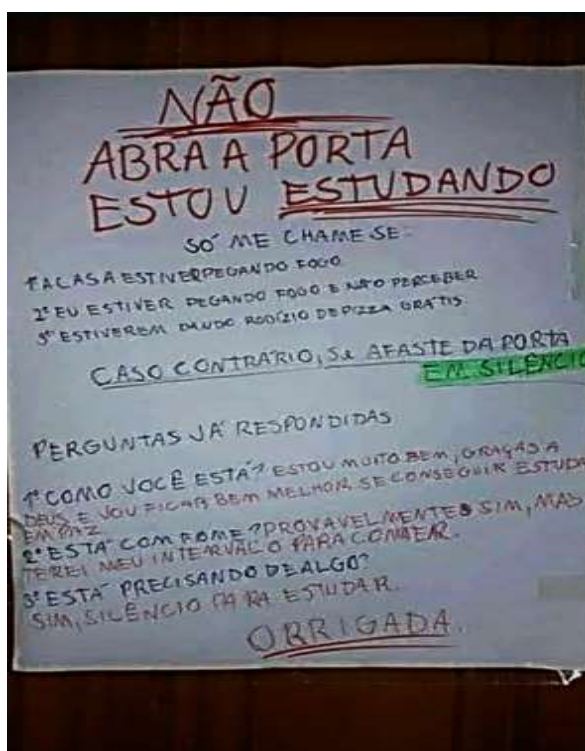
Figura 50 - O preço da dedicação aos estudos



Fonte: Autoria própria (2019)

O “tempo de lazer” apareceu como a maior abdicação entre os concursados-concurseiros, uma vez que a carga horária semanal de trabalho e o desejo de seguir estudando, prioridade para muitos, consomem muitas horas ao longo das semanas de preparação. Assim, “momentos de lazer durante a semana são raros”, bem como os “momentos de diversão e viagens”. “Alguns momentos sociais”, como o “contato com amigos, namorada, família”, foram apontados como privações, porquanto “para ter tempo para estudar é necessário deixar o lazer de lado, principalmente no mês final de preparação para um determinado concurso”, que é quando o estudante está mais concentrado com suas revisões, como podemos observar na Figura 51 – recebida em um grupo de *whatsapp*, véspera de uma prova de concurso, e ovacionada por vários integrantes do grupo.

Figura 51 - A privação em prol da nova aprovação.



Fonte: Grupo de Whatsapp (arquivos da cartógrafa).

Na maioria das vezes o concursado-concurseiro tem noção de que poderia viver de uma forma diferente, se não estivesse focado em uma nova aprovação. As horas reservadas para os estudos de concurso, segundo eles, poderiam ser empregadas em “outras coisas mais prazerosas”, como “cursos de interesse pessoal”; “hobbies”; “dedicação a outros talentos (música, artes cênicas)”; “aprender um instrumento musical”; assistir “séries, filmes”; tempo

para “*netflix, TV por assinatura...livros como forma de lazer*”; realizar “*atividade física*”. Muitas dessas abdições foram mostradas repetidas vezes ao longo das respostas, revelando-se comuns entre os respondentes, que mesmo estimando outras atividades preferem manter sua busca, a final de contas há o imaginário de que o serviço público é capaz de mudar a vida das pessoas (Figura 52):

Figura 52 - Expectativas: Recompensas pós abdições



Fonte: [instagram/grancursosonline](https://www.instagram.com/grancursosonline).

Em geral os concursados-concurseiros, ao priorizarem a sua necessidade por uma nova aprovação, fazem a escolha de estudar aspirando aos frutos que irão colher no futuro, o que justifica suas abdições no presente: “*hoje em dia é um pouco raro eu sair com amigos, e também meu filho que deixo na sala com minha esposa enquanto estudo, e não ando jogando jogos de computador o que sempre me relaxou*”. Dessa forma, mesmo já sento servidores e, na maioria, já estáveis, escolhem a abdição em prol das novas aprovações em detrimento ao convívio social e, como vimos anteriormente em Gaulejac (2007), essa busca por mais leva à renúncia de momentos de alegria no presente, de forma perversa e guiada por uma “gestão de si” (Figura 53):

Figura 53 - Preço da abdicação III



Fonte: instagram/grancursosonline

Além disso, experiências e sonhos também são colocados em segundo plano: *“tinha um sonho de morar fora do país mas tentar essa vida fora me atrasaria muito na busca do cargo ideal”*. Para a maioria, definitivamente, os custos da nova aprovação são altos, indo de *“algumas horas de sono”* até *“convivência com a família”*. Nesse “ramo” não é difícil quem faça revelações do tipo: *“faço pouquíssimos passeios e só viajo alguns dias nas minhas férias”*; *“não vou a festas, somente as muito importantes. Reduzi a visita a familiares”*.

Por outro lado um ponto de destaque relacionado à questão financeira foi apresentado, sob uma perspectiva diferente da discutida anteriormente: *“devido ao alto custo dos cursinhos/materiais abdicó de viagens e compras de bens não essenciais”*, ou seja, o consumo também é voltado para a preparação. O concursado-concurseiro tem gastos com materiais como apostilas, livros, materiais de escritório e, também, com cursos presenciais e/ou *online*; viagens para realização de provas; inscrição nos certames. Inclusive, ao longo desta cartografia, nos deparamos com vários estudantes reclamando dos gastos relacionados ao estudo. Também teve quem analisasse a situação por outro ângulo, relacionando suas abdições com a possibilidade de economia financeira: *“diminuí as atividades de lazer e gastos desnecessários”*.

## 5.6 INICIATIVA PRIVADA: UMA OPÇÃO?

Após discutirmos os motivos de continuar estudando, os impactos da nova aprovação e as abdições, avançamos para entender os porquês de permanecer em uma espécie de ciclo

vieioso de aprovação/estudo/aprovação/estudo... Para tanto, apresentamos aos nossos concursados-concurseiros uma situação hipotética, com o objetivo de extrair suas percepções sobre o serviço público e a iniciativa privada: **suponha que uma pessoa na iniciativa privada realize as mesmas atividades que você realiza no seu Órgão atual. Que diferenças você acredita que existem entre vocês? (Considere fatores como mecanismos de gestão, controle, pressões, cobranças, prestígio social, remuneração, jornada diária (horas), reconhecimento, oportunidade de crescimento, segurança, justiça, benefícios, carreira e outros).**

Obtivemos a nuvem mais densa até o momento, com aspecto amorfo, espessa, semelhante a uma *Nimbostratus* (INMET, 2019), na medida que não pudemos identificar de forma mais clara palavras de maior representatividade. Entretanto, podemos destacar a presença de “remuneração”, “salário”, “estabilidade”, “segurança”, “insegurança”, “crescimento”, “pressão”, “reconhecimento”, “oportunidade” (Figura 54).

Figura 54 - Tensionamento entre o serviço público e a iniciativa privada



Fonte: Autoria própria (2019)

Os achados relacionados à questão financeira evidenciaram as diferenças de remuneração/salário entre os dois ramos, público e privado. Isso porque, segundo um dos respondentes, “é muito difícil um emprego privado que pague o mesmo que um cargo público na mesma área”. Esse fato ocorre principalmente no início da carreira, como abordamos anteriormente em Machado (2009) e Klein & Mascarenhas (2016), seção 2.3.2. A maioria dos concursados-concurseiros acreditam que “há grandes diferenças salariais”, porém, “menor autonomia da pessoa que atua no privado” (emprego privado). Devemos observar que alguns empregos privados pagam salários melhores que os oferecidos pelo poder público, como os cargos do mercado financeiro (Figura 55).



Figura 55 - A remuneração no mercado financeiro

Para você que está interessado no setor, confira os salários das 5 carreiras mais desejadas pelos profissionais:

Carreira	Faixa salarial mensal fixa*
1. Portfolio Manager (Gestor de Carteira)	Entre R\$ 15 mil e R\$ 35 mil
2. Equity Research (Análise de investimentos)	Entre R\$ 15 mil e R\$ 25 mil
3. Trader	Entre R\$ 15 mil e R\$ 20 mil
4. Private Banking	Entre R\$ 15 mil e R\$ 35 mil
5. Customer Experience	Entre R\$ 12 mil e R\$ 20 mil

\*Os salários podem ser incrementados com os bônus atrelados à performance, modelo de pagamento do mercado financeiro. O profissional pode aumentar seu salário com uma bonificação semestral ou anual, se atingir os resultados esperados com o seu trabalho, segundo explicou Ana Carla Guimarães.

Fonte: Infomoney (online, 2018).

Retornando ao objetivo principal da pergunta, que visava uma comparação direta entre o cargo do respondente e um similar da iniciativa privada, um dos respondentes afirmou:

*“Acredito que haja uma cobrança maior por ser na iniciativa privada, talvez a remuneração pudesse ser um pouco maior, mas, em compensação, não haveria a estabilidade, a flexibilidade no setor público”.*

Com relação a esse aspecto, *“o servidor efetivo trabalha com mais autonomia do que o terceirizado, tendo em vista a sua estabilidade. Além disso, devido ao seu vínculo precário, o terceirizado acaba se submetendo a mais pressões”.* A ideia de que o trabalhador da iniciativa privada enfrenta mais pressão que o servidor público foi apontada oito vezes. Muitos acreditam que o trabalhador privado tem *“maior pressão para o alcance de metas e a manutenção de seus empregos, necessidade de atualização constante”*, além do *“medo do desemprego”*. Esses indícios servem, diversas vezes, como combustível para a permanência na carreira pública, mas não podemos descartar as vantagens existentes na iniciativa privada.

A oportunidade de crescimento foi considerada como uma vantagem da iniciativa privada em relação à pública. Houve quem dissesse que *“o reconhecimento e as oportunidades de crescimento são as principais diferenças”*. Uma ponderação entre as duas áreas foi feita por um dos concursados-concurseiros: *“no meu cargo atual tenho carga horária reduzida, remuneração acima da média e flexibilidade de horários. Na iniciativa privada, a possibilidade de crescimento é maior que a minha atual”*. Outro explicou, de forma mais direta, que *“dependendo da empresa existe maior reconhecimento e compensação incluindo oportunidade de crescimento. Não vejo reconhecimento e incentivo na administração pública”*. Dessa forma,

*“Trabalhar em órgão público nem sempre nos proporciona reconhecimento. Além disso, o que diferencia um profissional de cargo público de alguém que atua no privado é que temos diversas responsabilidades, como apreciar a legalidade de nossos atos”.*

Há dois lados, pois a *“pressão empresa privada é maior. Liberdade de agir empresa privada é melhor”*. Isso ocorre porque o servidor público só deve agir de acordo com a lei, enquanto o trabalhador privado, pode agir de forma mais livre, desde que não seja proibido pela lei. Como explica Carvalho Filho, *“na clássica e feliz comparação de HELY LOPES MEIRELLES, enquanto os indivíduos no campo privado podem fazer tudo o que a lei não veda, o administrador público só pode atuar onde a lei autoriza”* (CARVALHO FILHO, 2016, P.72). Teve quem afirmasse que na iniciativa privada *“há muita ingerência de terceiros no seu caminho profissional”*, ou seja, uma certa intromissão no desenvolvimento profissional, dependência de outros para uma maior liquidez na carreira.

Cabe ressaltarmos que evidências de pressões na iniciativa pública também foram apresentada. Tal fato ocorre em razão da possibilidade de responsabilização do servidor, via processo administrativo e sindicâncias, pelos erros ou desvios cometidos no desempenho das atribuições do cargo público.

*“Meu trabalho no setor de licitações e contratos é essencialmente burocrático e demanda conhecimento das rotinas e peculiaridades das aquisições e contratações públicas. Colegas cedidos de empresa pública, que tem legislação mais flexível, tem dificuldade de entender a importância de se realizar todos os procedimentos impostos pelos órgãos de controle. O servidor de carreira é mais frequentemente "pressionando" pela possibilidade de abertura de processo administrativo. Por ter estabilidade um servidor, em tese, tem mais autonomia para questionar procedimentos que julgue não estarem sendo realizados da forma mais eficiente, mas na prática é visível que muitos realizam as atividades "de qualquer jeito" pois dificilmente serão cobrados pelo resultado final. Na minha opinião é muito perceptível que, na média, o nível de cobrança é insegurança na iniciativa privada é maior”.*

Dessa forma, fica visível que existe a percepção, entre os concursados-concurseiros, de que *“há mais insegurança na área privada. O trabalhador pode não se sentir à vontade pra discordar da chefia por medo”*. Inclusive, é justamente por esse motivo que existe, no serviço público, a estabilidade. A garantia objetiva que o servidor possa *“resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las”* (BRASIL, 1994). Dessa forma, *“o servidor efetivo trabalha com mais autonomia do que o terceirizado, tendo em vista a sua estabilidade. Além disso, devido ao seu vínculo precário, o terceirizado acaba se submetendo a mais pressões”*.

Uma concursada-concurseira, comparando seu cargo com um possível cargo similar na iniciativa privada, afirmou:

*“Em uma empresa privada eu não teria fim de semana e feriado. Trabalharia por escala, com prazos apertados, e talvez fosse vítima de assédio moral por parte da chefia. Além disso, se o lucro da empresa diminuísse, teria que conviver com a possibilidade de estar numa lista de cortes da empresa (demissões). E hoje se recolocar no mercado de trabalho está cada vez mais difícil. Outro problema das empresas privadas, é que embora eles cobrem atualização e capacitação, raramente eles liberam o funcionário ou dão incentivos para que ele estude. Por esses motivos, não desejo mais voltar à iniciativa privada”.*

Como já tínhamos observado no campo<sup>68</sup>, o assédio também está presente no serviço público, entretanto, *“o servidor público enfrenta menos assédio moral e ameaças que ocorrem com naturalidade no setor privado”*. Dessa forma, as percepções dos concursados-concurseiros, com relação à iniciativa privada, resumem-se em *“negativas: pressão por resultados, insegurança. Positivas: possibilidade de crescimento e não monotonia”*. Ou seja,

*“São pensamentos opostos, pois na área que atuo, educação, tem pessoas terminadas e acomodadas com o cargo que alcançaram, não tem uma visão ampla de mundo. A gestão é totalmente ditatorial, elitista, separa por cargos e cor. E sempre procuro me atualizar, estou sempre à frente e não limito a minha criatividade, busco avançar e adquirir conhecimento”.*

Buscando uma compreensão mais aprofundada, após estimularmos os participantes a refletirem sobre as diferenças entre o trabalhador privado e o servidor público, lançamos uma nova questão, ainda voltada ao tema: **Se você recebesse uma proposta de trabalho na iniciativa privada contendo as vantagens que está buscando com a nova aprovação você pediria exoneração? Comente os motivos que te fazem pensar desta forma.**

Estabilidade foi a palavra de maior destaque apresentada pela nuvem (Figura 56) e já esperávamos por isso, uma vez que esta é uma das vantagens mais sedutoras do serviço público. Além dela, “público”, “privado”, “serviço”, “exoneração” também foram apontadas, provavelmente para embasamento das respostas. Como resultado, dos quarenta e quatro respondentes nove afirmaram que talvez mudariam para a iniciativa privada, sete responderam que mudariam e vinte e oito não. Ou seja, mais de 60% (sessenta por cento), respondeu que não sairia do serviço público em troca de uma proposta melhor nas iniciativa privada, enquanto,

<sup>68</sup> No comentário de @BN, sobre a existência, no serviço público, de *“muita pressão, competitividade, assédio moral, etc. Pra ser bem resumida”*. Seção 4.3 - A IDEOLOGIA REVELADA NA BUSCA (IN)CANSÁVEL, p.128.

aproximadamente, 20% (vinte por cento) tiveram dúvidas e 15% (quinze por cento) fariam a troca.

Figura 56 - A estabilidade como principal motivo de permanência no serviço público



Fonte: Autoria própria (2019)

Aqueles indecisos, que deram respostas imprecisas ou um simples talvez, fizeram ponderações divididas entre aqueles com um viés mais para o sim e aqueles mais para o não. O argumento de ambos, de certa forma, circundaram a palavra **Estabilidade**. Para os primeiros, “*iria depender se as vantagens seriam realmente melhores*”, até porque “*hoje estabilidade é interessante mas não garante um bom trabalho*”. Um deles afirmou que “*pensaria seriamente em aceitar, pois apenas a estabilidade é vantagem no serviço público atualmente*”. Outro completa: “*possivelmente, desde que a atividade fosse dentro do que almejo*”. Já no segundo caso, com um viés de não aceitar, o argumento foi de que “*teria que analisar caso a caso, muito difícil aceitar*”. Para tanto, “*iria depender se as vantagens seriam realmente melhores*”, até porque “*no setor público existe uma estabilidade que acaba compensando um salário menor, no longo prazo*”.

Apenas uma concursada-concurseira não abordou a questão da estabilidade, e sim, o sentido dado por ela ao seu trabalho atual:

*“Depende. No trabalho que desenvolvo hoje no setor público vejo um propósito. É uma função que tem caráter de utilidade pública e que eu sinto que colabora com a vida de muitas pessoas. Só seria capaz de pedir exoneração se a proposta me fizesse acreditar que eu estaria cumprindo um propósito de vida”.*

Dentre aqueles que responderam categoricamente que “sim”, ou até “*com certeza*”, três apontaram a possibilidade de crescerem profissionalmente como motivo determinante para uma

possível troca. Isso porque *“uma oportunidade de crescimento sempre e bem vindo independe de ser empresa pública ou privada”*. Um deles afirmou: *“o local onde estou hoje não permite crescimento. Somente o salário e os benefícios que me mantém nesse emprego.”* O outro impôs condições, mas também atribuiu ao crescimento um motivo para mudar: *“se oferecesse as mesmas vantagens eu iria, pois na iniciativa há mais possibilidades de crescer”*

Outros dois respondentes, que também fariam a troca, afirmaram que o motivo estaria exclusivamente no próprio serviço público: *“sim, o setor público não funciona”*. Esse concursado-concurseiro havia respondido, na questão 20 (vinte), que *“o setor privado tem mais benefícios e carreira”*. Porém, nas demais questões revelou ter iniciado os estudos por conta da estabilidade e que busca uma nova aprovação pela remuneração, que lhe trará qualidade de vida. O outro respondente revelou: *“sim. O serviço público não me apetece como em outrora”*. Diferente do primeiro, este não soube opinar na questão 20, mas também iniciou os estudos por conta da estabilidade e de questão financeira, o que ainda o motiva, com a percepção de que a nova aprovação lhe trará impacto financeiro.

O fato de ambos buscarem a estabilidade mas cogitarem uma possível exoneração em troca de uma promessa de crescimento na carreira privada chama atenção para um tensionamento. Isso porque, com base nas respostas anteriores, ambos se comportaram como se tivessem um perfil conservador: iniciaram os estudos pela estabilidade e permanecem estudando pela estabilidade. E em relação a essa, inclusive, um concursado-concurseiro estipulou como condição de troca a existência de uma garantia de estabilidade privada: *“se fosse um cargo que me garantisse um vida estável, com garantias, pediria exoneração”*. Dessa forma, fica claro que se não existisse o medo do desemprego ou se houvesse uma garantia de estabilidade, muitos dos respondentes teriam, possivelmente, maior probabilidade de optar pela iniciativa privada.

Aqueles que responderam que não mudariam, ou *“jamais”* fariam essa mudança, foram unânimes: *“a estabilidade conta muito”*, uma vez que *“a iniciativa privada não oferece segurança em forma de estabilidade”*. Além disso, com a *“instabilidade econômica que vivemos no Brasil”*, *“o país vive uma instabilidade enorme”* em todos os demais campos. *“Até a estabilidade do servidor corre riscos, imagina na iniciativa privada”*, dado que *“a iniciativa privada é hj e não é amanhã, basta mudar o chefe ou o propósito da empresa”* e o funcionário corra o risco de ser demitido.

Essa insegurança na iniciativa pública ficou clara em três depoimentos, em que o primeiro revela a existência da “*oscilação de vagas*”, indo ao encontro do comentário anterior sobre bastar mudar a direção para que o emprego correr algum risco. O segundo revela uma certa dinâmica na iniciativa privada, que exige um certo “*pique*” para atender a demanda do mercado. Essa que, por fim, opera sob os comandos da descartabilidade, revelada pelo terceiro comentário e já discutida por nós nos capítulos anteriores, típica da *hipermodernidade* que vivemos, como descrito por Lipovetsky (2004) em “Os Tempos Hipermodernos”. Dessa forma temos:

*“Após 25 anos de serviço público, não me aventuraria no serviço privado, pois as oscilações de vagas são muito grandes. Prefiro a estabilidade financeira”.*

*“Não, pois já estou há muitos anos no serviço público e não tenho mais o mesmo “pique” que o mercado exige”.*

*“Não. Já tenho 53 anos, a iniciativa privada já me descartou”.*

Além da preocupação “*com a estabilidade em um país que passa por crise econômica*”, mais uma vez o aspecto financeiro se apresentou. Dessa vez ficou claro que a estabilidade poderia ser mais importante que remuneração e benefícios, pois se mostrou preferível “*ganhar menos, mas ter estabilidade e tranquilidade*”. Um dos respondentes afirmou: “*acredito que a estabilidade do serviço público, mesmo não tendo FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço -, me conforta um pouco mais*”. Ademais, “*a estabilidade no serviço público proporciona mais autonomia e independência na sua atuação*”, como dito anteriormente.

Compatível com essa ideia de autonomia e independência, o comentário seguinte sinaliza que ocupar um cargo, por contratação ou indicação de alguém, poderia gerar algum tipo de desconforto:

*“Jamais pediria exoneração. A estabilidade é tudo. Em seguida jamais seria capaz de ouvir de alguém que estou trabalhando em determinado cargo porque alguém me deu o emprego. Prefiro conseguir um trabalho por mérito, mostrando que sou capaz entre 5000 candidatos”.*

Assim, alguns sentem-se mais à vontade enfrentar o processo seletivo para a aprovação no concurso público, que seleciona os melhores por meritocracia, ao invés de dependerem do favor de alguém para ocupar um cargo comissionado ou um emprego privado.

## 5.7 ESTÁVEL, DEMASIADAMENTE ESTÁVEL #SÓQUENÃO<sup>69</sup>.

Cabe destacarmos que o cenário brasileiro atual, ano de 2019 e primeiro ano de governo Bolsonaro, “oscila entre a estagnação e a depressão” (Folha <sup>70</sup>Online, 2019). O “desemprego entre jovens chega a 40% em alguns estados” (G1 <sup>71</sup> Online, 2019); a “trajetória do rombo nas pensões e aposentadorias dos servidores estaduais tende a crescer de maneira explosiva” (Exame <sup>72</sup>Online, 2019); o “rombo da previdência será de R\$ 309 bilhões em 2019” (O Globo <sup>73</sup>Online, 2019). Diante disso, entendemos que se fazia fundamental questionar os participantes sobre a situação do país e o impacto dela em suas vidas: **você sente que algum fator externo (político, econômico, financeiro, social) tem influência na sua busca por uma nova aprovação?**

*“Sim, com certeza. Como falei na pergunta anterior, em razão da crise econômica e política que o nosso país tem vivido, as taxas de desemprego aumentaram. Muita gente que perde seu emprego demora para se recolocar no mercado de trabalho ou tem que se sujeitar a vagas que são de outra área de atuação e muitas vezes com remuneração menor. Em consequência disso, muitas pessoas entram em depressão, vivem crises familiares, crises de ansiedade, passam por endividamento e dificuldades financeiras. E eu não quero isso pra minha vida”.*

A nuvem (Figura 57) foi clara ao revelar a concordância dos respondentes. O “sim” teve maior incidência: 38 (trinta e oito) concursados-concurseiros apontaram que os fatores externos tem influência, de alguma forma, em suas preparações, enquanto apenas 6 (seis) afirmaram que “no momento não”: “não vejo interferência” ou “não levo em consideração tais fatores”. Entre estes um comentário chamou nossa atenção, pela forma como foi colocado que nada seria capaz de influenciar o respondente além dele mesmo: “não, todos os fatores são internos. Meus pensamentos, sentimentos, medos, vontades... Tudo depende de mim”. Todavia, mais de 86% (oitenta e seis *por cento*) dos respondentes afirmando que tais fatores interferem no processo

<sup>69</sup> Termo da internet, utilizado com sentido de ironia.

<sup>70</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/05/brasil-oscila-entre-a-estagnacao-e-a-depressao-avaliam-economistas.shtml>

<sup>71</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2019/06/21/jovens-sao-os-mais-afetados-pela-piora-do-mercado-de-trabalho-e-comprometem-futuro-da-previdencia.ghtml>

<sup>72</sup> Disponível em: <https://exame.abril.com.br/economia/sem-reforma-da-previdencia-deficit-dos-estados-pode-subir-300-ate-2060/>

<sup>73</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/rombo-da-previdencia-sera-de-309-bilhoes-em-2019-preve-governo-23485687>

de busca pela nova aprovação, indo ao encontro do nossos objetivos e referencial teórico. Assim, podem existir concursados-concurseiros que não percebem que seus sentimentos, pensamentos, medos e vontades são afetados pelo meio, mas são. Isso porque, como afirmou um dos sujeito,

*“Se a conjuntura político-econômica do Brasil não vai bem, há uma considerável escassez de concursos, se eu estiver ganhando uma remuneração baixa, não vou poder viajar para a realização da prova”.*

Figura 57 - Influência de fatores externos



Fonte: Autoria própria (2019)

As demais palavras em evidência foram “financeiro”, “econômico” e “concurso”. Basicamente a reclamação dos concursados-concurseiros, que responderam positivamente sobre sofrerem influências externas, foi a diminuição de concursos em períodos de crise econômico-financeira. *“Dependendo do contexto econômico no âmbito do governo, dá pra perceber menos oportunidades de concursos”* pois *“esses fatores influenciam na demanda por concursos”*. Além da escassez de certames, os concursos já realizados também podem ser afetados, postergando-se a nomeação dos aprovados: *“sim, o teto do gastos por exemplo, crise financeira. Tudo acaba afetando as nomeações e publicação de novos editais”*.

O fator político também foi apontado, *“negativamente”*, como responsável pela interferência na demanda por concursos: *“o atual governo não gosta do público. Ele tem política de entreguista, quer sucatear o público para entregar ao privado”*. Com isso, também há *“a possibilidade de privatização”*, o que gera impacto para quem está dentro, pela alteração do seu regime trabalhista, e para quem está fora, que tem menos possibilidades de ingressar nos quadros públicos. Por outro lado, certos cursinhos para concurso, de modo simplista, serem a favor da privatização (Estratégia, Grancursos, Direção concursos):



Assim, não ache que as privatizações vão te prejudicar. O fato é que, com elas não acontecendo, é que há o prejuízo. Muitos vão pensar: mas e os concursos dessas estatais? Com a privatização, os concursos não estariam suspensos? Para te responder essa pergunta, faço a seguinte reflexão: como uma empresa que opera no **vermelho** pode fazer concursos? (GRANCURSOS *Online*, 2019).

Contudo, houve quem afirmasse que “*algumas carreiras não são tão prejudicadas nos cenários políticos*”. Como o respondente não forneceu exemplos, cabe explicarmos que a maioria das falas adotadas pelo Chefe do Poder Executivo e seus Ministros, relacionadas com suspensão de provas de concursos públicos, não se aplicam aos concursos dos Poderes Legislativo e Judiciário. Tampouco afetam os concursos estaduais e municipais:

Os Poderes Legislativo e Judiciário ainda não finalizaram sua proposta orçamentária para 2020. Em virtude da autonomia entre os poderes da República, garantida constitucionalmente, Legislativo e Judiciário tem autonomia administrativa para definir sua política de reposição de pessoal. Quem acompanha o noticiário político sabe que o discurso de que não haverá mais concursos vem sendo difundido há alguns anos. Entre 2015 e 2016, em virtude do agravamento da crise econômica, o Executivo Federal também havia anunciado a suspensão de concursos públicos. Não foi o que ocorreu (ESTRATÉGIA <sup>74</sup>CONCURSOS, *online*, 2019).

Dessa forma, “*se o Governo entender que são necessários cortes nos gastos públicos, poderão contingenciar também os concursos públicos*” do qual é Chefe. Ou seja, Governadores podem contingenciar os concursos do Poder Executivo Estadual; Presidente, do Executivo Federal. Mas as provas para carreiras do legislativo e do judiciário não sofrem esses contingenciamentos impostos por um poder estranho a eles, em virtude da separação entre os três Poderes. Essa política do Governo Federal, de cortar gastos e contingenciar despesas, vai ao encontro das ideais propostas no PDRAE, discutido na seção 2.3.1. (A questão da administração pública brasileira), uma vez que se visa, por meio do modelo gerencial, a estabilidade e o crescimento sustentável da economia (BRASIL, 1995). Por outro lado, os fundos públicos são distribuídos à favor do capital (NEVES, 2005) e as dimensões estruturais recebem maior ênfase que as sociais e políticas de gestão, visto que estas são abordadas “predominantemente no âmbito do discurso” (DE PAULA, 2005, p.41).

---

<sup>74</sup> <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/governo-federal-apresenta-pldo-2020-sem-previsao-de-concurso-publico/>



No aspecto financeiro, em que as palavras “pagar” e “ter” se destacaram, os concursados-concurseiros revelaram que seus trabalhos possibilitam *“facilidades financeiras”*, uma vez que há segurança remuneratória de recebimento mensal certo e valores a cima da média do brasileiro, como veremos adiante. Segundo nossos respondentes: *“ele me proporciona sustento e alguma satisfação profissional”*; *“tenho uma vida estável, consigo pagar minha contas e ainda fazer uma reserva”*; *“sem ele não poderia dar o mínimo para meu filho nem para mim”*. “Com a *“renda garantida, certa estabilidade”* permite um estilo de vida com *“certo conforto”*:

*“Tenho tempo à noite para minha família e nos fins de semana também (no meu trabalho anterior eu trabalhava de noite e nos sábados). Tenho possibilidade de viajar entre 2 e 4 vezes ao ano. Geralmente viajo uma vez para o exterior e faço viagens menores para fazenda ou praia. Tenho dinheiro suficiente para ter um lar bastante confortável, para comprar comida adequada e saudável e também para ter um plano de saúde. Isso pensando na minha renda familiar”*.

Atrelado a esse aspecto, pagar as contas se mostrou um fator importante e proporcionado por seus trabalhos atuais, o que proporcionam segurança com gastos e compromissos: *“tenho uma vida estável, consigo pagar minha contas e ainda fazer uma reserva”*; *“com meu trabalho eu consigo pagar minhas contas e dar uma vida digna para minha família, por mais que tenha **diversos fatores** que me fazem querer sair de lá”* (grifo nosso); *“paga algumas contas. A maioria do que ganho é investido na minha educação (concursos)”*. Ou seja, para o concursado-concurseiro o serviço público é fonte de segurança trabalhista, financeira e social, uma vez que tem garantia de estabilidade, de salário certo ao fim de cada mês e possibilidade de planejar sua vida frente as pressões geradas pela incerteza.

Além disso, essa segurança permite que eles consumam de forma menos preocupada com as incertezas do mercado: *“sinto-me seguro para planejar aquisições materiais de longo prazo e fazer planos”*; *“estabilidade financeira que me permite ter minha casa própria, viajar, pagar uma boa escola aos filhos”*. Pelas mesmas justificativas do parágrafo anteriores, ter *“melhores condições financeiras para realizar alguns sonhos de cunho material”* estimulam esse consumo. Aliás, muitos concursados-concurseiros revelaram que o trabalho público atual possibilitou adquirirem bens móveis e imóveis: *“o meu trabalho atual me proporcionou*

*adquirir bens como casa própria e ter estabilidade financeira para adquirir outros bens e serviços”.*

Outro fator que possibilita o consumo são os salários maiores que a média nacional: *“devido a remuneração mais alta que a média, proporciona uma melhor qualidade de vida onde posso arcar financeiramente com estudos, casa própria, veículo, alimentação, lazer”.* Um deles afirmou que não ganhava bem, quando era da iniciativa privada, e que com o cargo público pode viver melhor: *“consigo pagar minhas contas mensalmente, gastar um pouco no cartão de crédito, comprar coisas baratas para mim, pagar a inscrição de concursos públicos e me deslocar para viajar para realizar concursos”.*

Outros responderam que tem uma boa qualidade de vida, mas com certa moderação: *“me proporciona um salário que permite ter uma boa qualidade de vida, sem cometer excessos”;* *“consigo pagar minhas contas mensalmente, gastar um pouco no cartão de crédito, comprar coisas baratas para mim, pagar a inscrição de concursos públicos e me deslocar para viajar para realizar concursos”.* Na mesma linha, outro também afirmou que seu consumo está ligado aos futuros concursos: *“com o atual emprego é possível que eu separe um valor mensal para comprar material, pagar cursos online”*, subscrevendo nossa discussão anterior sobre o consumo relacionado à preparação para concursos.

Por fim, dois respondentes afirmaram que o trabalho atual não interfere, ou pouco interfere, em suas vidas. Já outros três revelaram a existência de aspectos negativos do trabalho em suas vidas, mesmo diante dos benefícios financeiros de ser servidor público: *“estresse mas é o que me sustenta”;* *“proporciona uma vida financeira tranquila, mas também é bem cansativo”;* *“proporciona pagar minhas contas, e me trouxe alguns **problemas de saúde**”.* Esses fatores também foram incluídos nas justificativas para a busca por um novo concurso: *“a **raiva** que ele me proporciona, me movimenta na busca por algo melhor”* (Grifos nosso).

Outros também perceberam esse lado negativo, mas procuram entender ou se adaptarem a isso: *“impacta muito. Como os horários são determinados pela demanda, tenho que me adaptar tanto na jornada diária como nas férias”;* *“eu vejo o meu atual trabalho como uma obrigação que traz uma recompensa (salário) todo mês. Não me sinto realizada, mas agradeço por ter um bom salário que me traz conforto na vida pessoal”;* *“inicialmente a alta carga de cobrança chegou a ser um fator prejudicial, mas com o amadurecimento já consigo conciliar o trabalho sem impactar a vida pessoal”.* Aqui temos a ressignificação da importância do

trabalho para a vida do concursado-concurseiro, vista em Moreira (2016): mesmo que não se enxergue sentido do trabalho, há possibilidade de ressignificá-lo para a vida (seção 2.3.2 – aproximação com o sujeito da pesquisa).

## 5.9 FELIZES PARA SEMPRE (?)

Após colhermos evidências sobre os motivos de estudar e continuar estudando; o impacto da nova aprovação nos estilos de vida; os aspectos da vida pessoal e da iniciativa privada e a influência de aspectos externos; a última pergunta do questionário teve como objetivo compreender o que o concursado-concurseiro espera de um novo cargo. Com a vigésima quarta pergunta, comparamos as respostas anteriores e consolidamos a compreensão dos motivos que levam servidores públicos a continuarem ou voltarem a estudar para concurso público: **de que modo a ocupação de uma nova vaga (nova nomeação) implicará em seu estilo de vida? (Te proporcionará)**

*“No dia que eu for aprovada em outro concurso, espero passar mais tempo com a família, procurar conviver mais, viajar etc. Quando se estuda para concurso, abre-se mão de muita coisa”.*

A nuvem da Figura 61 nos revelou as expectativas com relação à nova aprovação. As palavras “vida”, “qualidade”, “tempo”, “trabalho”, “financeiro” tiveram maior destaque. Os concursados-concurseiros apontaram que a nova aprovação será capaz de proporcioná-los *“melhora financeira significativa”*; *“mais lazer, mais viagens”*; *“maior qualidade de vida”*; *“mais tempo com a família”*; *“oportunidade de crescimento profissional”*; *“uma carga horária diferenciada”*; *“trabalhar em algo que sempre quis”*. Essas respostas demonstram a subjetivação do capital, vista na seção 2.1.2 sobre a produção da subjetividade, que assujeita o indivíduo ao desejo de crescimento indefinido e intenso, além de propiciar a influência da publicidade e da cultura de massa.



horas diárias”, assim, “*um trabalho com uma carga horária um pouco menor e mais perto de casa, me propiciariam mais tempo para o lazer*” e “*possibilitaria adotar alguns hobbies e viajar mais*”. Um deles, de regime trabalhista não estatutário, revelou:

*“Embora goste muito do meu trabalho, o fato de ser um cargo comissionado me causa muita ansiedade pelo seu caráter temporário. Me sinto vulnerável porque sei que posso ser demitida a qualquer momento. Tenho muitas dívidas pra pagar e coisas pra realizar na minha vida, não posso nem pensar em ficar sem trabalhar. A nomeação como estatutária me traria paz e tranquilidade para deixar minha vida em ordem”.*

Além disso, possibilidade de aumentar o poder de consumo foi outra evidência observada nas respostas dos concursados-concurseiros:

*“Poderei viajar ao exterior, conhecer muitos países, comprar eletroeletrônicos melhores, comprar roupas melhores, poder ter acesso a materiais de estudos para concursos públicos bem melhores, comprar um carro novo ou seminovo melhor, ajudar meus pais, meus amigos”.*

Isso pois com o aumento da remuneração surge a possibilidade de aumento dos gastos, ou seja, consumo: “*tudo mudará inclusive conseguirei ter minha casa própria*”; “*com certeza terei muitos luxos a mais hehe. Casa própria, carro, talvez filhos :-)*”. Ou seja, o novo cargo também é visto como fator que “*proporcionará mais possibilidades de adquirir bens e usufruir de mais momentos de lazer, além de contribuir para a sociedade*”. Dessa forma, com a nova aprovação,

*“Provavelmente haverá uma diferença remuneratória que será bem-vinda. A existência de um plano de Carreira que inclua benefícios por especialização vai servir de estímulo para desenvolver minha formação profissional”.*

O aspecto profissional foi apresentado como evidência, por meio da ideia de conquista de uma carreira melhor e de realização, crescimento e satisfação profissional: “*realização profissional, mais satisfação com o trabalho e, por conseguinte, mais felicidade*”. O desejo pela nova aprovação é vinculado à promessa de felicidade, de que tudo será diferente e melhor no novo concurso: “*recuperar a crença de que há condições de trabalho saudáveis ao trabalhador*”. Mas não existem certezas, restando ao concursado-concurseiro acreditar que talvez seja melhor: “*acredito que traria novos desafios e oportunidades de crescimento profissional*”. Mas se não foi melhor basta continuar estudando, a final, a busca por “*satisfação, felicidade, novos planejamentos, uma nova vida*” é (in)cansável.

## 6 A IDEOLOGIA PROBLEMATIZADA NA BUSCA (IN)CANSÁVEL

No decorrer da processualidade desta cartografia, nos deparamos com achados que nos levaram à hipótese da existência de um mecanismo ideológico que impulsionaria o servidor público concursado a continuar (ou voltar) a estudar para concursos, mesmo, em muitas vezes, já tendo alcançado a estabilidade no serviço público (apenas sete de quarenta e quatro participantes desta pesquisa declararam não serem estáveis e quatro, não serem regidos por estatuto). Analisando os quatro pontos que chamamos de core da pesquisa – a liquidez, a instabilidade, o consumo e a gestão gerencialista – à luz da contemporaneidade, identificamos tensionamentos que convergiam para essa ideia de uma ideologia, que chamaremos de ideologia da aprovação.

A **liquidez** age como motor para mudanças, por meio da sedução dos desejos não realizados e da liquefação dos valores e estruturas sociais. Os estudantes esperam, com a nova aprovação, a realização de alcançar *“satisfação, felicidade, novos planejamentos, uma nova vida”* (DADOS DA PESQUISA, 2019), porquanto os indivíduos dessa sociedade líquida estão em contínua transição e não permanência, como vimos em Hauser (1965) *apud* Ramos (1989). Dessa forma, o que desencadearia a eterna busca por algo “melhor”, no contexto do concursado-concurseiro, seria a crença de que a solução dos seus problemas e angústias estariam em uma nova aprovação: *“eu vejo o meu atual trabalho como uma obrigação que traz uma recompensa (salário) todo mês. Não me sinto realizada, mas agradeço por ter um bom salário que me traz conforto na vida pessoal”* (DADOS DA PESQUISA, 2019).

Esse ritmo intenso e hipermoderno, como vimos ao longo desta pesquisa, diminui distâncias, não apenas territoriais, mas também entre a satisfação e a não-satisfação, o que contribui para a busca contínua por uma carreira melhor, mas com parcimônia e estabilidade: *“a estabilidade conta muito”, “o país vive uma instabilidade enorme”, “até a estabilidade do servidor corre riscos, imagina na iniciativa privada”* (DADOS DA PESQUISA, 2019). Isso é resultado da **instabilidade** dessa sociedade, que se materializa em todos os aspectos que norteiam a vida - político, econômico, social, particular – resultando em uma inconstância generalizada.

A instabilidade provoca, entre os concursados-concurseiros, dois tipos de sentimentos. O primeiro seria o medo de não ser estável, que lhe afastaria de qualquer possibilidade de deixar o serviço público em busca de algo que pudesse atender seus anseios imediatos: *Após 25 anos*



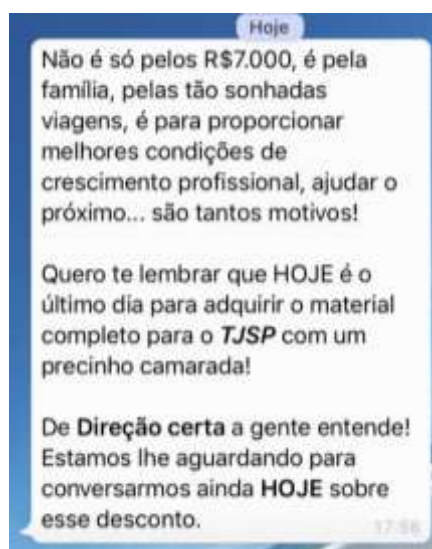
*de serviço público, não me aventuraria no serviço privado, pois as oscilações de vagas são muito grandes*” (DADOS DA PESQUISA, 2019). O segundo, a vontade de não estagnar em uma carreira (paralisar, nessa sociedade, é uma afronta à sua intensidade), conquistando certo crescimento profissional capaz de lhe garantir certos benefícios: *“uma aposentadoria mais gorda”; “realização de mais sonhos”; “...uma saúde financeira mais confortável, ajudar os meus pais e amigos, comprar um carro melhor e ter uma qualidade de vida melhor”; “viajar ao exterior, conhecer muitos países, comprar eletroeletrônicos melhores, comprar roupas melhores...”* (DADOS DA PESQUISA, 2019).

Tais desejos de **consumo**, e conseqüente acumulação, revelam a dependência existente entre o capital e o consumidor, no nosso caso, concursado-concurseiro: *“com certeza terei muitos luxos a mais hehe. Casa própria, carro, talvez filhos :-)”*. A razão para essa relação entre eles é encontrada na própria sociedade, que tem o consumo com um verdadeiro ópio (SANTOS, 2017). Por essa razão, nosso sujeito não está livre dessa condição e, com isso, cria a expectativa de majorar seu poder de consumo por meio de aprovações em carreiras com remunerações mais elevadas que a atual. O resultado disso é a produção de subjetividades pelo capitalismo, por meio de ideologias que se utilizam de sistemas maquínicos capazes de conectar o consumo a uma lógica gerencialista. Prescrições encontradas ao longo desta cartografia - como *“vc tem q focar numa carreira e escolher um grupo de matérias p estudar”* - comprovam essa produção de subjetividades, juntamente com os discursos de legitimação realizados pelos cursinhos para concurso: *“a dor do processo de aprovação é temporária, mas a alegria da APROVAÇÃO é para sempre”* (Figura 34 – publicação no instagram realizada por um cursinho para concurso trazendo exatamente esse texto).

Com isso, a gestão gerencialista, no ambiente de preparação para concurso, pode ser identificada nos momentos de controle de resultados e busca da eficiência: *“Procuro realizar cronogramas, horários de estudos, estudo também quando tenho horário disponível [horas vagas durante os feriados, vésperas de feriados, sábados e domingos]”; “dividindo o tempo em porções que são reservadas para cada atividade”; “horários bem definidos para cada atividade”; “racionando o tempo dedicado para cada área”* (DADOS DA PESQUISA, 2019). Como visto em seção anterior, o gerencialismo é uma ideologia que legitima tanto o poder e seu direito de gerir, como uma estrutura de gestão calculista de metas, eficiência e posicionamento competitivo no mercado (NEWMAN; CLARKE, 2012).

Além disso, é por meio dessa gestão que os cursinhos conseguem seduzir e docilizar os estudantes, utilizando-se de um conjunto de técnicas que captam suas ambições, alimentam seus desejos e gerenciam suas angústias, com o objetivo de conduzir esforços à serviço da economia (GAULEJAC, 2007), ou seja, da obtenção de lucro por meio da venda de seus cursos preparatórios. A figura 60, contendo mensagem enviada por um cursinho ao *Whatsapp* da nossa cartógrafa, sintetiza essa cooptação, que se utiliza perversamente de questões financeira (o salário de sete mil reais); familiar; lazer; crescimento profissional; caridade e outros “tantos motivos”, com o objetivo de seduzir potenciais compradores de seu “material completo”, e ainda com “um precinho camarada!”:

Figura 60 - o discurso de legitimação dos cursinhos



Fonte: Autoria Própria (2019)

Diante dos fatos expostos, propomos chamar os mecanismo que impulsionam a busca dos concurseiros, pela nomeação em um concurso público, como **ideologia da aprovação**. Essa estaria contida na ideologia do concurso, apresentada por Fontainha *et al* (2017) e traz em sua essência quatro alicerces - **expectativas, obrigações, discurso de legitimação e estratégias** - citados em Fontainha *et al* (2014) e, também, em Misoczky *et al* (2017).

Cabe, inicialmente, explicarmos o conceito de ideologia do concurso, formulada por Fontainha e outros em um estudo que questiona se o Brasil seria o país dos concursos. Uma vez que ideologia é um conceito que “unifica estratégias individuais, crenças coletivas e projetos institucionais” (FONTAINHA *et al.*, 2014, p. 9), a ideologia do concurso se baseia “na

tautologia segundo a qual os certames recrutam os mais habilidosos, competentes e aptos a fazê-los” (FONTAINHA *et al*, 2014, p. 14). Assim, em um contexto amplo, entendemos que

A ideologia é uma forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a prática dos homens consciente e operativa, manifestando-se na vida social de modo permanente e sendo uma possibilidade criada pelas circunstâncias histórico-sociais a partir das necessidades da vida cotidiana. Portanto, ideologia e existência social são realidades inseparáveis (MISOCZKY *et al*, 2017, p.188).

No caso do certame público, “as expectativas, as obrigações, os discursos de legitimação e a realização estratégica” (MISOCZKY *et al*, 2017, p.188) representam a ideologia do concurso, e sua composição nasce de duas outras ideologias: a acadêmica, que recruta os melhores no ensino, e a profissional, que recruta os mais competentes e habilidosos. Dessa forma, os certames são, além de promissores para o mercado, uma espécie de efeito colateral da busca por igualdade social, por meio da meritocracia, e do direcionamento racional-legal da burocracia (FONTAINHA *at al*, 2014).

A ideologia proposta pelos autores, Fontainha e outros (2014), gira em torno da dinâmica mercadológica do concurso público. Tal fato que se aproxima tanto da nossa discussão sobre o neoliberalismo agir em prol do capitalismo de forma a sustentar seu mercado quanto da cooptação dos estudantes pelos cursinhos preparatórios. Porém, o estudo deles não avançou para uma análise do sujeito que se prepara para as provas, sejam eles concursário ou concursados-concursários. Contudo, os autores nos deixaram a possibilidade de avançarmos no estudo – e propormos a ideologia da aprovação –, por meio da riqueza da análise do contexto que os estudantes para concurso se inserem, e pela afirmação seguinte, por revelar a dinâmica da relação entre cursinhos-estudantes-mercado:

Um enorme contingente de candidatos alimenta não apenas as entidades organizadoras, mas sobretudo os “cursinhos” que, por vezes, são organizados no seio mesmo de instituições públicas que, nesta frente de atuação, concorrem livremente neste mercado desregulado (FONTAINHA *at al*, 2014, p.123).

Dessa forma, a aproximação da nossa teoria – voltada para o sujeito – com a ideologia do concurso – voltada para o contexto geral e norteador do tema concurso público – se revelou por meio dos achados obtidos em nosso campo. Uma vez que os traços da ideologia do concurso foram identificados nos quatro caminhos metodológicos percorridos por esta cartografia (**análise, compreensão, provocação e questionamento**), pudemos investigar a possibilidade

de, no âmago da ideologia do concurso, encontrarmos a ideologia da aprovação, descortinando a posição do sujeito no contexto explorado por aquela teoria.

Assim, por meio do nosso primeiro caminho - da **análise** de comentários, discussões e imagens (memes) – foi possível revelarmos como a ideologia do concurso – por meio de expectativas, estratégias, obrigações e discursos de legitimação – relacionava-se com os nossos objetivos. No primeiro momento de aproximação como o campo, nosso voo trouxe, como uma das **expectativas** com a (nova) aprovação, a questão financeira: “*É oportunidade de trabalho melhor. Paga tipo mais que o dobro do que eu ganho aqui*” (@C.V.); e “*quando o (nome do cônjuge) falou isso, que o nosso salário dá pra fazer uma família e viver bem, eu tirei um peso das costas*” (@N.A.G.). Sendo que este ponto apresentou-se com regularidade ao longo da pesquisa, aliado à ideia de consumo: “*adquirir bens como casa própria e ter estabilidade financeira para adquirir outros bens e serviços*” (DADOS DA PESQUISA, 2019).

Como **obrigação**, identificamos a necessidade criada nos/pelos estudantes de permanecerem na busca por uma nova aprovação, a cima de qualquer outro desejo, sonho ou possibilidade: *Eu tô cansada dessa busca incansável de outro concurso, que nunca se acaba. E eu fico pensando: “até onde? Será que daqui a dez anos eu vou estar estudando para um concurso também? Mediana e tudo mais, né?”* (@N.A.G.). O peso dessa obrigação de permanência inabalável nesse propósito é legitimada por discursos com claro viés ideológico, como os disseminados pelos cursinhos e observados no estudo de Luz e Silva (2008), que identificam o exercício do poder nesse ambiente de estudos. Observamos que, realmente, os discursos são assimilados pelos estudantes, que reproduzem tais ideias e as eternizam em suas vidas: “*não, eu tenho que ter empregada, não posso cozinhar, não posso fazer nada porque se eu fizer eu tô perdendo tempo de estudo*” (@N.A.G.).

Esse **discurso de legitimação** foi melhor verificado quando apresentamos os mecanismos de sedução pela aprovação, no segundo momento do caminho da análise. Naquele momento, demonstramos os discursos perversos utilizados pelos cursinhos para cooptar os estudantes e legitimar a ideologia do concurso, que, por conseguinte, revelou-se nesta proposta de ideologia da aprovação. Examinando a *memetização* do tema concurso público – ou seja, a utilização de imagens e sátiras com a representação de ideias relacionadas aos certames e, muitas vezes, regadas de algum tipo de discurso de legitimação –, observamos a presença de um viés ideológico no discurso disseminado pelos cursinhos (Figura 61 – compêndio de *memes* analisados na seção 4.1.1), indo de encontro à ideologia do concurso: a geração de **expectativas**

com a aprovação em um concurso (pagamento no débito), as **estratégias** fundamentais para isso (estudar até em feriados), as **obrigação** necessárias para o alcance da aprovação, sob a pena do fracasso (abrir mão de tudo que não seja estudar) e os **discursos de legitimação** dessa sedução em ser aprovado (possibilidade de conquistar o mundo):

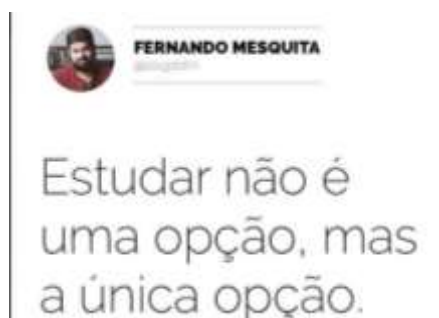
Figura 61 - Compêndio de *memes*: expectativas, estratégias, obrigações e discursos de legitimação



Fonte: @direçãoconcursos (2018)

A maioria das respostas fornecidas após a publicação desses *memes*, respectivamente, concordavam com as ideias propostas pelos cursinhos: “*Sonho com esse momento (risos)*” (expectativa); “*Igualzinho ao ano passado! (Risos) Mas desistir, jamais!*” (estratégia); “*tem dias que é sofrido*” (obrigações) e “*Não é sobre dinheiro, é também sobre a vida que eu quero ter*” (discurso de legitimação). Aqui pudemos constatar indícios da produção e reprodução do poder-saber que legitima o discurso dos professores/cursinhos (Figuras 62 e 63) perante seus alunos (LUZ; SILVA, 2008), facilitando a aderência destes às estratégias criadas por aqueles (Figura 64 – Táticas para o foco nos estudos; estratégias para estudar em casa e formas de revisão para a obtenção de um melhor desempenho).

Figura 62 - Professor e Discurso de legitimação



Fonte: instagram/blogdofm

Figura 63 - O cursinho e discurso de legitimação

### Oração do concurseiro

Senhor, sei o que quero, sei o que fazer, pois me preparei adequadamente e sou merecedor(a) da vaga. Sacrifiquei o convívio familiar. Depois de conseguir o que quero, serei da minha família por inteiro. Afinal, me sacrifiquei pelos entes queridos. Terei mais tempo para mim, pois estudei muito para isso. Viverei sem preocupações e olharei para trás com orgulho. Não do sacrifício, mas da preparação adequada. Não permita que o "famoso branco" baixe em mim e dê-me a sorte de cair na prova do meu concurso o que eu mais estudei, o que eu mais domino. Amém!

Fonte: instagram/grancursos

Figura 64 - As estratégias para a aprovação

**Táticas que vão fazer você ficar mais focado nos seus estudos!**  
Por Rodrigo Lima | Coach/CCO

**Como estudar em casa**  
GRAN CURSOS

- Crie metas diárias de estudos.
- Tenha um local fixo para estudar.
- Mantenha o seu material organizado.
- Fique longe de distrações.
- Faça pausas no estudo para descansar.
- Respeite os seus limites.
- Recompense as suas conquistas.
- Tenha disciplina e não desanime.
- Faça exercícios físicos.
- Saia para se distrair um pouco.
- Mantenha uma rotina de estudos.

**Como lembrar o que estudou?**  
GRAN CURSOS

**Revisões Programadas!**

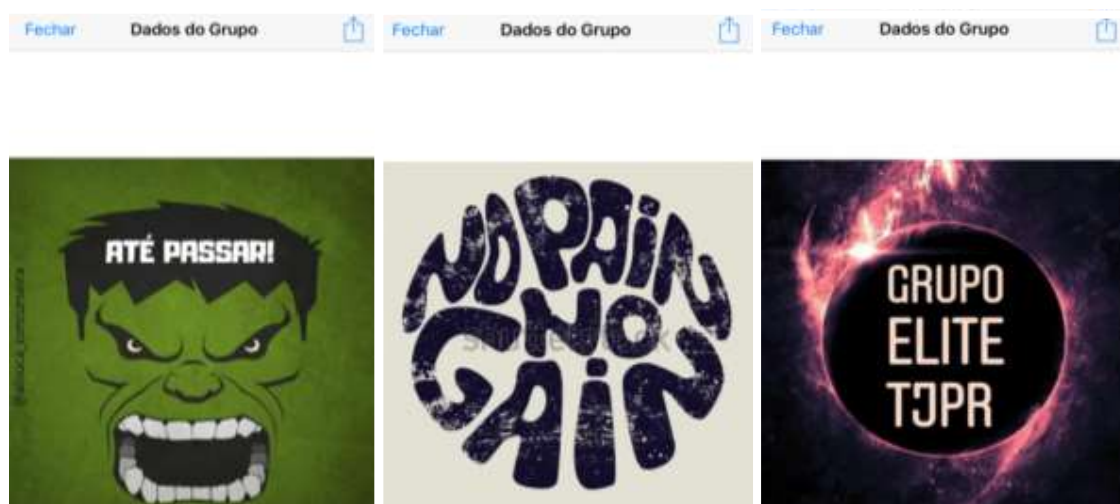
**1ª revisão:** 1 hora após o estudo  
**2ª revisão:** 24 horas após o estudo  
**3ª revisão:** 1 semana após o estudo  
**4ª revisão:** 1 mês após o estudo

- Use os resumos para fazer as revisões.
- Ao estudar, sempre agende as revisões para não esquecer.

Fonte: instagram/grancursos

A reprodução e adesão dessas ideias pelos estudantes também apareceu na análise das imagens utilizadas para a representação de grupos de estudos, criados por estudantes para concurso, no *whatsapp* (Figura 65). Em uma demonstração de que a legitimação do discurso consegue alcançar seus objetivos de sedução e disseminação de ideologias, as imagens convergem para a ideologia de Fontainha e outros: “até passar”; “no pain no gain” (sem dor sem ganho); “grupo elite”. Essa entrega à sedução dessa ideologia funciona de acordo com a lógica gerencialista, uma vez que mesmo não existindo uma ordem fundamentada na obediência a um superior (chefe, professor, cursinho), há o compromisso assumido (TONON; GRISCI, 2015) em uma espécie de contrato de si, em que as obrigações se enraizam no íntimo do estudante.

Figura 65 - Apropriação do discurso pela aprovação



Fonte: Autoria própria

Além disso, revela-se que, como representante do cursinho, o “professor, a partir de uma posição inabalável, onipotente, onipresente e desejável pelo corpo discente, esta sendo capaz de fabricar/reproduzir subjetividades serializadas e docilizadas” (LUZ; SILVA, 2008, p. 291). E, com isso, as expectativas, obrigações e estratégias passam a compor o discurso de legitimação existente no ambiente de preparação, que fornece elementos para a base da ideologia proposta por esta pesquisa, sendo que esta se sustenta por meio do seu core: liquidez, a instabilidade, a gestão gerencialista e o consumo.

Quando avançamos para o segundo caminho, o da **compreensão**, levantamos os sentidos de ser servidor público, considerando a liquidez, a instabilidade, a gestão gerencialista e o consumo. Com isso, observamos que aqueles aspectos da ideologia de concurso convergiam para o nosso referencial teórico, trazendo aspectos observados no core desta pesquisa, por meio dos achados cartografados. Dessa forma, as expectativas daquela ideologia se aproximavam dos traços de liquidez cartografados nesta pesquisa. Por meio da busca pela novidade, como explicado na seção 2.2.3, a liquefação de valores e insatisfação permanente impulsionam necessidades, nem sempre necessárias, e geram a ideia de que o novo será melhor. Nesse momento criam-se expectativas com relação ao futuro cargo público: *“poderei ter uma saúde financeira mais confortável, ajudar os meus pais e amigos, comprar um carro melhor e ter uma qualidade de vida melhor”* (DADOS DA PESQUISA, 2019).

Essa expectativa também é observada perante à instabilidade, em virtude da intensidade do ritmo da sociedade hipermoderna, apresentada na seção 2.2.4. Uma vez que flexibiliza,

precariza e individualiza os estilos de vida, criam-se sujeitos sem identidade fixa e, dessa forma, propensos ao movimento. Exemplos disso foram observados no campo, quando constatamos que muitos estudantes escolhem áreas totalmente distintas na hora de escolher os concursos que irão se inscrever: “*(Eu) foco no INSS, TCM RJ e DPE RJ (@CJ)*”. Outro fato observado diz respeito aos concursados-concurseiros, que mesmo estáveis no emprego público buscam por outro, porém, mantendo a estabilidade: “*Jamais pediria exoneração. A estabilidade é tudo*” (DADOS DA PESQUISA, 2019). Isso porque muitos desejam sair do órgão atual em busca de um cargo financeira e profissionalmente melhor que o atual – em sua avaliação do que seria melhor –, mas sem abandonar a segurança proporcionada pela estabilidade: “*Até a estabilidade do servidor corre riscos, imagina na iniciativa privada*” (DADOS DA PESQUISA, 2019). Porquanto lhe é garantida a capacidade de suportar as instabilidades da contemporaneidade, há interesse em permanecer servidor:

*“Muita gente que perde seu emprego demora para se recolocar no mercado de trabalho ou tem que se sujeitar a vagas que são de outra área de atuação e muitas vezes com remuneração menor. Em consequência disso, muitas pessoas entram em depressão, vivem crises familiares, crises de ansiedade, passam por endividamento e dificuldades financeiras. **E eu não quero isso pra minha vida**”* (DADOS DA PESQUISA, 2019). (Grifo nosso).

Outro fator que aproxima a ideologia de concurso à ideologia da provação é o consumo, por também revelar expectativas no pós-aprovação/nomeação. Observamos isso tanto pelo discurso de legitimação imbricado nos *memes* dos cursinhos (o glamoroso cachorro de raça efetuando pagamentos no débito e o carnaval em uma banheira de rosas em frente ao mar) quanto nas respostas obtidas com a aplicação do questionário: “*comprar eletroeletrônicos melhores, comprar roupas melhores, poder ter acesso a materiais de estudos para concursos públicos bem melhores, comprar um carro novo ou seminovo melhor*”. Ou seja, a questão financeira é motivo para que se possa ter mais dinheiro para se consumir mais, isso porque o aumento do poder de consumo pode proporcionar a ideia de que novas sensações, paixões e experiências são capazes de acalantar o sentimento de vazio provocada pela dinâmica mercadológica do capital.

Há, dessa forma, uma crença de que a nova aprovação virá acompanhada de “*melhores condições financeiras para realizar alguns sonhos de cunho material*” (DADOS DA PESQUISA, 2019). Os cursinhos utilizam-se dessas ideias como forma de cooptar os estudantes e vender seus cursos: “Nesses ‘espaços educacionais’, que funcionam no bojo das políticas de subjetivação capitalísticas, os modos de estudar encontram-se delimitados, esquadrihados e



com determinadas aplicabilidades instituídas e pré-formatadas” (LUZ; SILVA, 2008, p.295). Ou seja, os cursinhos ditam normas que são eternizadas pelos estudantes, utilizando-se das crenças e sonhos deles. É por essa razão que os estilos de vida, segundo Tonon e Grisci (2015), passam a ser produzidos nos moldes da gestão:

Ao produzir um indivíduo que se vê seduzido pelo *glamour*, a gestão gerencialista apresenta sua faceta de máquina produtiva e de controle social, uma vez que os estilos que dela resultam são estilos de vida, não somente de uma parcela da vida. Tal recurso, de certo modo, instila características e sensações compensatórias que mascaram os sofrimentos ou mesmo os mecanismos de poder e dominação existentes em tais modos de gestão (TONON; GRISCI, 2015, p. 16).

Dessa maneira, os cursinhos, para alcançar objetivos comerciais de obtenção de lucro com a venda de seus cursos preparatórios, utilizam técnicas perversas da gestão gerencialista. Por meio do viés ideológico dessa, que se preocupa em persuadir as pessoas ao entendimento de que a gestão é necessária (PEARSON; PARKER, 2008), os cursinhos exploram a eficiência e a eficácia no processo de preparação dos estudantes (Coach, mentoria, estratégias para aprovação, ideologia), impondo metas e resultados a serem obtidos como condições para a aprovação e indicadores de desempenho – “possuir um número de x horas de estudo diárias, mensais e anuais” (LUZ; SILVA, 2008, p. 293). Além disso, captam as ambições dos concursados e as utilizam como forma de sedução por meio do desejo de aprovados (figura - a legitimação do discurso), o que garante a venda e o lucro de seus cursos preparatórios, comercializados com a imagem de serem perfeitos. Dessa forma, os cursinhos aproveitam-se dos meios cruéis da faceta gerencialista para passarem uma falsa ideia de neutralidade e preocupação com os estudantes. Porém,

Os modos de estudar estão subjetivados nestes alunos e constituem, assim, o inconsciente político, determinando maneiras de agir, de pensar, de perceber, de entender, de querer, de “inventar” práticas e dispositivos de estudo modelados por trajetórias imbricadas em formatações enrijecidas (LUZ; SILVA, 2008, p. 295).

No caminho terceiro caminho, de **provocação** de discussões realizadas nos grupos de *Whatsapp* e *Facebook* (Figura 66), investigamos a posição dos concursados-concursados (seção 4.2.2 – a opinião dos concursados-concursados) frente às características norteadoras da pesquisa, uma vez que até o caminho anterior o campo era observado com lentes que pousavam a atenção tanto nos concursados quanto nos concursados.

Figura 66 – Provocação de discussões realizada pela cartógrafa

**Quem já é concursado tá pensando em continuar estudando? Algum específico?**

Fonte: Autoria Própria

Nesse momento, além de traços da ideologia de concurso (**expectativas** – “*quero muito sair do Executivo*” (@C.B.) –; **obrigações** – “*preciso me preparar melhor se quiser ter chance*” (@F.M.); **estratégias** – “*vc tem q focar numa carreira e escolher um grupo de matérias p estudar. Qdo sair concurso p área q escolheu, vc insere as matérias remanescentes*” (@L.M.S.L.) –; e **discursos de legitimação** – “*se eu passar em escrevente no tj aumenta uns R\$ 1200,00~R\$1300,00 o salário. Já ajuda*” (@F.M.)), pudemos observar as características da busca incansável pela aprovação, presente na proposta da ideologia de aprovação. Muitos concursados-concurseiros revelaram que utilizam as aprovações seguidas em concursos como “trampolins” entre carreiras, ou por questões relacionadas com a formação acadêmica – “*Eu passei pra técnico. Fiz direito e agora prestei pra analista (fui mal). Vou prestar TRF3 pra analista sim, assim como os outros que valem a pena @*” (B.C.A) –; ou em busca da carreira dos sonhos – “*Trabalho no TJ-SP e continuo estudando pra AJAJ de TRT, até a Magistratura do Trabalho*” (@R.S); “*Sou concursado da DPE-RS, mas continuo estudando, até conseguir chegar ao cargo de Auditor fiscal, seja da RFB ou Estadual!*” (@W.B).

Dessa forma, a busca pela aprovação torna-se incansável, uma vez que o desejo de novas conquistas é alimentado pelo contexto contemporâneo. Tal fato foi melhor analisado no último caminho, do **questionamento**. Esse, agregando os três caminhos anteriores, sintetiza os achados em forma de perguntas diretas que nos ajudam a responder a indagação inicial, mas também, percebermos o círculo vicioso dos nossos sujeitos de pesquisa. A crença, na maioria das vezes, é a de que a nova aprovação trará “*realização profissional, mais satisfação com o trabalho e, por conseguinte, mais felicidade*” (DADOS DA PESQUISA, 2019). Na lição de Leite (2007, p. 18), “o novo ou desconhecido parece, pelo menos durante algum tempo, mais belo e mais atraente do que o velho; aos nossos olhos parece mais penetrantes ao observar a nova paisagem, ao admirar outras figuras humanas”, bem como outras oportunidades na carreira pública, tais como novos cargos, colegas, desafios.

Porém, não existe garantia alguma de que a nova carreira poderá suprir todas as angústias que impulsionam o desejo de uma nova aprovação, como os citados pelos respondentes do questionário: qualidade de vida; mais tempo com a família; mais viagens; mais consumo (DADOS DA PESQUISA, 2019). Até porque grande parte desse desejo em alcançar uma nova aprovação encontra justificativa no vazio simbólico provocado pelo Mercado e só poderia ser preenchido com valores tradicionais (DUFOUR, 2008). Inclusive, um dos respondentes afirmou que um dos impactos de uma nova aprovação em sua vida seria a retomada da motivação no trabalho. Segundo ele, “*mudança de rotina que pode proporcionar mais motivação. O serviço público, via de regra, não oferece muita oportunidade de executar trabalhos diferentes, o que acaba sendo mentalmente desestimulante*”. Esse comentário revela a instabilidade do estável, diante da liquidez da sociedade contemporânea, em que o novo é sempre mais interessante.

Portanto, a ideologia da aprovação é incansável em razão das próprias características instáveis e líquidas da sociedade *hipermoderna*, que banaliza relações e é adepta ao descarte. O desabafo de @N.A.G é a síntese dessa ideia: “*eu tô cansada dessa **busca incansável de outro concurso, que nunca se acaba**. E eu fico pensando: ‘até onde? Será que daqui a dez anos eu vou estar estudando para um concurso também? Mediana e tudo mais, né?’*” Como vimos em Bauman, na seção 2.2.3, “a vida numa sociedade líquido-moderna não pode ficar parada. Deve modernizar-se [...] ou perecer” (BAUMAN, 2007, p. 9). Ou seja, incansavelmente, enquanto crentes na ideologia da aprovação – que vê nas aprovações subsequentes o alcance da felicidade –, o concursado-concurseiro mantém sua busca por um cargo melhor.

Por fim, o concursado-concurseiro, inebriado por essa ideologia da aprovação, continua estudando com a esperança de alcançar melhores cargo, carreira, salário, remuneração e trabalho (Figura 41 – nuvem de palavras que destaca os motivos de se continuar estudando), certo de que terá como impacto mais qualidade de vida, melhoria financeira, tranquilidade (Figura 42 – nuvem de palavras sobre o impacto da nova aprovação). Porém, para a maioria, o preço dessa dedicação se materializa no tempo escasso dedicado ao lazer, à família, à vida social e às viagens (Figura 50 – nuvem de palavras que sintetiza a abdicação em prol da busca pela nova aprovação). Mesmo diante disso, apenas 15% (Quinze por cento) afirmou que trocaria seu cargo público por um emprego na iniciativa privada que atendesse os seus anseios atuais por um novo cargo (DADOS DA PESQUISA, 2019). A razão para essa quantidade ficou clara nas respostas dadas pelos respondentes desta pesquisa: “*A estabilidade é tudo*” (DADOS DA PESQUISA, 2019).

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de pesquisar as tensões vivenciadas pelos concursados-concurseiros nasceu de uma inquietação particular da cartógrafa, após estudar teóricos como Bauman, Lipovetsky, Gaulejac, Dardot e Larval. Por ser uma concursada-concurseira, passou a se questionar e buscar compreender possíveis motivos para sua busca incessante por uma nova aprovação em um cargo público. Além disso, na vontade de entender as relações existentes entre o seu medo de sair dessa lógica de estudar e ser aprovada, sem outros possíveis horizontes para seguir, e o seu desejo de ser “livre”, encontrava certas razões nas leituras. De fato, pensar que essa busca estaria ligada ao contexto contemporâneo que vivemos, movido pela lógica do capitalismo e seus braços (gerencialismo, neoliberalismo, consumismo), mereceria uma investigação aprofundada capaz de contribuir tanto acadêmica quanto socialmente.

Dessa forma, procuramos confrontar os aspectos das teorias com os motivos de se estudar e continuar estudando. Por meio da realização de uma cartografia nos ambientes onde os concursados-concurseiros haviam estabelecido um ponto de convergência, as redes sociais, coletamos as pistas que deram corpo à pesquisa. Acompanhamos grupos no *Whatsapp* e no *Facebook*, no papel de observadores – na pessoa da cartógrafa - mas, também, provocando algumas reflexões e discussões que pudessem nos mostrar um norte para a pesquisa.

Porém, encontramos como limitação para a pesquisa o fato da cartógrafa, quando se apresentava como pesquisadora, pouco conseguia um acesso, junto aos participantes, que permitisse maior profundidade para o entendimento dos dados. Por essa razão, inicialmente optamos por não revelarmos sua identidade, obtendo interações mais reais que teatrais, e, posteriormente, aplicamos questionário baseado nas observações encontradas no campo. Nesse processo, levamos em consideração a característica fluida desta sociedade líquida e instável, para entendermos os porquês de desejar a movimentação entre órgãos e carreiras (liquidez) mas sempre com segurança garantida no emprego (estabilidade).

Porquanto, como apresentamos na teoria, no cenário de liquidez tudo se torna fugas: as relações de emprego não são tão duradouras como antigamente, seja pelas demandas do mercado ou pelas necessidades individuais de buscar algo que preencha um vazio que, por vez, mesmo preenchido, em algum momento se esgota. Além disso, o concursado-concurseiro também sente o peso social de não permanecer estagnado na carreira, buscando algo novo, como o turista e o vagabundo, retratados por Bauman (1999). Por outro lado, o cenário instável

provoca certo grau de medo naqueles que alcançaram a garantia de serem estáveis no emprego, em virtude das incertezas e imprevisibilidades que o norteia na iniciativa privada. Percebemos, então, o desejo de sair do órgão atual, mas com a garantia de permanecer empregado e independentemente livre das oscilações externas do mercado.

O concursado-concurseiro idealiza a futura aprovação. Faz dela a (única) alternativa para suprir suas necessidades, satisfazer seus desejos e curar suas angústias e insatisfações. Desconsidera abandonar o serviço público, em razão do medo inerente de vivenciar a instabilidade, insegurança, alienação e cooptação manifestadas de forma mais explícita nas organizações privadas. Sente-se amarrado às condições sólidas proporcionadas pela estabilidade, mesmo diante de: congelamento salarial; superespecialização acompanhada de não valorização ou subutilização de seus conhecimentos; limitações impostas pela legislação, que o impede de criar e ser criativo; fixação territorial nos limites de atuação do órgão que pertence; e outros achados proporcionados por esta pesquisa.

Nosso sujeito tem certa noção das diferenças entre a iniciativa privada e o serviço público, sejam elas positivas ou negativas, o que contribui para sua decisão de estudar ao invés de simplesmente sair. Eles apontaram, como vantagem daquele, a possibilidade de crescimento na carreira, enquanto para este, a estabilidade, que se mostrou o grande diferencial entre o público e o privado. Essa tensão, entre as vantagens do público e as do privado, apresentou-se com maior ênfase nos achados financeiros e de segurança: se por um lado a iniciativa privada oferece planos de carreira, conseqüentemente com impacto financeiro, por outro, o serviço público dispõe da garantia de salário certo ao fim do mês e proteção contra dispensas arbitrárias (demissão). Uma das conclusões que chegamos é que, para suprir a falta de um bom plano de carreira, os servidores públicos almejam aprovações em cargos melhores que os atuais, permanecendo no serviço público em virtude da proteção contra o desemprego.

Além disso, a estabilidade no serviço público fornece ao concursado-concurseiro a segurança que ele precisa para consumir cada vez mais, sustentando as engrenagens do capitalismo, ao mesmo tempo em que é capturado por elas.

Dessa forma, fica fácil percebermos que essa segurança garantida aos servidores públicos, de certo modo, os ludibria, com o objetivo de mantê-los domesticados e entregues às lógicas, abordadas anteriormente, defendidas pelo Estado. Este atua como um grande empresário detentor de instrumentos de gestão – estatuto, estabilidade, meritocracia – que legitimam o seu poder hierárquico, disciplinar, regulamentar, de polícia sobre seus

subordinados. “O poder é, de fato, detido por aquele que estabelece a regra do jogo, porque ele coloca de uma só vez o conjunto de condições às quais são submetidos os participantes, da mesma forma que suas relações mútuas” (GAULEJAC, 2007, p. 103).

Além disso, o Estado detém um corpo servil altamente especializado e a um baixo custo, porquanto busca selecionar, por meio do concurso público, os melhores. Na maioria das vezes, absorve detentores de títulos acadêmicos superiores aos exigidos para a posse no cargo público, quando oferecidos melhores salários e carreira atrativa. Essa situação foi apontada no perfil dos respondentes do questionário dessa pesquisa ocupantes de cargo de nível médio: um tecnólogo; dois graduandos; dez graduandos; treze especialistas e três mestras. Porém, a teoria chegou a afirmar que os quadros mais qualificados não eram formados em certames com perfis genéricos, que funcionariam como “atratores de candidatos ‘concurseiros’, entendidos como aqueles que buscam qualquer cargo público como uma etapa de um percurso profissional” (FONTAINHA, 2014, p. 83). Esse fato não foi observado entre os concursados-concurseiros, pelo contrário, mais de noventa e três por cento dos respondentes possuem qualificação frente ao cargo genérico que ocupam, isto é, de técnico nível médio.

Outra questão abordada nesta pesquisa foi o papel que os cursinhos preparatórios ocupam junto aos estudantes, sejam concurseiros ou concursados-concurseiros. Demonstramos que, por meio da *memetização* da realidade da preparação para concurso público, em publicações nas redes sociais, os cursos alimentam uma lógica que compões o que chamamos de ideologia da aprovação. Como visto em Barreto (2015), essa se legitima com a produção simbólica existente nos *memes*, contribuindo para a cooptação e alienação dos estudantes. Eles recebem informações, em forma de sátiras, de que a aprovação é capaz de mudar suas vidas financeira (figura 5); que as abdições serão recompensadas (figura 7); que o ócio e o lazer devem ser evitados (figura 8); que vale a pena investir na compra de cursos preparatório em prol do sonho de ser servidor (figura 9). Além disso, por meio das figuras exploram sentimentos como persistência, ansiedade, medo, resiliência, incertezas.

Após investigarmos o processo de ideologização dos concurseiros, sejam eles servidores ou não, nos concentramos em delinear o sentido da nova aprovação para os concursados-concurseiros e as tensões que o norteiam. Nossos quarenta e quatro participantes responderam vinte e cinco perguntas, sendo que entre as de número quinze e vinte e quatro foram questionados especificamente sobre sua busca por uma nova aprovação frente ao contexto contemporâneo de instabilidade, consumo, liquidez, frente às características ideológicas dos

processos de gestão. As demais perguntas buscaram levar o perfil dos participantes, como apresentado em forma de gráficos na seção 5.0.

Para uma melhor representação das respostas, utilizamos a técnica de nuvem de palavras, representando visualmente as palavras mais relevantes nas respostas fornecidas. Além disso, procuramos estruturar os achados de forma fluida, utilizando as próprias respostas dos concursados-concursados para criar a composição da análise da pesquisa. Dessa forma, retornamos à indagação inicial: **Como a dinâmica da sociedade contemporânea tem potencializado as tensões vivenciadas por indivíduos concursados que continuam em uma busca (in)cansável por novas aprovações em concursos públicos?**

Pudemos chegar à reflexões de que o concursado-concursado é impactado pela dinâmica atual e, consternado, sente-se em grande parte refém da sua estabilidade, que lhe garante a possibilidade de planejar sua vida de forma segura. Além disso, a **liquidez**, presente na sociedade contemporânea, o deixa cada vez mais inquieto e alimenta suas frustrações, impulsionando seu desejo de mudança. Por outro lado, não cogita aderir a uma mudança sem estabilidade, como poderia ocorrer se abandonasse o serviço público e se engajasse à iniciativa privada. Uma das razões apresentadas foi o fato do emprego privado ser regulado mais diretamente pela lógica do **capitalismo**, que imprime no mercado as marcas da **instabilidade** que tanto atormenta o concursado-concursado, em virtude da flexibilidade do ritmo hipermoderno, de intensa efemeridade e precarização. Em conjunto, a ideologia presente na **gestão gerencialista**, fortemente presente na iniciativa privada, revelou desempenhar certa aflição nos participantes. Quando indagados sobre a possibilidade de abandonarem ou não o serviço público, revelaram a crença de que há, na iniciativa privada, menos autonomia, mais cobranças e pressões, vínculo precário, medo do desemprego e de discordarem dos superiores, interferência de terceiros, assédio moral e ameaças.

A partir desses delineamentos e relevos apontados pelo mapa aqui produzido propomos chamar os mecanismos que impulsionam a busca (in)cansável dos concursados-concursados de **ideologia da aprovação**. Essa teria base na ideologia do concurso, de Fontainha e outros (2014), aspecto que demonstramos ao cruzarmos nosso *core* da pesquisa com as expectativas, obrigações, estratégias e discursos de legitimação presentes no ambiente de preparação dos estudantes. Além disso, percebemos que o atual cenário político e econômico vivido no Brasil, com lento crescimento econômico, taxa elevada de desemprego e desalento, cortes em investimentos – principalmente educação e saúde –, também intensificam as tensões dos

concurados-concurseiros. Uma vez que o contexto não se revela positivo, sentem-se consternados e menos propensos à simplesmente abandonarem o serviço público. Assim, há uma potencialização na busca por outros órgãos, que mantenham a estabilidade mas proporcionem mais poder aquisitivo, viabilizando o eterno desejo de consumir mais, viajar mais, ajudar mais os seus próximos, ganhar mais dinheiro, valorizar mais os seus diplomas, ser cada vez mais reconhecido perante a sociedade. Mais... Mais... Mais...

Por fim, cabem alguns registros importantes sobre a processualidade desta cartografia. De fato é possível a aplicação dos conceitos elaborados por Deleuze e Guattari, sobre a cartografia, em estudos da administração realizados em ciberespaços, como realizado aqui. Porém, perde-se um pouco da naturalidade na relação entre cartógrafo e sujeito da pesquisa quando este está ciente de que está imerso em um campo investigado, fato que nos forçou a manter o sigilo do trabalho até o momento de divulgação do questionário. Outro ponto importante de registro é que não identificamos a impressão de viés da cartógrafa mesmo com a pesquisa sendo desenvolvida no seu lugar de fala, isso pois a dinâmica do campo foi a principal condutora da busca e análise dos dados, provocando aproximações espontâneas entre as teorias e os achados. Além disso, nossos questionamento iniciais, sobre a relação entre o *core* da pesquisa – liquidez, instabilidade, consumo e gestão gerencialista – e a busca incansável pela aprovação, daqueles já servidores públicos, contribuíram com subsídios para a nossa sugestão de existência de uma ideologia da aprovação, e como seu estudo e análise que expandiram a ideologia do concurso desenvolvida por Fontainha e outros (2014). Dessa forma, com o objetivo de continuidade e enriquecimento da discussão em torno das ideologias e das características da contemporaneidade, sugerimos a realização de pesquisas com ex-servidores públicos, para que possamos entender os tensionamentos existentes entre a escolha de abandonar a garantia de estabilidade, vivenciada por esses, e o medo de não ser estável, abordado nesta pesquisa.



## REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Luiz F. *Satisfação com o trabalho e comprometimento organizacional de novos servidores públicos: um estudo de caso na Receita Federal do Brasil*. Mestrado em Administração Pública, Fundação Carlos Chagas, 135 f., 2011.

ANJOS, Felipe B; MENDES, Ana M. A psicodinâmica do não-trabalho. Estudo de caso com concurseiros. *R. Laborativa*, v. 4, n. 1, abr. 2015, p. 35-55. <http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa>. 2015.

ALCADIPANI Rafael; MEDEIROS, Cintia. Policiais na rede: repertórios interpretativos nas manifestações discursivas de comunidades criadas por policiais no Facebook. *Revista de estudos organizacionais e sociedade: Farol*. V.3.n.7.ago,2016.

ANTUNES; Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. 11. Ed – São Paulo: Cortez; Campinas, SP. Editora Universidade Estadual de Campinas, 2006.

BARBOSA, Mariana de Toledo. Um corpo que experimenta e avalia: a ética em Deleuze à luz da “grande identidade” Spinoza-Nietzsche. *KRITERION, Belo Horizonte, nº 141, Dez./2018, p. 867-890*

BAUMAN, Zygmund. *É muito difícil encontrar uma pessoa feliz entre os ricos – Entrevista com Zygmund Bauman*. Tradução. Instituto Humanitas Unisinos – IHU, São Leopoldo, RS. 26 mai 2014. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/531655-e-muito-dificil-encontrar-uma-pessoa-feliz-entre-os-ricos-entrevista-com-zygmunt-bauman>>. Acesso em: 10 de fevereiro 2019.

\_\_\_\_\_. *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. Tradução: José Gradel – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008a.

\_\_\_\_\_. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2008b.

\_\_\_\_\_. *Vida líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

\_\_\_\_\_. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1999.

BARRETO, Kricia H. *Os memes e as interações sociais na Internet: uma interface entre práticas rituais e estudos de face*. Programa de Doutorado em linguística, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015.

BENITES, Luiz Felipe R. A governamentalização do Estado contemporâneo: uma cartografia dos mecanismos estatais de controle. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, nº 12, jul/dez 2004, p. 274-303

BLANCHOT, Maurice. *L'écriture du desastre*. Éditions Gallimard, 1980.

BOJE, David M. Resistência carnavalesca ao espetáculo global. *RAE*, vol. 42 nº 4, out/dez 2002, p. 11 – 28.

BOURDIEU, Pierre. *A precariedade está por toda a parte. Cotrafogos: táticas para enfrentar a invasão neo-liberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 72-76.

BRASIL. Presidência da República – Câmara da Reforma do Estado. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília, 1995.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. *Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal*. DECRETO Nº 1.171, DE 22 DE JUNHO DE 1994. Brasília, 1994.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. LTC – Livros técnicos e Científicos Editora AS, 1987.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *As duas fases da história e as fases do capitalismo*. São Paulo: FGV-EESP. 2011.

\_\_\_\_\_. *Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica*. São Paulo: FGV- EESP. 2009.

CAVALCANTI, Maria Fernanda Rios. *Entre História e Devir: Experimentando a Cartografia nos Estudos Organizacionais*. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 5. 2008, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte. p. 1 – 14.

CARDOSO JUNIOR, José Celso; NOGUEIRA, Roberto Passos. Ocupação do setor público brasileiro: tendências recentes e questões em aberto. *Revista do Serviço Público*. Brasília 62 (3): 237-260, Jul/Set, 2011.

CARTA CAPITAL. “Sai do meu país!”: agressão a refugiado expõe a xenofobia no Brasil. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/saia-do-meu-pais-agressao-a-refugiado-no-rio-expoe-a-xenofobia-no-brasil/>>. Acesso em: 7 set 2019.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 19. Ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2008.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de direito administrativo*. 30. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2016.

CASTELHANO, Laura Marques. O medo do desemprego e a(s) nova(s) organizações de trabalho. *Revista psicologia e sociedade*. v. 17, n. 18, pp. 14 – 20. jan/abr, 2005.

CESPE (Unb). *Edital nº 5 – Resultado final nas provas objetivas, resultado provisório na prova discursiva e convocações*. Disponível em: [http://www.cespe.unb.br/concursos/MPU\\_18/arquivos/ED\\_5\\_MPU\\_2018\\_RES\\_FINAL\\_OBJ\\_PROV\\_DISC\\_E\\_CONVOCACOES.PDF](http://www.cespe.unb.br/concursos/MPU_18/arquivos/ED_5_MPU_2018_RES_FINAL_OBJ_PROV_DISC_E_CONVOCACOES.PDF).

CIOCCARI, Deysi; PERSICHETTI, Simonetta. Armas, ódio, medo e espetáculo em Jair Bolsonaro. Grupo de Estudos Alterjor: jornalismo popular e alternativo (ECA-USP). *Revista Alterjor*. Ano 09, V. 02, ed. 18. Jul/dez, 2018.

CÔRTEZ, Leonardo Lopes; SILVA, José Roberto Gomes. Construção do contrato psicológico de indivíduos que ingressam em organizações do setor público no atual contexto brasileiro: estudo de caso em uma empresa estatal. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – ENANPAD, 30. *Anais...* Salvador: ANPAD, 2006.

COSTA, Flávia Zimmerle da Nóbrega; GUERRA, José Roberto Ferreira; LEÃO, André Luiz Maranhão de Souza. O solo epistemológico de Michel Foucault: possibilidade de pesquisa o Campo da Administração. In: Encontro de ensino e pesquisa em administração e contabilidade, 3. *Anais...* João Pessoa, PB: ANPAD, 2011.

COSTA, S. G., MAZZILLI, C. P. Programa de demissões voluntárias: uma alternativa ao sofrimento do servidor público? *Revista Eletrônica de Administração*, v.7 n.(5), 2001.

CUNHA, Paulo Roberto F. *American way of life: representação e consumo de um estilo de vida modelar no cinema norte-americano dos anos 1950*. 249 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Práticas de Consumo). ESPM (PPGCOM). São Paulo, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEJOURS, Christophe. *A Loucura do Trabalho*. Estudo de Psicopatologia do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez/Oboré, 1992.

DEMO, P. *Metodologia científica em Ciências Sociais*. 3. ed. São Paulo: Atlas S.A., 1995.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia*. v. 3. Rio de Janeiro: Editora 34 LTDA.

DUFOUR, Dany-Robert. O homem neoliberal: da redução das cabeças à mudança dos corpos. *Le Monde Diplomatique Brasil*. 1 abr 2005. Disponível em < <https://diplomatie.org.br/o-homem-neoliberal-da-reducao-das-cabecas-a-mudanca-dos-corpos/>>. Acesso em 23 junho de 2018.

\_\_\_\_\_. *O divino mercado: a revolução cultural liberal*. Tradução Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

EL PAIS. O “monstro da xenofobia” ronda a porta de entrada de venezuelanos no Brasil. Disponível em [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/17/politica/1534459908\\_846691.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/17/politica/1534459908_846691.html). Acesso em 27 ago 2018.

ESTADO DE MINAS. Brasil busca combater xenofobia contra imigrantes venezuelanos. Disponível em: <<https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2018/02/09/internacional,937031/brasil-busca-combater-xenofobia-contra-imigrantes-venezuelanos.shtml>>. Acesso em 7 set 2019.

ESTRATÉGIA CONCURSOS. *Quem somos*. In: Estratégia Concursos. Disponível em: <<https://www.estrategiaconcursos.com.br/pagina/quem-somos>>. Acesso em: 20 julho 2018.

FACEBOOK®. *O que significa "Curtir" algo?*. Central de ajuda do Facebook online. Disponível em: <<https://www.facebook.com/help/110920455663362?helpref=search&sr=4&q=curtir>>. Acesso em 10 maio de 2019.

FONTAINHA, Fernando de Castro *et al*. Processos seletivos para a contratação de servidores públicos: Brasil, o país dos concursos? Rio de Janeiro: Direito Rio, 2014.

FREIRE, Alessandro; PALOTTI, Pedro. *Servidores públicos federais: novos olhares e perspectivas*. Brasília: EMAP, 2015.

GARATTONI, Bruno. A verdade sobre os likes. *Revista SUPER INTERESSANTE online*. Dez 2015. Disponível em < <https://super.abril.com.br/comportamento/a-verdade-sobre-os-likes/#respond>>. Acesso em: 10 maio 2019.

GAULEJAC, Vicent de. *Gestão como doença social: ideologia gerencialista e fragmentação social*. Aparecida-SP: Ideia e Letras, 2007.

GRAN CURSOS ONLINE. *Quem somos*. In: Gran Cursos Online. Disponível em: <<https://www.grancursosonline.com.br/quem-somos/>>. Acesso em: 20 julho 2018.

GREGOLIN, Maria do Rosário V. *A análise do discurso: conceitos e aplicações*. Alfa, São Paulo, 39: 13 – 21, 1995.

GUATTARI, Félix; ROLKIN; Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 4.ed. Vozes, Petrópolis, 1996.

HARVEY, David. *O neoliberalismo – histórias e implicações*. Tradução: Adail Sobral e Maria Estela Gonçalves. Edições Loyola. São Paulo, 2008.

KALLEBERG, A. L. O crescimento do Trabalho Precário: um desafio global. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24 n. 69, fev.2009.

KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. *Fractal: revista de psicologia*, v. 25, n. 2, p. 263 – 280, Maio/Ago, 2013.

KLEIN, Fabio A.; MASCARENHAS, André O. Motivação, satisfação profissional e evasão no serviço público: o caso da carreira de especialistas em políticas públicas e gestão governamental. *RAP*, Rio de Janeiro, 50 (1): 17-39, jan/fez, 2016.

ILLICH, Ivan. *A convivencialidade*. Publicações Europa-América, Lisboa, 1976.

INMET. *Atlas de nuvens*. Disponível em: < <http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=home/page&page=nuvens>>. Acesso em 03/05/2019.

JAPPE, Anselm. *Guy Deborad*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.

LATOCHE, Serge. *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. São Paulo: Editora WMF. Martins Fontes, 2009.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 7.ed. Editora Unesp, 2007.

LÉVY, Pierre. *Cybercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIMA, Antônio José A.; SILVA JÚNIOR, Ronaldo. Panorama da educação brasileira na década de 1960. In: Congresso Nacional de Educação, 3. 2016, Natal – RN. *Anais Eletrônicos...*Natal: CONEDU, 2016. Disponível em: < [http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO\\_EV056\\_MD1\\_SA1\\_ID2286\\_14082016222320.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA1_ID2286_14082016222320.pdf)>. Acesso em: 16 janeiro 2019.

LIPOVETSKY, Gilles. Somos hipermodernos. *Jornal Extra Classe*, Rio Grande do Sul, 17 Jul. 2018. Disponível em: <<https://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/cibercidades/lipovetsky.pdf>>. Acessado em: 02 fevereiro 2019.

\_\_\_\_\_.; SERROY, Jean. *A estetização do mundo: Viver na era do capitalismo artista*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

\_\_\_\_\_. Lipovetsky defende desejo por produtos de marca, mas condena o consumo. *Correio Braziliense*, Brasília, 12 mar. 2013. Disponível em: <[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2013/03/12/interna\\_diversao\\_arte,354223/lipovetsky-defende-desejo-por-produtos-de-marca-mas-condena-o-consumo.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2013/03/12/interna_diversao_arte,354223/lipovetsky-defende-desejo-por-produtos-de-marca-mas-condena-o-consumo.shtml)>. Acessado em: 02 fevereiro 2019.

\_\_\_\_\_. O brasileiro tem paixão pelo luxo. *Revista IstoÉ*, 15 AGO 2012. Disponível em: <[https://istoe.com.br/228717\\_O+BRASILEIRO+TEM+PAIXAO+PELO+LUXO+/<](https://istoe.com.br/228717_O+BRASILEIRO+TEM+PAIXAO+PELO+LUXO+/)>. Acessado em: 03 fevereiro 2019.

\_\_\_\_\_. *Os tempos hipermodernos*. São Paulo. Editora Barcarolla, 2004.

LOPES, Ludmila Reis Brito. Deficiência x Mercado de trabalho. *Correio Braziliense*, Brasília, 01 abr. 2018. Disponível em: <[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/tf\\_carreira/2018/04/01/tf\\_carreira\\_interna,670201/deficiencia-x-mercado-trabalho.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/tf_carreira/2018/04/01/tf_carreira_interna,670201/deficiencia-x-mercado-trabalho.shtml)>. Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

LUNARDI, Marcia S.; CASTRO, José M. F.; MONAT, André. Visualização dos resultados do Yahoo em nuvens de texto: uma aplicação construída a partir de web services. *Revista Brasileira de Design da Informação*. 5 – 1, 20-34, 2008.

LUZ, Leonardo del Pulpo; Camila Mariani, SILVA. O exercício do estudar nos cursinhos destinados aos concursos públicos. *Fractal Revista de Psicologia*, v. 20 – n. 1, p. 285-304, Jan./Jun. 2008.

MACHADO, Layla Beatriz C. Valadares. *Confrontando motivos e imagens relacionados à carreira: um estudo com profissionais de nível superior que se direcionam para o setor público*. 2009, 148 f. Dissertação (Mestrado em administração). Universidade FUMEC, Belo Horizonte, 2009.

MAFFESOLI, Michel. *Brasil é um laboratório vivo da pós-modernidade*. Editora Sulina, Rio Grande do Sul, 12 set. 2007. Disponível em: <[https://www.editorasulina.com.br/imprensa\\_pdf.php?id=323](https://www.editorasulina.com.br/imprensa_pdf.php?id=323)>. Acessado em: 2 fevereiro 2019.

MAIA, Miguel Angelo B. *O corpo invisível do trabalho: Cartografia dos processos de trabalho em saúde*. Mestrado em Psicologia. Universidade Federal Fluminense. 196f. 2006.

MARGARITES, Ana Paula Freitas; SPEROTTO, Rosária Ilgenfritz. Subjetividade e redes sociais na internet: problematizando as novas relações entre estudantes e professores na contemporaneidade. *CINTED-UFRGS*. V. 9. Nº 1. Junho, 2011.

MESQUITA, Fernando. *Um dinheiro bem gasto em concursos públicos (minha dica pessoal)*. In: Blog Fernando Mesquita, 2014. Disponível em: <<http://blogdofernandomesquita.com.br/dinheiro-gasto-preparacao-concursos/>>. Acesso em: 15 agosto 2018.

MESQUITA, Fernando. *Ciclo E.A.R.A. – o processo da aprovação*. Livro Online. 1ª Edição, 2014. Disponível em: <<https://cicloeara.com.br/>>.

MILLER, Daniel; COSTA, Elisabetta; HAYNES, Nell; MCDONALD, Tom; NICOLESCU, Razvan; SINANAN, Jolynna; SPYER, Juliano; VENKATRAMAN, Shriram; WANG, Xinyuan. *How the world changed social media*. London: UCLPRESS. 2016.

MISOCZKY, Maria Ceci; ABDALA, Paulo Ricardo Zilio; DAMBORIARENA, Luiza. A trajetória ininterrupta da reforma de Estado no Brasil: Continuidades nos marcos do neoliberalismo e do gerencialismo. *Administração Pública e Gestão Social*, 9(3), jul-set, 2017, pp. 184-198.

MOREIRA, Alexandre Varela. *O novo espírito do serviço público em Brasília: O trabalho estranhado e a vocação para o consumo*. 2016, 140 f. Dissertação (Mestre em sociologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

NEVES, José Mário D'Avila. *A face oculta da organização: a microfísica do poder na gestão do trabalho*. Porto Alegre: Suliana, 2005.

NEWMAN, Janet; CLARKE, John. Gerencialismo, educação e realidade. *Educ. Real.*, Porto Alegre, v. 37, n. 2, pp. 353-381, maio/ago. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2012.

NEXO JORNAL. *O medo do desemprego no Brasil nos últimos 17 anos*. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2017/02/15/O-medo-do-desemprego-no-Brasil-nos-%C3%BAltimos-17-anos>. Acesso em: 29 jun 2019.

NOGUEIRA, Bruno de Oliveira Santos Paiva. *Concurseiros: motivos e métodos para ingressar no serviço público*. 2015. 113f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília. 2015.

NOVAIS, Fernando. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1977 – 1808). Ed. Hucitec. 1986.

PARKER, Martin. *Against management: Organization in the age of managerialism*. Polity. 2002.

PASSOS, Eduardo. *et al. Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 17 – 31.

PERASON, Gordon; PARKER, Martin. Management or organizing? A dialogue. *Business and Society Review*, 113:1, p. 43-61.

PEREIRA, Helder Rodrigues. A crise da identidade na cultura pós-moderna. *Mental*, Barbacena, v. 2, n. 2, p. 89-100, jun. 2004. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-44272004000100007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272004000100007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 26 janeiro 2019.

PELBART, Peter Pál. Poder sobre a vida, potência da vida. *Revista Lugar Comum - Estudos de Mídia, Cultura e Democracia*, UFRJ, nº 17, pp. 33 – 43, Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. *A vertigem por um fio: políticas de subjetividade contemporânea*. São Paulo: Fapesp, Iluminuras. 2000.

PILAGALLO, Oscar. *A história do Brasil no século 20 (1940 – 1960)*. 2. Ed. São Paulo: Publifolha. 2008.

PONTO DOS CONCURSOS. *Quem somos*. In: Pontos dos Concursos. Disponível em: < <https://www.pontodosconcursos.com.br/Home/QuemSomos>>. Acesso em: 20 julho 2018.

PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela M. *A cartografia como método para as ciências humanas e sociais*. *Revista Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n.38, p.<45-59>, jan./jun. 2013

RAMOS, Alberto Guerreiro. *A nova ciência das organizações*. 1989.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina, Editora da UFRGS, 2006.

SÁ, Gustavo N. *Aprovação ágil – Guia prático para aprovação em concursos*. 2ª Edição, 2018. Disponível em: <https://aprovacaoagil.com.br/>. Acesso em 10 fev 2019.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 7 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SEABRA, Odete C. L. Território do uso: cotidiano e modo de vida. *Revista Cidades*. v. 1, n. 2, 2004, p. 181-206.

SENNET, Richard. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 16.Ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SILVA, Ariana da Rosa. Ensino de gramática: análise das relações lógico-semânticas da conjunção em memes. *Periferia*, v.11, n.1, p. 88-113, jan/abr. 2019.

SORJ, Bernardo. *A nova sociedade brasileira*. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2006

TEDESCO, Silvia Helena. A ética da pesquisa e a perspectiva da cartografia: algumas considerações. *Revista Polis e Psique*, 5(2), 32 – 47, 2015.

TONON, Leonardo; GRISCI, Carmem Lígia Iochins. Gestão Gerencialista e estilos de vida de executivos. *RAM, Rev. Adm. Mackenzie*, 16(1), 15 – 39, São Paulo, SP. JAN/FEV., 2015.

TONON, Leonardo. *Gestão gerencialista e produção de estilos de vida de executivos: ruptura (im)possível*. 2014. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 2014.

VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1938. 11v.

VERGARA, Sylvia Constant; VIEIRA, Marcelo M. Falcão. Sobre a dimensão Tempo-Espaço na Análise Organizacional. *RAC*, v. 9, n. 2, Abr./Jun. 2005.

VILLADSEN, Kasper. Tecnologia versus ação: uma falsa oposição atribuída a Foucault nos estudos organizacionais. *Revista O&S - Salvador*, v. 21 - n. 71, p. 643-660 - Out./Dez. – 2014.

VIZEU, Fábio. (Re)contando a Velha História: Reflexões sobre a Gênese do Management. *RAC*, Curitiba, v. 14, n. 5, art. 1, pp. 780-797, Set./Out. 2010

VIZEU, Fabio; MENEGHETTI, Francis Kanashiro; SEIFERT, Rene Eugenio. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. *Cad. EBAPE.BR*, v.10, n.3, p. 569-538. 2012.

WEBER, Lílian; GRISCI, Carmem Ligia Lochins; PAULON, Simone Mainieri. Cartografia: aproximação metodológica para produção de conhecimento em gestão de pessoas. *Cad. EBAPE.BR*, v. 10, nº 4, artigo 4, Rio de Janeiro, Dez. 2012. p.841–857.

WILLADSEN, Kaspar. Tecnologia versus ação: uma falsa oposição atribuída a Foucault nos estudos organizacionais. *Revista O&S*, Salvador, v. 21, n.71, p. 643 – 660. Out./Dez. 2014.

YEBOAH, Johnson; EWUR, George Dominic. The impact of whatsapp Messenger usage on students performance in tertiary institution in Ghana. IISTE. *Journal of Education and Praticce*. V. 5, N. 6, p. 157 – 164. 2014.



## APÊNDICE – Questionário da pesquisa

### **Bloco socioeconômico**

- 1 – Ano de nascimento?
- 2 – Gênero?
- 3 – Renda Familiar?
- 4 – Formação acadêmica?
- 5 – Estado que reside?
- 6 – Estado civil atual?
- 7 - Você estuda para concurso público e/ou processo seletivo público? (Em cursos ou por conta própria) <sup>75</sup>.

### **Bloco do Estudante**

- 8 – Como você estuda (hoje)?
- 9 – Como se mantém informado sobre concursos?
- 9.1 – Qual tipo de vaga concorre?
- 10 – Está trabalhando atualmente?

### **Bloco de tipo de vínculo**

- 11 – Já é servidor/funcionário público?

### **Bloco do Concurgado-Concurseiro**

- 12 - Você já alcançou a estabilidade no serviço público?
- 13 - Qual o nível do seu cargo atual?
- 14 - Para que carreira você presta concurso?
- 15 - Conte um pouco sobre os motivos que contribuíram para você iniciar seus estudos e hoje estar servidor público concursado.

---

<sup>75</sup> Cabe observarmos que a sétima pergunta foi utilizada como um primeiro filtro para nosso questionário, retirando aqueles que não estudavam para concurso público. Nosso segundo filtro, questão número dez, separou os estudantes que ainda não trabalhavam daqueles que sim. Dentre estes, a pergunta onze nos forneceu quarenta e quatro servidores públicos que estudam para concurso, ou seja, nossos concursados-concurseiros.

16 - Por quais motivos você continua estudando para outros concursos mesmo já sendo servidor público?

17 - Qual impacto você acredita que uma nova aprovação poderá ter na sua vida?

18 - De que modo você procura conciliar o trabalho, os estudos com outros pontos da vida pessoal?

19 - Você está abdicando de alguma coisa hoje nesta busca por uma nova aprovação? Se sim, qual(is)?

20- Suponha que uma pessoa na iniciativa privada realize as mesmas atividades que você realiza no seu Órgão atual. Que diferenças você acredita que existem entre vocês? (Considere fatores como mecanismos de gestão, controle, pressões, cobranças, prestígio social, remuneração, jornada diária (horas), reconhecimento, oportunidade de crescimento, segurança, justiça, benefícios, carreira e outros).

21 - Se você recebesse uma proposta de trabalho na iniciativa privada contendo as vantagens que está buscando com a nova aprovação você pediria exoneração? Comente os motivos que te fazem pensar desta forma.

22 - Você sente que algum fator externo (político, econômico, financeiro, social) tem influência na sua busca por uma nova aprovação?

23 - De que modo seu trabalho atual impacta no seu estilo de vida? (O que te proporciona).

24 - De que modo a ocupação de uma nova vaga (nova nomeação) implicará em seu estilo de vida? (Te proporcionará).